

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Rafael dos Santos Pires

**Unificar para conquistar ou conquistar para unificar? Reorganização do poder  
faraônico e elites militares (1550-1425 a.C.)**

São Paulo

2021



RAFAEL DOS SANTOS PIRES

**Unificar para conquistar ou conquistar para unificar? Reorganização do poder  
faraônico e elites militares (1550-1425 a.C.)**

**Versão Corrigida**

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em História Social.

Área de Concentração: História Antiga.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rede.

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P667u Pires, Rafael  
Unificar para conquistar ou conquistar para unificar? Reorganização do poder faraônico e elites militares (1550-1425 a.C.) / Rafael Pires; orientador Marcelo Rede - São Paulo, 2021.  
257 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Egito Antigo. 2. Reino Novo. 3. elites militares. 4. reorganização do poder. I. Rede, Marcelo, orient. II. Título.

## ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

### Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

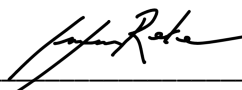
**Nome do (a) aluno (a): Rafael dos Santos Pires**

**Data da defesa: 14/01/2021**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Marcelo Rede**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 19/02/2021



---

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: PIRES, Rafael dos Santos

Título: Unificar para conquistar ou conquistar para unificar? Reorganização do poder faraônico e elites militares (1550-1425 a.C.)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_

A Minha avó, Catharina dos Santos, *in memoriam*.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro concedido através do processo nº 2018/03682-9.

A minha família, principalmente aquela que teve de lidar mais de perto com minhas manias e aflições: meus pais, Claudete e Jairo, e minha avó, Catharina (*in memoriam*). Agradeço cada momento de apoio e bronca ao longo da minha vida. Cada gesto de carinho e compreensão foi muito importante no desenvolvimento desse trabalho. Obrigado por acreditarem em mim e me darem a oportunidade de ter acesso à educação.

Agradeço também a minha namorada, Eleonora, que tem sido companheira tempo o suficiente para me conhecer e ajudar a superar cada dificuldade que tive ao longo da trajetória do mestrado. Sem seu olhar doce e compreensível, muita coisa não seria possível. O seu cuidado sempre me acalmou e me colocou no caminho da tranquilidade. Agradeço também sua família, principalmente meus sogros, Sinclair e Suely, e meu cunhado, Rafael. Obrigado por me receberem sempre bem na casa de vocês e propiciarem um ambiente tranquilo e confortável, por cada conversa, conselho e piadas.

Ao meu orientador, Marcelo Rede, quem me recebeu tão bem desde o meu segundo ano da graduação, em 2014, e topou me guiar pelos caminhos da pesquisa desde as aulas que frequentei durante a graduação. Destaco principalmente sua paciência e capacidade de lidar com todas minhas dificuldades. Cada conversa, crítica, conselho e ajuda foi fundamental na composição desse trabalho. Sem dúvida, esse trabalho não seria possível sem a excelente instrução do meu orientador, nos mais variados níveis.

Ao meu amigo Guilherme Cruz, por cada conversa regada a muito café, pelas críticas e provocações que fizeram com que o trabalho se desenvolvesse da melhor forma possível. Começamos a universidade juntos e é incrível que ainda tenhamos amizade – e paciência – o suficiente para nos aturarmos e ainda discutirmos nossos projetos de pesquisa.

Aos swamis Jitananda e Nirmalatmananda do templo Ramakrishna Ashrama São Paulo por suas palestras. A transmissão de calma que passam através de suas palavras foi fundamental na manutenção da minha sanidade e no aprofundamento do conhecimento sobre mim mesmo.

Aos membros do Laboratório do Antigo Oriente Próximo (LAOP-USP), tanto seus diretores, Marcelo Rede e Carlos Henrique Gonçalves quanto seus alunos. Desse grupo, destaco principalmente as ajudas do André Kawaminami, da Maria Carolina Rodrigues, da Anita Fattori, do Leandro Ranieri, da Carolina Velloza e da Thais Rocha, com quem sempre contei ao longo do projeto. Os estudos em conjunto e as leituras atentas e críticas dessas pessoas



fizeram com que o trabalho ganhasse uma maior robustez. Além dos exercícios formais das atividades do laboratório, o nosso lado de terapia conjunta também foi fundamental na manutenção da tranquilidade para continuar o trabalho.

Agradeço também ao Rennan Lemos, ao Renan Peixoto por me indicarem bibliografias que me abriram os olhos para outras possibilidades de interpretar e lidar com estudos de fontes materiais e mesmo como pensá-las em conjunto com as fontes escritas – com as quais tenho mais afinidade. Nessa vertente, agradeço também ao Fábio Frizzo por suas indicações teórico-metodológicas.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) por ter sido meu ambiente de estudo desde 2013, quando entrei na graduação. Foi um sonho realizado e uma honra poder fazer parte do corpo discente tanto da graduação quanto da pós-graduação.

Aos autores que estão na bibliografia. Os trabalhos deles foram não só os motores para a parte prática de se fazer pesquisa, mas muitos me inspiraram por sua inscrita, pela transmissão de uma empolgação com a pesquisa.

Aos membros da banca, que aceitaram o convite e tiveram a paciência de ler atentamente o material do mestrado. Espero que tenha sido proveitosa de alguma forma.

Por fim, gostaria de deixar meus agradecimentos aos meus professores que antecederam a minha pesquisa acadêmica, mas que me ensinaram o valor da docência e da pesquisa, como meus professores de História Rogerio Sousa e Maria Helena Fernandes, meu professor de Física Eliezer Gonçalves (*in memorian*), e uma professora de História que, embora não tenha me dado aulas formais, foi uma inspiração e me ensinou muito, Francisca Lima (*in memorian*).

## RESUMO

PIRES, Rafael dos Santos. Unificar para conquistar ou conquistar para unificar? Reorganização do poder faraônico e elites militares (1550-1425 a.C.). 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Nesta dissertação, nós nos voltamos aos processos de unificação e conquista que se desenvolveram no Egito do Reino Novo inicial (c. 1550-1425 a.C.). Apesar de ambos os temas terem sido alvos constantes de pesquisas, nossa proposta busca oferecer uma interpretação mais nuançada sobre o Estado egípcio, principalmente sobre a Coroa, e sua capacidade de controle do território. Para tanto, optamos pela análise conjunta de inscrições em monumentos reais e privados, nomeadamente aqueles que se encontram em contextos classificados como religiosos e funerários e que apresentam alguns títulos e conexões dos indivíduos retratados. Através da análise crítica do discurso foi possível perceber como esses monumentos imbuem em si também elementos tidos por nós como políticos, econômicos, diplomáticos, militares etc., o que acaba por questionar as dicotomias transferidas por nós ao mundo antigo: público e privado, religiosos e político, verdade e mito. Dentro de nosso corpus documental principal (objetos e fontes que pertenciam ou mencionam oficiais e reis do Reino Novo inicial) observamos que outro elemento bastante presente é o de caráter militar. Contudo, ele não aparece somente em nosso entendimento tradicional, isto é, em representantes de forças armadas comentando sobre guerras, vitórias e dominações. O caráter militar se encontra no próprio processo de legitimação do rei, nas construções dos discursos religiosos e mesmo em elementos da administração civil, abrindo caminho para a abrangência do que chamamos ao longo do trabalho de elites militares. Dentro desta perspectiva, vemos o militar como um importante aspecto na construção do Estado unificado e na expansão do Egito, responsável por fazer com que os mecanismos relacionados à dominação, economia e diplomacia funcionem de modo mais favorável ao Egito. Para analisar essas esferas e suas conexões com o militar, optamos por fazer uso da Antropologia Política, da História Política e de teorias de economia simbólica e distributiva a fim de compreender como os fenômenos relacionais entre Estado e comunidades locais, entre o Egito e demais áreas e entre as próprias elites (incluindo aqui a Coroa faraônica) funcionavam em um processo de mão dupla. A partir desses elementos também foi possível concluir que a Coroa egípcia atuava como um símbolo unificador do território egípcio e não como exemplo do que seria uma monarquia despótica asiática. Além disso, foi possível que o processo de unificação faz parte do processo de conquista, deixando de lado uma visão teleológica do Egito como um Estado unificado e o observando como o resultado da conquista do Baixo Egito pelo Alto Egito. A partir da análise das relações de poder entre os diversos setores que passam a compor a realidade egípcia no contexto do Reino Novo inicial, acreditamos que o poder se torna cada vez mais pulverizado.

Palavras-chave: Egito Antigo; Reino Novo; elites militares; reorganização do poder.

## ABSTRACT

PIRES, Rafael dos Santos. Unify to conquer or conquer to unify? Reorganization of the pharaonic power, and military elites (1550-1425 BC). 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

In this work, I will focus on both the unification process of the Egyptian state and on the Egyptian conquest that have taken place over the early New Kingdom Egypt (*c.* 1550-1420 BC). A considerable amount of literature has been published on these issues in Egyptian historiography. However, far too little attention has been paid to a more nuanced evaluation of the Egyptian State, specially the Crown, and its capacity of territorial control. Therefore, I carry out a joint analysis of inscriptions on royal and private monuments, namely those found in religious and funerary contexts which show some of the titles and connections of the depicted individuals. The critical analysis of the discourse of my sources shows how these monuments embody elements which fit predetermined pigeonholes: political, economic, diplomatic, and other domains. Doing so, I end up questioning the dichotomies projected uncritically onto the ancient world: public and private, religious and political, truth and myth. I observe in my main documental corpus (objects and texts that belonged or mention officials and kings of the early New Kingdom) the military feature is another element quite present. However, this feature does not characterize only agents of military forces talking about warfare, victories, and domination. It plays a key role in establishing and maintaining royal legitimacy, in structuring religious discourses, as wells as elements of civil administration. Consequently, this surely expands the meaning of what we call “military elites”. In this perspective, we see the military as an important aspect in the Egyptian state formation and its imperial expansion. It is responsible for making the mechanisms related to domination, economy, and diplomacy operate in a way that benefits Egypt. In order to analyze theses spheres and their connections with the military sphere, I chose to apply concepts of Political Anthropology, Political History, and theories of the distributive and symbolic economy as to understand how the relationship between State and local communities, Egypt and foreign areas and the elites among themselves (including here the pharaonic Crown) work on a two-way process. Taken together, the documentary evidence in this work demonstrate that the Egyptian Crown played an active part as a symbol of unification of the Egyptian territory, far from being the case of a monarchy based on oriental despotism. In addition, I concluded that the process of unification is part of the process of conquest of Lower Egypt by Upper Egypt, leaving aside a teleological view of Egypt as a unified state. The findings of this study suggest that the power became increasingly more pulverized among the groups forming the denser texture of the New Kingdom Egypt.

Keywords: Ancient Egypt; New Kingdom; military elites; power reorganization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação da Iconografia da Estela do escriba Nakht em Serabit el-Khadim: Tutmés III e Hatshepsut realizando oferenda a Hathor e a Onuris-Shu .....	38
Figura 2 – Representação na tumba Elkab nº. 5: Ahmés, filho de Ebana, e seu neto, Paheri .....	49
Figura 3 – Representação na tumba Elkab nº. 5: Paheri fazendo oferendas para seus avós, Ahmés, filho de Ebana, e Ipu .....	50
Figura 4 – Representação na tumba Elkab nº. 5: Heriry fazendo oferenda a seus pais (superior) e recebendo oferenda junto a sua esposa de seu filho, Paheri (inferior) .....	50
Figura 5 – Parte Iconográfica da Estela de Gebel Barkal .....	75
Figura 6 – Representação do Sétimo Pílo de Karnak .....	76
Figura 7 – Representação da tumba tebana de Rekhmira (TT100): Comitivas do Egeu (parte superior) e da Núbia (parte inferior) .....	86
Figura 8 – Representação da tumba tebana de Menkheperraseneb (TT86): Chegada de representantes estrangeiros no Egito .....	88
Figura 9 – Parte Iconográfica da Estela Poética de Tutmés III de Karnak .....	96
Figura 10 – Representação do templo de Deir el-Bahari: Comitiva egípcia levando produtos ao reino de Punt .....	106
Figura 11 – Representação da Paleta de Narmer .....	122
Figura 12 – Representação da tumba tebana de Puyemre (TT 39): Chegada de comitivas estrangeiras .....	124
Figura 13 – Representações de batente de porta de Karnak: Menções a terras estrangeiras do Levante .....	144
Figura 14 – Representação de possível reconstrução do templo de Tutmés II em Tebas: combate do faraó contra os asiáticos .....	154
Figura 15 – Representação do templo de Deir el-Bahari: chegada do Comissário e tropas egípcias a Punt. Parte superior: Comissário egípcio (direita) e governante de Punt entre oficiais (à esquerda) .....	215

## **LISTA DE DIAGRAMAS**

Diagrama 1 – Modelo de Cruz-Uribe para o reinado de Amenhotep III .....	47
---	----

## LISTA DE ABREVIACOES

<i>ENIM</i>	gypte Nilotique et Méditerranéenne
<i>JSSEA</i>	Journal of Social Studies Education in Asia
<i>Urk.</i>	Urkunden des gyptischen Altertums
<i>ZS</i>	Zeitschrift fur gyptische Sprache und Altertumskunde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2</b>	<b>O ESTADO EGÍPCIO: CENTRALIZADO OU SEGMENTÁRIO?</b> .....	23
2.1	O papel da Coroa .....	32
2.2	O papel da Família .....	40
2.3	A convergência entre Estado segmentário e império .....	54
<b>3</b>	<b>O QUE SÃO AS ELITES EGÍPCIAS?</b> .....	59
3.1	A construção discursiva da elite .....	60
3.2	Uma conceitualização geral de elite .....	62
3.2.1	O papel do acúmulo e da circulação .....	62
3.2.2	O papel das construções ideológicas e da educação .....	65
3.2.3	Detenção dos meios de difusão das ideias .....	74
3.3	A relação entre elite e Coroa .....	78
3.4	O caso egípcio: a mobilidade no interior da elite .....	85
3.4.1	A rivalidade no interior da mobilidade .....	92
3.4.2	As interdependências entre as diferentes esferas sociais .....	99
3.5	O que são as elites militares? .....	108
<b>4</b>	<b>A REORGANIZAÇÃO DO PODER FARAÔNICO E A CRIAÇÃO DE UM IMPÉRIO (c. 1550-1425 a.C.): BAIXO EGITO E LEVANTE</b> .....	121
4.1	Os movimentos do Egito para o norte .....	132
4.1.1	As marchas de Tebas rumo ao norte .....	133
4.1.1.1	Balanço .....	146
4.1.2	A instalação de fronteiras egípcias na Ásia .....	147
4.1.2.1	Balanço .....	180
<b>5</b>	<b>A REORGANIZAÇÃO DO PODER FARAÔNICO E A CRIAÇÃO DE UM IMPÉRIO (c. 1550-1425 a.C.): NÚBIA E PUNT</b> .....	183
5.1	Os movimentos do Egito para o sul .....	184
5.1.1	As marchas de Tebas rumo ao sul .....	185
5.1.1.1	Balanço .....	197
5.1.2	A instalação de fronteiras egípcias no sul .....	198
5.1.2.1	Balanço .....	226
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	229
	<b>MAPAS</b> .....	235

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>245</b>
---------------------------	------------





# 1 INTRODUÇÃO

O Reino Novo (c. 1550-1069 a.C.)<sup>1</sup> é um dos períodos mais chamativos da história do Egito Antigo. Além de possuir uma vasta documentação escrita – principalmente em comparação a períodos anteriores –, é nele que encontramos, entre outros: 1) Hatshepsut (c. 1473-1458 a.C.), uma mulher que se tornou faraó e expandiu rotas comerciais ao reino de Punt; 2) Tutmés III (c. 1479-1425 a.C.), tido como um dos grandes conquistadores da história; 3) Akhenaton (c. 1352-1336 a.C.) e sua “heresia amarniana”; 4) Tutankhamon (c. 1336-1327 a.C.) e seus tesouros mortuários; e 5) Ramsés II (c. 1279-1213 a.C.) e suas esplendorosas construções. Além de grandes personalidades que possuíram o direito de portar a Coroa Dupla, que demonstrava a união do Alto e do Baixo Egito, ocorrem eventos que igualmente despertam o interesse de um público bem abrangente, englobando desde leigos a acadêmicos. Podemos citar como exemplo de tais eventos a expulsão dos hicsos da região do Delta egípcia, a expansão do Egito em direção a terras estrangeiras ao norte (Levante) e ao sul (Núbia), a disputa entre Coroa e o sacerdócio de Amon, e as invasões dos chamados “povos do mar”.

A partir desses elementos, podemos observar que o Reino Novo atrai uma audiência considerável através de elementos que compõem a forma mais tradicional de se fazer história: fontes escritas, grandes nomes e grandes eventos. Comumente suas fontes, concentradas em monumentos prestigiosos, tanto oficiais quanto privados, constroem uma narrativa centrada nas capacidades excepcionais de indivíduos masculinos. No caso da realeza, o faraó aparece como uma entidade intermediária entre o mundo cósmico e terreno, cujas estratégias, força e capacidades mágicas são elementos que desequilibram a balança em favor da sociedade egípcia. A uma primeira vista, boa parte das fontes egípcias podem ser – e durante muito tempo foram – interpretadas a partir de uma perspectiva individualista, tendo o indivíduo faraó como um tipo-ideal do chamado despotismo asiático.

A pesquisa aqui desenvolvida abordará o último reinado do Segundo Período Intermediário, o de Kamés (c. 1555-1550 a.C.), e os seis primeiros governos do Reino Novo (c. 1550-1425 a.C.), período marcado pela reunificação egípcia a partir de Tebas e pela formação do império a partir de expansões para terras mais ao norte e mais ao sul. Nós também partimos,

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que a cronologia egípcia é um campo bastante problemático e com uma amplitude considerável de datações. Para os fins dessa pesquisa, optamos por fazer uso das datas sugeridas em SHAW, Ian. *Chronology*. In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 479-483.

grosso modo, dos mesmos documentos que propiciaram essa forma mais tradicional de interpretação da sociedade egípcia apontada brevemente acima. No entanto, o que tentaremos fazer ao longo do trajeto da dissertação é quebrar esses indivíduos em unidades mais amplas, levando em consideração, para além de inscrições – principal foco da pesquisa –, algumas fontes materiais e iconográficas derivadas principalmente de contextos mortuários e templários. Para que seja possível uma interpretação menos personalista das fontes nos atentamos ao estudo das estruturas de *household*, entendido como um agrupamento não igualitário de pessoas que moram em uma mesma residência ou em um complexo residencial que tomam decisões e realizam atividades em conjunto<sup>2</sup>. Um ponto principal é observar como a autoridade dessa entidade no Egito antigo era marcada pela presença de um líder, geralmente um homem detentor de grande influência, poder e/ou prestígio, quer em nível local quer em nível central. Embora pareça um tanto controverso falar em caráter menos personalista e, ao mesmo tempo, de um indivíduo que está no controle de uma instituição, é preciso perceber esses homens não só como representantes efetivo, mas também como simbólicos. Suas figuras representam um conjunto de pessoas que estabelecem algum tipo de relação com eles. Falar de um líder de uma *household* é, assim, falar da própria *household* e seus integrantes.

Para que tal análise seja possível, optamos por escolher fontes que apresentam uma dupla capacidade interpretativa, isto é, que demonstrem a inserção dos indivíduos representados no Estado e no ambiente mais local, incluindo nesse último ponto as relações de parentesco (envolvendo uma compreensão de família estendida). É a partir dessa abordagem que as representações de oficiais bem como fontes ligadas à monarquia serão reinseridas em seu contexto social. Acreditamos que dessa forma seja possível observar uma espécie de retroalimentação entre o público e o privado: os indivíduos são importantes localmente porque pertencem ao Estado e são importantes para o Estado porque são relevantes localmente.

Essa abordagem garante também a não divisão entre público e privado, tida como característica associada aos Estados modernos, mas que muitas vezes é levada em consideração na interpretação de Estados da Antiguidade. O que queremos deixar claro a partir dessa conjunção de interesses públicos e privados não é a irracionalidade do Estado faraônico. Pelo contrário, queremos demonstrar que ele operava em uma outra lógica, misturando, em seu proveito, elementos como a burocratização e os laços de parentesco. É nessa convergência que

---

<sup>2</sup> BLANTON, Richard E. **Houses and Household**. A comparative Study. Nova York: Springer, 1994. p. 5 e SPENCE, Kate. Ancient Egyptian Houses and Households: Architecture, Artifacts, Conceptualization, and Interpretation. In: MÜLLER, Miriam. **Household Studies in Complex Societies**. (Micro) Archaeological and Textual Approaches. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1994. Oriental Institute Seminars, n. 10, p. 85.

se torna possível mobilizar, por exemplo, as forças necessárias sob governo tebano para que o processo de expansão territorial tomasse forma. O apelo a um retorno à tradição geográfica, embora esteja presente na narrativa oficial (como veremos nos Capítulos 2, 3 e 4 a partir das fontes do governo de Kamés), não é capaz de convencer a mobilização de recursos por parte das elites locais.

A lógica entre público e privado, entre burocratização e redes de parentesco, é crucial para compreendermos a principal questão proposta para essa dissertação: qual seria a ordem dos movimentos de unificação e formação imperial. Através da análise das fontes arqueológicas<sup>3</sup> bem como de inscrições privadas e oficiais tentaremos demonstrar como esses dois movimentos não seguem uma linha cronológica de um para outro. Em realidade, acreditamos que não há uma distinção clara entre a unificação e a expansão, uma vez que ambas passam pelo estabelecimento de uma relação de força e contato entre os grupos e territórios envolvidos.

Desse modo, buscaremos sair da divisão tradicionalmente aceita entre uma guerra egípcia contra estrangeiros, que visava a unificação, e uma outra, posterior, baseada na expansão da influência e domínio egípcios ao longo de terras vizinhas. Partimos do pressuposto de que mesmo o movimento de unificação, tido longamente pela historiografia como um movimento teleológico do Estado egípcio, deve ser compreendido como um movimento de conquista, ainda que tenha como diferencial um apelo à tradição. Um apelo que dependia, entre outros fatores, da construção de uma Coroa Dupla, governante do Alto e do Baixo Egito.

A existência da Coroa, porém, não implica o controle absoluto do Estado egípcio por uma única entidade, muito menos por um único indivíduo. Nossa abordagem busca levar em consideração uma perspectiva do faraó não só enquanto indivíduo, mas como um líder de uma *household* bem como uma representação do Estado. Isto é, em sua figura encontramos elementos que aglomeram a sociedade egípcia, mais especificamente alguns grupos sociais. Os monarcas egípcios são retratados como guerreiros, sacerdotes, governantes etc. Além de demonstrar a capacidade, ao menos simbólica, desses indivíduos em realizar essas diferentes – e importantes – tarefas, as representações os conectam a grupos sociais poderosos. A figura faraônica em fontes oficiais surge, assim, não como um déspota, mas como um elemento aglutinante e, assim, estabilizador do Egito.

---

<sup>3</sup> Essas serão principalmente obtidas através dos trabalhos de Ellen Morris. Ver, por exemplo, MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005.

Da mesma forma, os oficiais líderes de *households*, além de serem elementos de conexão entre o Estado e relações locais, são peças-chaves na interação entre diferentes esferas de poder, conectando o militar, ao religioso e/ou à administração civil. Como buscaremos demonstrar, a racionalidade do Estado egípcio, e sua capacidade de atuação, pode ser observada na interação entre setores através de mesmos indivíduos ou de um mesmo grupo social, formando, de acordo com Mills<sup>4</sup>, o que podemos chamar de *elite do poder*. Analisaremos isso no Capítulo 2 através do que chamamos de *burocratização flexível*. Essa proposta em muito se alinha com o pensamento de Yoffee a respeito da sobreposição das diferentes fontes de poder através das ações que os agentes sociais possuem “em mais de uma corporação social”<sup>5</sup>.

É a abordagem de uma *burocratização flexível* que abre caminho para se fazer uma história política que leve em consideração as titulaturas dos indivíduos e, através desses últimos, como os projetos de unificação e expansão foram atraentes para as elites egípcias. O fenômeno de conexão de um fluxo contínuo de riqueza derivado de expedições militares (fossem diplomáticas, fossem bélicas) para praticamente todos os setores da sociedade a um discurso militarizado que é encontrado mesmo em fontes produzidas por indivíduos que não participaram ativamente de atividades de tropas demonstra a dinâmica social durante o Reino Novo inicial. Em outras palavras, quando nos referimos a uma elite militar não estamos engessando os grupos sociais. Pelo contrário, estamos nos referindo a um modo de pensar que influenciou boa parte das elites egípcias – aqui incluímos a Coroa – em suas justificativas simbólicas, econômicas e sociais de poder.

Para que cumprir nossos objetivos dividimos o mestrado em quatro capítulos. Os dois primeiros trarão uma abordagem mais teórica, voltado a definição de conceitos como Coroa, família, *household*, forma de Estado, império e elites. Com isso, tentaremos demonstrar a fluidez de tais conceitos, inclusive no interior de uma mesma sociedade, e, assim, afastar uma visão estática da sociedade egípcia.

Os dois últimos capítulos seguirão uma narrativa mais tradicional da história política. Abordaremos as expansões de Tebas e, posteriormente do Egito unificado, em direção a terras vizinhas tanto do norte quanto do sul. A partir dessa abordagem é possível ver tanto o desenvolvimento da perspectiva egípcia em relação à expansão, passando de saques esporádicos a uma administração mais presente, quanto as diferenças de estratégia que marcam esse império, deixando de lado uma visão uniforme de dominação. Esse elemento marca

---

<sup>4</sup> MILLS, C. Wright. **Elite do Poder**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>5</sup> YOFFEE, Norman. **Mitos do Estado Arcaico**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2013. p. 68-69.

inclusive a forma como as terras que passam a interagir com o Egito, de uma forma ou de outra, e seus produtos são referidos nas documentações analisadas ao longo dessa pesquisa.

Apesar de fazermos constantemente o uso de nomes individuais (dado que são eles que muitas vezes aparecem nas fontes empregadas), é preciso que o leitor atente-se – baseado principalmente nos Capítulos 1 e 2 – ao fato de que eles são referenciais de um grupo social, de uma família ou mesmo de um período histórico, de uma disputa, de uma aliança etc. Conforme nos ensina a disciplina histórica, não estamos diante de homens à frente ou atrás de seu tempo, mas de frutos de contextos e experiências.



## 2 O ESTADO EGÍPCIO: CENTRALIZADO OU SEGMENTÁRIO?

O estudo sobre Antigo Egito constantemente se foca sobre grandes monumentos, principalmente funerários e templários, valorizando os textos neles encontrados, como se pode observar a partir das compilações de fontes escritas<sup>6</sup>. A busca por novas construções dentro desse escopo ainda marca boa parte dos trabalhos arqueológicos<sup>7</sup>. O problema, evidentemente, não são os monumentos em si, uma vez que são produtos da sociedade egípcia antiga, mas sim algumas interpretações deles tiradas.

Observemos a necrópole tebana no início do Reino Novo (c. 1550-1425 a.C.), período que nos interessa mais de perto. Os empreendimentos no setor do Vale dos Reis tinham a sua disposição os habitantes de Deir el-Medina<sup>8</sup>, vila de trabalhadores especializados, construída justamente para atender às demandas de edificações funerárias da realeza. Dada sua natureza de “serva” das necessidades da monarquia, fica claro que Deir el-Medina é um projeto de Estado<sup>9</sup>. Daqui então, temos uma relação estabelecida entre Estado e Coroa, a qual pode ser definida como o conjunto dos membros da família real e que tem o monarca, aquele que porta o objeto coroa, como seu representante mais destacado. Somado a ideia de ser um projeto de Estado, essa vila de trabalhadores especializados acabou por ser bastante dependente das organizações estatais para sua existência. James afirma que não havia a possibilidade de escavar poços para obtenção de água na região<sup>10</sup>. Sendo assim, os habitantes dependeriam de pontos de distribuição ao redor da vila responsáveis por prover casas individuais e “pontos de água intermediários dentro da área da aldeia”, abastecidos por carregamentos realizados através de burros ou pessoas<sup>11</sup>.

---

<sup>6</sup> POPKO, Lutz. History-Writing in Ancient Egypt. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2014, p. 1-2.

<sup>7</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. The Cursed Discipline? The Peculiarities of Egyptology at the Turn of the Twenty-First Century. In: CARRUTHERS, W. (org.). *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*. Londres: Routledge, 2014, p. 50-51.

<sup>8</sup> Nigel e Helen Strudwick afirmam não ser possível estabelecer com precisão uma datação para a fundação dessa vila, contudo, assim como Buzby, acham possível atribuí-la ao governo de Amenhotep I (c. 1525-1504 a.C.), dado o culto desfrutado ali por esse rei e por sua mãe. Ver STRUDWICK, Nigel; STRUDWICK Helen. *Thebes in Egypt. A guide to the tombs and temples of Ancient Luxor*, Ithaca: Cornell University Press, 1999, p. 174 e BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. *Kaleidoscope eyes*, Sidney, p. 4, Out. 2002.

<sup>9</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Households. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2012, p. 2.

<sup>10</sup> JAMES, T. G. H. *Pharaoh's people*. Scenes from life in Imperial Egypt. Londres: The Bodley Head, 1984, p. 229-230.

<sup>11</sup> *Ibid.*, tradução nossa.



Através da vila de Deir el-Medina se poderia inferir, então, que há uma parcela da população egípcia que chegaria mesmo a viver em função da morte de seus governantes. Essa relação entre os trabalhadores habitantes da vila e seus governantes mortos pode ser observada através do culto que Amenhotep I (c. 1525-1504 a.C.) desfrutava ali, bem como ocorreu posteriormente com Tutmés III (c. 1479-1425 a.C.). Ao que tudo indica, esses dois foram responsáveis por importantes movimentos no local. O primeiro poderia ter sido rei durante a fundação de Deir el-Medina, o que o estabeleceu como uma espécie de patrono<sup>12</sup>, enquanto o último era governante no período em que a distribuição de água foi melhorada<sup>13</sup>.

A devoção aos reis mortos pode ser interpretada de dois modos diferentes. Primeiramente, se atribuirmos aos egípcios a mesma relação que a sociedade ocidental moderna apresenta com os mortos, teríamos um respeito espiritual e religioso em relação a tais reis baseado numa hierarquia e que caminha praticamente numa via de sentido único, do além para o terreno. Assim, os reis egípcios apareceriam como entidades de governo despótico mesmo no outro mundo, dado sua capacidade de exercer controle absoluto da mesma forma que, supostamente, teriam feito em vida. Porém, se imbuirmos no religioso o elemento político, baseando-nos, evidentemente, nos costumes egípcios de não separar tais esferas, podemos construir um cenário um pouco diferente. E é esse segundo modo que guiará nossas interpretações.

Os mortos egípcios não eram indivíduos que desfrutavam necessariamente de paz, harmonia e respeito por sua condição de habitantes do pós-vida. Eles eram também alvos de pedidos, ameaças, litígios, discussões etc. É o que encontramos em uma carta datada da XIX Dinastia (c. 1295-1186 a.C.) localizada no Papiro Leiden I 371, traduzida por Wente<sup>14</sup>. Nela, um marido escreve para sua falecida esposa, a fim de confrontá-la sobre a intranquilidade da mente que essa vem causando nele. O malefício, de acordo com o marido, é tal que ele é incapaz mesmo de cumprir seus deveres oficiais – que o colocam como membro da elite – da forma devida. Ao fim, após fazer uma lista de supostas coisas que teria feito de forma a cumprir seu papel tanto de marido quanto de viúvo, estabelecendo oferendas para sua esposa, o homem afirma que haverá um julgamento entre ele e ela realizado por um terceiro, provavelmente um deus. Essa carta demonstra também que os mortos são ainda vistos como agentes no mundo dos vivos, dado que a mulher é dotada de capacidade de ação na vida do homem, inclusive

---

<sup>12</sup> Ver nota 6.

<sup>13</sup> JAMES, T. G. H. **Pharaoh's people**. Scenes from life in Imperial Egypt. Londres: The Bodley Head, 1984. p. 229-230.

<sup>14</sup> MELTZER, Edmund S. (org.); WENT, Edward F. (trad.). **Letters from Ancient Egypt**. Scholars Press: Atlanta, 1990. p. 216-217.

profissional. Mesmo membros de família real foram relacionados no pós-vida dessa forma. É o caso, por exemplo, do príncipe tebano Ahmés durante o Segundo Período Intermediário<sup>15</sup> (c. 1650-1550 a.C.). Para ele foi feita uma estátua onde ele está sentado e que Moreno García afirma ter “sido interpretada como uma *carta dos mortos* tridimensional, pois pretendia impedir a terrível intervenção potencial de um poderoso falecido no mundo dos vivos”<sup>16</sup>.

No entanto, as cartas aos mortos não tinham unicamente conteúdos de litígio entre vivos e mortos. Há também a afirmação sobre o cumprimento de deveres por parte dos que ainda estão nesse mundo e de uma troca de vantagens entre vivos e mortos. Citemos como exemplo do primeiro caso uma carta escrita na *Oxford Bowl*, datada entre o final do Segundo Período Intermediário e início do Reino Novo<sup>17</sup>, traduzida também por Went<sup>18</sup>. Ela foi endereçada por Tetiaa, filho de Neni, a, supostamente, parentes mortos<sup>19</sup>, talvez os pais ou responsáveis de Meniupu. Nela, Tetiaa assegura que esse último está sendo cuidado por seus pais após ter chegado “em fuga”<sup>20</sup>, *warw*<sup>21</sup>. Mesmo o enterramento desse indivíduo em caso de morte está assegurado pela vontade do pai da família, Neni. Tal carta demonstra não só a importância das relações familiares mais amplamente compreendidas no convívio – neste caso, mesmo para a sobrevivência – do indivíduo, mas também ressalta a visão egípcia de que os pais falecidos de Meniupu possivelmente estariam agoniados na outra vida diante da situação precária de seu filho. Cumprir esse dever familiar seria, assim, manter a tranquilidade dos habitantes do outro mundo e, eventualmente, obter alguma vantagem em troca.

Quanto ao segundo caso – a troca de benefício entre vivos e mortos –, podemos citar como exemplo a tumba do primeiro arauto de Tutmés III, Intef (TT 155). Ali, o oficial pede que os visitantes leiam e ouçam a oferenda inscrita em troca de serem favorecidos pelos deuses, possuírem tumbas, não temerem terras estrangeiras etc. O que se percebe nessa inscrição é uma

---

<sup>15</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Oracles, ancestor cults and letters to the dead: the involvement of the dead in the public and private family affairs in Pharaonic Egypt. In: STORCH, A. (org.). **Perception of the Invisible: Religion, Historical Semantics and the Role of Perceptive Verbs**. Cologne: Rüdiger Köppe, 2010. p. 146.

<sup>16</sup> *Ibid.*, tradução nossa.

<sup>17</sup> Cabe ressaltar que essa datação se referiria à paleografia e aos nomes dos indivíduos envolvidos. Quanto à tigela em si, baseada em seu formato, há a hipótese de que ela seja datada do Reino Médio (c. 2055-1650 a.C.), o que indicaria a posse e o reuso desse objeto por um longo período. Ver FROOD, Elizabeth. Egypt and Sudan: Old Kingdom to Late Period. In: HICKS, Dan; STEVENSON, Alice. **World Archaeology at the Pitt Rivers Museum: A Characterization**. Oxford: Archaeopress, 2013. p. 98.

<sup>18</sup> MELTZER, Edmund S. (org.); WENT, Edward F. (trad.). **Letters from Ancient Egypt**. Scholars Press: Atlanta, 1990. p. 216, tradução nossa.

<sup>19</sup> *Ibid.*

<sup>20</sup> Tradução para o inglês em *Ibid.*, tradução nossa.

<sup>21</sup> GARDINER, Alan H.; SETHE, Kurt. **Egyptian Letters to the dead, Mainly from the Old and Middle Kingdoms**. Londres: Egyptian Exploration Society, 1928. pl. IX.

troca de bens materiais (pão para o morto, tumbas para os recitadores e ouvintes da oferenda) e imateriais (a benção dos deuses aos recitadores e ouvintes) entre os vivos e os mortos.

Quando transferimos essas relações ativas entre os habitantes desse e do outro mundo para os cultos dos dois monarcas da XVIII Dinastia (c. 1550-1295 a.C.) – Amenhotep I e Tutmés III –, vemos que eles são venerados por suas ações em vida em favor de Deir el-Medina. Assim, não se trata meramente de um rito desfrutado por monarcas egípcios pela própria vontade da Coroa, mas de um culto que busca, além de favores materiais e imateriais para os indivíduos que o praticam, marcar o reconhecimento e a glorificação dos governantes que agiram em proveito dos habitantes da vila de trabalhadores. O culto aos monarcas falecidos pode também ser encarado como um ritual aos ancestrais, uma manifestação de um sentimento de comunidade, dado que são os elementos de ligação entre todas as *households* de Deir el-Medina. É nesse último aspecto – isto é, o papel de ligação que a Coroa apresenta – que podemos inserir o debate do Estado egípcio como centralizado ou segmentário.

Comumente, dado o status da vila como projeto de Estado voltado à atividade especializada de construções mortuárias e a capacidade que esse tem em aparentemente selecionar seus habitantes, Deir el-Medina é encarada como um modelo projetado por um Estado centralizado, onde os monarcas são capazes de exercer suas vontades sem muita interferência de outras relações sociais. Em outras palavras, o Estado se apresentaria como um limitador e regulador de relações no interior dessa comunidade.

Esse controle poderia ser observado, por exemplo, na existência e prevalência de famílias nucleares (pai, mãe e filhos) no Antigo Egito<sup>22</sup>, incluindo o período do Reino Novo (c. 1550-1069 a.C.), já durante a fase inicial da XVIII Dinastia. Essa primazia estaria demonstrada pelos dados obtidos pelos censos egípcios e no plano das casas de Deir el-Medina. Porém, ambos os elementos devem ser nuançados. Os censos eram voltados não a uma análise aprofundada das relações sociais existentes nas áreas levantadas, mas eram destinados a organizar o recrutamento de mão de obra para o Estado, bem como os tributos que deviam ser esperados de cada casa<sup>23</sup>. A partir do censo tornava-se possível também que o Estado agisse sobre a família nuclear daqueles que não cumprissem os seus deveres<sup>24</sup>. Tamanho era o pragmatismo voltado ao trabalho e tributo que nos censos não se contavam nascimentos,

---

<sup>22</sup> TRIGGER, Bruce G. **Early Civilizations: Ancient Egypt in Context**. Cairo: The American University in Cairo Press, 1993. p. 36.

<sup>23</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Households. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2012, p. 1-2.

<sup>24</sup> CAMPAGNO, Marcelo. **Surgimiento del Estado en Egipto: cambios y continuidades en lo ideológico**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras – UBA –, 1998. p. 97.

mortes, casamentos e divórcios<sup>25</sup>. Um documento datado entre os governos de Ramsés IV (c. 1153-1147 a.C.) e IX (c. 1126-1108 a.C.) proveniente de Deir el-Medina, denominado *Stato Civile* pela Egiptologia, apresenta alguns dados típicos dos censos: há a quantificação de membros de trinta famílias nucleares<sup>26</sup>. Tal documento abre uma interpretação de família nuclear também para a vila de trabalhadores.

No entanto, um exame do sítio dessa vila de trabalhadores, bem como os de Lahun e el-Amarna, demonstra que, embora sejam assentamentos planejados e voltados a objetivos estatais específicos, as casas desenhadas para atender a famílias nucleares foram subsequentemente modificadas por seus habitantes a fim de atenderem as demandas de uma família estendida<sup>27</sup>. James ressalta que adições na casa podiam ser feitas através de tijolos de barro não cozido, o que indicaria um crescimento orgânico das edificações<sup>28</sup>; isto é, haveria um desenvolvimento de acordo com as necessidades dos indivíduos. Além das alterações propriamente ditas nas construções, a organização de assentamentos em bairros que abrigavam famílias estendidas é bastante plausível<sup>29</sup>. Isto é, há uma agência significativa dos assentados, moldando relações sociais, como disputas e associações, que ultrapassam os objetivos primeiros do Estado egípcio. O mais importante a ter-se em mente é que essas relações eram estabelecidas através da criação de laços de famílias estendidas, composta pelos vivos assim como pelos mortos, alvos de ritos e cômodos dedicados a ancestrais. Quando observamos essa realidade de Deir el-Medina, que pode ser transposta para outros lugares, como para Sheikh Abd el-Qurna, onde estão enterrados membros da elite e suas famílias, é possível analisar os faraós adorados e/ou retratados na vila e nas tumbas a partir de uma perspectiva não centralista, possuindo elementos do que seria uma sociedade segmentária.

Entendemos por sociedades segmentárias uma mistura entre relações de parentesco (âmbito privado) e do que convencionalmente se entende por política (âmbito público)<sup>30</sup>. Em

---

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> MESKELL, Lynn. **Private Life in New Kingdom Egypt**. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2002. p. 52-53.



<sup>27</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Households. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2012, p. 2.

<sup>28</sup> JAMES, T. G. H. **Pharaoh's people**. Scenes from life in Imperial Egypt. Londres: The Bodley Head, 1984. p. 219.

<sup>29</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Consideraciones sobre el papel y la importancia de la familia extensa en la organización social de Egipto en el III milenio antes de Cristo. In: CAMPAGNO, Marcelo (org.). **Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Ediciones del Signo, 2006. p. 130-131.

<sup>30</sup> HAHN, Hans Peter. Segmentary Societies as Alternatives to Hierarchical Order: Sustainable Social Structures or Organisation of Predatory Violence? In: KIENLIN, Tobias L.; ZIMMERMANN, Andreas. **Beyond Elites**. Alternatives to Hierarchical systems in Modelling Social Formations. Bonn: Verlag Dr. Rudolf Habelt GmbH, 2012. p. 34.

suma, essas sociedades não apresentam uma limitação clara entre o que pertenceria ao público e o que pertenceria ao privado, o que faz com que uma esfera influencie nas relações da outra<sup>31</sup>. Importante também ressaltar que essas linhagens não são definidas unicamente através de laços de parentesco sanguineamente definidos, mas através mesmo de formações clânicas baseadas em ancestralidade unilinear<sup>32</sup>.

No caso egípcio, podemos observar esse tipo de configuração através de alguns vocábulos, como *wHyt*, que significaria “por um lado, aldeia e, por outro, *família, clã*”, tendo como diferença na escrita os determinativos  e , respectivamente<sup>33</sup>. Segundo Moreno García, isso pode significar que os egípcios viam uma certa relação entre aldeias e laços de parentesco<sup>34</sup>. Uma outra forma pela qual o laço parental entre diferentes indivíduos pode aparecer é justamente pela ligação desses com as divindades locais, mencionadas por Intef em sua tumba – citada anteriormente. Uma convergência entre essa identidade aldeã e as divindades locais pode ser observada nos *phylae*: grupos de trabalho recrutados localmente para serviços estatais e que apresentam divindades protetoras<sup>35</sup>. Esse último elemento, inclusive, diz respeito também à falta de diferenciação clara entre o público/estatal e o privado/local, dada a organização do serviço que seria público a partir de elementos responsáveis pelas organizações aldeãs das recrutadas. Em outras palavras, embora possa haver um deslocamento de força de trabalho seguindo uma lógica burocrática, estatalmente racionalizada, os indivíduos poderiam permanecer atrelados a sua identidade aldeão ou até mesmo familiar, clânica.

Cabe ressaltar, conforme aponta Hahn, que tais organizações segmentárias não implicam na ausência de desigualdade ou mesmo de uma liderança<sup>36</sup>. No caso egípcio, talvez sejam os principais vetores de uma visão centralizada de poder as formas como essas lideranças aparecem, são administradas pela burocracia estatal e participam do Estado. Um dos primeiros elementos que são sublinhados é o caráter individualista com que as administrações, sejam elas

<sup>31</sup> Ibid.

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> CAMPAGNO, Marcelo. De los Modos de Organización sociales en el Antiguo Egipto: Lógica de Parentesco, Lógica de Estado. In: CAMPAGNO, Marcelo (org.). **Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Ediciones del Signo, 2006. p. 27, grifos do autor, tradução nossa.

<sup>34</sup> Ibid.

<sup>35</sup> CAMPAGNO, Marcelo. **Surgimiento del Estado en Egipto: cambios y continuidades en lo ideológico**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras – UBA –, 1998. p. 98.

<sup>36</sup> HAHN, Hans Peter. Segmentary Societies as Alternatives to Hierarchical Order: Sustainable Social Structures or Organisation of Predatory Violence? In: KIENLIN, Tobias L.; ZIMMERMANN, Andreas. **Beyond Elites**. Alternatives to Hierarchical systems in Modelling Social Formations. Bonn: Verlag Dr. Rudolf Habelt GmbH, 2012. p. 36.

locais ou do Estado, aparecem. Elas estariam baseadas constantemente em uma única designação, em único indivíduo.

Analisemos o Papiro Lansing, datado do Reino Novo, mais especificamente, da XX Dinastia (c. 1186-1069 a.C.), traduzido por Lichtheim<sup>37</sup>. Tal papiro apresenta um texto utilizado para a instrução de escrita de novos escribas. Em um determinado momento ele comenta sobre “Os infortúnios do camponês”<sup>38</sup>. Nesse ponto do texto um homem acaba tendo uma série de revezes durante suas atividades agrícolas e não possui nada quando o escriba, acompanhado por assistentes e núbios armados, chega para receber os tributos devidos ao Estado. O camponês em questão, não possuindo os grãos devidos, apanha e é jogado em um poço, enquanto sua esposa e filhos também são punidos – ela é atada e eles são acorrentados. A narrativa também menciona que os vizinhos desse camponês o abandonam e fogem. Embora seja o corpo do camponês enquanto indivíduo que tenha recebido os castigos corpóreos mais severos, não se pode perder de vista o papel que esse tem como líder de uma *household*. É sua falha em prover os grãos do tributo estatal que causa a desgraça para os membros de sua família – conforme previsto pelo sistema de censos acima mencionado – e mesmo o seu abandono por parte de seus vizinhos. A violência estatal por ele sofrida, assim, interfere em suas relações locais, o colocando à margem.

Dentro da definição proposta por Godelier, o camponês poderia ser interpretado como uma espécie de *Big Man*, dado o destaque de seu “esforço no trabalho agrícola”, cujo alvo não era somente a subsistência, mas a produção de um excedente<sup>39</sup> a ser apropriado, ao menos em parte, pelo Estado e, possivelmente, distribuído aos vizinhos, dado a atitude desses quando a colheita não se cumpre e há a forte represália do Estado. A narrativa afirma que esse possuía as ferramentas agrícolas e um grupo de animais, *Htrj*<sup>40</sup>, que estavam sob os cuidados de um pastor. Não se trata, assim, de um indivíduo qualquer, mas de um capaz de ser proprietário de produção agrícola bem como de possuir animais através das relações estabelecidas com outros indivíduos.

O camponês em questão, embora sendo uma alegoria dentro de um texto de treino escrital, demonstra a responsabilidade que o indivíduo tem para além dele mesmo, enquanto líder de uma casa. Um outro personagem importante dessa alegoria é o próprio escriba. A agressão exercida pela ordem dele, em realidade era uma ação estatal contra um indivíduo – ou

<sup>37</sup> LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian Literature: The New Kingdom**. Berkley: University of California Press, 1978. v. 2, p. 168-175.

<sup>38</sup> Ibid., p. 170-171, tradução nossa.

<sup>39</sup> GODELIER, Maurice. **La production des Grands Hommes**. Malesherbes : Champs essais, 2010. p. 254, tradução nossa.

<sup>40</sup> ERMAN, A.; LANGE, H. O. **Papyrus Lansing**. Eine Ägyptische Schulhandschrift der 20. Dynastie. Copenhagen: Danske videnskabernes selskab, historisk-filologiske meddelelser, X, 3, 1925. p. 62.

grupo – não pagador dos tributos devidos. Se o camponês representa uma *household*, o escriba, por sua vez, representa o Estado. Estado esse que, através da figura de seu emissário, reconhece os mecanismos locais de relações sociais.

A mesma lógica pode ser aplicada nas tumbas do Reino Novo. Utilizemos a tumba do soldado Ahmés, filho de Ebana, (Elkab nº. 5) como referência. Logo no início de sua autobiografia, esse oficial, contemporâneo do governo de Ahmés (c. 1550-1525 a.C.) a Tutmés I (c. 1504-1492 a.C.), afirma que muitas recompensas lhe foram dadas, como ouro, terras e servos. Embora ele justifique esses elementos como retribuição por serviços pessoais, não se deve perder de vista que ele é tanto um membro da marinha egípcia – alcançando inclusive o posto de almirante da tripulação – quanto de uma casa. Ahmés, filho de Ebana, então, pode ser interpretado como representante de um segmento estatal bem como de um segmento privado, sendo esse último beneficiado pelas ações desempenhadas no primeiro. Em outras palavras, expansão da *household* do almirante ocorre mediante suas atividades enquanto representante do Egito. Usando mais uma vez a definição de Godelier, temos que Ahmés, filho de Ebana, pode ser apresentado como um exemplo de *Big Man*, dado sua tentativa de sublinhar seu crescimento de status social não a partir de heranças, mas através de seu esforço individual, nesse caso através do exército, possibilitando inclusive o acúmulo de riqueza<sup>41</sup>. Quanto a outro elemento característico do *Big Man*, a distribuição de riqueza<sup>42</sup>, pode ser contestada através da entrega de parte de suas capturas à burocracia militar presente nas campanhas, enriquecendo o Estado egípcio. Embora tais entregas por parte do almirante dificilmente fossem voluntárias, não se pode perder de vista sua capacidade de demonstrar a importância desse indivíduo na circulação de riqueza.

Outro oficial que apresenta uma tumba capaz de ser abordada a partir dessa mesma perspectiva de representações é o arauto Intef, anteriormente mencionado. Ele afirma ser aquele responsável por preparar e equipar a habitação do rei no momento das campanhas. Evidentemente, não é um serviço que um único indivíduo pode fazer, ainda mais quando o próprio arauto afirma ter que reunir elementos locais das áreas estrangeiras para realizar o abastecimento. O oficial afirma também ser o responsável por registrar “os produtos dos governantes que estavam em cada uma das terras estrangeiras, consistindo em prata, ouro, óleo, incenso e vinho...”<sup>43</sup> (Urk. IV 975, 11). Intef, então, exerce em sua biografia também um papel

---

<sup>41</sup> GODELIER, Maurice. **La production des Grands Hommes**. Malesherbes : Champs essais, 2010. p. 254.

<sup>42</sup> Ibid.

<sup>43</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M. **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 140, tradução nossa.

de representante de diferentes estruturas estatais egípcias. Aqui, percebe-se a organização de projetos militares e a tributação de terras estrangeiras. Intef também pode ser pensado como um exemplo de *Big Man*, mas por um motivo diferente dos relacionados ao camponês e a Ahmés, filho de Ebana. O arauto de Tutmés III destaca seu caráter oratório: “Aquele quem transmite as palavras da plebe e registra a Condição das Duas Margens, que fala ao ponto (?) na câmara”<sup>44</sup> (Urk. IV 966, 15-17). Intef se coloca então, como intermediário de discursos, outro elemento responsável por formar um indivíduo caracterizado pelo termo *Big Man*<sup>45</sup>. Ele é um agente do Estado responsável por transportar as falas de comunidades locais camponesas e, assim, se coloca também como figura importante para que essas comunidades tenham suas queixas, vontades e angústias ouvidas.

O camponês do Papiro Lansing, Ahmés, filho de Ebana, e Intef, segundo suas características que os colocariam dentro da definição de *Big Men* e suas relações com o Estado faraônico, demonstram que as sociedades segmentárias não são necessariamente deixadas de lado ou mesmo excluídas no momento em que o elemento estatal é colocado em jogo. As comunidades locais aprendem a lidar com esse novo agente não só com base em submissões e coletas tributárias, mas também apoiada no que ele pode oferecer em proveito dessas comunidades, ou ao menos para seus membros mais destacados. Seguindo a perspectiva de Lehner, que busca o funcionamento do macro a partir do micro<sup>46</sup>, temos que os membros destacados de um agrupamento social, seja uma família ou um assentamento, funcionam como um microcosmo do que seria o macrocosmo estatal.

Tomados os três exemplos em conjunto, percebe-se que a narrativa sobre os feitos e características de um indivíduo, em realidade, o ultrapassam. Ela envolve, entre outras questões, instituições, as relações pessoais diretas desse indivíduo e suas heranças para suas redes de contato. Contrário a uma visão despótica da construção política egípcia, a menção de um nome é fazer alusão a uma realidade muito mais ampla.

Através dos elementos acima levantados, podemos ver o faraó também exercendo o papel de imagem identitária. Representar o monarca iconograficamente em sua própria tumba, além de ser um elemento de distinção para membros da elite, marca a identidade de um grupo, um pertencimento a um determinado Estado em um determinado período, notabilizado por um

<sup>44</sup> Tradução em inglês em REDFORD, Donald B. **The Wars in Syria and Palestine**. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 177, tradução nossa. De acordo com Redford, “que fala ao ponto (?) na câmara” é literalmente “Aquele que fala sobre negócios no lugar secreto”. Ver Ibid., p. 177, nota 63, tradução nossa.

<sup>45</sup> GODELIER, Maurice. **La production des Grands Hommes**. Malesherbes : Champs essais, 2010. p. 254.


<sup>46</sup> LEHNER, Mark. Fractal House of Pharaoh: Ancient Egypt as a Complex Adaptative System, a Trial Formulation. In: KOHLER, Timothy A.; GUMERMAN, George J. (orgs.). **Dynamics in Human and Primate Societies**. New York & Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 339-340.



tipo de governo. Assim, os monarcas adorados na vila de Deir el-Medina podem ser vistos como um elemento de ligação entre as diferentes *households* do local, assinalando uma identidade mais ampla do assentamento, conectando-o inclusive com sua função enquanto construtor das últimas moradias dos corpos dos reis. É exatamente sobre esse papel do faraó – mais especificamente da Coroa – enquanto elemento político, simbólico e representativo que nos deteremos agora.

## 2.1 O papel da Coroa

Antes de passarmos para as diferentes formas em que a Coroa aparece textual e iconograficamente, é preciso fazer uma breve definição do que aqui é entendido como sendo a Coroa. Em nosso trabalho ela é vista como um termo referente à instituição da realeza, que envolve não só o monarca enquanto tal, mas também a família real, os administradores do Estado e o próprio cargo que o objeto coroa faz alusão. Desse modo, ela deve também ser entendida como um conjunto de relações sociais que têm como representante mais proeminente o faraó.

A Coroa servia como a ligação política, social, econômica e simbólica entre as diversas partes de um território diversificado. Ao monarca era atribuído o título de *nswt bjt* , “Rei do Alto e do Baixo Egito”, representados pelo junco e pela abelha, respectivamente<sup>47</sup>. Sendo assim, logo de saída, seu poder possuía uma dispersão em pelo menos duas grandes áreas geográficas, o que motivaria viagens e construções de monumentos para que sua presença fosse estabelecida. Observemos o caso de Tutmés I. Durante o seu governo a capital administrativa foi mudada novamente para Mênfis, tendo a capital religiosa permanecido Tebas, cidade da divindade principal do período, Amon<sup>48</sup>, e onde o rei deveria participar de diversos festivais religiosos e ser enterrado. Num plano mais geral da XVIII Dinastia (c. 1550-1295 a.C.), a cidade de Heliópolis, por sua vez, seria o local onde Rá elegeria o novo monarca legítimo, sendo esse último “renascido como o falcão solar”<sup>49</sup>. De acordo com Redford, esse ritual acabaria por

<sup>47</sup> ALLEN, James, P. **Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 83.

<sup>48</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 578.

<sup>49</sup> BROWN, Maria Wilding. A New Analysis of the Titles of Teti on Statue BM EA 888. In: KAHL, Jochem; KLOTH, Nicole (orgs.). **Studien zur Altägyptischen Kultur**. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 2016. v. 45, p. 99, tradução nossa.

tornar o rei um “heliopolitano”<sup>50</sup>. Se associarmos a realidade heliopolitana mais ampla com a realidade construída a partir do governo de Tutmés I, temos uma figura real que deve ser legitimada com base em ao menos três centros diferentes. Isso faz com que esses se unam de alguma forma em torno do representante da Coroa.

O faraó aparece nesse aspecto como uma forma de identidade a partir da qual a comunidade social e geográfica pensada como egípcia é criada e tornada viável<sup>51</sup>. Assim como algumas divindades do panteão egípcio, o governante ficou encarregado de uma área específica: o Vale do Nilo<sup>52</sup>. A característica geográfica pode ser observada no discurso de Kamés<sup>53</sup> (c. 1555-1550 a.C.), último monarca da XVII Dinastia (c. 1580-1550 a.C.), presente na tabuleta de Carnarvon. O faraó discute com seu conselho sobre uma possível guerra contra os hicsos e os núbios a fim de obter a reunificação de um território partilhado entre a Coroa tebana e governantes estrangeiros. A voz de Kamés nessa narrativa é a voz da unidade tradicional, que estaria presente em seus antecessores desde o início do Estado faraônico. Cabe ao rei, assim, recuperar o território perdido bem como a própria prática do discurso que mantém uma das razões de ser da monarquia egípcia. Dentro de um escopo mais amplo, Kamés é a exemplificação do governante como necessário para que a identidade tanto prática quanto teórica continuasse presente na conformação de um Estado egípcio unido. Sem o faraó não haveria a unidade e tampouco a reunificação.

Outro papel que cabe ao governante está relacionado à guerra. Tanto em tumbas privadas quanto em monumentos públicos, o faraó é representado, textual e/ou iconograficamente como o responsável por realizar massacres entre aqueles que escapam a seu controle – geralmente povos estrangeiros. Retomando a figura de Kamés durante o período da reunificação, esse aparece na Segunda Estela como o responsável por destruir as habitações e os pomares de seus inimigos e realizador de butins que somavam materiais prestigiosos como lápis-lazúli, ouro e prata. Kamés é o homem responsável pela vitória. Esse potencial guerreiro do monarca está presente em autobiografias de oficiais da fase inicial da XVIII Dinastia. Podemos citar como exemplo os casos do general Amun-em-heb (TT85) e do responsável por construções Minmés (estátua do templo dedicado ao deus Montu em Medamud), ambos

<sup>50</sup> REDFORD, Donald B. The concept of kingship during the Eighteenth Dynasty. In: O’CONNOR, David; SILVERMAN, David (orgs.). **Ancient Egyptian Kingship**. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995. p. 172, tradução nossa.

<sup>51</sup> O’CONNOR, David; SILVERMAN, David. Introduction. In: O’CONNOR, David; SILVERMAN, David (orgs.). **Ancient Egyptian Kingship**. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995. p. XVIII.

<sup>52</sup> MORRIS, Ellen. The Pharaoh and Pharaonic Office. In: LLOYD, Alan B. (org.). **A Companion to Ancient Egypt**. Oxford: Willey-Blackwell, 2010. v. 1, p. 207.

<sup>53</sup> Essa questão será discutida com mais vagar no capítulo 2.

contemporâneos do reinado de Tutmés III. Eles afirmam ter presenciado vitórias e massacres levados a cabo pelo próprio rei do Egito em terras estrangeiras. Quanto à iconografia não é incomum que o faraó apareça sozinho subjugando os inimigos. Podemos usar como exemplo O Sétimo Pílo de Karnak, que será analisado nos Capítulos 2 e 3. Nele, Tutmés III está em pé, portando uma maça em riste e mantendo sob seu julgo uma quantidade significativa de inimigos. Com base nessa visão que, evidentemente não representa uma realidade corriqueira, o monarca não só representaria a subjugação dos estrangeiros, mas a própria organização de uma força egípcia capaz de manter o território livre de possíveis intervenções estrangeiras.

Muitas vezes associada à figura guerreira está o papel diplomático/mercantil da Coroa. Ela aparece como a intermediária entre os produtos de terras estrangeiras e a sociedade egípcia, mais especificamente a elite. Tanto nos relevos quanto em inscrições privadas da XVIII Dinastia, ao menos até Tutmés III, é comum a representação de comitivas estrangeiras chegando ao Egito com produtos de suas terras prestando homenagens ao rei egípcio. Isso só aconteceria, de acordo com o discurso oficial reproduzido nos monumentos privados, porque o faraó havia demonstrado sua força para o restante do mundo. É o que defende o sumo-sacerdote Menkheperaseseb em uma de suas tumbas tebanas (TT 86) ao fazer uma relação de regiões que se apresentam em território egípcio. Para além do caráter ideológico, é preciso pensar na realidade que permitiu sua existência. A Coroa egípcia contava com uma posição geográfica bastante vantajosa: o Vale do Nilo era uma área de trânsito que englobava o nordeste da África subsaariana (Núbia e Punt), o Levante, o Mediterrâneo e o Mar Vermelho<sup>54</sup>. Evidentemente, tal posicionamento permitia ter acesso e, em alguns períodos da história egípcia, como o Egito da XVIII Dinastia, controlar boa parte das rotas que atravessavam essas regiões.

As figuras unificadora, guerreira e diplomática/mercantil tornavam a Coroa responsável pela manutenção da ordem. O poder dessa instituição se assentaria justamente em sua capacidade de evitar ou superar crises não só de sua autoridade política, mas também da ordem do simbólico (discursos de unidade) e das relações internacionais (guerras, circulações e diplomacias). E é justamente no reconhecimento das ameaças que poderiam atingir a legitimidade da Coroa que podemos passar para uma análise mais detida sobre o maquinário prático do poder disponível à monarquia faraônica.

Comumente, desde a percepção montesquiana sobre os orientais até a visão marxista do modo de produção asiático – ambos baseados numa ideia de despotismo –, é formulado que o poder dos Estados antigos do Oriente-Próximo, estendendo-se a alguns africanos, como o Egito,

---

<sup>54</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. **The State in Ancient Egypt**. Power, Challenges and Dynamics. Londres: Bloomsbury, 2019. p. 18-19.

está baseado na centralidade extrema exercida por um único indivíduo detentor da Coroa. Essa última para ambas as visões não representa um limite ao indivíduo, mas uma ferramenta usada para demonstrar que todos os desejos dele devem ser atendidos sem questionamentos. Tal pensamento pode ser resumido na seguinte afirmação de Hegel:

Os Orientais não sabem que o espírito ou o homem como tal é em si livre. Porque não sabem, não o são. Sabem apenas que um é livre; mas, justamente por isso, semelhante liberdade é apenas capricho [...]. Este um é, pois, apenas um déspota, não um homem livre, verdadeiro homem<sup>55</sup>.

Nela, há uma clara divisão da sociedade oriental em dois grupos: o dominador e os dominados. Deixa-se claro que os indivíduos do segundo grupo são basicamente escravos. Estariam submetidos às vontades do déspota. Não se leva em conta os elementos que ultrapassam as narrativas individualistas, o que acaba por levar a tratar o rei unicamente como o indivíduo rei, o vizir como o indivíduo vizir e assim por diante.

Mesmo quando esse caráter individualista é deixado de lado, os Estados antigos orientais e africanos aparecem como uma figura que paira sobre as sociedades aldeãs, beirando ser um epifenômeno. É o modelo que aparece, por exemplo, nos *Grundrisse* de Marx: a sociedade oriental está marcada politicamente pelo despotismo e economicamente pela ausência da propriedade privada da terra, havendo a posse tribal ou comunitária e autossuficiência dessas comunidades, através da mistura da produção artesanal com a agrícola<sup>56</sup>. O excedente dessa produção acabaria indo para as mãos da “coletividade mais elevada que existe finalmente como *pessoa*”, ou seja, para o déspota e para as divindades<sup>57</sup>.

Tamanha é a influência desse pensamento que mesmo aqueles que dizem combater a ideia de modos de produção asiático acabam por fazer uso dele. Exemplo disso é o estudo de Trigger em *Early Civilizations: Ancient Egypt in Context* (1993). Embora refute a ideia de comunidades aldeãs igualitárias<sup>58</sup> – presente em uma das vertentes marxistas sobre o assunto –, ele mantém a perspectiva de um Estado baseado na exploração dos excedentes agrícolas dessas comunidades<sup>59</sup>. O autor chega a estender essa abordagem mesmo para as relações do Egito com territórios estrangeiros, estabelecendo um modo duplo de chegada de produtos às terras

<sup>55</sup> HEGEL, G. **A Razão na História**. Introdução à filosofia da história universal. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 58.

<sup>56</sup> MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 389.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 389-390.

<sup>58</sup> TRIGGER, Bruce G. **Early Civilizations: Ancient Egypt in Context**. Cairo: The American University in Cairo Press, 1993. p. 53.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 6-7, 53.

egípcias: taxas (Núbia) e tributos (Levante)<sup>60</sup>. Em Trigger ainda encontramos a ideia de um Estado, centralizado na Coroa, que ultrapassa a sociedade que o sustenta.

Essa percepção de um epifenômeno estatal não é capaz de explicar o surgimento dessa instituição em algumas sociedades antigas afro-orientais. Para que o Estado e seus representantes façam sentido em uma determinada realidade é preciso que eles não só apresentem sua força, mas sejam capazes de serem construídos a partir de relações com o território e com as pessoas sob sua administração. Conforme afirma Cardoso,

O poder não serve somente para reprimir, mas também para organizar a trama social mediante o uso de saberes, o que é de grande relevância, já que tal poder não é atributo de alguém que o exerce, mas sim uma relação. Se as personagens em presença (indivíduos, grupos, partidos, homens políticos) nada tiverem a trocar, não poderão entrar em uma relação de poder, isto é, uma relação de força de que não é possível para qualquer das partes em presença retirar-se, mas na qual ninguém pode estar totalmente privado, pois, se assim fosse, teríamos saído da esfera propriamente política<sup>61</sup>.

O que encontramos nessa percepção do Estado antigo então é uma ausência de uma análise política de relações de poder. Um Estado explorador não se basta, é preciso que ele demonstre sua razão de ser. Em outras palavras, é preciso demonstrar porque sua presença melhora, por meio de trocas, uma condição anterior – ao menos para algumas frações das sociedades que serão submetidas a ele. O próprio Trigger no livro mencionado acima chega a mencionar – ainda que de forma centralista – as trocas simbólicas como uma forma das monarquias administrarem seu domínio<sup>62</sup>.

Para que a Coroa então mantenha seu status de representante do Estado é preciso que ela se coloque não só na posição de exploradora, mas como uma instituição responsável por administrar os recursos sob seu alcance, buscando inclusive expandir suas redes. Seu poder, assim, poderia ser marcado não só em sua capacidade de manter o controle pela força, mas também em suas habilidades de distribuição de recursos materiais – seja para subsistência ou para enriquecimento de determinados grupos – e simbólicos, bem como em gerenciar as sobreposições dessas dimensões do poder<sup>63</sup>. Em suma, seguindo o pensamento de Yoffee, o poder da Coroa pode ser definido como a aptidão que essa apresenta em realizar tarefas<sup>64</sup>.

---

<sup>60</sup> Ibid., p. 70-71.

<sup>61</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 41-42.

<sup>62</sup> TRIGGER, Bruce G. **Early Civilizations: Ancient Egypt in Context**. Cairo: The American University in Cairo Press, 1993. p. 69.

<sup>63</sup> YOFFEE, Norman. **Mitos do Estado Arcaico**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2013. p. 68-69.

<sup>64</sup> Ibid., p. 67.

Evidentemente, não se trata aqui de fazer uma história do Estado egípcio na longa duração. Para o período que nos interessa aqui, do último governante da XVII Dinastia até o sexto da XVIII, esse reforço da aptidão em realizar tarefas (circulação de produtos, segurança do território, manutenção da unificação etc.) está na constante afirmação, sempre positiva, das proezas dos monarcas em monumentos privados e oficiais. No entanto, as tarefas não exigem unicamente representações, mas também uma prática administrativa bem estruturada. Assim, quanto mais a Coroa pretendia demonstrar seu poder, mais dependente era de um quadro maior de oficiais – que inclusive incluíam membros da própria família real<sup>65</sup> – para a realização de grandes feitos, tanto nos níveis locais quanto central. Conforme afirma Moreno García,

Reunificação significa negociação com poderes locais, a integração de autoridades locais com suas próprias agendas e interesses, e arbitragens entre facções do palácio e da elite. Então, por trás da fachada de uma autoridade monolítica, o poder da realeza se torna mais frágil e dependente de negociação e política. Episódios como corregências no início do segundo milênio a.C., a ascensão de homens militares à realeza (Horemheb, Ramsés I etc.), o desenvolvimento dos cultos solares ‘imperiais’ (como aquele promovido por Akhenaton), e o conflito entre herdeiros potenciais ao trono, sem mencionar conspirações e regicídios, apontam para uma monarquia cujas raízes encontram-se mais em políticas e alianças mutáveis do que na autocracia<sup>66</sup>.

As ações da monarquia egípcia, então, estariam necessariamente limitadas pela capacidade que a Coroa tinha de não só de criar ou influenciar o discurso oficial, mas também por sua habilidade em estabelecer alianças locais lucrativas, baseada em um conhecimento de diferentes realidades. Cabe ressaltar que tais ações não incluem unicamente o plano terreno, mas também os cósmico e religioso. E são esses dois últimos que analisaremos agora de forma integrada.

Além da ordem do mundo de seus súditos vivos, a Coroa era também responsável por manter a ordem cósmica, o que envolvia cumprir as vontades dos deuses. O monarca egípcio era representado como o principal sacerdote de todos os cultos<sup>67</sup>. Os outros indivíduos sacerdotais estavam hierarquicamente abaixo, funcionando como uma espécie de representante do rei na esfera religiosa<sup>68</sup>. Embora fosse impossível o faraó estar em vários lugares ao mesmo tempo, não o era para o poder faraônico. Esse era representado, ou melhor, estava presente através de estátuas, textos e iconografias do governante localizados nos templos. O que se

---

<sup>65</sup> MORRIS, Ellen. The Pharaoh and Pharaonic Office. In: LLOYD, Alan B. (org.). **A Companion to Ancient Egypt**. Oxford: Willey-Blackwell, 2010. v. 1, p. 204.

<sup>66</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. **The State in Ancient Egypt**. Power, Challenges and Dynamics. Londres: Bloomsbury, 2019. p. 33-34, tradução nossa.

<sup>67</sup> *Ibid*, p. 213.

<sup>68</sup> O’CONNOR, David; SILVERMAN, David. Introduction. In: O’CONNOR, David; SILVERMAN, David (orgs.). **Ancient Egyptian Kingship**. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995. p. XIX.

percebe, então, é que a monarquia egípcia está baseada em um princípio de diferentes corpos do rei, o físico e os demais (cósmico, simbólico, político), que ultrapassam as capacidades do primeiro, dado que não só podem ser dispersos por meio de objetos e pessoas quanto não envelhecem, não adoecem – embora a morte possa ser realizada por assassinatos de memória.

A Coroa aparece, então, como a intermediária entre o mundo terreno e o plano divino. O faraó era constantemente representado interagindo com os deuses. No Oitavo Pylon do templo de Karnak, construído durante o reinado de Hatshepsut (c. 1473-1458 a.C.), Tutmés I, seu pai, é representado pedindo bençãos a Amon, Khonsu e Mut<sup>69</sup>. Uma cena semelhante está presente na estela do escriba Nakht, erigida durante o ano 20 do correinado de Tutmés III e Hatshepsut (c. 1459 a.C.)<sup>70</sup>, localizada no Sinai, mais especificamente em Serabit el-Khadim. Nela, ambos os governantes estão oferecendo a deuses: Tutmés III a Hathor (à esquerda) e Hatshepsut a Onuris-Shu (à direita), deus associado à guerra e à caça originário de uma região próxima à Abidos<sup>71</sup>.

Figura 1 – Representação da Iconografia da Estela do escriba Nakht em Serabit el-Khadim: Tutmés III e Hatshepsut realizando oferenda a Hathor e a Onuris-Shu



Fonte: Gardiner & Peet (pl. 57, n. 181, 1917).

<sup>69</sup> GALÁN, José M. **El Imperio egípcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 55.

<sup>70</sup> A divisão cronológica entre a corregência e o reinado de Hatshepsut é marcado pela adoção das titulaturas reais pela filha de Tutmés I. Cabe ressaltar, porém, que mesmo nesse segundo período Tutmés III não é totalmente obscurecido, aparecendo em monumentos e sendo tratado também como governante, como o caso da própria estela de Nakht.

<sup>71</sup> HART, George. **The Routledge Dictionary of Egyptian Gods and Goddesses**. Londres; Nova York: Routledge, 2005. p. 113.

Embora não seja nossa intenção nos aprofundarmos no debate sobre a divindade ou não do rei, algumas palavras devem ser direcionadas a esse campo. A partir da iconografia tanto do Oitavo Pílon quanto da estela de Nakht, é possível perceber que os monarcas e os deuses apresentam a mesma altura, implicando em algum nível de igualdade. No entanto, a igualdade não parece ser hierárquica, ao menos com as divindades representadas nessas duas fontes, dado que em ambas são as divindades as receptoras de oferendas e homenagens.

Se tomarmos em conjunto todas as funções aqui levantadas como pertencentes ao monarca, desde o controle do território, circulação de riquezas (materiais e simbólicas) e demonstrações de força em batalhas até a capacidade de intermediar as relações entre os planos cósmico e divinos, temos um outro exemplo de *Big Man*. Nesse caso, um *Big Man* representante não de uma *household* ou de uma fração da sociedade, mas de um Estado. É através dessa perspectiva que podemos debater a centralidade absoluta do poder faraônico. A Coroa não podia unicamente ser a instituição extratora de bens, ela tinha de agir, através de seu aparato administrativo, também como transmissora. Em outras palavras, cabia a ela difundir parte do que era obtido interna ou externamente. De acordo com Godelier, um *Big Man*, cujo poder se encontra na reciprocidade, “deve devolver o que ele recebeu se ele quer continuar a reunir em suas mãos uma grande quantidade de riqueza para redistribuir”<sup>72</sup>. Sendo assim, o poder do Estado faraônico não estava assentado unicamente na posse, mas, principalmente, na distribuição – como veremos nos capítulos seguintes. A existência da Coroa dependeria, assim, não de sua completa ausência como jogadora política, mas do estabelecimento de relações entre ela e a sociedade ou ao menos com frações dessa.

O único tópico não atendido pela Coroa egípcia seria sobre o caráter não-hereditário dos poderes do *Big Man*<sup>73</sup>. Como sabemos, a realeza estava baseada numa transmissão de pai para filho. Mas quem seriam os pais e os filhos? É justamente no aspecto da transmissão da titulação real que podemos também ter uma visão sobre o porquê de uma igualdade de tamanho iconográfico entre reis e deuses.

Os faraós eram considerados não só filhos sanguíneos de antecessores e de rainhas egípcias, mas também de divindades. Dentre as principais, podemos citar duas para a fase do Reino Novo inicial: Rá, que, além da cerimônia heliopolitana mencionada acima, aparece em um dos cinco nomes do rei, “filho de Rá”, *sA ra*; e Amon, divindade principal de Tebas. Se do ponto de vista terreno, a dinastia era legitimada principalmente a partir de laços de parentesco

---

<sup>72</sup> GODELIER, Maurice. **La production des Grands Hommes**. Malesherbes : Champs essais, 2010. p. 254-255, tradução nossa.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 254.



com relação ao monarca e à rainha principal, o plano cósmico exigia uma legitimidade divina, em que os deuses não só escolhiam o monarca, mas os tinham como filhos. Hatshepsut, por exemplo, descreve textual e iconograficamente no templo de Deir el-Bahari sua concepção como uma relação sexual entre Amon e sua mãe, Ahmés. No entanto, o mais comum no discurso era que o “princípio divino” viesse do próprio faraó anterior, idealmente pai sanguíneo do sucessor<sup>74</sup>. A nomenclatura de parentesco entre rei e divindade, assim, não seria necessariamente uma afirmação de paternidade direta, mas por meio justamente desse princípio cósmico que está presente no corpo real. Em suma, os deuses não são pais do corpo físico do rei, mas da legitimidade cósmica e religiosa que rege a Coroa, instituição que o indivíduo representa. Há um reconhecimento da diferenciação entre o que é permanente (o ofício) e do que é transitório (detentor do ofício)<sup>75</sup>, sendo o primeiro mais do que o último alvo de homenagens<sup>76</sup>.

Observa-se, assim, que embora seja um Estado com uma administração organizada, o Egito não está totalmente dissociado dos laços de parentesco e da conformação de suas relações sociais, inclusive de legitimidade de governança. Seguindo a linha de pensamento de Yoffee, os primeiros Estados não perdem as relações de parentesco, tampouco as funções que elas possuem “na distribuição e nos arranjos legais que caracterizavam a organização das comunidades locais”<sup>77</sup>. Tais Estados, com efeito, buscavam se inserir em realidades locais, defendendo um espaço como intermediários de resoluções de conflitos<sup>78</sup>. O Egito do Reino Novo inicial funciona como uma demonstração de que a ascensão de um Estado não implica necessariamente no apagamento de estruturas sociais anteriores, mas em sua absorção, inclusive para validar a existência dele. O parentesco é um desses elementos essenciais e será o assunto do próximo tópico.

## 2.2 O papel da família

Afirmar a existência do parentesco na organização estatal egípcia não significa afirmar que ele dita todas as regras da administração, tornando o Estado faraônico um mero aparelho patrimonial em que a família real é colocada de forma irracional como coordenadora das

---

<sup>74</sup> BONHÊME, Marie-Ange. Kingship. In: REDFORD, Donald B. (org.). **The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2001. v. 2, p. 241.

<sup>75</sup> Ibid., p. 240-241.

<sup>76</sup> Ibid., p. 243.

<sup>77</sup> YOFFEE, Norman. **Mitos do Estado Arcaico**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2013. p. 46.

<sup>78</sup> Ibid.

tomadas de decisão. Embora discursivamente a realidade seja muitas vezes retratada dessa forma (ou lida assim pelos pesquisadores), a situação é bem mais complexa.

A separação completa entre família e Estado, baseada em um “evolucionismo simplista”<sup>79</sup> das sociedades, acaba por diminuir as relações entre público e privado, transferindo essa concepção moderna de separação para os Estados antigos. É o que se percebe na distinção que Trigger propõe, a partir da Antropologia, entre “chefaturas menos complexas ou Estados tribais e das ainda mais simples sociedades tribais agrícolas e caçadoras-coletoras” e as “civilizações iniciais”<sup>80</sup>, em que o Egito se inseriria. Para ele, enquanto os primeiros eram marcados por uma organização em parentesco, as últimas teriam uma organização assentada em princípios religiosos<sup>81</sup>. Tal abordagem, no entanto, parece um tanto mecanicista. Voltando-nos somente ao caso das “civilizações iniciais”, ao contrário do que Trigger parece afirmar, o parentesco exerce sim uma forte influência sobre as organizações sociais egípcias, mesmo que tenha seu dispositivo religioso bem desenvolvido no que concerne ao estabelecimento dessas últimas. Conforme demonstrado no tópico acima, a própria monarquia era assentada em relações de parentesco estabelecidas a partir de princípios religiosos. No caso egípcio, a separação proposta por Trigger entre religião e parentesco não se mantém – como se verá mais adiante.

Mas não é só do ponto de vista ideológico que organização social, religião e parentesco se sustentam. A própria indicação de indivíduos a exercerem atividades templárias pode passar pelas relações e influências que uma determinada família possui em nível local e/ou central. Moreno García, por exemplo, afirma que “o acesso ao sacerdócio era ferozmente controlado pelas associações locais de sacerdotes, cujas reivindicações para certas posições eram justificadas através de extensivas genealogias”<sup>82</sup>. Em outras palavras, uma das condições facilitadoras para exercer um cargo sacerdotal estava ligada ao elemento do parentesco.

O acesso ao sacerdócio, porém, poderia vir através de influências genealógicas não-sacerdotais, mas que também possuem uma certa capacidade de interferência. É o caso da família de Ahmés-Aametú, vizir durante o governo de Tutmés I e da fase inicial da corregência

---

<sup>79</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Consideraciones sobre el papel y la importancia de la familia extensa en la organización social de Egipto en el III milenio antes de Cristo. In: CAMPAGNO, Marcelo (org.). **Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Ediciones del Signo, 2006. p. 122, tradução nossa.

<sup>80</sup> TRIGGER, Bruce G. **Early Civilizations: Ancient Egypt in Context**. Cairo: The American University in Cairo Press, 1993. p. 8, tradução nossa.

<sup>81</sup> Ibid.

<sup>82</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. **The State in Ancient Egypt**. Power, Challenges and Dynamics. Londres: Bloomsbury, 2019. p. 80-81, tradução nossa.

entre Hatshepsut e Tutmés III<sup>83</sup>. De acordo com a genealogia montada por Shirley<sup>84</sup>, Ahmés-Aametu não só era neto de Ahmés-Satayt, um indivíduo que possuía cargo ligado a divindade de Amon, como possuía ao menos cinco filhos com elo a mesma divindade, estando um outro ligado ao culto de Mut. Sendo assim, além de demonstrar o impacto que a presença de um ancestral sacerdote tinha sobre a ascensão de seus descendentes à mesma instituição, a família do vizir possibilita observar a influência – ou ao menos a circulação – que as diferentes esferas têm entre si a partir de laços de parentesco. Essa circulação de influência pode ser vista através da hipótese levantada por Shirley sobre a inserção de irmãos do prefeito de Tebas, Ineni, no sacerdócio. De acordo com a autora, dado que ele não possuía filhos e já havia desempenhado papéis no templo de Amon, Ineni utilizou suas influências para inserir seus parentes na classe sacerdotal<sup>85</sup>.

Ainda na mesma família, podemos ressaltar mais um indivíduo que possuía importantes cargos dentro do âmbito religioso: Teti. Ele possuía diversos cargos ligados a templos, alguns deles relacionados a Amon<sup>86</sup>; um deles, escriba das oferendas de Amon, *sS Htp-nTr n Jmn*, possivelmente herdado de seu pai<sup>87</sup>. De acordo com Brown em sua análise sobre EA888, estátua que teria sido encomendada por seu filho Hori – também ele um *sS Htp-nTr n Jmn* –, Teti é esculpido vestindo uma pele de leopardo, condizente com uma posição sacerdotal, mais especificamente de sacerdote-*s(t)m*<sup>88</sup>, responsável por conceber uma estátua do monarca bem como por realizar cerimônias que a vivifique, como a Abertura da Boca. No caso tal estátua concebida por Teti, por meio de meditação e isolamento, seria a utilizada para o Festival Sed<sup>89</sup>, cerimônia em que o rei tem seus poderes físicos e mágicos renovados<sup>90</sup>.

As influências de parentesco na construção das carreiras religiosas de indivíduos podem também ser observadas na família do soldado Ahmés, filho de Ebana. Esse indivíduo, cujo desempenho militar é bastante ressaltado na autobiografia de sua tumba, parece ter legado às suas linhagens considerável riqueza material e prestígio local. Isso pode ser afirmado pelo fato de que em sua tumba, seus netos, Paheri e Heriry, e seu bisneto, Paheri, filho de Heriry, possuem

---

<sup>83</sup> SHIRLEY, J. J. Viceroys, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. *Journal of Egyptian History*, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 86-87.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 91-92.

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 78.

<sup>87</sup> *Ibid.*

<sup>88</sup> BROWN, Maria Wilding. A New Analysis of the Titles of Teti on Statue BM EA 888. In: KAHL, Jochem; KLOTH, Nicole (orgs.). *Studien zur Altägyptischen Kultur*. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 2016. v. 45, p. 76.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 100-101.

<sup>90</sup> BUNSON, Margaret R. *Encyclopedia of Ancient Egypt*. Nova York: Facts on File, 2002. p. 358.

o título de “escriba das formas de Amon”, os ligando à decoração de tumbas<sup>91</sup>. Temos, nesse caso, um indivíduo do ambiente militar que transmitiu a membros de sua *household* poder e recursos suficientes para obter cargos importantes no domínio religioso. A partir da decoração da tumba, em que há um privilegiamento maior de motivos de identidade social – tanto do morto quando de sua família – do que propriamente mortuários e ritualísticos<sup>92</sup>, nos parece que a transferência da relevância social era o ponto principal do monumento.

Seja por meio de transferência direta de cargos religiosos ou por ascensão nessa esfera a partir de influências de outros domínios sociais, o que se pode notar a partir das famílias do vizir Ahmés-Aametú e do soldado Ahmés, filho de Ebana, é que ambas conseguiram obter funções no interior de uma das principais instituições egípcias do Reino Novo: o culto de Amon. Somado a sua evidente importância religiosa, dado o destaque desse deus tebano, não se pode perder de vista que Karnak, o templo principal responsável por essa divindade, possuía funções políticas e administrativas – como se verá no capítulo 2. No plano templário mais geral, do ponto de vista político, os templos eram organizações responsáveis pela “segurança institucional” bem como pela “articulação do território”<sup>93</sup>. A manutenção da presença e legitimidade do Estado no domínio regional seria possibilitada justamente pelo fato de que as forças locais se unirem às fileiras sacerdotais e, assim, se integravam à Coroa, uma vez que “os templos eram pontos privilegiados de contato entre a coroa e a sociedade provincial”<sup>94</sup>.

Quanto ao aspecto administrativo – como se verá nos Capítulos 3 e 4 através de Karnak –, as classes sacerdotais desfrutavam de um constante fluxo de riquezas, que abrangia desde produtos obtidos no exterior a terras agrícolas. Somado a suas próprias terras, os templos também foram incumbidos de administrar terras de outras instituições, inclusive da Coroa<sup>95</sup>. Essa realidade fazia com que os interesses das “*households* divinas” se dispersassem por amplas áreas geográficas e por amplos estratos sociais<sup>96</sup>. Se observarmos mais uma vez as famílias de Ahmés-Aametú, tebano, e de Ahmés, filho de Ebana, proveniente de Elkab, é possível ver a disseminação do interesse que famílias influentes possuíam no culto de Amon, o que permitia que esses grupos espalhassem, por sua vez, seu poder de influência e obtivessem riqueza ao

---

<sup>91</sup> DAVIES, W. V. The tomb of Ahmose son-of-Ibana at Elkab. Documenting the family and other observations. In: CLAES, Wouter; MEULENAERE, Herman de; HENDRICKX, Stan (orgs.). **Elkab and beyond**. Studies in honour of Luc Limme. Louvain; Paris; Walpole: Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2009. p. 153.

<sup>92</sup> Ibid., p. 141.

<sup>93</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. **The State in Ancient Egypt**. Power, Challenges and Dynamics. Londres: Bloomsbury, 2019. p. 33-34, tradução nossa.

<sup>94</sup> Ibid., tradução nossa

<sup>95</sup> Ibid.

<sup>96</sup> Ibid.

longo de uma maior extensão geográfica. Em suma, percebe-se que os templos eram voltados tanto para interesses centrais (Coroa), quanto para interesses locais (membros da elite)<sup>97</sup>.

Para além da instituição templária, é possível ver, através da estátua EA888 discutida anteriormente, como as famílias podiam reivindicar mesmo o bom cumprimento de rituais reais. Tal parece ter sido uma das ênfases buscadas por Hori na estátua que representa seu pai. Como dito acima, Teti era um sacerdote-*s(t)m*, responsável por conceber e ritualizar a estátua do rei, no caso voltada ao Festival Sed. O rejuvenescimento físico e cósmico do monarca, assim, estava atrelado à boa execução dos deveres por parte de Teti. É aí que se encontra o poder desse sacerdote – seguindo a definição de poder proposta por Yoffee e que usamos para fazer referência à Coroa. Somado a disso, Teti aparece, dado sua condição de sacerdote-*s(t)m*, como uma espécie de intermediário entre os mundos terreno e cósmico dado suas funções práticas (concepção da estátua) e ritualística (vivificação do objeto)<sup>98</sup>. Através desse indivíduo, assim, a família é representada como responsável pela manutenção da Coroa e, assim, da ordem religiosa, social e política.

A questão do parentesco, porém, não se restringe somente ao âmbito religioso. Novamente, as famílias de Ahmés, filho de Ebana, e Ahmés-Aametu se fazem importantes fontes de análise. Em ambas há presença de indivíduos que exerceram cargos em setores tanto administrativos civis quanto militares. Observemos primeiramente a família do soldado de Elkab.

Ahmés, filho de Ebana, não foi o primeiro soldado de sua família. De acordo com a autobiografia de sua tumba, seu pai, Baba, filho de Rainet, já havia servido as tropas egípcias durante o reinado de Seqenenre (c. 1560-1555? a.C.). Ao que indica a inscrição da tumba, não houve só a continuidade do filho na mesma instituição que o pai, mas também a ocupação da mesma posição: “na época do senhor das Duas Terras Nebpehtyre (= Ahmés) – (santo) inocente – me tornei soldado em seu lugar no barco ‘O touro bravo’”<sup>99</sup> (Urk. IV 2, 12-13). Apesar de sua herança no interior da força militar egípcia, a narrativa de Ahmés, filho de Ebana, busca marcar sua ascensão na instituição mais como mérito seu do que de um possível favorecimento ligado ao parentesco. Além do proprietário da tumba, um de seus netos responsáveis pela construção do monumento de seu avô, Paheri, somado a sua titulação ligada à Amon, é

<sup>97</sup> Ibid., p. 79-80.

<sup>98</sup> BROWN, Maria Wilding. A New Analysis of the Titles of Teti on Statue BM EA 888. In: KAHL, Jochem; KLOTH, Nicole (orgs.). **Studien zur Altägyptischen Kultur**. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 2016. v. 45, p. 99.

<sup>99</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M. **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 40, tradução nossa.

apresentado em sua tumba (Elkab n.º. 3) como governante de Elkab, sendo possivelmente contemporâneo ao período de Hatshepsut e Tutmés III<sup>100</sup>. Ampliando as redes da família temos ainda Itireri, genro de Ahmés, filho de Ebana, e pai de Paheri. Ele exerceu o papel de tutor de um dos filhos de Tutmés I, Wadjmés<sup>101</sup>. Tal príncipe é inclusive representado na tumba de Paheri. A cena mostra “Paheri transformado em um ‘tutor do filho do rei Wadjmés’ segurando o príncipe infante em seu colo na ocasião do festival do Ano Novo”<sup>102</sup>. Assim, através do pai, Paheri tem acesso à representação da Coroa em sua tumba, aumentando seu prestígio e influência, bem como daqueles de seu grupo. Desse modo, temos a família de Ahmés, filho de Ebana, exercendo poderes tanto localmente quanto no âmbito central.

Quanto à família de Ahmés-Aametu, podemos destacar sete indivíduos nas administrações civis e militares: Ahmés-Satayt, Ahmés-Turo, Ineni, o próprio Ahmés-Aametu, Useramun e Rekhmira. O patriarca da família na árvore genealógica proposta por Shirley, Ahmés-Satayt, apresenta dois títulos, um religioso – apontado anteriormente – e o de responsável pelas terras estrangeiras do sul, que será transmitido a seu filho Ahmés-Turo, responsável por erigir monumentos em nome de Tutmés I na Núbia (os quais serão analisados no Capítulo 4). Esse último, antes de ser o detentor do cargo administrativo mais importante referente às fronteiras mais ao sul do império, exerceu a função de comandante de Buhen<sup>103</sup>, compondo o projeto do Reino Novo inicial de reorganização das fortalezas instaladas na Núbia durante o Reino Médio<sup>104</sup> (c. 2055-1650 a.C.). Passando do setor das relações exteriores para o âmbito mais interno, temos Ineni, cunhado de Ahmés-Aametu e que, além de ter possuído cargos ligados ao templo de Amon, foi arquiteto da Tumba de Tutmés I e prefeito de Tebas<sup>105</sup>. Quanto aos últimos três, Ahmés-Aametu, Useramun e Rekhmira, todos eles possuíram o vizirato, sendo um o sucessor do outro. No caso da família de Ahmés-Aametu, é possível observar, assim, que a família possuía uma influência na esfera administrativa que se

---

<sup>100</sup> WHALE, Sheila. **The Family in the Eighteenth Dynasty of Egypt**. A Study of Representation of the Family in Private Tombs. Sydney: The Australian Centre for Egyptology, 1989. p. 70.

<sup>101</sup> DEVILLERS, Alisse. The Artistic Copying Network Around the Tomb of Pahery in Elkab (EK3). In: MINIACI, Gianluca et al. (orgs.). **The arts of Making in Ancient Egypt**. Leiden: Sidestone Press, 2018. p. 34.

<sup>102</sup> DAVIES, W. V. The tomb of Ahmose son-of-Ibana at Elkab. Documenting the family and other observations. In: CLAES, Wouter; MEULENAERE, Herman de; HENDRICKX, Stan (orgs.). **Elkab and beyond**. Studies in honour of Luc Limme. Louvain; Paris; Walpole: Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2009. p. 153, tradução nossa.

<sup>103</sup> SHIRLEY, J. J. Viceroy, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. **Journal of Egyptian History**, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 80.

<sup>104</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 69-70.

<sup>105</sup> SHIRLEY, J. J. Viceroy, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. **Journal of Egyptian History**, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 91-92.

relacionava a nível local (Tebas), bem como central (Egito) e em esferas de relações exteriores (Núbia).

Pelo que se tem conhecimento do costume egípcio em relação à herança de patrimônios e funções, essas duas famílias não compõem uma exceção, mas sim a regra. Essa mesma lógica de transmissão pode ser observada na estela da tumba do arauto Intef (TT 155). Nela, o proprietário da tumba afirma como recompensa àqueles que fizerem os rituais de oferenda para ele que os ofícios deles serão transmitidos para seus respectivos filhos. Ademais, o arauto afirma ser aquele que “estabelece todo homem no lugar de seu pai”<sup>106</sup> (Urk. IV 967, 3). Em sua narrativa, tanto do ponto de vista religioso quanto administrativo, Intef estabelece a transferência de funções de pai para filho como uma tradição, garantidora mesmo da ordem natural.

Através da fala de Intef e de ambas as famílias aqui trazidas como um estudo de caso, é possível demonstrar que a herança de funções e a inserção de diferentes indivíduos (ou mesmo de um único) em diversas esferas do Estado egípcio não era uma exclusividade da Coroa. Na verdade, dentro dessa lógica é possível analisar a Coroa como uma importante família que, a partir de sua relação com outras, conseguiu assumir o papel de responsável pela instituição real<sup>107</sup>. Seguindo a linha de Cruz-Uribe, a Coroa egípcia só pode ser compreendida justamente a partir de uma perspectiva política descentralizada<sup>108</sup>; isto é, através das relações que diferentes famílias estabelecem entre si. Tais relações de parentesco, como demonstram as famílias de Ahmés-Turo e Ahmés, filho de Ebana, passam para as instituições que são alvo de interesse. A partir dessa realidade, podemos observar o período do Reino Novo inicial a partir do diagrama proposto por Cruz-Uribe:

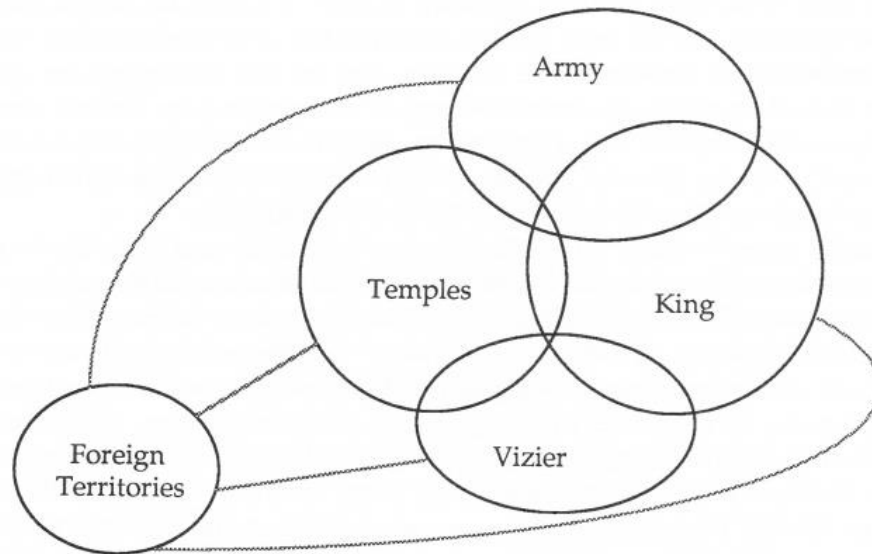
---

<sup>106</sup> Tradução em inglês em REDFORD, Donald B. **The Wars in Syria and Palestine**. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 177, tradução nossa.

<sup>107</sup> CRUZ-URIBE, Eugene. A Model for the Political Structure of Ancient Egypt. In: SILVERMAN, David (org.). **For His Ka**. Essays Offered in Memory of Klaus Baer. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1994. *Studies in Ancient Oriental Civilization*, n. 55, p. 52-53.

<sup>108</sup> *Ibid.*

Diagrama 1 – Modelo de Cruz-Urube para o reinado de Amenhotep III



Fonte: Cruz-Urube (1994, p. 50).

Apesar do autor faz uso dele para se referir ao reinado de Amenhotep III (c. 1390-1352 a.C.), acreditamos que já durante os governos dos primeiros faraós da XVIII Dinastia, e mesmo do último da XVII Dinastia, é possível observar essas diferentes esferas do diagrama em construção e compondo o Estado egípcio. Em outras palavras, embora esse diagrama possa aparecer com mais vigor no período em questão, não se deve perder de vista que os atores sociais da unificação do Reino Novo já estavam inseridos nessas esferas sociais.

Cabe lembrar nesse momento que os termos de parentesco egípcio não são os mesmos empregados por nós. A sociedade egípcia possuía, em geral, seis termos de parentesco usados para expressar filiação (filho, *sA*, e filha, *sAt*), matrimônio (marido, *h(A)y*, e esposa, *Hmt*), irmandade (irmão *sn*, irmã, *snt*)<sup>109</sup>. Outras relações também seriam expressas através desses termos<sup>110</sup> ou pela combinação deles<sup>111</sup>. O que vale destacar aqui, em realidade, é que os termos de parentesco egípcios funcionavam seguindo a regra de linearidade e colateralidade; ou seja, assim como *mwt* poderia se referir à mãe, à avó, à sogra ou a alguma outra ancestral feminina do indivíduo, *sn* podia se referir a um irmão, primo, cunhado, tio ou mesmo estabelecer uma relação de igualdade entre indivíduos que não necessariamente possuem algum laço sanguíneo. Embora tenhamos optado por utilizar termos como “cunhado”, “genro” e “sobrinho” a fim de

<sup>109</sup> CAMPAGNO, Marcelo. Kinship and family relations. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2009, p. 1.

<sup>110</sup> Ibid., Fig 1., p. 2

<sup>111</sup> ROBINS, Gay. The relationships specified by Egyptian kinship terms of the Middle and New Kingdoms. **Chronique d'Égypte**, v. 54, n. 108, 1979, p. 197.



facilitar a leitura das árvores genealógicas citadas acima, é importante não perdemos de vista os termos egípcios usados nos monumentos. É a partir dos termos egípcios que vamos passar às análises de representações do parentesco nos monumentos de algumas figuras aqui citadas.

Uma tumba bastante informativa a esse respeito é a do vizir Rekhmira (TT 100), contemporâneo ao governo solo de Tutmés III e ao governo de Amenhotep II. Bem como ocorre na tumba de Ahmés, filho de Ebana, a tumba de Rekhmira demonstra uma preferência por contextos outros que não propriamente funerário. Nesse caso, há uma forte tendência a exibir cenas que sublinhem o ofício administrativo do proprietário da tumba<sup>112</sup>. Pode-se perceber uma prevalência inclusive do tio, Useramun, e do avô, Ahmés-Aametu sobre os pais de Rekhmira, dado que foram esses dois primeiros eram os agentes transferidores do cargo que o último reivindicava deter<sup>113</sup>. A relação entre o proprietário da tumba e Ahmés-Aametu pode ser estabelecida pela forma como Neferuben, sacerdote de Amon e pai de Rekhmira, é representado no monumento. De acordo com Whale, ele é constantemente referido como filho do vizir Ahmés-Aametu<sup>114</sup>. Neferuben, assim, aparece como um elo parental de conexão entre dois vizires. Se realizarmos a conexão entre a tumba de Rekhmira e de Ahmés-Aametu (TT 83), vemos a confirmação de tais laços, dado que tanto Neferuben quanto Useramun, ambos apresentados como filho, estão ali retratados e possuindo os mesmos cargos que possuem na tumba de Rekhmira. Nessas conexões, então, é o termo filho, *sA*, que estabelece as relações sociais desse grupo.

Outra tumba que estabelece as relações a partir da linearidade é a de Ahmés, filho de Ebana (Elkab n.º 5). Nela, o neto Paheri, é designado por um termo composto de parentesco, *sA n sAt.f*, “filho da filha dele [Ahmés, filho de Ebana]” em ao menos duas cenas: uma acompanhando seu avô, figura maior portando o bastão de autoridade<sup>115</sup>, e outra em que realiza oferendas para seus avós, sentados atrás de uma mesa de oferenda<sup>116</sup>. Cabe ressaltar que aqui as relações destacadas por Paheri passam pelos graus de parentesco estabelecidos a partir de sua mãe. Quanto ao cunhado do proprietário da tumba, Itireri, ele é inserido nesse monumento

<sup>112</sup> WHALE, Sheila. **The Family in the Eighteenth Dynasty of Egypt**. A Study of Representation of the Family in Private Tombs. Sydney: The Australian Centre for Egyptology, 1989. p. 132.

<sup>113</sup> SHIRLEY, J. J. Viceroy, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. **Journal of Egyptian History**, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 83-84.

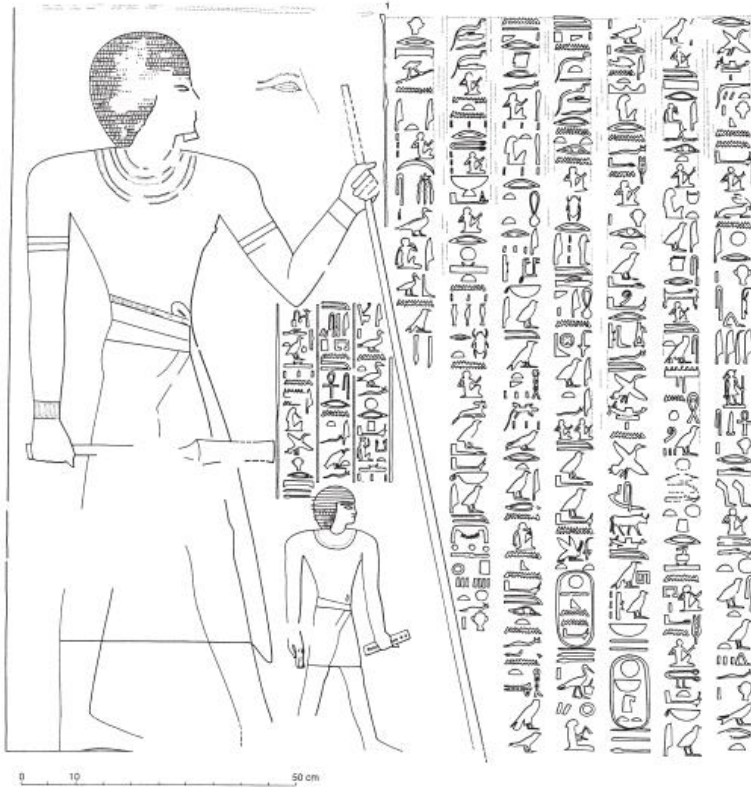
<sup>114</sup> WHALE, Sheila. **The Family in the Eighteenth Dynasty of Egypt**. A Study of Representation of the Family in Private Tombs. Sydney: The Australian Centre for Egyptology, 1989. p. 134.

<sup>115</sup> DAVIES, W. V. The tomb of Ahmose son-of-Ibana at ElKab. Documenting the family and other observations. In: CLAES, Wouter; MEULENAERE, Herman de; HENDRICKX, Stan (orgs.). **Elkab and beyond**. Studies in honour of Luc Limme. Louvain; Paris; Walpole: Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2009. p. 166.

<sup>116</sup> *Ibid.*, p. 168.

através de sua paternidade em relação a Heriry, recebendo, junto com sua esposa, oferendas de seu filho<sup>117</sup>. Nesse caso, Heriry se refere a Itireri no registro superior como *(j)t(j).j*, “meu pai”.

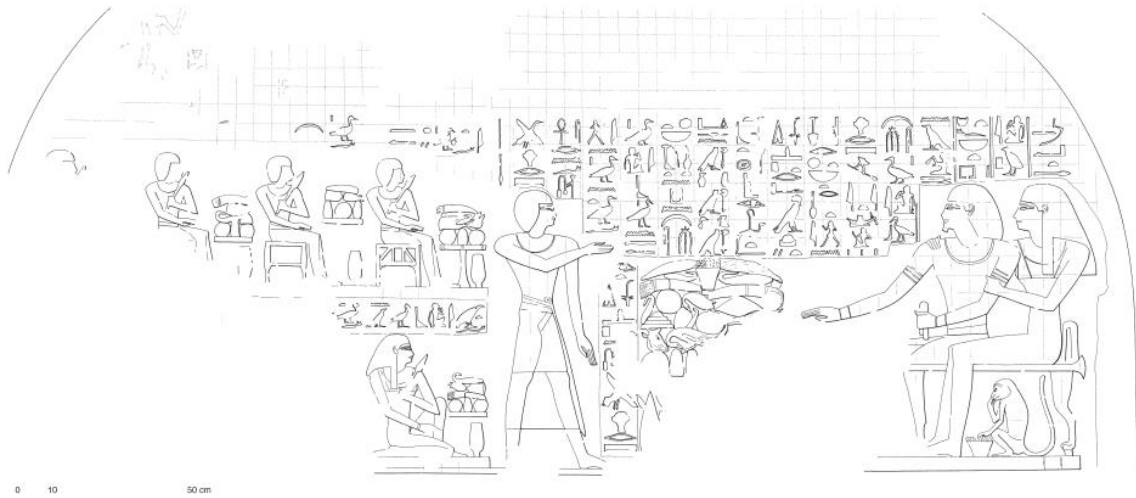
Figura 2 – Representação na tumba Elkab nº. 5: Ahmés, filho de Ebana, e seu neto, Paheri



Fonte: Davies (2009, p. 166).

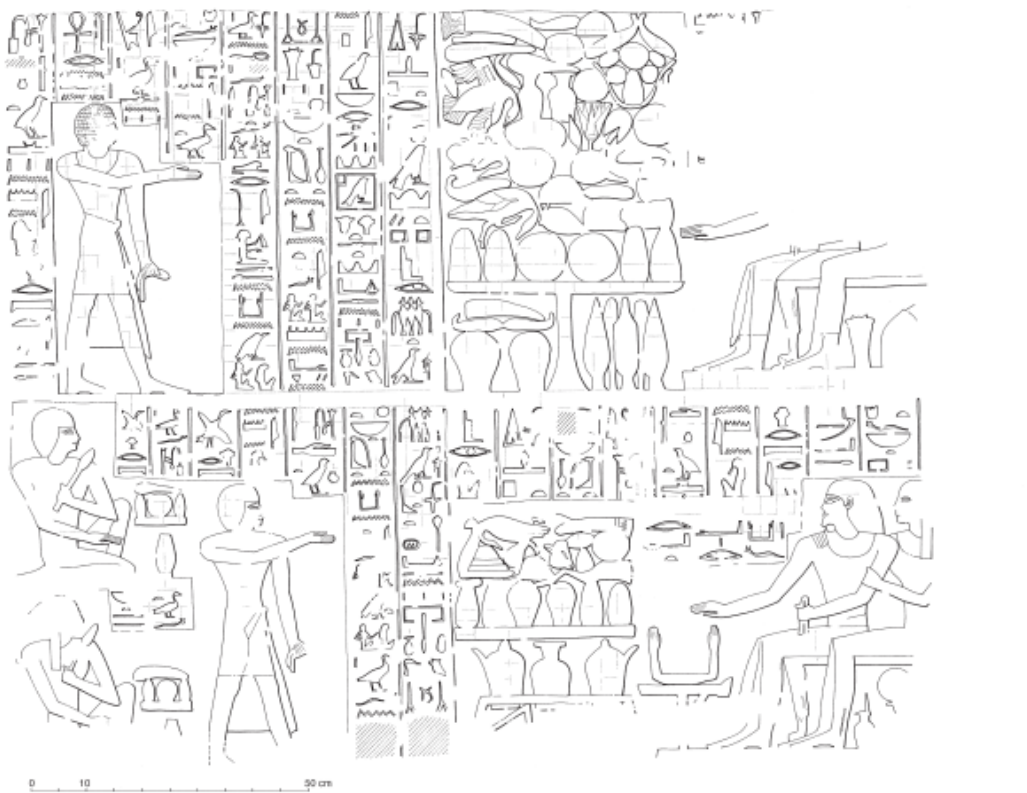
<sup>117</sup> Ibid. 171.

Figura 3 – Representação na tumba Elkab nº. 5: Paheri fazendo oferendas para seus avós, Ahmés, filho de Ebana, e Ipu



Fonte: Davies (2009, p. 168).

Figura 4 – Representação na tumba Elkab nº. 5: Heriry fazendo oferenda a seus pais (superior) e recebendo oferenda junto a sua esposa de seu filho, Paheri (inferior)



Fonte: Davies (2009, p. 171).

Esses dois casos – Rekhmira e Ahmés, filho de Ebana – demonstram o pragmatismo político e social que pode ser encontrado nos monumentos funerários egípcios. Enquanto a tumba do vizir assenta sua tradição a partir de sua linhagem paterna, dando mais ênfase a outros indivíduos que não seus pais, a do soldado, que já se identifica como filho de uma mulher, Ebana – bem como faz seu pai – ao invés de sublinhar sua linhagem paterna, apresenta o neto a partir da mãe, filha do proprietário. O que parece evidente em ambos os monumentos é que as inscrições e representações iconográficas atendem a uma demanda de construção de influências e poder, tanto para o indivíduo quanto para seus herdeiros. Escolhe-se os elementos que darão maior prestígio e significado aos que de alguma forma estão inseridos na esfera de influência dos falecidos, de seus monumentos e de seus grupos estendidos.

Outro tipo de pragmatismo pode ser percebido na estátua EA 888. Nela, Hori, além de esculpir seu pai, faz referência a antepassados mais longínquos: seu avô, Ahmés-Patjen, seu bisavô, Ahmés-Turo e seu tataravô, Ahmés-Satayt. Essa relação geracional é, mais uma vez, estabelecida através do termo de filiação, *sA*. Seguindo a reconstituição de Brown<sup>118</sup>, é possível notar também que todos esses homens são representados com títulos. Assim, Teti – através do monumento encomendado por seu filho – aparece marcado, através de sua estátua, não só pela iconografia e pela inscrição de seus próprios títulos, mas também por uma sequência geracional que veio antes deles. Em outras palavras, Teti é marcado por seu papel bem como pelo de seus antepassados.

Embora os motivos decorativos, textuais bem como iconográficos, sejam importantes no estabelecimento dessas linhas de parentesco, não se pode perder que eles obedecem a um padrão ligado à tradição, o que acaba por obscurecer relações outras que estão além dessa linha. Pistas sobre isso podem ser observadas a partir da localização das tumbas de alguns grupos sociais. Analisemos o espaço de Sheikh Abd el-Qurna, região localizada na necrópole tebana.

De acordo com Kanawati, durante a XVIII a Dinastia – pelo menos até Amenhotep III –, o topo dele era destinado aos oficiais mais importantes<sup>119</sup>. Quando os indivíduos conseguissem uma forma de ascensão social eles deixavam de lado sua tumba construída no nível mais baixo e constroem uma nova no topo – foi o caso de Menkheperraseneb, sumo-sacerdote de Amon contemporâneo ao governo de Tutmés III, cuja tumba definitiva foi a TT

<sup>118</sup> BROWN, Maria Wilding. A New Analysis of the Titles of Teti on Statue BM EA 888. In: KAHL, Jochem; KLOTH, Nicole (orgs.). **Studien zur Altägyptischen Kultur**. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 2016. v. 45, p. 77.

<sup>119</sup> KANAWATI, Naguib. **The tomb and beyond**. Burials customs of Egyptian officials. Warminster: Aris & Phillips Ltd., 2001. p. 66.

86<sup>120</sup>. Embora não tenhamos claros os motivos que levavam os oficiais destacados a esculpirem suas tumbas nessa região, Shirley aponta como possíveis justificativas “a qualidade da pedra, visibilidade do plano de baixo e localização relativa aos templos mortuários”<sup>121</sup>.

Se analisarmos as tumbas da família de Ahmés-Aametu, percebemos que boa parte de seus membros estão na região mais alta: Ineni (TT 81), Ahmés-Aametu (TT 83), Useramun (TT 61 e TT 131), Rekhmira (TT 100). Nesse estrato mais geral, temos a construção da identidade desses oficiais enquanto membros das camadas sociais mais elevadas, que desfrutavam de maior influência e poder – isso se torna ainda mais evidente quando sabemos que Rekhmira representou o monarca Tutmés III em tumba, privilégio permitido a poucos. Aqui já não se está mais estabelecendo vínculos sanguíneos, mas de grupo (o que será mais bem explorado no Capítulo 2). O que nos interessa mais de perto nesse momento, porém, é o que Shirley chamou de “layout espacial das tumbas relevantes” da família de Ahmés-Aametu, que comporia “um recinto familiar”<sup>122</sup>.

A autora afirma que as tumbas do prefeito de Tebas Ineni (TT 81), do vizir Ahmés-Aametu (TT 83) e do vizir Useramun (TT 131), além de possuírem construções similares, foram estabelecidas na mesma rota<sup>123</sup>. Esse fato deixa “claro que as tumbas desses membros da família são intencionalmente colocadas ao longo do mesmo caminho, amarrando os donos juntos na morte como estavam na vida”<sup>124</sup>. Assim, embora Ahmés-Aametu ou Useramun estejam aparentemente ausentes nas inscrições da tumba de Ineni, os elementos de localização e construção dos monumentos funerários permitem perceber que esses indivíduos estavam conectados, o que envolvia também suas famílias nucleares e grupos mais estendidos. Assim, os irmãos, cunhadas e esposa de Ineni, representados internamente na tumba dele, estariam de certa forma conectados a uma família estendida que envolvia os dois vizires. Os rituais que essas construções desfrutavam também podiam auxiliar no estabelecimento de vínculos entre os grupos. Tomando um número maior de tumbas dessa família, a distância entre elas cria um ambiente ideal “para paradas processionais durante festivais e outros períodos quando membros da família podiam visitar as tumbas de seus ancestrais”<sup>125</sup>.

Mais não era só por meio do matrimônio que as classes mais elevadas podiam se conectar. Mais uma vez levando em consideração as disposições das tumbas de Sheikh-Abd el-

---

<sup>120</sup> Ibid.

<sup>121</sup> SHIRLEY, J. J. Viceroy, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. *Journal of Egyptian History*, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 98, tradução nossa.

<sup>122</sup> Ibid., p. 99, tradução nossa.

<sup>123</sup> Ibid., p. 99 e 103.

<sup>124</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>125</sup> Ibid., p. 105, tradução nossa.

Qurna, muitas foram construídas em torno das pertencentes à família de Ahmés-Aametu, o que não descaracterizaria o complexo familiar, mas o ampliaria<sup>126</sup>. Tal parece ter sido também em Elkab em torno da tumba de Ahmés, filho de Ebaná. Segundo Davies, outras tumbas edificadas em torno da do soldado “podem ter pertencido ao clã Ahmés/Paheri, formando um grupo familiar”<sup>127</sup>. Tal grupo familiar deve ser aqui entendido como uma família estendida<sup>128</sup>. Tanto o caso tebano quanto o de Elkab demonstram que “aglomerados de tumbas pertencentes a uma única família corporificava o poder e a patente de seus proprietários”<sup>129</sup>. Em outras palavras, a união visual das tumbas demonstrava também uma união social dos ali enterrados e de seus grupos.

Esses indivíduos, pertencentes a grupos sociais elevados, e seus monumentos (por exemplo, tumbas e estátuas) servem como capital para aqueles que possuem alguma forma de acesso a eles. Ter a capacidade de reivindicar pertencimento a redes de relações que possuem, se não o controle, uma forte influência sobre importantes questões do Estado, desde a religião a governo de terras estrangeiras dominadas, é um meio essencial na constituição da identidade enquanto agente de processos políticos, econômicos, sociais etc. Dessa forma, as elites, através de seus vivos e de seus mortos, buscam manter e ampliar seus status e seus capitais. Sendo assim, vemos através da cultura material das tumbas e estátuas a lógica de que as *households* egípcias não visavam unicamente a subsistência, mas também “maximizar lucro, investir em terra e ‘adicionar à herança de alguém’”<sup>130</sup>. É nessa vontade de expansão econômica, política e social das *households*, principalmente das elites, que temos um elemento importante na explicação do movimento tanto de unificação quanto de expansão do Egito do Reino Novo inicial, deixando de lado uma visão tradicional que encara esses movimentos quase exclusivamente a partir da vontade da Coroa enquanto instituição ou mesmo enquanto indivíduo.

A Coroa egípcia, representante do Estado unificado, é também uma *household* e, como tal, não escapa aos elementos levantados no tópico anterior. Conforme argumenta Moreno García,

---

<sup>126</sup> Ibid., p. 107.

<sup>127</sup> DAVIES, W. V. The tomb of Ahmose son-of-Ibana at Elkab. Documenting the family and other observations. In: CLAES, Wouter; MEULENAERE, Herman de; HENDRICKX, Stan (orgs.). **Elkab and beyond**. Studies in honour of Luc Limme. Louvain; Paris; Walpole: Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2009. p. 154, tradução nossa.

<sup>128</sup> Ibid.

<sup>129</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. **The State in Ancient Egypt**. Power, Challenges and Dynamics. Londres: Bloomsbury, 2019. p. 74-75, tradução nossa.

<sup>130</sup> LEHNER, Mark. Fractal House of Pharaoh: Ancient Egypt as a Complex Adaptive System, a Trial Formulation. In: KOHLER, Timothy A.; GUMERMAN, George J. (orgs.). **Dynamics in Human and Primate Societies**. New York & Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 308, tradução nossa.

Não é insignificante que tanto o faraó quanto o Estado foram igualados com a noção da *pr-aA* ‘casa grande’ e egiptólogos como Lehner têm argumentado que todo o Estado egípcio poderia ser interpretado como uma ‘*household of households*’ ao invés de um Estado pesadamente centralizado (Lehner, 2000)<sup>131</sup>.

É nessa concepção de poder estatal que podemos observar justamente a imbricação entre Estado, Coroa e parentesco. É preciso pensar o Estado e seus organizadores como inseridos nas dinâmicas sociais que ocorrem em seu território, inclusive de parentesco. Isso se torna mais fácil quando tornamos o Estado egípcio menos rígido em nossa análise, baseado em uma lógica *ad hoc*<sup>132</sup>, isto é, as normas são estabelecidas pelo Estado a partir de decretos que lidam com as realidades apresentadas em um determinado contexto.

Com o que foi levantado nesse tópico, acreditamos ter sido possível demonstrar como as famílias e as relações de parentesco desempenham um importante papel no estabelecimento das estruturas estatais em âmbitos locais e na esfera central. No caso egípcio, parece que a divisão entre parentesco e Estado proposta por autores como Trigger<sup>133</sup> não só não se mantém, como impede que entendamos as construções de laços entre as diferentes esferas que compõem a sociedade egípcia. Não se entende a ascensão de alguns grupos sociais sem o Estado bem como não se compreende a manutenção do Estado sem o apoio de grupos familiares locais importantes, que visavam interesses próprios. Mas, para compreender os processos de unificação e expansão do Reino Novo inicial – objetos dessa pesquisa –, é preciso definir quais são os capitais disponíveis e como as elites egípcias podem ser definidas. Esses serão nosso foco no próximo capítulo.

### 2.3 A convergência entre Estado segmentário e império

Antes de analisarmos os capitais e as definições de elite, porém, é preciso que se diga algumas palavras sobre o que entendemos ser o império egípcio durante esse período. Não é nosso objetivo realizar uma longa definição do termo império, dado sua complexidade e variações de acordo com as ferramentas metodológicas utilizadas e o contexto estudado pelos pesquisadores.

Para o que nos interessa mais especificamente, é preciso lembrar, como demonstra a sociedade egípcia do início do Reino Novo, que um Estado segmentário não implica

<sup>131</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Households. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2012, p. 1, tradução nossa.

<sup>132</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. **The State in Ancient Egypt**. Power, Challenges and Dynamics. Londres: Bloomsbury, 2019. p. 113-114.

<sup>133</sup> TRIGGER, Bruce G. **Early Civilizations: Ancient Egypt in Context**. Cairo: The American University in Cairo Press, 1993. p. 37.

necessariamente a ausência de desigualdades e lideranças. Dentro de uma sociedade, patriarcal, por exemplo, o pai é tido como o líder e responsável pela distribuição de recursos no interior da casa ou *household*. Essa realidade pode ser constatada no Egito do Reino Médio (c. 2055-1650 a.C.) através das cartas de Heqanakhte, um sacerdote funerário. Nelas, esse homem se arroga o papel de organizar a distribuição do trabalho e de rações entre os habitantes de sua *household* e estabelece, por meio dos termos empregados, uma relação de pai e filho entre eles e os membros de sua unidade doméstica<sup>134</sup>.

Retomando também a proposta de Lehner, temos o Estado egípcio como uma “*household de households*”<sup>135</sup>, e que, por ser tal estrutura, deve obedecer a demanda de aumentar os recursos que foram anteriormente deixados em suas mãos. Dentro da perspectiva de um Estado presuntivo proposta por Richardson a partir da realidade mesopotâmica, temos que o discurso de abundância, favorecimento e proteção eram essenciais na composição da legitimidade dos governos palacianos que começavam a emergir<sup>136</sup>. Essa lógica é aplicável ao Egito tanto em suas *households* quanto na própria organização do governo central. Aqui, então, abre-se o caminho para a construção do que poderia ser nomeado um império, isto é, uma expansão territorial e de recursos que fluiriam de terras estrangeiras ao Egito.

Contudo, é importante ressaltar que não entendemos império como sendo uma organização homogênea, se aplicando uniformemente a todos os locais por onde a administração vitoriosa deixa suas marcas. Conforme se verá mais especificamente nas narrações políticas levadas a cabo nos Capítulos 3 e 4, o império egípcio desse período pode ser enquadrado o que Rede chamou de “*imperialismo em rede*”<sup>137</sup> para fazer referência ao contexto assírio. Segundo essa perspectiva, entre o núcleo imperial e as zonas dominas há “zonas intermediárias inteiras que não se sujeitavam ao comando”<sup>138</sup> do centro. Cabe ressaltar, conforme faz o próprio autor, que tais zonas, apesar de não estarem subjugadas, ainda eram monitoradas pela administração imperial<sup>139</sup>. No caso egípcio mais especificamente, tal ideia é melhor aceita em relação às expansões que o Egito fez em direção ao Levante do que em relação aos territórios núbios. A dificuldade em avaliar essas relações através do imperialismo em rede

<sup>134</sup> OLABARRIA, Leire. **Kinship and Family in Ancient Egypt**. Archaeology and Anthropology in Dialogue. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 2020. p. 83, 156, 165.

<sup>135</sup> LEHNER, Mark. Fractal House of Pharaoh: Ancient Egypt as a Complex Adaptive System, a Trial Formulation. In: KOHLER, Timothy A.; GUMERMAN, George J. (orgs.). **Dynamics in Human and Primate Societies**. New York & Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 337-338, tradução nossa.

<sup>136</sup> RICHARDSON, Seth. Early Mesopotamia: The presumptive state. **The Past and Present Society**, v. 215, n. 1, p. 35-36, Maio, 2012.

<sup>137</sup> REDE, Marcelo. The image of violence and the violence of the image. War and ritual in Assyria (Ninth-seventh centuries BCE). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 99-100, Jan./Abr., 2018, tradução nossa.

<sup>138</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>139</sup> Ibid.



deve-se também às próprias naturezas das fontes oficiais egípcias, dado que nelas o faraó aparece como legítimo senhor de toda a Terra e os povos estrangeiros estão em posição de subjugação.

Uma forma de atenuar essa homogeneização das fontes é analisar os termos empregados para fazer referência aos modos como produtos de terras estrangeiras são trazidos ao Egito e fazer uso dos registros arqueológicos de alguns locais. Como se verá nos Capítulos mais adiante, sabe-se, por exemplo, que Punt, Babilônia, Assíria e o Egeu não foram alvos de campanhas militar egípcias e muito menos estavam em posição de subalternidade em relação à Coroa faraônica. Apesar disso, eles aparecem em alguns registros, como nas autobiografias de oficiais e nos *Anais de Tutmés III*, enviando comitivas com produtos locais em um suposto reconhecido poder egípcio.

Em um primeiro momento, seria esperado que descartássemos tais afirmações como sendo meramente uma fórmula político-religiosa que atenderia a uma audiência nativa. Porém, acreditamos que é preciso ir além. A afirmativa de que tais terras se encontrariam dentro do domínio egípcio nos informa como os próprios egípcios – ao menos as elites responsáveis pela administração – entendiam seu império. Ele não era composto somente pelos locais em que o Estado era capaz de efetivamente exercer um controle, mas sim pelas regiões em que ele conseguia estabelecer algum tipo de relação, incluindo expedições comerciais e diplomáticas. O império egípcio, assim, não deve ser compreendido como uma mancha unicolor que abarca desde a região da Núbia até o Levante, mas como um mapa que contém variados gradientes que implicam em diversas formas de relações e organizações. Desse modo, o Egito do Reino Novo inicial pode ser enquadrado dentro da lógica do imperialismo em rede, uma vez que

Em um império em rede, a reivindicação à dominação e controle não é limitada por quaisquer linhas marcadas simbólica e militarmente no chão. O poder imperial luta pelo alcance global, embora os interstícios nunca estejam completamente sob seu alcance. [...] Paradoxalmente, impérios em rede reivindicam controle global em face de uma guerra infinita, porque não há fora do império, mas ainda há inimigos poderosos<sup>140</sup>.

O faraó é, no discurso oficial, o Soberano de todas as regiões do plano terreno. Seus inimigos são aqueles que discordam da sua autoridade e se rebelam contra seu domínio. Mas, por sua vez, o domínio faraônico sabe quais guerras efetivas e quais guerras simbólicas estão no seu escopo de atuação. Enquanto a dominação militar de regiões do Levante e da Núbia podem ser uma realidade, o reconhecimento de regiões como Punt e o Egeu aparecem mediante

---

<sup>140</sup> BERNBECK, Reinhard. Imperialist Networks: Ancient Assyria and the United States. **Present Pasts**, v. 2, n. 1, p. 146, 2010.

a aceitação do estabelecimento de contatos diretos. Dentro da lógica egípcia, todas elas compõem o domínio do Estado faraônico.



### 3 O QUE SÃO AS ELITES EGÍPCIAS?

Está no senso comum o fato de que quando falamos sobre elite estamos nos referindo a um grupo que apresenta acúmulo substancial de algum tipo de capital: econômico, cultural, político etc. Capital esse que é fundamental para o distinguir dos demais grupos sociais. Falar de elite seria fazer referência a um dos elementos de distinção que estão inseridos no interior de determinadas sociedades. A elite, assim, é sinônimo de poder no interior de uma estrutura social, como demonstra Mills já no título de seu livro *A elite do poder*, no qual analisa a constituição desse grupo na sociedade norte-americana, principalmente a partir do pós-II Guerra, e como ele se insere na organização e na administração política e social dos Estados Unidos.

Contudo, o estudo egiptológico dedicou um papel secundário a esse grupo social – ainda que o colocando em muito maior destaque do que outros, como os camponeses, tidos como quase invisíveis. Durante muito tempo se pensou na elite egípcia enquanto um mero instrumento de poder da Coroa, obedecendo de forma subserviente a figura do faraó e não colocando suas vontades, interesses e conflitos em jogo. Tratar-se-ia de um grupo que possuía recursos econômicos e de prestígio, mas que não detinha poder de voz efetivo dentro da organização social egípcia. Tal forma de perceber esse setor da sociedade egípcia, pode ser vista, por exemplo, em Assmann, que afirma

No Egito havia também formas e agências alternativas – o sacerdócio, os oficiais, o exército, os escribas, os fazendeiros, assim como numerosas tradições gerando antigos e novos textos, antigos e novos conceitos, experiências e inferências – mas estas eram apenas operativas abaixo do nível supremo, o qual permaneceu impermeável à reflexão crítica<sup>141</sup>.

Há nesse tipo de concepção o esvaziamento das próprias agências da elite, as quais Assmann afirma como “alternativas”. Realizar uma hierarquização do Egito desse modo significa não reconhecer o sentido de contrapeso que essas elites possuem, a tal ponto que acabam por tornar necessária uma outra atuação política por parte dos faraós. Para tornar mais claro, embora não seja nosso contexto principal, utilizemos como exemplo o período amarniano. Nele, mais do que uma possível vontade do monarca de ascender uma nova divindade principal no lugar de Amon, é possível perceber uma motivação política. Akhenaton (1352-1336 a.C.) busca durante seu reinado, de acordo com a análise de Cruz-Urbe, recuperar

---

<sup>141</sup> ASSMANN, Jan. **The mind of Egypt: history and meaning in the time of the Pharaohs**, Nova York: Metropolitan Books, 2002. p. 16, tradução nossa.

uma maior centralidade e primazia, desfrutadas pelos faraós durante o Reino Antigo<sup>142</sup> (2686-2125 a.C.). Em sua luta contra os sacerdotes de Amon, “o papel dos templos foi completamente subsumido, assim como de outras áreas da sociedade”<sup>143</sup>. Contudo, e isso é crucial na argumentação em favor do reconhecimento de uma agência da elite, o exército foi um setor extremamente importante na alteração político-religiosa proposta por Amarna<sup>144</sup>. A constatação desse auxílio por Cruz-Uribe demonstra tanto a força que o exército desfrutava nesse período quanto a necessidade – e, evidentemente, a capacidade – da Coroa em utilizar-se dos interesses e das rivalidades presentes nos grupos dominantes da sociedade egípcia.

Por outro lado, é claro que a afirmação de que “formas e agências alternativas” só eram “operativas abaixo do nível supremo” não é construída sem uma análise da documentação. Essa abordagem muitas vezes é proveniente de observações que se debruçavam sobre as fontes oficiais do Estado faraônico ou mesmo das autobiografias de indivíduos pertencentes à própria elite. Em ambos os tipos de fontes, é possível apontar, como será apresentado a partir das fontes analisadas ao longo desse capítulo, um caráter de supremacia do rei e subserviência por parte da elite.

### 3.1 A construção discursiva da elite

Uma análise do discurso que busque atestar a multiplicidade de interesses no interior de um material iconográfico, textual etc., porém, demonstra que essa relação hierárquica não é suficiente para dar conta de alguns contextos que marcam a história do Egito Antigo. Acreditamos que essa afirmação contra uma relação meramente hierárquica é verdadeira para o período sobre o qual nos deteremos: a fase inicial do Reino Novo, entre os anos 1550-1425 a.C., marcada pela reunificação pós governo hicsu no Delta e pelo processo de expansão imperial, tanto em direção à Núbia quanto em direção ao Levante.

A fim de realizar tal proposta, optamos pela teoria de Teun van Dijk que, em seu estudo crítico do discurso, afirma que o controle sobre a criação discursiva é fundamental para os grupos que buscam exercer o poder, uma vez que esse elemento é responsável por regular mentes e, assim, também ações<sup>145</sup>. O discurso pode servir para persuadir ou manipular as

---

<sup>142</sup> CRUZ-URIBE, Eugene. A Model for the Political Structure of Ancient Egypt. In: SILVERMAN, David (org.). **For His Ka**. Essays Offered in Memory of Klaus Baer. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1994. Studies in Ancient Oriental Civilization, n. 55, p. 50-51.

<sup>143</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>144</sup> Ibid.

<sup>145</sup> VAN DIJK, Teun A., **Discurso e poder**. Tradução: Judith Hoffnagel, Ana Regina Vieira, Leonardo Mozdzenski, Benedito Gomes Bezerra, Rodrigo Castro, Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2015. p. 18-19.

peessoas sem que haja necessidade de um recurso à força física<sup>146</sup>. Dito isso, torna-se fundamental também o domínio sobre o contexto do discurso, decidindo, assim, quem é que deve participar ou ser excluído do evento comunicativo<sup>147</sup>. No caso egípcio isso se torna claro quando pensamos nas construções discursivas em áreas de restrita circulação ou mesmo na escolha sobre quais informações devam ser transmitidas textual, oral e iconograficamente. O fato de algumas narrativas serem expostas à população somente em eventos e através da leitura de terceiros marca a distinção entre setores sociais. Como exemplo de um desses eventos temos o festival *Opet*, momento no qual Amon deixa Karnak e realiza uma série de visitas a outros templos, como os mortuários de antigos reis e o templo de Luxor. De acordo com Jacobus Van Dijk, desde o início da XVIII Dinastia até seus meados, isto é, até o reinado de Amenhotep III (1390-1352 a.C.), ao longo das “grandes procissões” desse festival, o faraó era aclamado publicamente como a “personificação terrena de Amon”<sup>148</sup>. Em *Opet*, então, temos os sacerdotes de Amon e o faraó como produtores de uma narrativa que conecta a divindade principal do período e a realeza, de forma a legitimar a monarquia política e religiosamente.

Quando nós nos voltamos à elite, é possível perceber sua atuação e relevância a partir de suas autobiografias e de outros instrumentos de agência produzidos por esse grupo, os quais – conforme será demonstrado nos próximos tópicos – ressaltam o caráter ativo desses indivíduos, e não meramente um papel de submissão ou subserviência frente à figura da realeza. O próprio fato de alguns discursos pró-realeza encontrarem-se nos locais onde alguns membros desse grupo foram enterrados não implica necessariamente que eles absorveram de forma passiva a linguagem despótica de construção do rei, mas que são reconhecidos e se reconhecem enquanto peças-chaves na criação da ideia de uma monarquia forte, o que, dialeticamente, fortalece, na prática, suas próprias posições. Conforme foi observado acima no caso de Amarna, Akhenaton, em sua busca de maior centralização do poder teve de recorrer à força do exército frente à força dos templos de Amon.

O que buscamos em nossa análise, evidentemente, não é retirar do faraó seu poder político e social, mas sim colocar em evidência o outro grupo que estava ao seu lado – ou se opondo ao seu poder – e que afirmava garantir a manutenção da ordem do Estado. Acreditamos, pois, que ao recolocarmos a elite no interior dos jogos de força da sociedade do Egito Antigo do Reino Novo inicial, levamos a uma maior compreensão de como essa sociedade se

---

<sup>146</sup> Ibid., p. 23.

<sup>147</sup> Ibid., p. 18-19.

<sup>148</sup> VAN DIJK, Jacobus. The Amarna Period and Later New Kingdom. In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 273, tradução nossa.

organizava política e socialmente, uma vez que podemos expor uma multiplicidade de interesses, pensamentos e modos de agir, inclusive a partir de observações de documentações que durante muito tempo acreditou-se retratarem unicamente a figura do faraó em si mesma.

Para tanto, é necessário primeiramente definirmos o que entendemos como elite e como tal conceito pode ser aplicado quando observamos a sociedade do Egito Antigo nessa fase inicial do Reino Novo. E é esse justamente o objetivo dos tópicos que compõem este capítulo.

### 3.2 Uma conceitualização geral de elite

De acordo com a perspectiva de Ober em *Mass and Elite in Democratic Athens*, a discussão sociológica moderna utiliza o termo elite de duas formas diferentes: 1) uma oligarquia coesa responsável por governar uma organização ou um Estado; 2) um grupo que apresenta uma educação elevada (*elite letrada* ou *intelectual*), um grupo de riquezas elevadas (*classe superior* ou *elite rica*), ou um grupo que possui seus privilégios a partir de suas condições de nascimento ou a partir do exercício de determinadas funções (*nobreza*, *aristocracia* ou *nobreza de status*)<sup>149</sup>. Percebe-se que a primeira definição está associada ao aspecto político, enquanto a segunda depende de outros elementos – cultural, econômico e hereditário. Tal tipologia, porém, não é suficiente para dar conta de dois pontos fundamentais: os conflitos no interior dessa “oligarquia coesa” e a forma como esses recursos educacionais, econômicos, sociais etc. circulam e são consumidos pela sociedade como um todo – embora, evidentemente não de forma igualitária. Por motivos de clareza, nos debruçemos primeiramente nesse segundo ponto.

A elite aparece comumente como o grupo cujo alto desenvolvimento educacional e grande nível econômico a distinguem do restante da sociedade. Evidentemente, trata-se de uma realidade para a maior parte dos casos onde há a existência de um Estado. Por outro lado, somente a abundância não é capaz de explicar como esse grupo se mantém e se desenvolve social e politicamente.

#### 3.2.1 O papel do acúmulo e da circulação

O acúmulo só faz sentido quando é reconhecido e atuante, inclusive nos outros setores da sociedade, propiciando também uma acumulação de poder. Para compreender esse movimento, nossa proposta enquanto definição para uma elite segue a visão defendida por Khan: como primeira parte de sua análise, o autor parte do pressuposto de que a elite é o grupo

---

<sup>149</sup> OBER, Josiah. *Mass and Elite in Democratic Athens*: Rhetoric, Ideology, and the power of the people. Princeton: Princeton University Press, 1990. p. 11.

social que tem controle ou acesso desproporcional a recursos<sup>150</sup>. Para ele, porém, a vantagem sobre o acesso desses últimos não é suficiente para explicar o predomínio da elite. A fim de que o poder desse grupo seja de fato reconhecido – e esse é um ponto fundamental da teoria de Khan para nossa pesquisa – é também necessário que tais recursos sejam transferíveis<sup>151</sup>. Cabe ressaltar igualmente que os recursos e sua transferibilidade são elementos constituídos socialmente<sup>152</sup>. Assim, pode-se concluir que a elite deriva seu poder da sua capacidade de transferir elementos socialmente transformados em recursos. É preciso também “considerar as conversões desse recurso em outras formas de capital”<sup>153</sup>, uma vez que é através desse processo que a elite consegue negociar tanto entre si quanto com os outros grupos sociais. Sendo assim, os recursos apresentam duas naturezas não necessariamente excludentes: eles são transferíveis (circulam de um indivíduo ou grupo para outro) e/ou intercambiáveis (são capazes de serem trocados por outros recursos de naturezas diferentes – um exemplo seria a transação de produtos materiais por legitimação religiosa).

No caso do Reino Novo, tal concepção pode ser observada a partir de uma carta enviada por Teti para Ahmés, homem de Peniaty, escriba envolvido na construção do templo em Deir el-Bahari<sup>154</sup> durante o reinado de Hatshepsut (1473-1458 a.C.):

Teti saúda seu amado irmão (colega?) e amigo apaixonado, o escriba Ahmés [...]

Eu semeei muita cevada para ti, e agora ela cresceu para ti [...] tua (?) cevada que está em um canto de terra arável junto com teu linho. É [...] muito. E eu não te deixarei faltar nada em relação a nenhuma de minhas obrigações enquanto eu estiver vivo.

Mais um assunto: define tua mente para terminar (?) [minha (?)] casa que está na margem do rio. Faze-a apropriadamente como toda empresa bem-sucedida tua<sup>155</sup>.

Nesse trecho da carta, o que se observa é a transferência de um recurso agrícola em troca de um recurso voltado à construção. Mesmo que se possa pensar a partir de uma perspectiva voltada simplesmente ao comércio ou à troca, fato é que estamos diante do estabelecimento de relação entre dois indivíduos que possuem algo para inserir no “mercado das elites” e, ao mesmo tempo, com força suficiente para adquirirem algo que teoricamente lhes faltaria, girando assim as engrenagens tanto econômicas quanto sociais das camadas mais altas. Significa dizer

<sup>150</sup> KHAN, Shamus Rahman. The Sociology of Elites. *The Annual Review of Sociology*, v. 38, p. 362, 2012.

<sup>151</sup> Ibid.

<sup>152</sup> Ibid.

<sup>153</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>154</sup> MELTZER, Edmund S. (org.); WENT, Edward F. (trad.). *Letters from Ancient Egypt*. Scholars Press: Atlanta, 1990. p. 89.

<sup>155</sup> Tradução em inglês em Ibid., p. 91-92, tradução nossa.



que, em nossa perspectiva, essa fonte epistolar demonstra a capacidade desses dois membros de grupos elevados da sociedade em barganhar entre si e mobilizar os recursos necessários para que seu poder de execução seja de fato algo concreto e, desse modo, possibilite o estabelecimento de uma relação mutuamente vantajosa. Outro elemento importante de ser observado é que a figura monárquica está ausente no estabelecimento desse vínculo, pondo à prova a teoria da onipotência do faraó em relação às relações sociais do Egito Antigo, inclusive entre aqueles indivíduos que exercem cargos estatais, e abrindo a possibilidade de uma perspectiva mais centrada nas relações entre sujeitos e grupos sociais.

Deve-se ter em mente que embora essas trocas, como a retratada na carta, contenham um fundo econômico, são dotadas também de outras dimensões igualmente relevantes. Há, por exemplo, a questão da manutenção de um laço de solidariedade, denominado por Mills como “consciência de classe”<sup>156</sup>, mas que para nós seria mais bem entendida sob o termo *consciência de grupo*. Na relação entre Teti e Ahmés percebe-se nitidamente um laço social que vai além da mera economia, uma vez que Teti refere-se a Ahmés, homem de Peniaty, como “irmão”, *sn*. Percebe-se, então, a mobilização de um vocabulário de parentesco a fim de se referir a laços de solidariedade. De acordo com Revez, no gênero epistolário é comum que o termo *sn* possa ser entendido também como “colega” – como também demonstra Meltzer na tradução aqui utilizada –, o que implicaria no remetente reconhecer o destinatário como pertencente a um mesmo grupo social<sup>157</sup>. Seguindo a constatação de Revez, a carta em questão lança à luz algo que os exemplos propostos pelo próprio autor falharam em perceber. Em seu artigo *The Metaphorical Use of the Kinship Term sn 'Brother'*, Revez utiliza-se de dois casos para se referir ao termo *sn* enquanto referente a esse reconhecimento de igualdade: uma troca de cartas entre escribas durante a VI Dinastia (2345-2181 a.C.) e um grafite em Deir el-Medina no período Raméssida, no qual dois trabalhadores de tumbas, aparentemente não relacionados, se tratam por *snw*, “irmãos”<sup>158</sup>. Seria possível alegar através desses eventos que o “coleguismo” se daria entre indivíduos que possuíssem a mesma profissão, o que levaria à aplicação em estado puro da tese sobre a consciência de classe de Mills para designar a relação do grupo dominante no período faraônico.

A conversa epistolar entre Teti e Ahmés, porém, demonstra que essa relação de reconhecimento entre iguais é mais complexa, uma vez que se trata de duas pessoas

<sup>156</sup> MILLS, C. Wright. **Elite do Poder**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 334-335.

<sup>157</sup> REVEZ, Jean. The Metaphorical Use of the Kinship Term *sn* “Brother”. **Journal of the American Research Center in Egypt**, Alexandria, v. 40, p. 124-125, 2003.

<sup>158</sup> Ibid.

encarregadas de funções diferentes, mas que mesmo assim se veem como iguais socialmente. Justamente por se extrapolar o eixo econômico, a consciência de classe não é o termo mais adequado para ser aplicado a esse caso. Conforme havíamos afirmado anteriormente, se desejamos falar de uma consciência em comum para um determinado setor do Egito Antigo, seria mais adequado nos referirmos a uma consciência de grupo. Embora seja preciso realizar as considerações aqui apontadas, a proposta elaborada por Mills ajuda a pensar nesse caráter de união de esferas da elite, baseada nos mesmos interesses, formações culturais, educacionais etc., que permitem ao indivíduo afirmar sobre outro: “ele é um dos nossos”<sup>159</sup>. Nesse âmbito, a carta de Teti para o escriba Ahmés estabelece uma relação de proximidade entre esses dois indivíduos. Essa aproximação entre os dois acaba por trazer em seu bojo uma série de encargos sociais entre esses sujeitos.

Assim, seguindo a linha de Khan mais uma vez, o que se nota nessa carta é a transferência de recursos relacionados a aspectos econômicos e sociais: Teti tem o cabedal necessário para transferir para o escriba Ahmés tanto a cevada, o linho e sua amizade, quanto para demandar de Ahmés o cumprimento de uma tarefa de construção. Através do conteúdo dessa carta é possível observar que, além de aspectos materiais, elementos simbólicos, ideológicos etc. também podem compor aquilo que a sociedade define enquanto recurso. Para Butters, DeMarais e Earle, por exemplo, tem poder social aquele que consegue “controlar e organizar o trabalho e as atividades de um grupo a fim de ganhar acesso desigual a benefícios de ação social”<sup>160</sup>. Mas para que tal aspecto possa ser levado adiante para a sociedade é preciso que essa construa dois importantes veículos que se sobrepõem na propagação dessa ideia: os aspectos ideológicos e a educação.

### 3.2.2 O papel das construções ideológicas e da educação

De acordo com Butters, DeMarais e Earle “a materialização de uma ideologia é um processo estratégico que aloca fontes para fortalecer e legitimar instituições de controle da elite”<sup>161</sup>. Além das instituições, as construções ideológicas formam também as relações sociais intra e intergrupos. Significa dizer que a construção material de uma determinada ideologia visa o estabelecimento de uma ordem que esteja de acordo com os segmentos responsáveis pelo seu desenvolvimento. Os altos custos dessa materialização acabam por fazer com que o acesso a

<sup>159</sup> MILLS, C. Wright. **Elite do Poder**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 334-335.

<sup>160</sup> BUTTERS, Luis Jaime Castillo; DEMARAIS, Elizabeth; EARLE, Timothy. Ideology, Materialization and Power Strategies. **Current Anthropology** 37 (1): 15-31. Nova York: Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, 1996, p. 3, tradução nossa.

<sup>161</sup>Ibid., p. 4, tradução nossa.

ela via símbolos ou eventos torne-se restrito ou monopolizado pelos indivíduos das classes mais elevadas<sup>162</sup>. Mas tal monopólio de construção não implica necessariamente o monopólio do consumo e da circulação. Ao contrário do que afirma Mills em *Elite do Poder*, relegando algumas vezes os grupos dirigentes a um quase epifenômeno, desenraizados de suas famílias, empregos ou comunidades<sup>163</sup>, acreditamos que o poder desses indivíduos só se torna possível a partir da interação com outras camadas sociais – ainda mais quando entendemos poder, conforme demonstrado no Capítulo 1, como capacidade de realização de tarefas. Desse modo, nos aproximamos mais da análise de Bourdieu, que afirma:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*<sup>164</sup>.

O que se pode concluir dessa abordagem é que as “distinções significantes” que a elite almeja só podem ser alcançadas a partir da interação, mesmo que simbólica, com outros grupos sociais. E para que essa interação simbólica funcione é preciso fazer com que seus produtos circulem de uma forma mais ampla através da sociedade. Em suma, a distinção só pode ser eficaz se reconhecida pelos integrantes tanto do grupo dominante quanto do grupo dominado. Para que a sociedade funcione de acordo com as diretrizes propostas pelos grupos sociais mais elevados, é preciso que suas ideias e perspectivas apresentem uma certa circulação. Mas como fazer com que essas ideologias – de solidariedade entre os membros do grupo dominante e de distinção entre esse grupo e os demais – possam ser implementadas na sociedade?

Uma das principais ferramentas é a formulação de uma educação que atenda a essa demanda. De acordo com Bourdieu, a educação é essencial na “inculcação do arbitrário”, sendo assim fundamental na composição de uma cultura<sup>165</sup>. Quando observamos o caso egípcio, segundo afirma Kóthay, alguns filhos da elite que não apresentavam sangue real estudavam juntamente com os herdeiros do rei, esperando-se, desse modo, criar um sentimento de comunidade entre o rei e a elite e assegurar que as futuras gerações desses grupos apresentassem

---

<sup>162</sup> Ibid.

<sup>163</sup> MILLS, C. Wright. **Elite do Poder**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 11.

<sup>164</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução organizada por Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 14.

<sup>165</sup> Ibid., p. 271-272.

cabedal suficiente para ingressar e manter as engrenagens do maquinário administrativo funcionando<sup>166</sup>.

Evidentemente tal educação não está disponível a todos, ainda mais em uma sociedade como a do Egito Antigo, na qual o letramento é mais uma exceção do que a regra. Sendo assim, a educação, ou melhor, a formação cultural para a massa da população deve vir de outros meios, como os ritos e os monumentos públicos. Percebe-se, então, a necessidade, ou mesmo a dependência, que a elite de poder possui para com o Estado a fim de transmitir suas concepções, objetivos etc. para outros setores da sociedade. Mills, por exemplo, embora reconheça que nem todo poder possa ser exercido a partir delas, ressalta que é a capacidade de comandar as principais instituições que assegura de maneira contínua e importante o real poder dos indivíduos<sup>167</sup>. É essa capacidade de controlar as instituições estatais que permite, no caso egípcio, a construção de uma tentativa de difusão de perspectivas sociais que estejam de acordo com os objetivos das camadas mais elevadas.

Mas para que esses objetivos possam ser de fato realizados, é preciso usar os recursos disponíveis para fazer com que eles componham o que se chamaria de “interesse da sociedade”. Para tanto, é preciso estabelecer uma ligação entre aqueles que estabelecem os objetivos e o restante da sociedade. Norman Yoffee, em *Negotiating the past with the past*, ao sublinhar a importante relação entre memória, paisagem e identidade, argumenta também sobre a relevância dos monumentos para a construção de uma “comunidade de memória”. Segundo a proposta desse autor, os monumentos, sejam eles construídos ou naturais, agem como difusores de narrativas de eventos e personalidades daquele grupo ou sociedade, buscando gerar uma identidade entre indivíduos<sup>168</sup>. Deve-se sublinhar que essa identidade se refere tanto a laços de solidariedade quanto à forma de diferenciação. A Necrópole tebana, área onde se encontram sepultados membros da elite, é um exemplo para pensarmos essa estrutura em relação ao Egito Antigo: as tumbas das elites estão inseridas na paisagem e referem-se ao indivíduo/família (tanto em sentido amplo, envolvendo agregados, funcionários etc., quanto no sentido restrito, envolvendo laços sanguíneos e matrimoniais), a um grupo extensivo (classe ou grupo social) e à composição de uma memória coletiva e mítica. Os indivíduos que estão ali sepultados são

---

<sup>166</sup> KÓTHAY, Katalin Anna. Categorization, Classification, and Social Reality: Administrative control and interaction with the population. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 482-483.

<sup>167</sup> MILLS, C. Wright. **Elite do Poder**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 18.

<sup>168</sup> YOFFEE, Norman. Peering into Palimpsest: An Introduction to the Volume. In: YOFFEE, Norman (org.). **Negotiating the past in the past: identity, memory, and landscape in archaeological research**. Tucson: The University of Arizona Press, 2007. p. 2-4, tradução nossa.

representados enquanto aqueles que auxiliavam na composição e manutenção do Estado egípcio assim como da ordem cósmica.

O ato de construção desses monumentos por si mesmo, porém, não é suficiente. É preciso fazer com que eles sejam dotados, em seu conjunto, de uma certa agência discursiva. Em outras palavras, não basta que eles sejam vistos como algo relacionado ao religioso, ao moral ou ao político; é preciso observá-los como dotados também de uma capacidade de interação com os indivíduos que circulam e/ou usufruem daquela paisagem<sup>169</sup>. É nesse sentido que Giumbelli afirma que “a vida social dos monumentos coloca [...] em jogo relações possíveis entre o oficial e o cotidiano”<sup>170</sup>. É justamente nesse modo de existência que os monumentos produzem aquilo que Yoffee chama de “comunidade de memória”, isto é, a “vida social” do monumento torna possível a ele não só a representação de um discurso oficial nos moldes propostos por um sistema ideológico governante, mas a entrada dessa perspectiva – e de variações, inclusive críticas, a partir dela – no cotidiano, de tal forma que ela atue na construção de uma narrativa comum em âmbitos fora do quadro administrativo. Os monumentos são pensados, dentre outras coisas, para auxiliar na composição de uma história comum de uma sociedade, facilitando a composição de um governo comum e, assim, criando o sentimento de objetivos comuns.

Seguindo a linha de Oliver, os sepultamentos de alto custo econômico, mais do que indicar riquezas, são capazes de definir identidade, tanto de “classe social” quanto de “grupo”<sup>171</sup>. A partir de suas pesquisas sobre Grécia e Roma, esse autor argumenta também que as lápides, por sua vez, podem ser vistas como ferramenta utilizada para que o falecido e/ou seus herdeiros deixem uma representação do indivíduo sepultado da forma como ele desejava ser visto<sup>172</sup>. Estaríamos diante da constituição de duas identidades complementares: uma no nível social e outra no nível individual. Mas como isso seria aplicável no caso da necrópole tebana?

Ao aplicarmos a leitura de Oliver, observamos que através da composição da paisagem estabelece-se uma relação de comunidade entre os sepultados na necrópole tebana, favorecendo assim a constituição de laços de solidariedade e do desenvolvimento do sentimento de pertencimento a um grupo. Sentimento esse que passará para os herdeiros dessas pessoas. Ao

---

<sup>169</sup> GIUMBELLI, Emerson. De potências perturbadoras: encontrando o sagrado na modernidade. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 18, n. 31, p. 79, Jan./Jun. 2017.

<sup>170</sup> Ibid.

<sup>171</sup> OLIVER, G. J. **The Epigraphy of Death: Studies in the History and Society of Greece and Rome**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. p. 12, tradução nossa.

<sup>172</sup> Ibid.

observarmos as escrituras funerárias individuais, sejam textuais ou iconográficas, conseguimos observar a criação do ideário do que seriam aqueles homens e quais foram suas ações durante suas vidas e como elas auxiliaram na composição e manutenção da sociedade egípcia.

É importante ter em mente que o potencial de comunicação dessa área de Tebas não tem por objetivo atingir somente os grupos mais abastados. Ela também é capaz de transmitir aos outros membros da sociedade egípcia duas linhas ideológicas distintas, mas que não necessariamente se excluem: há, por um lado, uma busca por construir elementos que destaquem os enterrados na necrópole tebana dos demais indivíduos. Por outro, há a criação de uma narrativa sobre o papel dessa elite na construção da sociedade egípcia de forma a tentar fazer com que essa valorize os membros do grupo dominante ali sepultados, legitimando, assim, a posição deles e de seus herdeiros.

Os elementos relacionados às distinções e funções da elite podem ser mais bem compreendidos quando observamos a geografia da região onde a necrópole da elite se localiza. Em primeiro lugar, ela abrange também os chamados Vale dos Reis e Vale das Rainhas, associando os membros da elite ali enterrados à estruturação do Estado e da burocracia egípcios, tendo os reis e rainhas sepultados enquanto representantes tanto da Coroa quanto do próprio Egito como um todo – esse último tema será abordado com mais vagar ainda nesse tópico. Além disso, uma vez que se localiza nas conexões dos templos de Karnak e Luxor, essa área torna-se um dos pontos de passagem da estátua de Amon quando essa última saía de seu templo principal, Karnak<sup>173</sup>. A estátua da divindade realizava inclusive paradas em “templos satélites da necrópole”<sup>174</sup>.

A partir da interpretação dessa espacialidade, a necrópole tebana seria responsável por criar uma narrativa na qual a elite se apresenta como uma espécie de camada distinta, responsável, assim como a própria Coroa, pelo desenvolvimento e manutenção da ordem e da harmonia do Estado egípcio. O conjunto de necrópoles nessa área de Tebas revela uma certa interdependência dos grupos ali representados. A proximidade entre elas não se refere a uma mera tentativa de imitação das riquezas presentes nos sepultamentos da realeza, mas ela também age como uma forma de interconexão desses grupos que buscam compor o poder do Egito do início do Reino Novo.

Deve-se ter em mente que essas narrativas são aspectos centrais para ambos os grupos, tanto os que dominam quanto os que são dominados. Tal relevância justifica sua ampla difusão

---

<sup>173</sup> PEREYRA, Maria violeta et al. **Espacios de interpretación en la necrópolis tebana**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2018. p. 57.

<sup>174</sup> Ibid., tradução nossa.

tanto nas construções privadas (por exemplo, tumbas) quanto nas públicas (estelas, muros de templos etc.). Observemos, por exemplo, a inscrição na estátua de Minmés, responsável pela cobrança de impostos em terras estrangeiras durante o reinado de Tutmés III (1479-1425 a.C.), encontrada no assentamento egípcio de Medamud<sup>175</sup>, mais especificamente em um templo dedicado a Montu<sup>176</sup>:

Eu segui ao bom deus, ao rei do Egito Menkheperre<sup>177</sup> – que se lhe conceda vida! – por todas as terras estrangeiras que ele atravessou. Presenciei a firmeza [do braço] de sua majestade em [todas as terras estrangeiras até] o extremo da Terra. [...] Presenciei como ele subjugava a Núbia, indo até o sul [...] Eu estava seguindo a Sua Majestade pelo [...] Alto [Retenu<sup>178</sup>] atrás de meu senhor. Eu gravei o imposto do [Alto] Retenu, consistente em prata, ouro, lápis-lazúli e toda classe de pedras preciosas, incontáveis carros e cavalos e numeroso gado grosso e miúdo. Eu fiz os chefes de Retenu saberem (qual era) sua contribuição anual. Gravei o imposto dos chefes da Núbia, consistentes em eletro<sup>179</sup> bruto, ouro, marfim ébano e numerosas embarcações de madeira de palmeira<sup>180</sup> (Urk. IV 1441, 15-1442, 10).

Nesse trecho observam-se dois processos fundamentais na compreensão do uso do aparato estatal por parte da elite egípcia. O primeiro deles é o que podemos denominar de *ancoragem*: Minmés não está somente respeitando a hierarquia convencional socialmente estabelecida, mas também está ligando-se a um monarca específico, Tutmés III, a tal ponto que as ações descritas por esse monarca em suas inscrições públicas possam ser apropriadas por Minmés e, futuramente, por seus herdeiros; ou seja, é possível colocar esse indivíduo como parte dos responsáveis por tornarem os feitos do monarca egípcio tangíveis. É importante observar também que a localização da estátua de Minmés em um templo de Montu, divindade voltada à guerra, não parece ter sido algo ao acaso: uma vez que a estátua retrata um discurso voltado à conquista e à taxaço de terras estrangeiras, estabelecer tal monumento em um templo dedicado a esse deus reforça a imbricação entre os elementos civis, militares e religiosos não somente na sociedade egípcia como um todo, mas na própria pessoa do funcionário representado.

<sup>175</sup> GALÁN, José M. **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 147.

<sup>176</sup> SHIRLEY, J. J. What's in a Title? Military and Civil Officials in the Egyptian 18th Dynasty Military Sphere. In: BAR, S., KAHN, D.; SHIRLEY J.J. (orgs.). **Egypt, Canaan and Israel**: History, Imperialism, Ideology and Literature. Proceedings of a Conference at the University of Haifa, 3-7 May 2009, Leiden; Boston: Brill, 2011. p. 308.

<sup>177</sup> Nome de coroaço de Tutmés III.

<sup>178</sup> De acordo com Spalinger, o termo “Alto Retenu” era utilizado para designar a região a que hoje corresponde Israel. Para mais, ver SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt**: The New Kingdom. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 131.

<sup>179</sup> Liga metálica formada principalmente a partir de ouro e prata.

<sup>180</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M. **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 147-148, tradução nossa.

Em segundo lugar, podemos observar que ao se caracterizar enquanto responsável por estabelecer e cobrar os tributos de duas regiões estrangeiras, nesse caso específico Alto Retenu e Núbia, Minmés aparece como indivíduo cuja função é organizar e administrar certos produtos que adentram o Egito. Note-se que não estamos diante de uma afirmação de acúmulo individual de riquezas, mas de controle sobre a entrada de riquezas no Estado. Embora os produtos não permaneçam em suas mãos, é Minmés o responsável, enquanto cobrador de impostos, por definir, cooptar e distribuir os recursos no interior da burocracia. Recuperando a teoria de Khan assentada na transferibilidade de recursos, percebe-se que a estátua de Minmés, nesse ponto, deixa claro que a definição do que seria a elite egípcia do início do Reino Novo não está baseada necessariamente em um acúmulo de capital – nesse caso, econômico –, uma vez o autobiografado sublinha mais sua função de organizador do que de acumulador. O que está em evidência é a relevância redistributiva que o indivíduo é capaz de desenvolver em torno de si.

Voltando à ancoragem, o mesmo processo pode ser visto também na tumba do general Amun-em-heb (TT85), membro do exército durante o mesmo período:

O sol[dado Amun-em-he]b, o justificado, ele diz:

Eu era o mais confiável do soberano L.P.H<sup>181</sup>, dedicado ao rei do Alto Egito, firme para o rei do Baixo Egito. Eu segui meu senhor em seus passos nas terras do norte e do sul – ele amou quando eu estava em seus calcanhares, quando ele estava no campo de batalha de suas vitórias, quando sua força inspirou confiança!<sup>182</sup> (Urk IV 890, 6-13)

Percebe-se nessa autobiografia a exaltação do indivíduo como aquele a quem o governante possui maior confiança, além do destaque à sua dedicação e firmeza no cumprimento de seus deveres para com o soberano. Há nesse primeiro momento uma situação de submissão do general para com seu rei, respeitando harmonicamente uma hierarquia previamente estabelecida. Por outro lado, principalmente a partir do que se nota ao final do trecho em questão, sublinha-se a relevância do general, dado que Tutmés III “amou quando” Amun-em-heb “estava em seus calcanhares”. Há, então, um reconhecimento da diferença que esse indivíduo foi capaz de fazer “quando” o faraó “estava no campo de batalha”. A partir dessa formulação, a autobiografia visa construir um amálgama entre o general e o faraó de tal modo que, ao mencionar as conquistas de Tutmés III menciona-se também os feitos de Amun-em-heb durante as expedições.

---

<sup>181</sup> Trata-se de uma abreviatura de “Life, Prosperity and Health”, o que pode ser traduzido como “Vida, Prosperidade e Saúde”.

<sup>182</sup> Tradução em inglês em REDFORD, Donald B. **The Wars in Syria and Palestine**. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 167, tradução nossa.



Uma vez estabelecida essa linha de relações entre monarca (Tutmés III) e membros da elite (Minmés e Amun-em-heb), torna-se possível avaliar com maior amplitude de contexto e interpretações, os discursos oficiais do Estado faraônico, que também se tornam fundamentais na composição do fundamento ideológico que move a sociedade egípcia. Analisemos, por exemplo, um trecho da Estela de Gebel Barkal, fixada a cerca de cem quilômetros da Quarta Catarata do Nilo, no primeiro pátio de um templo dedicado a Amon na região de Napata/Meroé<sup>183</sup>, também durante o reinado de Tutmés III:

Ele é o Hórus, de braço potente, uma fortaleza benéfica para sua tropa, um refúgio para a gente, que enfrenta todas as terras durante o combate e defende o Egito na arena, um protetor que não respeita os gananciosos.

Ele é um touro vitorioso, de coração firme, sua fronteira sul alcança até o Chifre da Terra, até o começo dessa terra, e ao norte alcança até os confins da Palestina, até os pilares do céu. Eles vêm a ele prostrados, (para que) lhes seja concedido seu alento de vida<sup>184</sup>.

Embora se perceba a figura faraônica agindo sozinha, podemos perceber nessa Estela a menção dos mesmos lugares que Minmés e Amun-em-heb citam em suas inscrições estatuária e tumular, respectivamente. De acordo com Redford, esses três monumentos, representantes de Tutmés III, de Amun-em-heb e de Minmés, possuem referências a uma expedição em comum: a 8ª Campanha<sup>185</sup>, dirigida ao Levante. Enquanto Tutmés III e Amun-em-heb destacam-se enquanto peças fundamentais no desenvolvimento da conquista, isto é, de seu caráter bélico, Minmés ressalta seu papel como aquele responsável por administrar e organizar as terras dominadas.

A análise de fontes referentes a esses três indivíduos sobre suas participações em uma mesma campanha militar a partir de uma dimensão individual permite formular a seguinte afirmação: há, de um lado, a figura faraônica aparecendo como a única digna de menção ou a principal força garantidora do triunfo egípcio nas fontes produzidas pelo Estado; e, de outro, há os monumentos e inscrições privados das elites que compunham esse Estado, nos quais há a preocupação de se demonstrar a importância das ações desse grupo junto à Coroa. Existiria, assim, um embate entre a Coroa, tentando mostrar sua superioridade, e as elites, buscando provar seu valor para o desenvolvimento da sociedade egípcia. Porém, esse embate não esgota as possibilidades de interpretação. Ele também pode ser visto de uma forma mais harmônica: a partir de sua educação conjunta com os herdeiros da realeza e do seu processo de ancoragem

<sup>183</sup> GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 117.

<sup>184</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 119, tradução nossa.

<sup>185</sup> REDFORD, Donald B. **The Wars in Syria and Palestine**. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 118, 172 e 174.

na Coroa, as elites também se viam representadas nos discursos oficiais públicos através da figura do monarca, um indivíduo que cumpriria uma função de *primus inter pares*.

Tal forma de analisar as diferentes concepções dos grupos sociais envolvidos está também presente no estudo de Ellen Morris sobre os deuses que compõem os quatro estandartes sagrados do início da monarquia egípcia<sup>186</sup>. Para fins de exemplo, nos deteremos somente nos Dois Falcões, que representavam os deuses Hórus e Seth. De acordo com a autora, para além dessas duas divindades, os dois falcões simbolizavam também a região de Koptos, uma das principais aliadas de Abidos durante a ascensão dessa última à supremacia<sup>187</sup>. A existência dos dois falcões pode ser interpretada como o reconhecimento por parte de Abidos pelo auxílio de Koptos<sup>188</sup>. Desse modo, temos que esses símbolos desempenham diversas funções, estando entre elas exprimir a natureza divina do rei “e talvez simultaneamente celebrar alianças terrenas particularmente importantes”<sup>189</sup>.

Esse exemplo de Morris nos auxilia na compreensão da diversidade de interpretações que as figuras presentes na composição oficial do discurso podem possuir: se para os espectadores em geral os Dois Falcões aparecem enquanto representações de duas divindades, para os que detém o poder em Koptos as duas figuras representariam o reconhecimento do valor dessa cidade na estruturação do Estado egípcio. Voltando ao nosso caso acima apresentado, o faraó representado nos discursos oficiais não possui necessariamente um caráter de indivíduo, buscando marcar uma superioridade do ocupante daquele cargo real. Ele pode também estar ligado a um grupo, como a elite do poder, intimamente conectada com a Coroa, tanto pela sua educação quanto pelo seu modo de agir e pensar. Em suma, se para os que estão distantes da estrutura de poder haveria a manifestação da superioridade faraônica, para aqueles que compõem o Estado as iconografias retratam a sua classe a partir de uma personagem, isto é, o próprio rei.

No trecho da Estela de Gebel Barkal, acima citado, também se nota a demonstração do recurso da proteção ao Egito que a Coroa é capaz de manter. Mais do que a exaltação da força do monarca e sua comparação a um “touro vitorioso”, há a preocupação em dotá-lo de um recurso social que lhe permita adentrar nas negociações da elite, sendo, o próprio monarca,

---

<sup>186</sup> MORRIS, Ellen, F. Propaganda and Performance at the Dawn of the State. *In*: HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. (orgs.). **Experiencing Power, Generating Authority: Cosmos, Politics, and the Ideology of Kingship in Ancient Egypt and Mesopotamia**. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archeology and Anthropology, 2013. p. 45-46.

<sup>187</sup> Ibid.

<sup>188</sup> Ibid.

<sup>189</sup> Ibid., tradução nossa.

evidentemente, parte dela. Nesse caso, a estela em questão valoriza o aspecto da força voltada à proteção das terras egípcias e às conquistas de novos territórios.

### 3.2.3 Detenção dos meios de difusão das ideias

Mas como fazer a transmissão dessa visão de mundo à parcela significativa da sociedade que não é letrada, incluindo membros da própria elite? Duas formas parecem ter sido adotadas: a transmissão pela oralidade e pela representação iconográfica. Segundo Redford, a transmissão oral dos feitos do monarca durante a XVIII Dinastia era uma ferramenta política conscientemente utilizada tanto para repreender quanto para castigar<sup>190</sup>. Através dessa prática tornava-se possível a transmissão de códigos de conduta elaborados pelo poder para um maior número de pessoas. Tal prática tem seu sucesso reconhecido na medida em que não deixou suas marcas somente no Egito, mas também em áreas dominadas, como Canaã<sup>191</sup>. Török, por sua vez, ao analisar as estruturas egípcias no interior da Núbia, ressalta que, dentre as funções templárias, está também a expansão da ideologia egípcia a partir da “palavra falada”<sup>192</sup>. Em ambos os autores se percebe o papel de extrema importância ocupado pela oralidade. A estela de Gebel Barkal, uma vez inserida nas proximidades de um templo de Amon em região núbia, parece ter sido alvo da realização de leituras públicas. Desse modo, pode-se observar o papel fundamental que a oralidade desempenha na transmissão de informações e ideias, principalmente em sociedades com pouco letramento. Tal análise auxilia no rompimento com a concepção de que as escritas egípcias eram somente dotadas de uma magia sem uma vinculação de informação. Mesmo que muitas vezes restritas no tempo (por exemplo, ocasiões de festivais) e no espaço (por exemplo, templos), as narrativas egípcias possuíam uma intenção ideológica de consumo e circulação.

Para os fins dessa pesquisa, optamos por nos debruçarmos com mais vagar sobre a questão iconográfica. Analisemos, por exemplo, a parte figurativa da própria Estela de Gebel Barkal:

---

<sup>190</sup> REDFORD, Donald B. The concept of kingship during the Eighteenth Dynasty. In: O’CONNOR, David; SILVERMAN, David (orgs.). **Ancient Egyptian Kingship**. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995. p. 167-168.

<sup>191</sup> Ibid.

<sup>192</sup> TÖRÖK, László. **Between Two Worlds**. The Frontier Region between Ancient Nubia and Egypt 3700 BC – AD 500. Leiden; Boston: Brill, 2009. p. 210.

Figura 5 – Parte Iconográfica da Estela de Gebel Barkal

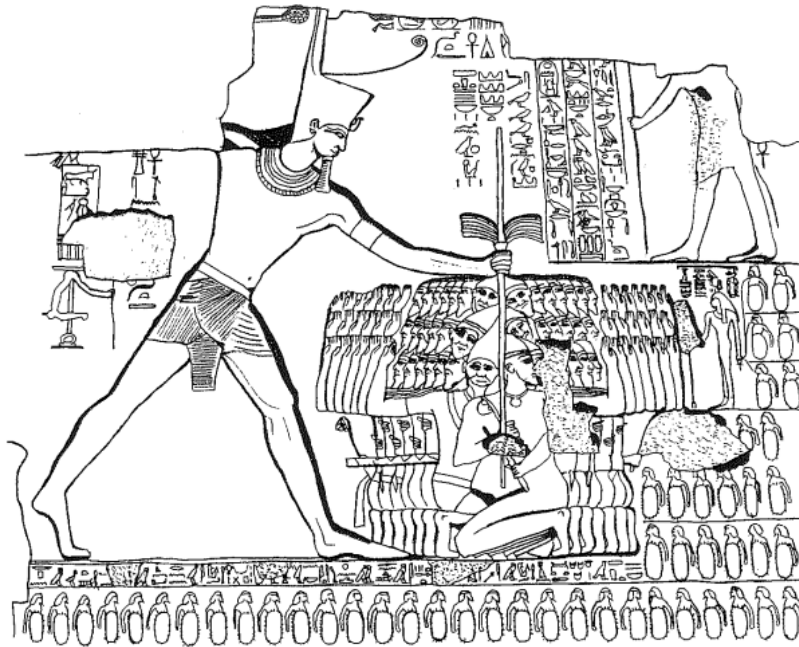


Fonte: Boston Museum of Fine Arts 23.733 (<https://collections.mfa.org/objects/145121?image=>).

Pode-se perceber, em ambos os lados, e de maneira simétrica, um ritual de oferenda que o faraó realiza em favor de seu pai, o deus Amon-Rá, aquele que garantiria aos monarcas egípcios não só o direito de governo como também as vitórias sobre seus inimigos. Por outro lado, na interpretação egípcia do rei como aquele responsável por manter a ordem, tal representação asseguraria que Tutmés III estaria cumprindo sua função para com o plano cósmico, garantindo, então, a proteção do Egito para além do plano terrestre.

Em um fragmento iconográfico do Sétimo Pílo de Karnak, por outro lado, podemos observar uma defesa pautada mais no plano terreno:

Figura 6 – Representação do Sétimo Pylon de Karnak



Fonte: Galán (1995, p. 194).

Nesse trecho, conhecido como a *Cena de Triunfo de Tutmés III*, a figura do monarca egípcio aparece maior que todas as outras em seu entorno, deixando claro seu caráter de protagonismo. Quanto às outras figuras é possível perceber seu caráter de submissão diante do faraó, uma vez que, além de suas dimensões menores, elas se encontram ajoelhadas e com os braços erguidos, em gesto de súplica. De acordo com as interpretações derivadas do contexto de produção e das representações utilizadas, pode-se afirmar que a *Cena de Triunfo* retrata um cenário bélico, de subjugação de asiáticos diante da força de Tutmés III. Nessa apresentação do acontecimento militar, nota-se que duas questões sobre o império egípcio estão presentes: ao mesmo tempo em que a figura faraônica, por suas dimensões e por sua força ao subjugar seus adversários, transmite ao espectador uma capacidade de defesa do Egito, o fato de ela conter os asiáticos de uma forma passiva e suplicante demonstra sua capacidade em manter o império e sua expansão na região levantina. Deve-se ter em mente que essa representação de súplica por parte dos derrotados vai além de uma questão propriamente militar, uma vez que o faraó era o responsável por garantir o chamado “alento da vida” – presente também na Estela de Gebel Barkal – a todos aqueles que estavam sob seu comando, sejam eles egípcios ou não. Sendo assim, a súplica não simboliza um processo momentâneo relacionado a um contexto de guerra, mas a todo um cenário político que se instala com a dominação egípcia no território dessas

pessoas. Cabe sublinhar que a *Cena de Triunfo de Tutmés III* representa elementos que se referem tanto à competência quanto ao dever da Coroa. Demonstrar garantir a proteção de seus súditos assim como a expansão de seus territórios e subjugação dos povos derrotados funciona como demonstração de êxito e legitimidade de seu governo, dada a construção social do que seriam as obrigações da realeza.

Fica claro pelos exemplos expostos que as imagens possuem um caráter atuante e comunicativo, assim como a própria função dos textos, sem desconsiderar também suas funções religiosas, mágicas e ritualísticas. É preciso ter consciência que as imagens no Egito são esferas que desempenham múltiplas funções, ultrapassando a mera formalidade de transmissoras de informação. Contudo, não se deve deixar de lado que esse objetivo comunicativo se encontra inserido na construção dos símbolos oficiais por parte do Estado egípcio. Em outras palavras, seria incorrer em erro afirmar que as simbologias do Egito antigo são dotadas unicamente de um caráter místico, sem qualquer intenção política e/ou social.

Esse caráter unicamente místico da simbologia ou mesmo do texto egípcio pode ser descartado ao observarmos a complementariedade entre hieróglifos, representações e monumentos. De acordo com Dorman, o epigrafista envolvido no estudo da sociedade do Egito Antigo deve estar atento não só a uma inscrição, mas a um monumento, levando em consideração, assim, “seus aspectos bidimensionais (decorativos) e tridimensionais (arquitetônicos e funcionais)”<sup>193</sup>. Significa dizer que uma melhor análise tanto da Estela de Gebel Barkal quanto do Sétimo Pylon implica em levar em conta seu caráter textual, imagético e arquitetônico. A monumentalidade e a iconografia dessas fontes tornam-se fatores indispensáveis na composição da mensagem a ser transmitida, ainda mais quando nos referimos a uma sociedade majoritariamente iletrada. Ao observarmos esses três elementos em conjunto na composição da Estela de Gebel Barkal assim como na composição do Sétimo Pylon, é possível perceber a construção da Coroa como responsável pela defesa cósmica e terrena do Egito. Em ambos os monumentos e em suas inscrições textuais e iconográficas, o faraó aparece como aquele que possui conexões importantes com Amon e como aquele que possui o poder necessário para proteger e expandir as fronteiras egípcias. Sendo assim, a iconografia presente nessas fontes não pode ser interpretada apenas como um rito mágico a fim de garantir as vitórias ou a boa vontade dos deuses. Ela, associada com os textos e com a monumentalidade do artefato, serve como uma espécie de justificativa e aval da legitimidade da monarquia, uma vez que ela cumpre as tarefas impostas a ela e que lhes são próprias.

---

<sup>193</sup> DORMAN, Peter. Epigraphy. In: REDFORD, Donald B. (org.). **The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2001. v. 1, p. 473, tradução nossa.

Com base nessas análises, percebe-se que mesmo o grau mais elevado de uma sociedade tida como hierarquizada, nesse caso específico o trono do faraó, não é capaz de se esquivar das obrigações que a ideologia de poder estabelece nas camadas mais altas. Embora possa ser permitido um certo disfarce despótico na construção das fontes oficiais, fato é que, seguindo a linha de raciocínio de Kóthay, baseada em fontes do Primeiro Período Intermediário (2160-2055 a.C.) e do Reino Médio (2055-1650 a.C.), esperava-se do faraó o cumprimento das habilidades e princípios estabelecidos para a elite como um todo<sup>194</sup>. Desse modo, além de, conforme visto anteriormente, possibilitar a construção de uma formação cultural comum e de um sentido de comunidade, a educação conjunta da Coroa com outros membros da elite gera também responsabilidades e pressões comuns.

### 3.3 A relação entre elite e Coroa

A partir dessa configuração das relações entre realeza e as elites é possível afirmar que a Coroa não é uma entidade que paira sobre a sociedade egípcia. Conforme foi apontado no Capítulo 1, o rei deve ser visto como um membro de uma das famílias mais poderosas dessa elite<sup>195</sup>. Família essa que, de acordo com Cruz-Uribe em sua análise sobre a formação do Estado egípcio, deveria realizar negociações com outras famílias “nobres” a fim de constituir a unificação do Alto e do Baixo Egito<sup>196</sup>. Tal perspectiva serve também à análise do contexto do Reino Novo inicial, marcado por uma reunificação desses dois Egitos. Para que a reunificação fosse possível seria preciso torná-la uma realidade não somente a partir da vontade da realeza, mas também para aqueles que ocupavam cargos de poder no interior da estrutura administrativa egípcia. A reunificação deveria ser vista como vantajosa a toda, ou quase toda, elite a fim de que ela se dispusesse a sacrificar alguns recursos, inclusive humanos, em prol dessa empreitada.

Dessa forma, temos mais uma vez a educação e a constituição ideológica do grupo dominante como fator determinante na construção das diretrizes sociais. Tal perspectiva nos auxilia na desmistificação de uma elite submissa aos mandos e desmandos de uma monarquia centralizada, como foi pensado durante muito tempo sobre a política do Egito Antigo. Para nossa abordagem sobre uma definição geral de elite que seja aplicável ao caso egípcio do período faraônico, a perspectiva de Bang e Turner sobre os Impérios romano e Han, na China,

---

<sup>194</sup> KÓTHAY, Katalin Anna. Categorization, Classification, and Social Reality: Administrative control and interaction with the population. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 482-483.

<sup>195</sup> *Ibid.*

<sup>196</sup> CRUZ-URIBE, Eugene. A Model for the Political Structure of Ancient Egypt. *In*: SILVERMAN, David (org.). **For His Ka**. Essays Offered in Memory of Klaus Baer. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1994. *Studies in Ancient Oriental Civilization*, n. 55, p. 52-53.

mostra-se extremamente interessante, uma vez que, de acordo com esses autores, esses dois impérios agrários, embora visassem a constituição de um forte poder central, permitiam a existência de uma significativa elite local descentralizada<sup>197</sup>.

O caso egípcio parece apresentar a mesma realidade. Embora as elites locais sejam de fato um componente extremamente importante, não se deve esquecer que havia também uma forte presença centralizadora na composição do cenário político. Contudo, isso não significa que o poder de tais elites tenha sido minado. Pelo contrário, ao estarem presentes nas instituições do Estado, elas conseguem fazer com que suas demandas muitas vezes se confundam com as próprias demandas do Estado – o fato de Ahmés, homem de Peniaty, um escriba presente na construção do templo de Hatshepsut em Deir el-Bahari, capaz de dispor de recursos derivados do Estado a fim de abrir caminhos para o estabelecimento de relações com Teti demonstra isso. Nessa questão, o Egito Antigo se assemelha mais aos Impérios Han e romano estudados por Bang e Turner, uma vez que, para esses pesquisadores, ambos os impérios “apresentam alguns desenvolvimentos burocráticos, mas se desdobrando dentro de um contexto que permaneceu altamente patrimonial”<sup>198</sup>. Significa dizer que esses três Estados exigem uma forma de análise que busque transcender a dicotomia entre o burocrático e o patrimonial<sup>199</sup>.

É possível se observar, então, que a elite compõe um sistema de *ação e reação* no interior dos sistemas de poderes políticos, sociais, militares, econômicos etc., dentro de um campo que geralmente, em sociedades em que o Estado é uma realidade presente, está inserido no âmbito institucional. Essa perspectiva em muito se alinha com a afirmação de Higley, que argumenta ser a elite composta por pessoas capazes de interferirem em resultados políticos de forma substancial, inclusive gerando problemas e sem poderem ser prontamente reprimidos<sup>200</sup>.

Tal perspectiva nos auxilia a fazer uma análise crítica do primeiro ponto levantado por Ober sobre os estudos da elite na sociologia moderna conforme demonstrado no início do tópico 2: a ideia de uma “oligarquia coesa”<sup>201</sup>. A ideia da existência de um grupo necessariamente coeso no controle e administração das sociedades traz consigo uma interpretação de caráter idealista do que seja a organização do Estado, uma vez que apaga ou pressupõe a inexistência

---

<sup>197</sup> BANG, Peter Fibiger; TURNER, Karen. Kingship and Elite Formation. In: SCHEIDEL, Walter (org.). **State Power in Ancient China & Rome**. Nova York: Oxford University Press, 2015. p. 14-15.

<sup>198</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>199</sup> Ibid., p. 18.

<sup>200</sup> HIGLEY, John. **Elite Theory in Political Sociology**. p. 3.

<sup>201</sup> OBER, Josiah. **Mass and Elite in Democratic Athens: Rhetoric, Ideology, and the power of the people**. Princeton: Princeton University Press, 1990. p. 11, tradução nossa.



de conflitos internos por maior poder entre os grupos sociais responsáveis pelo governo. Percebe-se essa forma de concepção do Estado, por exemplo, na seguinte afirmação de Hegel:

[...] um Estado está bem constituído e é forte em si mesmo quando o interesse privado do cidadão está unido ao seu fim geral e um encontra no outro a sua satisfação e realização – eis uma proposição sumamente importante por si. No Estado, porém, são necessárias muitas organizações, descobertas de instituições adequadas, mas com longas lutas do entendimento até ele chegar à consciência do que é conforme ao fim; e são igualmente necessárias lutas com os interesses e as paixões particulares, e uma difícil e longa educação sua, para que se alcance a unificação dos fins. O momento de semelhante unificação constitui, na sua história, o período de florescimento, da sua virtude, da sua força e da sua felicidade<sup>202</sup>.

Para os idealistas, o fim último do Estado seria, então, exatamente a unificação dos objetivos dos cidadãos em prol de um “período de florescimento”. Percebe-se o Estado como uma “associação *unicamente* reguladora”<sup>203</sup>, na qual “os interesses e as paixões particulares” estariam domesticados. A oligarquia coesa, dentro dessa perspectiva, embora, evidentemente, não seja o estágio final, estaria em um processo de unificação de finalidades dos grupos sociais. Em suma, uma oligarquia coesa seria sinônimo de atenuação, ou mesmo ausência, de conflitos, o que levaria a crer em um sistema político onde haveria a pacificação dos altos escalões sociais visando objetivos únicos, o que eliminaria as diferenças internas.

Contra essa perspectiva é possível pensar a estruturação do Estado a partir do que Norbert Elias classificou como *equilíbrio de tensões* para pensar a sociedade de corte francesa de Luís XIV<sup>204</sup>. De acordo com essa abordagem, o monarca só poderia exercer sua “abundância de chances de poder” se fosse capaz de lidar com os diferentes grupos nobres rivais que o circundavam e que poderiam exercer uma ameaça à sua autoridade<sup>205</sup>. Elias afirma que mesmo Luís XIV, tido como um dos exemplos máximos do que se convencionou chamar de absolutismo, estava atado a uma rede de interdependências<sup>206</sup>. Contudo, ao limitar a sociedade de corte a um conjunto de regras e etiquetas utilizadas para que o equilíbrio fosse alcançado, Elias deixa de lado as responsabilidades e, assim, as amarras ligadas ao rei, transmitindo a sensação de que este último apareceria como o árbitro neutro de um amplo jogo social. Nossa proposta é a de que mesmo os monarcas, por mais que tenham uma aura absoluta/despótica na constituição de sua figura, estão submetidos aos jogos de poder que criam, mantêm e, de certa forma, controlam, embora não totalmente.

<sup>202</sup> HEGEL, G. **A Razão na História**. Introdução à filosofia da história universal. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 78.

<sup>203</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução: Brasília: Editora UnB, 1991. p. 32.

<sup>204</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 152-153.

<sup>205</sup> Ibid.

<sup>206</sup> Ibid., p. 19.

Baseando-se na proposta realizada por Zhao ao referir-se ao império Han, é possível perceber que a esses imperadores também cabe a missão de ser o símbolo de unidade<sup>207</sup>. O caso dos monarcas egípcios não parece ter sido diferente. Se em um primeiro momento, traçamos o faraó enquanto representante de uma classe social, a partir de sua análise sobre a *Königsnovelle*, Loprieno sublinha o papel do rei do Egito enquanto “‘imagem’ metafórica da sociedade egípcia em textos nos quais ele representa o país como um todo”<sup>208</sup>. Significa dizer que quando estamos diante de um monumento cuja figura do faraó está em destaque, não podemos nos deixar levar pela mera individualidade da pessoa representada, mas de sua capacidade de desencadear os processos de ancoragem. Recuperemos a imagem do *Sétimo Pylon* anteriormente analisada para dar uma maior concretude a essa afirmação.

Nesse monumento do templo de Karnak percebe-se o faraó como a figura responsável pelo massacre de povos estrangeiros. Por outro lado, quando abordamos essa iconografia através da perspectiva simbólica do rei como representante de uma unidade, Tutmés III demonstraria não só sua força, mas a do próprio Estado egípcio, capaz de submeter os povos que se encontravam sob seu domínio. A façanha do faraó seria, então, uma realização da sociedade egípcia como um todo, tendo esse indivíduo um papel de porta-voz dessa inteireza. Esse caráter amplo da figura faraônica se torna particularmente claro quando analisamos a estrutura da composição do termo *faraó*, em egípcio, *pr-aA*. Segundo Allen, o termo *pr-aA*, cujo significado é “Casa Grande”, originariamente era utilizado para referir-se ao “Estado real”<sup>209</sup>. Seu significado teria sofrido alterações depois do Reino Médio, passando a designar “o próprio rei”<sup>210</sup>. É importante ressaltar que tal termo pode ser usado também para referir-se ao palácio e como um título a fim de designar uma pessoa ligada ao palácio<sup>211</sup>. A partir dessa diversidade de significados de um dos termos utilizados para referir-se ao monarca egípcio é possível perceber o caráter simbólico do cargo. Em suma, o termo *faraó* não se refere unicamente a um indivíduo que governa um determinado território, mas a uma estrutura de poder que o transcende, envolvendo a burocracia da Coroa, da Corte e do Palácio. Falar da força do *pr-aA* é falar de toda uma elite do poder que compõe a organização do Estado faraônico. A personificação do Estado na figura faraônica, assim, não pode ser observada somente como

<sup>207</sup> ZHAO, Dingxin. The Han Bureaucracy. Its Origin, Nature, and Development. In: SCHEIDEL, Walter (org.). **State Power in Ancient China & Rome**. Nova York: Oxford University Press, 2015. p. 80.

<sup>208</sup> LOPRIENO, Antonio. The “King’s Novel”. In: LOPRIENO, Antonio (org.). **Ancient Egyptian Literature**. History and Forms. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1996. p. 277, tradução nossa.

<sup>209</sup> ALLEN, James, P. **Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 39, tradução nossa.

<sup>210</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>211</sup> MEEKS, Dimitri. **Année Lexicographique** : Égypte Ancienne. Paris : Cybele, 1998. v. 1, p. 131.

sinônimo de patrimonialização de um Estado, mas enquanto um instrumento de representação desse Estado. O faraó serviria como imagem utilizada pelas elites do poder a fim de garantir a manutenção desse sistema de governo unificado, responsável por buscar manter Alto e Baixo Egito sob a mesma administração.

Por outro lado, evidentemente, não seria vantajoso para esses grupos deixarem suas fragilidades e rachaduras internas expostas às outras camadas da sociedade, uma vez que poderia servir como uma arma a ser usada contra as instituições ou os grupos responsáveis por elas. O que se percebe é a tentativa de constituir uma “harmonia natural de interesses”, a fim de que se crie uma noção de domínio ininterrupto e pacífico, no qual o progresso e o desenvolvimento estariam acima de quaisquer possíveis conflitos<sup>212</sup>. Pode-se perceber a existência de tal discurso na sociedade egípcia a partir da análise de alguns textos funerários, como o presente na tumba de Rekhmira, vizir durante o reinado de Tutmés III:

[Eu agi] em conformidade com o que ele [Tutmés III] havia ordenado. Ele me deu um tribunal sob minha autoridade, e não havia ninguém ali que pudesse se opor a mim... Eu levantei a justiça à altura do céu; Eu fiz sua beleza circular à largura da Terra, de modo que ela descansasse nas narinas deles (20) como o vento norte, quando afastou a amargura do corpo... Quando eu julguei (37) o peticionário, eu não fui parcial<sup>213</sup>.

O vizir preocupa-se em deixar claro que sua atuação foi bem-sucedida, pois foi capaz de atender as diretrizes propostas pelo monarca que o intitulou. Além disso, Rekhmira se coloca como aquele responsável pela execução de uma justiça capaz de se sobrepôr a conflitos e tensões sociais, uma vez que ele afirma não ter agido de forma parcial ao julgar “o peticionário”. Em resumo, o indivíduo representado por essa autobiografia aparece como um dos elementos responsáveis pela justiça e equidade jurídica, garantindo, assim, a percepção de um processo pacífico e que garantiria a harmonia da sociedade. Nessa mesma fonte, Rekhmira aparece como o profeta de Maat<sup>214</sup>, divindade garantida da ordem, tanto terrena quanto cósmica.

Para além disso, o próprio local onde essa tumba se encontra, a necrópole de Tebas, conforme dito anteriormente, tem como um de seus objetivos a unificação de um grupo social, o que o faz auxiliar também na construção de uma percepção de relação harmônica entre seus representantes. Em outras palavras, a monumentalidade dessa área ocupa diversos objetivos no interior da sociedade egípcia, dentre eles, para além do estabelecimento de solidariedade, a

<sup>212</sup> MILLS, C. Wright. **Elite do Poder**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 294-295.

<sup>213</sup> Tradução em inglês em WILSON, John A. The vizier of Egypt. In: PRITCHARD, James B. (org.). **Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament**. New Jersey; Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 213, tradução nossa.

<sup>214</sup> Ibid.

demonstração de força (política, social, econômica etc.) e de equilíbrio entre os indivíduos ali enterrados e/ou representados.

O predomínio de uma ideia de coesão não impede que, nos mesmos discursos de elite, haja o afloramento de fissuras e contradições no interior desse grupo, conforme se pode perceber nos *Anais de Tutmés III*:

*Ano 23, primeiro mês de Shemu, dia 16, na cidade de Yhem. [Sua majestade] ordenou em conselho com sua tropa de guerreiros para informar do seguinte: “Aquele maldito inimigo de Kadesh veio e entrou em Megiddo. Ele está [ali] agora. Reuniu para si os chefes de [todas] as terras estrangeiras que [foram] leais ao Egito. Além de Naharina [...] os de Kharu e os de Qedy com seus cavalos, sua tropa [e sua gente]. Ele (o chefe de Kadesh) os disse também: “Eu [lutarei contra sua majestade aqui] em Megiddo”. Dizei-me, pois, [o que está em vossos corações]”<sup>215</sup> (Urk. IV 649, 3-13).*

Pode-se perceber nesse ponto da fonte, referente à luta contra a confederação de Kadesh estacionada em Megiddo, que ameaçava os domínios do Egito na região do Levante, uma questão interessante e que marcará a parte da narrativa aqui analisada: há a proposição de um debate entre soldados e o monarca sobre qual caminho tomar. Tutmés III faz um aceno favorável para ouvir aquilo que as suas tropas podem propor. Evidentemente, como se perceberá posteriormente, não se trata de um debate entre iguais, uma vez que é o rei egípcio que abre o canal de comunicação e não algum representante do outro grupo. Sendo assim, o texto segue com a resposta da tropa:

Eles disseram à sua majestade: “Que é isso de marchar por esse caminho que se faz estreito, quando se [informa que] os inimigos ali estão esperando [fora] e serão numerosos? Não marchará um cavalo atrás de outro e os soldados de igual modo? Nossa vanguarda vai estar lutando, enquanto que a retaguarda está, todavia, aqui, em Aruna, sem poder lutar com eles? Aqui há, portanto, dois caminhos (possíveis): um dos caminhos é [...] nosso, e irá para Taanach; o outro é o caminho norte de Dyefiti e nós iremos ao norte de Megiddo. Assim que nosso vitorioso senhor prossiga pelo que ele prefira deles, mas não nos faça marchar por aquele caminho estreito<sup>216,217</sup> (Urk. IV 649, 14-650, 14).

Na suposta fala da tropa, por sua vez, se percebe o ato de exposição dos dois caminhos possíveis, aparentemente mais seguros devido à maior amplitude deles, em detrimento de outro que, mais estreito, diminuiria a força egípcia em um possível confronto durante o trajeto. A tropa se sente confortável o suficiente em fazer a sua escolha, embora o ato de sinalizar

<sup>215</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 80, tradução nossa.

<sup>216</sup> Na tradução realizada por Redford tal frase é traduzida por “caminho difícil”: REDFORD, Donald B. **The Wars in Syria and Palestine**. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 15, tradução nossa.

<sup>217</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 80-81, tradução nossa.

submissão não esteja ausente, como se pode ver ao final do trecho. Por fim, podemos observar a escolha do monarca egípcio e a resposta a ela por parte dos soldados:

Palavra pronunciadas pela majestade do Palácio – vida, prosperidade e saúde! – “[Juro que], assim como Rá me ama, como meu pai [Amon] me favorece e como meu nariz se rejuvenesce com vida e com autoridade, que prosseguirei por esse Caminho de Aruna. Aqueles de vós que quereis marchar por esses caminhos que haveis dito, fazei-o. Que não digam eles, os inimigos, a abominação de Rá: “Sua majestade prosseguiu por outro caminho, (pois) ele tinha medo de nós’. Assim diriam”.

Eles disseram à sua majestade: “Que teu pai Amon, senhor dos tronos das Duas Terras, primeiro de Karnak, faça [segundo teu desejo]. Nós seguiremos a tua majestade a qualquer lugar onde [tua majestade] prosseguir, sendo (nós como) um servo atrás de [seu] senhor”<sup>218</sup> (Urk. IV 651, 1-13).

De acordo com esse trecho do *Anais de Tutmés III*, torna-se factível pensar em dois movimentos diferentes, mas não necessariamente excludentes, realizados entre faraó e sua tropa na conquista de Megiddo. Há o estabelecimento de um vínculo entre o monarca e seu exército, o que, por um lado, marcaria o prestígio com que essa parcela da sociedade era vista, inclusive pela própria Coroa. Por outro lado, contudo, tal episódio sublinharia um possível desentendimento ou um conflito de ideias entre as partes envolvidas na campanha em questão. Mas, dentro de uma sociedade que busca a noção de harmonia, qual seria o interesse de registrar um evento que poderia ser compreendido enquanto uma espécie de desentendimento? Ao longo do documento, quando se registra a vitória de Tutmés III sobre os seus inimigos asiáticos, é perceptível a intenção desse momento da narrativa: foi a decisão pela passagem mais estreita por parte de Tutmés III que possibilitou a vitória das tropas egípcias contra a confederação de Kadesh. Dessa forma, o monarca egípcio não demonstra somente sua força, mas também a superioridade de suas decisões frente às dos demais setores da sociedade – nesse caso, o exército. A Coroa, então, sente a necessidade de tentar, ao menos textualmente, se colocar em posição de supremacia. Esse processo não demonstra uma realidade de controle absoluto por parte da realeza retratada fielmente pela fonte, mas o reconhecimento de que existem outros atores sociais que podem influenciar nas decisões do Estado egípcio e que é preciso demonstrar a fragilidade de suas ideias a fim de que a monarquia possa fortalecer seu papel na administração estatal. Em outras palavras, esse ponto dos *Anais de Tutmés III* não é a confirmação de um Estado totalmente centralizado na Coroa, mas a busca por ampliar o poder central frente a atores sociais extremamente relevantes e que possuem voz.

A partir do que até aqui foi analisado, pode-se entender elite em nossa pesquisa como a camada da população que detém recursos sociais, econômicos e políticos suficientes para

---

<sup>218</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, tradução nossa.

realizar transferências, inclusive entre si, ampliando sua capacidade de influência tanto nas instituições quanto na organização da própria sociedade. Trata-se também de um grupo que é educado com a mesma base de valores e ideias, a fim de traçar laços de solidariedade e harmonia entre os seus integrantes. Conforme ficou demonstrado nessa última questão levantada, porém, apesar dessa educação, a elite não se vê livre de facções e disputas internas. Baseado nisso, estabelecemos uma crítica à ideia de uma elite coesa, acreditando mais no que Elias denomina de *equilíbrio de tensões*, responsável por fazer girar as engrenagens do interior desse grupo, movimentando essa elite pelas mais diversas esferas que compõem a sociedade da qual fazem parte e, assim, renovando formas de pensar e as ideologias que regem a política, a economia e a sociedade. Em resumo, o grupo que aqui designamos elite é o que mais está presente no governo das sociedades tradicionais, inclusive na Antiguidade, através de sua capacidade de influência tanto interna quanto externa. Cabe ressaltar, porém, uma outra característica desse grupo, especialmente no caso egípcio: estar na carreira militar não significa morrer nela, assim como estar na carreira civil não significa ali permanecer. Os grupos dominantes, embora sejam fragmentados, são dotados também de uma certa flexibilidade, assunto que será tratado no próximo tópico.

### 3.4 O caso egípcio: a mobilidade no interior da elite

Quando atentamos para o caso egípcio, o que se percebe é uma espécie de *burocratização flexível*, isto é, uma ampla circulação e ocupação simultânea de cargos por parte dos indivíduos da elite nas mais diversas esferas sociais, como civil, religiosa, militar etc.<sup>219</sup>. Tal processo acaba por abrir o caminho para duas possibilidades de ação que constantemente se cruzam, se contrapõem e, algumas vezes, se complementam: essa capacidade de transitoriedade entre os grupos não implica uma ausência de conflitos entre os atores sociais envolvidos nesse processo, podendo levar a um aumento do poder de um mesmo indivíduo em diferentes níveis da sociedade, resultando também em um maior escopo tanto de laços de solidariedade quanto de conflitos e competições.

Cabe ter em mente que a função em diferentes âmbitos da sociedade podia ocorrer simultaneamente, não implicando o abandono de cargos anteriores. Tomemos como exemplo o vizir Rekhmira, que exerceu suas funções durante o reinado de Tutmés III. Deve-se sublinhar que, embora não tenha sido um vizirato comum em vários aspectos, não se afastou muito da

---

<sup>219</sup> CRUZ-URIBE, Eugene. A Model for the Political Structure of Ancient Egypt. In: SILVERMAN, David (org.). **For His Ka**. Essays Offered in Memory of Klaus Baer. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1994. Studies in Ancient Oriental Civilization, n. 55, p. 47.

regra. Dentre os motivos de sua excepcionalidade pode-se destacar o fato de que, uma vez que Tutmés III, durante seu reinado solo, estava ausente do Egito, realizando campanhas no Levante, coube a Rekhmira uma maior extensão em tempo e em funções na administração egípcia. Dentre as funções desempenhadas por Rekhmira podemos destacar a fiscalização de indústrias e oficinas, estocagem de armazéns reais, distribuição de ração para trabalhadores, atuação na justiça, tributos e taxas e construções reais<sup>220</sup>. Pode-se perceber nessa lista de funções aquilo que Boorn destacou como os três aspectos principais da função de vizir: diretor do palácio real, líder da administração civil e representante do rei<sup>221</sup>, sendo essa última expressa na recepção das comitivas estrangeiras pelo vizir, conforme indicado textual e iconograficamente em sua tumba na necrópole tebana.

Figura 7 – Representação da tumba tebana de Rekhmira (TT100): Comitivas do Egeu (parte superior) e da Núbia (parte inferior)



Fonte: Davies (1943, pl. XXII).

Por outro lado, Rekhmira não se ocupou unicamente do que tradicionalmente era considerado como funções do vizirato. Em sua autobiografia tumular Rekhmira também cita outra atividade, relacionada aos templos:

[Recebendo tecidos no templo de Amon] em Luxor [das mãos dos servos da fundação, os quais foram trazidos por] sua majestade de sua vitória em terras estrangeiras do sul e do norte, como premissas do butim do bom deus, o senhor das Duas Terras, o rei Menkheperre – que se lhe conceda vida, renovação e autoridade! – para realizar linho do sul, linho branco, linho fino, linho-*sekheru* e linho-*wemet*. (Foram eles) que entregaram os tecidos a [Amon] como [oferenda, em troca] de milhões de anos para o soberano<sup>222</sup> (Urk. 1147, 16-1148, 4).

<sup>220</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. *Kaleidoscope eyes*, Sidney, p. 15-16, Out. 2002.

<sup>221</sup> VAN DEN BOORN, G. P. F. *The Duties of the Vizier*. Londres; Nova York: Kegan Paul International, 1988. p. 310.

<sup>222</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., *El Imperio egipcio*: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 144, tradução nossa.

Essa passagem da fonte permite observar a interação que o supremo posto da esfera civil interage com o âmbito templário através da figura de Rekhmira. Além disso, tal trecho da autobiografia do vizir permite ver a integração dos templos também com o exército egípcio, uma vez que é através da ação bélica que o templo garante sua mão de obra servil. A parte em questão estabelece a relação entre três setores sociais: um indivíduo da administração civil atua como fiscal do recebimento por parte do templo de Luxor de tecidos e diversos tipos de linho, resultantes de campanhas militares tanto referentes ao sul (Núbia) quanto ao Norte (Levante). Sendo assim, a partir da autobiografia de Rekhmira é possível perceber a flexibilidade da burocracia egípcia e a capacidade de integração dos diferentes âmbitos sociais.

Deve-se sublinhar que nessa parte da narrativa o faraó aparece como responsável por entregar os butins resultantes das campanhas, nomeadamente servos. Porém, por outro lado, Rekhmira não afirma realizar a função de recebedor dos tecidos em nome do monarca – mesmo que os tecidos entregues a Amon como oferendas garantam a saúde do soberano. De acordo com Panagiotopoulos, essa ausência da figura real no momento de recebimento dos tecidos confeccionados no templo poderia ser explicada pela inexistência de um caráter cerimonial no evento<sup>223</sup>. Contudo, de acordo com nossa perspectiva, a falta de uma cerimônia não basta para explicar o processo. É preciso se atentar à figura do indivíduo autobiografado, o desconectando, mesmo que brevemente, de sua função de vizir, ligada à realeza.

A estrutura narrativa desse evento na tumba de Rekhmira, embora tenha o monarca representado como aquele que fornece a mão de obra por meio de butins para o templo, busca também reforçar a figura do autobiografado na sociedade egípcia. É Rekhmira o responsável por receber esses tecidos do templo de Karnak, o que o dota de um recurso transferível, capaz de possibilitar novos horizontes de negociações sociais, políticas e econômicas. Há também um prestígio ligado a esse recebimento, criando um caráter de distinção desse homem perante a sociedade. Assim, é válido afirmar que a ausência de Tutmés III no contexto de entrega de tecidos não está necessariamente ligada somente a uma ausência de cerimônia. O que ela demonstra é que a função ali representada está fora do âmbito real. Se quebrarmos a pessoa de Rekhmira em duas partes – o vizir e o indivíduo – temos que no evento templário da entrega de tecidos é à figura individual desse homem que cabe o papel de protagonista, isto é, de recebedor dos produtos.

---

<sup>223</sup> PANAGIOTOPOULOS, Diamantis. Foreigners in Egypt in the Time of Hatshepsut and Thutmose III. In: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 387.



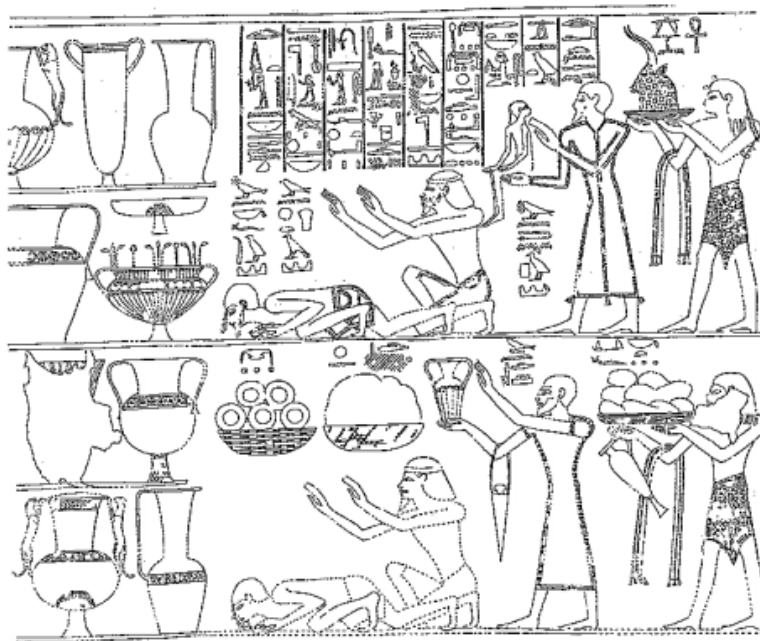
Outro exemplo é o do sumo sacerdote de Amon, Menkheperraseneb. De acordo com a biografia presente em sua tumba em Tebas, esse indivíduo aparece exercendo diversas atividades que ultrapassavam as funções do âmbito religioso, como se pode observar no seguinte trecho:

Recebendo o ouro da terra (anexada à) cidade de Coptos, junto com o ouro da maldita Kush, como (seu) imposto anual, pelo tesoureiro, sumo sacerdote de [Amon], Menkheperraseneb – o justificado.

Recebendo os produtos das terras estrangeiras [do sul, junto com os produtos da] terra de [Punt pelo nobre porta-voz, líder], tesoureiro, [sumo sacerdote de Amon], Menkheperraseneb<sup>224</sup> (Urk. IV 931, 8-17).

Estamos diante de uma narrativa sobre um indivíduo que circula, ao mesmo tempo, entre as esferas da administração religiosa e da administração civil. Cabe ressaltar que no ponto traduzido por Galán e aqui analisado, não há referência ao papel religioso de Menkheperraseneb, senão o título de sumo sacerdote; o que há são listas de comitivas estrangeiras que se direcionam ao Egito a fim de realizarem um ritual de submissão através da prostração e do ato de beijar o solo diante da Coroa e trazer produtos de sua região de origem, as quais o indivíduo biografado é responsável por receber enquanto representante da Coroa. Esse ponto pode ser observado também na iconografia presente na tumba.

Figura 8 – Representação da tumba tebana de Menkheperraseneb (TT86): Chegada de representantes estrangeiros no Egito



Fonte: Galán (2002, p. 135).

<sup>224</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 135, tradução nossa.

Além disso, conforme se pode notar pela primeira frase levantada, esse sumo sacerdote de Amon atuava como arrecadador de impostos em algumas regiões dominadas pelo Egito. É interessante de se notar que quando o narrador descreve os cargos de Menkheperaseneb nesse momento, a função de tesoureiro é citada antes da função religiosa, deixando clara em qual esfera de poder se deve dar ênfase no momento em questão da biografia, ainda mais quando se sabe que o posto de tesoureiro, juntamente com o posto de vizir, é responsável por receber relatórios do que ocorre no território egípcio, havendo entre os indivíduos ocupantes desses dois cargos intensas trocas de informações<sup>225</sup>. É importante ressaltar que era através dos relatórios desses dois cargos que o monarca recebia informações do que ocorria em seus domínios<sup>226</sup>. Através da biografia de Menkheperaseneb estamos diante, então, de um indivíduo cujo poder religioso, enquanto sumo sacerdote de Amon, e o poder civil, enquanto tesoureiro real, encontram-se em intensidade extremamente expressiva, o dotando de recursos relevantes em ambos os setores.

A nossa proposta de análise, então, em muito se alinha com aquela defendida por Cruz-Uribe, que defende os conceitos de esfera de influência e o caráter não estático do poder<sup>227</sup>, de tal modo que, ao analisar as trajetórias de Rekhmira e de Menkheperaseneb, representadas em suas tumbas, não podemos nos deter unicamente em suas posições de autoridades civil e religiosa, respectivamente, ou em ambos atuarem como representantes do rei. Precisamos observá-los também como indivíduos dotados de influência e poder suficiente para caminhar em outras áreas – administração templária no caso de Rekhmira e civil no caso de Menkheperaseneb. Trata-se de indivíduos capazes de ocupar cargos simultâneos de relevância em diferentes âmbitos da sociedade. Suas atividades podem se referir tanto à representação da monarquia quanto a uma função que possibilite abrir caminho para que o indivíduo desfrute de algum benefício próprio sem interferência real obrigatoriamente – esse último elemento pode ser visto de forma mais clara na autobiografia de Rekhmira quando se fala sobre o recebimento de tecidos.

A intercambialidade dos indivíduos da elite em diferentes setores pode ser vista em um primeiro momento como mero favorecimento de indivíduos não necessariamente preparados, mas capazes de gerar benefícios mútuos aos envolvidos. Contudo, quando há uma tradição

---

<sup>225</sup> KÓTHAY, Katalin Anna. Categorization, Classification, and Social Reality: Administrative control and interaction with the population. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 481-482.

<sup>226</sup> *Ibid.*

<sup>227</sup> CRUZ-URIBE, Eugene. A Model for the Political Structure of Ancient Egypt. *In*: SILVERMAN, David (org.). **For His Ka**. Essays Offered in Memory of Klaus Baer. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1994. *Studies in Ancient Oriental Civilization*, n. 55, p. 48.

organizada e consciente, o fenômeno da mobilidade facilita uma maior integração entre os diversos atores da elite do poder, uma vez que ao exigir e, assim, desenvolver uma preparação mais diversificada, possibilita a constituição de um elemento fundamental à coesão social: as trocas de saberes e a formação de laços de solidariedade entre seus participantes surgem como uma necessidade para que a máquina estatal continue a funcionar. Mills, ao analisar a circulação de pessoas dos grupos militar, econômico e político no mundo pós-Segunda Guerra Mundial, demonstra que a concepção de uma elite do poder se concentra na capacidade de integração de interesse entre esses setores<sup>228</sup>. O autor observa também que essa integração só é possível justamente na medida em que os membros desses grupos realizam uma espécie de “mistura social”<sup>229</sup>, ou seja, é preciso que eles sejam dotados de uma mesma estrutura de pensamento e dos mesmos objetivos que fundamentam suas ações nos diversos âmbitos do poder.

Dessa forma, tem-se que, seguindo o pensamento de Mills, a elite do poder possui como necessidade a integração e a circulação dos indivíduos em seus diversos campos de atuação. Esse parece ter sido o caso também no Egito Antigo do Reino Novo. Contudo, há uma diferença que deve ser ressaltada: de acordo com a análise da sociedade norte-americana do pós-Segunda Guerra, Mills percebe que para migrar de um setor para outro é preciso deixar de lado os encargos do anterior<sup>230</sup>. No Egito Antigo da XVIII Dinastia tal exigência não é vista, como indicam autobiografias de indivíduos que acumulavam obrigações em setores diversos – caso, por exemplo, de Rekhmira, cujos trechos de inscrições de sua tumba na necrópole tebana demonstram uma acumulação de atividades no vizirato e no templo de Amon em Luxor.

Mas essa integração não ocorre somente no nível dos indivíduos. Na organização da administração egípcia do Reino Novo é possível perceber essa justaposição em âmbito institucional. Em sua pesquisa sobre a interação entre o Estado e a esfera militar, Gnirs resalta a integração mutuamente benéfica entre os setores do exército e da administração civil<sup>231</sup>. De acordo com a autora,

enquanto o exército recebia suprimentos e terra arável dos departamentos de Estado, esses, em troca, tinham acesso à mão de obra militar para projetos públicos e contavam com contingentes do exército e com a expertise militar em missões no estrangeiro<sup>232</sup>.

Utilizando o período do reinado de Horemheb (c. 1323-1295 a.C.) como exemplo, Gnirs afirma que o exército era atuante também no setor templário: o serviço de recrutamento se

<sup>228</sup> MILLS, C. Wright. **Elite do Poder**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 344-345.

<sup>229</sup> Ibid.

<sup>230</sup> Ibid., p. 340.

<sup>231</sup> GNIRS, Andrea M. Coping with the army: the military and the state in the New Kingdom. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 667.

<sup>232</sup> Ibid., tradução nossa.

ocupava tanto da seleção de soldados, como também de fiscalizar trabalhos desenvolvidos nos templos<sup>233</sup>. Tal integração demonstra a necessidade de diversificação do conhecimento por parte dos indivíduos atuantes na política de Estado do Egito Antigo desse período.

Outro exemplo de integração entre diferentes setores pode ser visto na análise de Katary sobre a organização da agricultura egípcia durante o Reino Novo. Em sua análise sobre o Papiro Wilbour, datado do reinado de Ramsés V (c. 1147-1143 a.C.), a autora nota que boa parte dos pequenos proprietários que possuíam lotes de terras em domínios templários pertencia às camadas do exército<sup>234</sup>. Para além disso, Katary, a partir do Papiro Harris, datado do período de Ramsés IV (c. 1153-1147 a.C.), afirma também que os templos desempenhavam papel fundamental nas economias locais assim como a economia estatal do Egito Antigo<sup>235</sup>. Mas a riqueza não fluía só dos templos para os outros níveis: essa íntima correlação facilitava também o afluxo de riquezas do Estado para os templos<sup>236</sup>.

No trecho da autobiografia de Rekhmira referente ao recebimento de tecidos por parte do indivíduo que ocupa o cargo de vizir, também se pode perceber uma menção de como os afluxos de riqueza estatal passam para o templo e vice-versa: o Estado aparece como o responsável pelo fornecimento de mão de obra – nomeadamente servos, cativos de guerras estrangeiras –, enquanto o templo realiza a produção de tecidos que não necessariamente permanecem em seu controle, como se nota pelo fato de que Rekhmira declara receber os produtos confeccionados a partir do linho. O templo de Luxor, assim, aparece não só como uma instituição religiosa, mas também enquanto uma instituição econômica. Isso se torna ainda mais evidente se lembrarmos do caso do sumo sacerdote Menkheperraseneb citado acima. Para além de seu cargo religioso, ele aparece ocupando a função de tesoureiro, uma posição de relevância no interior da estrutura administrativa civil, regulando entradas de recursos na máquina estatal egípcia. De acordo com as análises feitas a partir da autobiografia de Rekhmira e da biografia de Menkheperraseneb, quando nos debruçamos sobre os templos, estamos diante de um setor cujos recursos transferíveis encontram-se tanto no plano espiritual quanto no temporal.

---

<sup>233</sup> Ibid., p. 659.

<sup>234</sup> KATARY, Sally L. D. The Administration of Institutional Agriculture in the New Kingdom. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 726.

<sup>235</sup> Ibid., p. 745-746.

<sup>236</sup> Ibid.

### 3.4.1 A rivalidade no interior da mobilidade

Por outro lado, a integração e a circulação não impedem a criação de rivalidades, pois, conforme vimos no tópico anterior, é preciso que haja também o *equilíbrio de tensões* para que o sistema consiga se desenvolver e evoluir no interior de sua própria lógica. Observemos, por exemplo, um trecho da *Sátira das profissões*, datada originalmente do Reino Médio (c. 2055-1650 a.C.):

Então ele [Dua-Khety] falou com ele [Pepi]<sup>237</sup>: Desde que eu vi aqueles que foram espancados, é para os escritos que tu deves definir sua mente. Vê por tu mesmo, eles salvam do trabalho. Contempla, não há nada que supere os escritos! Eles são como [um barco] sobre a água. Lê então no final do Livro de Kamyet e tu encontrarás essa afirmação dizendo: Quanto a um escriba em qualquer cargo da Residência<sup>238</sup>, ele não sofrerá perdas<sup>239</sup>. [...] não há ofício livre de supervisores, exceto o de escriba. Ele é o supervisor!<sup>240</sup>

É possível notar nesse ponto da narrativa a supremacia do ofício de escriba sobre qualquer outra profissão. Dotam-se, então, os cargos relacionados de uma superioridade no interior da sociedade egípcia. Os escribas aparecem como possuidores da capacidade de supervisão, isto é, de fiscalização das atividades desenvolvidas, além de serem, de acordo com a sátira, imunes a perdas. É interessante notar que ao longo do texto as profissões relacionadas ao exército ou ao sacerdócio não são mencionadas. Mas a forma como os escribas são apresentados os coloca em superioridade inclusive sobre esses dois grupos, dado que são esses primeiros os supervisores. Significa dizer que, embora em uma primeira leitura as “profissões-alvos” estejam listadas com seus aspectos negativos e mesmo danosos, não se pode deixar de perceber que a *Sátira das profissões* busca por uma maior hierarquização, envolvendo inclusive setores não mencionados. Tal narrativa cria um duplo aspecto: a valorização do cargo escribal como superior, conforme já mencionado, e uma valorização também da cultura letrada à qual essa classe encontra-se ligada.

Quando voltamos ao início do Reino Novo, momento em que uma cultura bélica alcança maior relevância e prestígio, a afirmação torna-se ainda mais evidente ao observamos a análise

<sup>237</sup> Tradução em inglês em SIMPSON, William Kelly. The satire on the trades: the instruction of Dua-Khety. In: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry.** New Haven: Yale University Press, 2003. p. 431-432.

<sup>238</sup> Miriam Lichtheim traduz por “cidade”. Para mais, ver LICHTHEIM, Miriam. The satire on the trades: the instruction of Dua-Khety. In: HALLO, William W. (org.) **The Context of Scriptures: canonical compositions from Biblical World.** Leiden & Boston: Brill, 2003. v. 1, p. 123.

<sup>239</sup> SIMPSON, William Kelly. The satire on the trades: the instruction of Dua-Khety. In: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry.** New Haven: Yale University Press, 2003. p. 432.

<sup>240</sup> Tradução em inglês em *Ibid.*, p. 435, tradução nossa.

de Malheiros sobre os embates entre escribas e membros do exército. De acordo com este pesquisador, há nesse momento um aumento de sátiras e textos críticos ao exército, os quais também buscavam “incutir na elite dos escribas a consciência de que formavam uma ‘corporação’ radicalmente diferente e mais evoluída que a dos militares”<sup>241</sup>, o que implicaria também em uma superioridade da cultura letrada sobre a cultura bélica. Tanto na *Sátira das profissões*, que critica os trabalhos manuais, voltados ao mundo cotidiano, quanto nas sátiras do Reino Novo analisadas por Malheiros, que criticam o exército, observa-se um embate não somente de profissões, mas também de concepções de mundo e o poder de influências que elas possuem na conformação do Estado. Significa dizer que essas sátiras do Reino Novo, assim como a *Sátira das Profissões* do Reino Médio, estavam pautadas na afirmação da supremacia do letramento. Mas tal afirmação de supremacia durante o Reino Novo possuía um inimigo mais imediato; ela envolvia um embate direto com uma outra ideia que estava crescendo naquele contexto: uma concepção militar de mundo.

A tensão entre as diferentes esferas pode ser vista na argumentação de Gnirs, que afirma que, por não conter uma hierarquização claramente definida, as cooperações entre os setores podiam constantemente se transformar em problemas administrativos<sup>242</sup>. A partir de documentações dessa esfera, a pesquisadora afirma que o abuso de poder era um problema constante, principalmente por parte do exército em relação à população em geral e às instituições administrativas<sup>243</sup>. Katary, por sua vez, demonstra essa tensão entre instituições a partir do choque entre interesses dos templos mortuários e as diretrizes responsáveis pela administração estatal: o que se percebe em sua análise é, mais uma vez, um equilíbrio delicado entre os poderes e entre “a acumulação de riqueza institucional e a acomodação de interesses do Estado”<sup>244</sup>.

Outro elemento importante nesse contexto de tensões é o fato de que os conflitos não se dão somente entre áreas diferentes, mas também no interior das mesmas. Katary demonstra isso ao mencionar as questões referentes aos encargos dos templos mortuários e dos templos de culto. Em relação ao primeiro grupo, o que se percebe é um constante empobrecimento em número de terras dos mais antigos em favor dos mais recentes, principalmente em favor do

<sup>241</sup> MALHEIRO, Pedro de Abreu. A prática da Guerra no Egito do Império Novo: alguns elementos prosopográficos dos militares e o seu sistema social. *Cadmo*, n. 17, p. 127-128, 2007.

<sup>242</sup> GNIRS, Andrea M. Coping with the army: the military and the state in the New Kingdom. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013. p. 667.

<sup>243</sup> Ibid., p. 665-666.

<sup>244</sup> KATARY, Sally L. D. The Administration of Institutional Agriculture in the New Kingdom. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013. p. 782-783, tradução nossa.

templo relativo ao rei governante<sup>245</sup>. Deve-se ter em mente que os templos mortuários eram uma espécie de híbrido entre administração templária e palaciana<sup>246</sup>. Tais templos poderiam ser também encarados como um elemento de competição entre os próprios monarcas, uma vez que esses indivíduos estavam buscando constantemente traçar um marco superior ao que seu antecessor havia feito, como pode ser percebido na estela de Semna, uma espécie de autobiografia construída em homenagem ao faraó Senusret III (c. 1870-1831 a.C.), governante durante o período do Reino Médio:

(4) Eu [Senusret III] fiz minha fronteira, tendo ido (mais para o) sul do que meus ancestrais. Eu concedi (5) mais do que foi confiado a mim. Eu sou um rei que fala e faz. (6) O que minha mente planeja é o que ocorre através da minha ação. Aquele agressivo para agarrar, rápido para (alcançar) (7) o sucesso<sup>247</sup>.

Nota-se, nesse ponto da estela, tanto uma exaltação da figura do faraó quanto uma espécie de concorrência desse com seus ancestrais. Sua preocupação em afirmar que não só manteve o que lhe foi concedido, mas expandiu as fronteiras ao sul, isto é, em direção à Núbia, demonstra a tentativa de elaborar uma memória que o eleve à uma categoria superior à ocupada por seus ancestrais. É importante saber que a *Estela de Semna* foi erigida em uma fortaleza que se encontrava justamente em uma região de fronteira ao sul<sup>248</sup>, próxima à Segunda Catarata do Nilo, buscando igualmente demarcar a superioridade da força egípcia em comparação com a Núbia. Para o que nos interessa aqui, devemos focar nossa atenção no caráter de demonstração de força, tanto a partir do texto quanto a partir do local onde ele foi colocado – uma fortaleza –, para uma audiência interna do Egito Antigo. Ao se enaltecer Senusret III como uma força superior em comparação a seus ancestrais, vistos também como concorrentes a serem batidos, se está visando a supremacia do monarca representado e, ao mesmo tempo, a partir dele como símbolo, de seus representantes, funcionários, oficiais e do próprio Egito daquele momento como um todo. É importante sublinhar que o embate entre memórias reais não se foca somente no indivíduo portador das Duas Coroas contra aqueles que o antecederam, mas também entre aqueles que veem nesses indivíduos representações de seus grupos e de seu tempo. Em outras palavras, a vitória de Senusret III é a vitória de uma geração egípcia, que produz sua memória a fim de concorrer com as demais e mostrar sua proeminência. Não significa dizer que esses

---

<sup>245</sup> Ibid.

<sup>246</sup> Ibid.

<sup>247</sup> Tradução em inglês em SIMPSON, William Kelly. Semna Stela. In: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry.** New Haven: Yale University Press, 2003. p. 338, tradução nossa.

<sup>248</sup> CALLENDER, Gae. The Middle Kingdom Renaissance (c. 2055-1650). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt.** Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 166.

indivíduos renegam seu passado. Pelo contrário, há uma construção de identidade baseada na linhagem de seus ancestrais, mas que, ao mesmo tempo, visa marcar a posição específica daquele período.

O mesmo tipo de argumentação de concorrência pode ser encontrado na *Estela Poética de Tutmés III*:

Tu [Tutmés III] erigiste meu [de Amon] templo como uma estrutura duradoura para a eternidade,  
 Mais largo e mais longo do que havia anteriormente sido,  
 E seu grande portal (é nomeado) “Men-Kheper-Rá/ celebra a beleza de Amon-Rá”.  
 Maiores são teus monumentos do que os de qualquer governante que já existiu<sup>249</sup>.

O texto em questão encontrava-se erigido no templo de Amon em Karnak. Nele pode-se perceber um discurso proferido por Amon em favor do faraó Tutmés III. Ao longo da narrativa, percebe-se um tom profético, no qual a divindade concederia vitórias ao monarca. A passagem em que aqui nos concentramos encontra-se ao final do texto, quando a divindade deixa de contemplar somente os feitos que ela garantiu ao faraó e passa a se dedicar em demonstrar os esforços do monarca que asseguraram tais privilégios, de tal sorte que, na parte iconográfica da estela, localizada na parte superior, o faraó aparece entregando, junto a uma outra divindade, tributos a Amon. A diferença na estatura das figuras demonstra que há uma relação desigual entre os indivíduos representados. Amon é a figura de maior estatura, o que o coloca em posição de protagonismo. Tal fato implica no reconhecimento da importância do deus e sua superioridade em relação à Coroa.

---

<sup>249</sup> Tradução em inglês em TOBIN, Vincent A. The Poetical Stela of Thutmose III. In: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt**: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 355, tradução nossa.



Figura 9 – Parte Iconográfica da Estela Poética de Tutmés III de Karnak



Fonte: Hawass & Al-Saddik (2010, p. 9).

Mas o que isso interfere na interpretação da estela? Apresenta-se na iconografia uma relação do faraó como responsável por realizar oferendas na presença da divindade principal do período, Amon, enquanto essa, por sua vez, garante a boa vontade dos deuses para com o Egito. Ao mesmo tempo, a imagem possibilita perceber a hierarquização cósmica, o que, aliado ao texto escrito, deixa evidenciado a posição de superioridade daquele que exalta (Amon) em relação aquele que é exaltado (Tutmés III).

Nesse tópico, percebe-se a exaltação de Amon diante das estruturas que Tutmés III construiu em sua homenagem. Tal recurso discursivo demonstra a multiplicidade de elementos legitimadores: em primeiro lugar, há o quesito metafísico, isto é, o próprio deus concebendo o indivíduo como representante ideal da monarquia faraônica; e em segundo lugar, intimamente conectado ao primeiro, está a aprovação por parte dos sacerdotes, os quais possibilitam que a divindade demonstre seu contentamento a partir de atividades e discursos realizados nos templos. Esses dois fatos permitem que Tutmés III apareça nessa *Estela Poética* como o mais ilustre dos reis, uma vez que ele é capaz de construir monumentos maiores “do que os de qualquer governante que já existiu”.

Mas como esses exemplos se aplicam à questão da rivalidade dos templos mortuários? A compreensão da questão de rivalidade entre o monarca do presente com os do passado, e mesmo com os do futuro, é crucial para que entendamos o processo de valorização de seus templos mortuários: a maior aplicação de investimentos em um templo em detrimento de outro(s) sinaliza a força política, econômica, religiosa e ritualística que o monarca governante detém. Sendo assim, o discurso e os investimentos por parte da Coroa em construções mortuárias, como esses templos, são ferramentas fundamentais na demonstração de força e

legitimidade do governo contemporâneo daquela sociedade. Conforme foi afirmado anteriormente, é importante ressaltar também que essas rivalidades, embora transpareçam a uma primeira vista um confronto somente entre reis, resumem concorrências entre a elite em um sentido mais amplo. Enriquecer o templo mortuário de um faraó é reconhecer um plano de governo, capaz de representar outros indivíduos que não necessariamente pertencem à linhagem real.

Através do processo de ancoragem é possível estabelecer um vínculo entre monarcas e os indivíduos que os cercam. A figura faraônica apareceria, desse modo, como uma metáfora responsável pela representação tanto de um projeto de governo quanto de seus indivíduos apoiadores. Em outras palavras, “o rei retém um papel simbólico e político”<sup>250</sup>, podendo ser visto como representante e não mais como a figura proeminente<sup>251</sup>. Durante a fase inicial do Reino Novo, como veremos com maiores detalhes no próximo tópico, os monarcas eram representantes de um governo cuja guerra se tornou um fator fundamental. Com isso, os monarcas apareciam constantemente textual e iconograficamente enquanto guerreiros atuantes em campos de batalha.

Não se deve perder de vista, porém, que não é só através das rivalidades – demonstradas anteriormente através da *Estela de Semna* de Senusret III e da *Estela Poética de Tutmés III* – que se estabelecem os vínculos entre os governantes egípcios. Mesmo através de estudos egiptológicos mais tradicionais, pode-se perceber a prestação de homenagens e valorização de alguns antepassados por parte de seus sucessores. Tomando esses mesmos dois faraós como exemplo, Tutmés III construiu um templo em homenagem a Senusret III e à deusa Hathor em Gebel Dosh<sup>252</sup>. Além do caráter religioso – Senusret III era adorado em muitas áreas núbias<sup>253</sup> –, a escolha da figura desse monarca por Tutmés III não parece ter sido ao acaso, dado que esse monarca do Reino Médio foi um conhecido conquistador de seu período – conforme relatado anteriormente na análise da *Estela de Semna*. Ao prestigiar a memória desse governante – e de seu governo – Tutmés III deixa claro qual será a diretriz de seu reinado, uma vez que, de acordo com Grajetzki, o reinado de Senusret III foi um marco no desenvolvimento de uma lógica militar do Egito Antigo, havendo campanhas na região da Palestina e o controle permanente da

---

<sup>250</sup> CRUZ-URIBE, Eugene. A Model for the Political Structure of Ancient Egypt. In: SILVERMAN, David (org.). **For His Ka**. Essays Offered in Memory of Klaus Baer. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1994. Studies in Ancient Oriental Civilization, n. 55, p. 50-51, tradução nossa.

<sup>251</sup> Ibid.

<sup>252</sup> TROY, Lana. Religion and Cult during the Time of Thutmose III. In: CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 123-182. p. 137.

<sup>253</sup> Ibid.

Baixa Núbia por parte da administração egípcia<sup>254</sup>. Quando nos debruçamos sobre a prática militar do governo de Tutmés III tal hipótese se torna ainda mais evidente: de acordo com O'Connor, durante o governo desse faraó, houve uma média de uma campanha a cada 1,2 anos, sendo quase todas na região do Levante<sup>255</sup>.

O monumento de Gebel Doshá também se insere na lógica de que tanto os deuses quanto os faraós, passados e presente, tinham suas forças renovadas a partir das oferendas diárias<sup>256</sup>. Tal concepção acaba por atribuir ao Estado e à instituição templária poderes sobre a sobrevivência cósmica e política daqueles que são representados por essas entidades. Manter a memória de governantes e divindades significaria reconhecer e assegurar a autoridade deles perante a sociedade. Os templos mortuários inserem-se nesse mesmo processo, podendo ser vistos como dotados de recursos políticos e religiosos importantes na manutenção ou alteração da ordem estabelecida. O favorecimento do templo mortuário do faraó governante, por exemplo, pode ser encarado como a reafirmação de sua autoridade e de seu poder a partir da constituição de uma memória e de uma identidade sobre e para o seu governo, buscando, assim, construir a legitimidade da ordem estabelecida por ele e outros membros da elite.

Quando comparamos entidades templárias, porém, percebemos que os templos mortuários não contavam com uma organização agrícola e força de trabalho equiparáveis às presentes nos templos de culto<sup>257</sup>. Além dessas vantagens, esses últimos ainda desfrutavam de uma certa autonomia em relação à Coroa<sup>258</sup>. Autonomia essa que, embora fosse favorável ao desenvolvimento de um sistema mega-econômico<sup>259</sup>, propiciava também uma rivalidade entre os templos, uma vez que a distribuição de taxas era desigual entre eles, permitindo aos mais poderosos darem ordens<sup>260</sup>, e uma competição com a própria Coroa, desejosa muitas vezes de uma política mais centralizada. A capacidade dos templos em dar ordens aparece muitas vezes através da voz das divindades a quem eles servem. Tomemos mais uma vez a *Estela Poética de Tutmés III* como objeto de análise:

Eu [Amon] ordenei que tu os construísse [monumentos dedicados a Amon]  
e eu estou contente com eles.

Eu devo te estabelecer no trono de Hórus de milhões de anos,

<sup>254</sup> GRAJETZKI, Wolfram. Late Middle Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 1 e 5.

<sup>255</sup> O'CONNOR, David. Thutmose III: An Enigmatic Pharaoh. In: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 5.

<sup>256</sup> GRAJETZKI, Wolfram. Late Middle Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 1 e 5.

<sup>257</sup> KATARY, Sally L. D. The Administration of Institutional Agriculture in the New Kingdom. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 782-783.

<sup>258</sup> Ibid.

<sup>259</sup> Ibid.

<sup>260</sup> Ibid.

E tu governarás os vivos para sempre<sup>261</sup>

Não é o caso de se descartar o elemento religioso presente em tal afirmação, mas sim de conectar a ele também o caráter político presente nessa fonte. O que se deve sublinhar aqui é o fato de a divindade ordenar a realização de construções ao faraó em troca da manutenção de seu governo. Evidentemente, a divindade necessita de um espaço e de um grupo para que suas palavras sejam referendadas, como demonstra a localização da própria estela em um templo, instituição gerida pela classe sacerdotal, responsável pelos cultos, ritos e preservação da memória e do poder da divindade ali retratada. Tanto a estela quanto o local, então, são representantes não só da força do monarca figurado, mas também da instituição que permite sua figuração nela.

### 3.4.2 As interdependências entre as diferentes esferas sociais

A partir da análise dessa fonte é possível apontar a existência de uma espécie de interdependência entre Coroa e Templo. De acordo com nossa análise, as interdependências são capazes de se fazerem presentes mesmo quando um único indivíduo ou grupo social parece ser representado diretamente<sup>262</sup>. Isso se deve ao fato de que tanto o indivíduo quanto o grupo podem estar conectados a mais de um âmbito<sup>263</sup>. Na própria *Estela Poética*, por exemplo, o faraó aparece enquanto representando, para além da Coroa, o setor religioso – já explicitado textualmente através da construção de monumentos e iconograficamente através das oferendas a Amon – e o militar. Esse último pode ser visto no seguinte trecho:

Eu vim para te capacitar a esmagar os homens da Ásia;  
Tu esmagarás as cabeças dos nômades de Retenu,  
E eu vou levá-los a conhecer tua Majestade adornada em tua insígnia real,  
Quando tu ergueres armas de guerra em (tua) carruagem<sup>264</sup>

A divindade aparece nesse momento como responsável por dotar o monarca da força militar capaz de derrotar seus inimigos asiáticos. Há uma dependência do movimento guerreiro para com elementos religiosos. Ao final do fragmento pode-se perceber a parte prática que a ideologia egípcia espera do rei desse período: ele deve estar em campo de batalha portando “armas de guerra” em sua “carruagem”. Percebe-se nesse momento a exaltação do caráter bélico

<sup>261</sup> Tradução em inglês em TOBIN, Vincent A. *The Poetical Stela of Thutmose III*. In: SIMPSON, William Kelly (org.). *The Literature of Ancient Egypt: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry*. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 355, tradução nossa.

<sup>262</sup> PIRES, Rafael dos Santos. *A Estela Poética de Tutmés III: divinização do faraó ou interdependência?* Temporalidades - Revista de História, Belo Horizonte, edição 27, v. 10, n. 2, p. 168, Maio/Ago., 2018.

<sup>263</sup> Ibid.

<sup>264</sup> Tradução em inglês em TOBIN, Vincent A. *The Poetical Stela of Thutmose III*. In: SIMPSON, William Kelly (org.). *The Literature of Ancient Egypt: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry*. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 353, tradução nossa.

que o monarca egípcio deve possuir. Assim como é esperado que a Coroa estabeleça boas relações com as divindades através de oferendas, espera-se da mesma o cumprimento de um dever militar, isto é, a derrota e submissão de outros povos. O poder bélico do faraó apresenta-se, então, sob um manto tanto de privilégio quanto de obrigação. Embora seja o assunto do próximo tópico, deve-se já sublinhar que essa figura do faraó enquanto cristizador de um projeto de expansão está atrelada a um pensamento mais amplo, que caracteriza toda uma elite, ou ao menos uma fração importante dela.

Ao realizar uma avaliação unindo as partes aqui citadas – tanto textuais quanto iconográficas –, pode-se afirmar que Tutmés III aparece em sua *Estela Poética* como a personificação da coesão entre o militar e o sacerdotal, entre o mundo dos homens e o mundo dos deuses. É o rei que aparece herdando a Terra assim como entregando as oferendas necessárias a Amon. É ele a figura que garante através de suas ações a harmonia entre as esferas políticas, sociais e cósmicas. A Coroa é, assim, colocada como a causa da unidade dos territórios egípcios.

Quanto à justaposição dos indivíduos da elite que são representantes das instituições, o que se percebe nesse processo de construção e manutenção da estela em questão no templo de Karnak é um duplo processo envolvendo o reconhecimento da legitimidade da Coroa através do discurso textual e iconográfico e o reconhecimento do poder do templo, uma vez que se escolhe sua construção e a divindade a que representa para exaltar a figura do rei. Mais uma vez o templo apresenta-se como dotado de elementos importantes para a sociedade egípcia. Karnak é, nesse contexto, monumento de Amon, o que o imbuí de recursos religiosos e ritualísticos importantes para a sociedade do Egito Antigo do Reino Novo. Para além disso, é importante lembrar que esse templo representa a principal divindade egípcia do período analisado, a qual era também patrona de Tebas, o que garante a força e o prestígio da cidade através da criação e manutenção de recursos políticos para o local. E, por fim, conforme afirma Katary, trata-se de uma instituição cuja capacidade agrícola é essencial para a economia<sup>265</sup>.

A partir dessa análise sobre a estrutura templária presente em Karnak e sua multiplicidade de funções, é possível perceber que o fenômeno que chamamos de *burocratização flexível* não é uma exclusividade da esfera individual, encontrando espaço também no nível das instituições. No interior dessa entidade templária é possível encontrar uma variedade de esferas sociais, política e econômicas em operação, o que acaba gerando, por sua

---

<sup>265</sup> KATARY, Sally L. D. The Administration of Institutional Agriculture in the New Kingdom. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 782-783.

vez, recursos que permitem aos templos terem seus poderes reconhecidos, negociados e, não raras vezes, aumentados.

Pela análise feita a partir dos templos, percebe-se que a questão da terra foi bastante citada em nossas observações e, ao que tudo indica, parece ter servido como ferramenta de integração entre as diferentes parcelas da elite do poder. De acordo com Moreno García, a terra no Egito Antigo, tal qual em outras sociedades pré-industriais, servia tanto como fonte de subsistência, riqueza e prestígio quanto como elemento de constituição da identidade e de sentido de pertencimento a determinados grupos sociais<sup>266</sup>. Significa dizer que a posse da terra, assim como o desenvolvimento de uma formação comum aos membros dessa elite do poder, cria fortes vínculos entre os grupos e entre as instituições que eles representam. Isso fica ainda mais evidente quando Moreno García afirma que um mesmo lote pertencente a um templo poderia “simultaneamente depender de diferentes instituições e pessoas”<sup>267</sup>. Cabe ressaltar que, assim como tal fato poderia levar a uma maior aproximação e solidariedade entre grupos e instituições, ele poderia também ser responsável por uma abertura de maiores possibilidades de conflito.

Por ter consciência do papel fundamental da terra, tanto prático quanto ideológico, a organização do Estado do Egito Antigo no Reino Novo busca transformá-la em ferramenta de barganha. Frizzo, por exemplo, embora reconheça a existência de formas individuais e hereditárias da terra<sup>268</sup>, sublinha que a aquisição primordial da terra era obtida através da mediação do Estado, tendo como proprietário simbólico o faraó<sup>269</sup>. Desse modo, busca-se assegurar uma maior fidelidade dos poderes locais ao central, visando os primeiros um favorecimento econômico e político, dado que a propriedade de terras é sinônimo de aquisição de poder. Os elementos fundiários eram capazes, então, de fundamentar a relação de equilíbrio de poder: assim como os gestos do rei na Corte de Luís XIV para com um determinado indivíduo poderia ser encarado enquanto elevação ou declínio do estatuto social<sup>270</sup>, a concessão de terras por parte da Coroa egípcia a um indivíduo ou grupo poderia simbolizar uma ascensão desses atores. Não significa dizer, evidentemente, que esse poder dê à Coroa um controle absoluto sobre as camadas superiores. Pelo contrário, o favorecimento pode derivar justamente

---

<sup>266</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Land Donations. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 1-2.

<sup>267</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>268</sup> FRIZZO, Fábio. **Estado, Império e Exploração no Egito do Reino Novo**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 84.

<sup>269</sup> Ibid.

<sup>270</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 102.

de uma pressão que a monarquia vem sofrendo de um grupo específico, o que acaba por fazer com que as terras sejam dirigidas a alguns grupos em detrimento de outros.

Essa perspectiva se torna mais palpável quando olhamos para a relação entre templo e Coroa durante a fase inicial do Reino Novo (c. 1550-1425 a.C.). Trata-se de um período em que a legitimação real estava intimamente conectada ao sacerdócio de Amon. De acordo com a narrativa sobre o nascimento de Hatshepsut, por exemplo, quem engravida sua mãe não é Tutmés I, mas sim Amon disfarçado como esse faraó<sup>271</sup>. Embora seja importante ressaltar que estamos diante de um texto religioso, segundo o qual o rei aparece como herdeiro do trono egípcio por possuir sangue divino – já que há participação de Amon em sua concepção –, não se pode perder de vista os objetivos e as implicações políticas. Afirmar que os templos agiam dessa forma para solucionar um problema de legitimação da faraó – dado que mulheres não poderiam assumir a titulação faraônica – não resolve completamente a questão. Estamos diante de uma barganha entre a pessoa que assumiu o trono e a instituição que a garante esse direito a partir do plano cósmico. Isso pode ser atestado, conforme aponta Haring, através do fato de Hatshepsut fazer com que, durante seu governo, parte da riqueza do reino de Punt fosse dirigida para o templo de Karnak através de taxas anuais<sup>272</sup>. Não se trata de uma exclusividade dessa faraó realizar essa entrega de butins, conforme se observou anteriormente nas fontes referentes ao governo de Tutmés III. Hatshepsut simplesmente mantém uma política previamente estabelecida de relações entre as esferas templárias e palacianas através da entrega de produtos.

Mas quais implicações essa via de legitimação religiosa através de Amon possui sobre a organização burocrática da sociedade do Egito Antigo desse período? Conforme havíamos apontado anteriormente, as esferas administrativas egípcias misturam-se de tal forma que o crescimento de uma interfere, positiva ou negativamente, na dinâmica das outras. Estabelecer o templo de Amon em Karnak como o responsável pela elaboração e manutenção de importantes discursos de poder e legitimação resulta no envolvimento e no aumento de poder do próprio grupo templário nas outras esferas sociais.

O que é possível de se observar até aqui, utilizando os templos como exemplos de ferramentas de integração de diferentes grupos, é a ideia de que em sociedades em que o Estado busca centralizar-se – ou ao menos passar uma ideia de centralidade – é necessário que outras instituições contribuam com seus embasamentos práticos e teóricos, o que acaba por elevar seu

---

<sup>271</sup> REDFORD, Donald B. The concept of kingship during the Eighteenth Dynasty. In: O'CONNOR, David; SILVERMAN, David (orgs.). **Ancient Egyptian Kingship**. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995. p. 174.

<sup>272</sup> HARING, Ben. The Rising Power of the House of Amun in the New Kingdom. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 617-618.

status de poder perante o restante da sociedade. Evidentemente, os templos já possuem um caráter distintivo por sua função religiosa e de intermediadores entre os vivos e os deuses. Por outro lado, e é esse ponto que observamos quando nos referimos à elevação templária durante essa fase inicial do Reino Novo, os templos de Amon conheceram também um aumento de seu prestígio político e econômico, carregando consigo elementos de outros setores do poder, como o civil, o que ficou exemplificado pelas vidas de Rekhmira e de Menkheperraseneb.

Outro fator importante que a *burocratização flexível* expõe é a demonstração de uma sociedade dinâmica, rompendo com a ideia de um “Egito eterno”. A alta circulação de pessoas e, conseqüentemente, de objetivos e ideias parece ter sido o fator primordial para que o Estado faraônico conseguisse se desenvolver e se manter enquanto corpo político atuante. Nossa hipótese é de que a estrutura do Estado do Egito Antigo do Reino Novo só conseguiu se manter justamente pela forma como a elite do poder atuava de forma importante e era capaz de desequilibrar os jogos de força, inclusive em seu próprio interior. De acordo com Moreno García, ao deixarmos de lado a ideia de solidificação do Estado egípcio, torna-se possível analisar as instituições como “arenas dinâmicas e indicadores inestimáveis de mudanças sociais, econômicas e políticas”<sup>273</sup>.

A fim de examinarmos se essa afirmação de Moreno García é aplicável em nosso contexto do Reino Novo inicial, recuperemos uma análise realizada por Morris sobre as relações entre templos sírio-palestinos e o governo do Egito durante a fase inicial do Reino Novo. De acordo com a autora, o governo egípcio desse momento utilizava-se dos templos do Levante como instrumentos para “mascarar” relações econômicas e políticas<sup>274</sup>. Tal percepção só faz sentido se não considerarmos justamente as dinâmicas institucionais híbridas do Estado egípcio desse momento e projetarmos nossas visões contemporâneas sobre a divisão do trabalho. Conforme observamos a partir das fontes reais levantadas do período de Tutmés III, principalmente a *Estela Poética*, é possível observar a atuação do religioso em outras áreas. Reciprocamente, outras áreas deveriam – e, ao que tudo indica, assim o fizeram – operar sobre as instituições religiosas. A abertura para atuação de uma esfera sobre as outras abre também, mesmo que não intencionalmente, espaço para a construção de uma via de mão dupla. Sendo

<sup>273</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Limits of pharaonic administration: patronage, informal authorities, ‘invisible’ elites and mobile populations. In: BÁRTA, Miroslav; KÜLLMER, Hella (orgs.). **Diachronic Trends in Ancient Egyptian History**. Studies to the memory of Eva Pardey. Praga: Charles University in Prague, 2013. p. 100, tradução nossa.

<sup>274</sup> MORRIS, Ellen. Exchange, Extraction, and the Politics of Ideological Money laundering in Egypt's New Kingdom Empire. In: EDER, B.; PRUZSINSZKY, R. (orgs.). **Policies of Exchange: Political Systems and Modes of Interaction in the Aegean and the Near East in the 2nd Millennium B.C.E.**, Proceedings of the International Symposium at the University of Freiburg Institute for Archaeological Studies, 30th May-2nd June 2012. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2015. v. 2, p. 167.



assim, seguindo a proposta teórica de Moreno García sobre as instituições, temos que os templos egípcios atuam enquanto centros dinamizadores, não necessariamente mascarando, mas agregando novos elementos à sua esfera de ação e sendo agregados por outras entidades.

A partir dessa afirmação, observemos um outro exemplo trazido por Morris: a relação do templo de Hathor em Punt com o Egito durante o governo de Hatshepsut a partir do templo dessa faraó em Deir el-Bahari<sup>275</sup>. Nessa fonte, de acordo com a autora, há uma narrativa afirmando que, enquanto a rainha-faraó realiza oferendas através do envio de recursos materiais e um pedido de proteção e prosperidade, o templo de Hathor em Punt lhe concede bênçãos e alguns produtos “exóticos” da região, como macacos, ébano, marfim, entre outros<sup>276</sup>. Para Morris, o que se percebe nesse caso é uma transação que tem o plano espiritual como pano de fundo<sup>277</sup>. Para nós, ao contrário, não há uma hierarquização dos elementos econômicos e religiosos. O que se percebe é uma imbricação entre eles.

Acreditamos que o destaque dado à ideia de hierarquização dos elementos envolvidos em transações, principalmente aquelas que se dão em âmbito de relações internacionais, prejudica nosso entendimento sobre as sociedades envolvidas no processo. Uma vez que o Reino Novo inicial é marcado pela reunificação do Alto e do Baixo Egito e pela expansão dos domínios e contatos egípcios tanto em direção à Núbia quanto em direção ao Levante e Antigo Oriente Próximo, as relações internacionais compõem uma parte bastante significativa do governo e da administração burocrática. Segundo Bryan, é com as expedições militares realizadas durante o reinado de Tutmés I que o Egito passa a exercer papel significativo nas configurações econômicas e diplomáticas do Oriente Próximo do Bronze Tardio<sup>278</sup>.

Fato é que, como consequência desse período de alargamento das fronteiras, quando o Egito se coloca como uma das potências da região do Norte da África e Oriente Próximo, temos uma troca considerável de correspondências entre os reis asiáticos e os egípcios na época de Amarna, localizada no final da XVIII Dinastia. Sendo assim, não é possível alegarmos que as Cartas de Amarna sejam meramente transações comerciais veladas entre reis. Estando elas inseridas em um contexto de dominações e acordos entre potências e entre vassalos e soberanos, essas cartas envolvem também aspectos diplomáticos, políticos etc. Prova disso é o fato de muitas vezes haver uma troca do mesmo material entre os reis, o que, do ponto de vista da

---

<sup>275</sup> Ibid., p. 167-168.

<sup>276</sup> Ibid.

<sup>277</sup> Ibid.

<sup>278</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 230.

economia, seria tido como irracional<sup>279</sup>. De acordo com Singer, as trocas dos chamados *dons* e *contra dons* não possuíam como objetivo único a obtenção de produtos; havia também o interesse em fortalecer as relações pessoais entre os governantes<sup>280</sup>. Tomemos como exemplo a EA 40<sup>281</sup>, utilizada pela autora: trata-se de uma carta enviada por um representante da Alásia, Chipre, para um representante egípcio<sup>282</sup>. Nela se percebe a troca de produtos iguais: tanto Alásia quanto o Egito enviam marfim<sup>283</sup>. Embora do ponto de vista econômico possa não fazer sentido, do ponto de vista político o envio de produtos possui significado de aliança e comprometimento. O elemento do comprometimento fica mais evidente se ainda destacarmos as implicações éticas que o envio de produtos impõe. De acordo com Panagiotopoulos em sua análise sobre as relações diplomáticas no Bronze Tardio, as trocas eram uma espécie de engrenagem que devia estar constantemente em movimento<sup>284</sup>. Não bastava receber o “presente” enviado; era necessário retribuí-lo com um “contra-dom” que apresentasse ao menos valor equivalente<sup>285</sup>. Retribuir o produto recebido poderia ser visto, então, como uma sinalização do interesse em manter as relações. Desse modo, a partir do caso da carta EA 40, pode-se perceber que as Cartas de Amarna são relativas a um contexto de entrelaçamento entre diversos âmbitos, desde o econômico até o político, sem que haja necessariamente uma sobreposição de um elemento pelo outro.

Tal lógica é observada também na narrativa analisada por Morris. Nela, há o entrelaçamento de elementos diplomáticos (desenvolvimento e manutenção de relações com Punt), econômicos (trocas de produtos entre Egito e Punt) e religiosos (a benção da deusa Hathor para a monarca egípcia). Assim, mais do que uma hierarquização, acreditamos haver entre esses elementos uma justaposição, sem que haja a prevalência de um único objetivo principal sobre outros que funcionariam como uma espécie de plano de fundo.

Quando nós nos voltamos à imbricação dos atores sociais a partir da análise do templo de Deir el-Bahari, percebe-se que ela demonstra, mais uma vez, a multiplicidade e a integração dos indivíduos que atuam nas engrenagens do desenvolvimento da burocracia egípcia. A área

---

<sup>279</sup> SINGER, Graciela G. **El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton**. Buenos Aires: Society of Biblical Literature, 2008. p. 27.

<sup>280</sup> Ibid.

<sup>281</sup> Uma tradução dessa carta em inglês pode ser vista em RAINEY, Anson, **The el-Amarna correspondence**. Leiden; Boston: Brill, 2015. p. 356-357.

<sup>282</sup> Ibid., p. 1392.

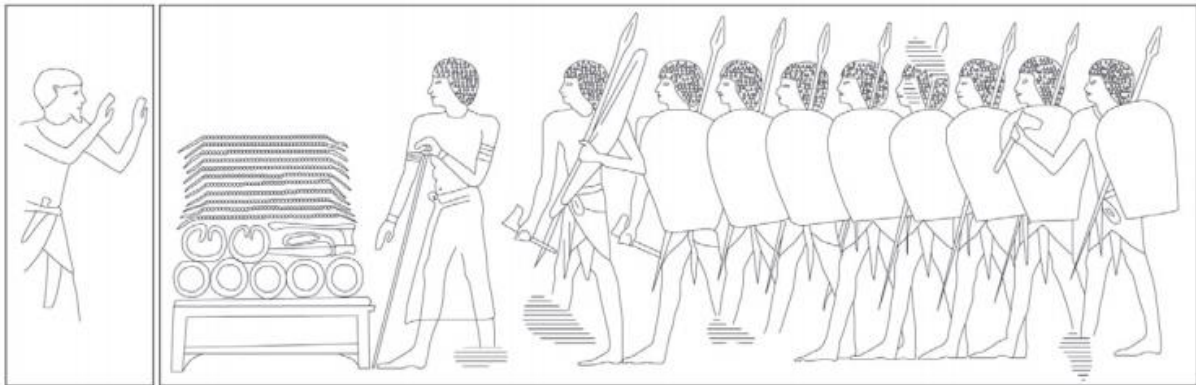
<sup>283</sup> SINGER, Graciela G. **El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton**. Buenos Aires: Society of Biblical Literature, 2008. p. 27.

<sup>284</sup> PANAGIOTOPOULOS, Diamantis. Foreigners in Egypt in the Time of Hatshepsut and Thutmose III. *In*: CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 396.

<sup>285</sup> Ibid.

construída por Hatshepsut, por exemplo, demonstra que a comitiva enviada pela faraó em direção ao templo de Hathor em Punt era composta por membros do exército.

Figura 10 – Representação do templo de Deir el-Bahari: Comitiva egípcia levando produtos ao reino de Punt



Fonte: Morris (2015, p. 168).

Não se pode descartar, evidentemente, o caráter empírico dessa presença: uma vez que se trata de viagens com produtos cujos valores são elevados, a defesa de tal comitiva é algo que deve ser devidamente pensado e executado. Por outro lado, a necessidade na prática de uma das esferas sociais cria, exalta e mantém o prestígio da entidade requerida. Significaria dizer que a comitiva que garantiria a prosperidade da faraó – e, assim, do próprio Egito de acordo com a simbologia dessa figura já analisada anteriormente – dependeria da atuação das forças do exército egípcio. Com isso em mente, o fato de estarmos diante de uma iconografia que apresenta elementos de caráter religioso e ao mesmo tempo econômico, que conta com representações associadas ao exército e que está localizada em um complexo de templos mortuários, incluindo ali figuras reais, demonstra o objetivo da construção quando analisada como um todo.

Deir el-Bahari é um complexo de tumbas e templos mortuários e, como tal, deve ser entendido para além da parte que cabe à Hatshepsut. Essa construção tampouco pode ser encarada somente como um monumento de demonstração de força daqueles indivíduos e grupos ali sepultados e venerados através de representações monumentais, textuais e iconográficas. Ela apresenta também um caráter conciliador em relação aos membros da elite do poder. Há, assim como na necrópole tebana da elite não-real, uma demonstração de solidariedade e de dependência mútua entre os retratados. O complexo de Deir el-Bahari envolve inclusive grupos

provenientes do exterior, como se pode observar a partir da iconografia sobre a atuação de Punt nas transações econômicas e religiosas através do templo de Hathor nessa região.

Desse modo, mediante os exemplos aqui analisados, acreditamos ser possível deixar claro que quando falamos de uma elite egípcia não estamos necessariamente falando de um grupo de indivíduos especializados em uma única função ou em um único tipo de instituição, mas sim de um grupo que está em constante contato – podendo ser inclusive conflituoso – e circulação. Tal perspectiva nos impede de afirmar que há, então, uma fração da elite essencialmente voltada à guerra, ao templo ou à administração civil. Acreditamos que foi exatamente essa circulação, a qual implica também em uma maior flexibilidade de ideias no interior do governo, que garantiu a longa sobrevivência – mesmo que com alterações – da estrutura monárquica egípcia.

De acordo com Morris, é possível observar na estruturação do Estado egípcio a permanência dos pilares propostos por Escorpião e Narmer<sup>286</sup>, responsáveis, respectivamente, pela unificação dos reinos do Alto Egito e das terras cultiváveis do Nilo durante a formação do Estado egípcio<sup>287</sup>. Por outro lado, isso não implicou em uma estratégia estática de governo: houve mudanças de um reinado para o outro, envolvendo elementos como o destino das riquezas<sup>288</sup> e, assim, questões relacionadas a ideias e instituições favorecidas diretamente. A autora cita, como exemplo, as diferentes relações dos monarcas com a sua divinização ou as distintas ênfases dadas ao caráter guerreiro da realeza egípcia<sup>289</sup>. Podemos dar embasamento para essa afirmação da autora quando nos debruçamos sobre a *Estela Poética de Tutmés III*, uma vez que na maior parte do seu texto o que se percebe é o conteúdo bélico proveniente da profecia de Amon, o que está de acordo com o que sabemos de seu governo, nomeadamente as numerosas campanhas na região levantina.

De acordo com nossa perspectiva, porém, tais mudanças não só vinham da vontade do monarca em favorecer uma ou outra instituição ou grupo, mas também da pressão que ele sofria dos diversos setores – conforme foi ressaltado no início desse capítulo, a reforma Amarniana proposta por Akhenaton pode ser vista também enquanto uma reação ao crescimento do poder

---

<sup>286</sup> MORRIS, Ellen, F. Propaganda and Performance at the Dawn of the State. In: HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. (orgs.). **Experiencing Power, Generating Authority: Cosmos, Politics, and the Ideology of Kingship in Ancient Egypt and Mesopotamia**. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archeology and Anthropology, 2013. p. 60-61.

<sup>287</sup> WARBURTON, David. **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**. Neuchâtel; Paris: Recherches et Publications, 2001. p. 9-10.

<sup>288</sup> MORRIS, Ellen, F. Propaganda and Performance at the Dawn of the State. In: HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. (orgs.). **Experiencing Power, Generating Authority: Cosmos, Politics, and the Ideology of Kingship in Ancient Egypt and Mesopotamia**. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archeology and Anthropology, 2013. p. 60-61.

<sup>289</sup> Ibid.

político dos templos de Amon e um consequente enfraquecimento da centralização da Coroa. Outro exemplo, que nos é mais caro e que será o foco dos próximos capítulos, é o do próprio início do Reino Novo. Pode-se afirmar que nesse período a vontade de reunificação por parte da Coroa tebana possibilita uma pressão nessa última para o desenvolvimento de conquistas militares em terras estrangeiras. Em suma, a meta da reunificação por parte da realeza egípcia acaba por criar a meta de expansão em outros setores da sociedade.

O que se pode perceber em ambos os exemplos é a meta de retomada de uma harmonia anterior – reunificação do Egito por parte dos primeiros faraós da XVIII Dinastia e maior centralização por parte de Akhenaton. Essa retomada, porém, dialeticamente, encontra-se em uma situação em que só a mudança pode preservá-la: a formação do Egito reunificado desenvolve um movimento de expansão que acaba por mudar uma política de maior isolacionismo adotada nas épocas anteriores<sup>290</sup> e o “monoteísmo” de Akhenaton seria uma tentativa de recuperar uma visão mais centralizada da Coroa herdada do Reino Antigo. Sendo assim, nota-se uma tentativa de enquadramento das mudanças no interior de uma estrutura tida como tradicional. Além disso, ambos os exemplos mostram que em uma realidade como essa apresentada pelo Egito Antigo no período da XVIII Dinastia, a flexibilidade das posições torna-se fundamental.

### **3.5 O que são as elites militares?**

Dado que constatamos essa flexibilidade no interior das entidades do Estado egípcio e a não fixação dos indivíduos a um quadro burocrático determinado, qual o sentido de fazermos alusão a uma possível elite militar? Em primeiro lugar, é preciso dizer que entendemos militarização como um processo que envolve não só aqueles setores do Estado envolvidos no emprego da violência. Estamos falando de um ideal de domínio que abrange diversas camadas sociais. Em segundo lugar, é fundamental ter em mente que com o conceito de elite militar não estamos nos referindo ao que tradicionalmente entende-se por ele a partir da concepção de Estado moderno; isto é, não nos referimos a um grupo de indivíduos especializados em táticas e disciplinas militares, portadores das armas, que compõem uma força do Estado e que, ao menos idealmente, estariam ausentes de estruturas e disputas políticas e religiosas. Para os fins de nossa pesquisa e para que consigamos analisar de forma mais proveitosa a estrutura sociopolítica que surge na fase inicial do Reino Novo, o termo *elites militares* refere-se ao

---

<sup>290</sup> REDFORD, Donald B. **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 214.

quadro ideológico que emerge das lutas contra os hicsos e que influenciará tanto a política externa quanto interna do Egito Antigo nesse momento. Estamos diante de uma ideologia que não ficou circunscrita somente ao exército egípcio, mas que penetrou em todos os âmbitos da burocracia estatal do período. As elites militares egípcias desse período são, assim, marcadas por um caráter posicional, situacional, o que acaba por sublinhar sua fluidez.

Na fase inicial do Reino Novo e de formação do que Buzby chamou de imperialismo, os faraós estavam associados a uma função guerreira de tal forma que os sacerdotes viam qualquer monarca pacífico como uma anormalidade<sup>291</sup>. As fontes reais do governo de Tutmés III levantadas ao longo deste capítulo, nomeadamente a Estela de Gebel Barkal e a *Estela Poética*, permitem perceber essa íntima relação do caráter guerreiro com o âmbito religioso, agindo o último como uma espécie de embasamento ideológico para o primeiro. Isso se torna ainda mais claro se passarmos para uma análise mais metafórica dos elementos encontrados nas duas inscrições em questão: o faraó, enquanto Estado, é responsável por executar uma tarefa bélica, sendo o braço atuante; à divindade, representada na terra pelos templos, cabe garantir todo instrumental mágico-ideológico responsável por assegurar as engrenagens dessa tarefa.

Mas, uma vez que estabelecemos que não é só a vontade ou característica do monarca o elemento responsável por definir os aspectos do governo, qual a vantagem que os templos poderiam obter a partir do desenvolvimento dessa perspectiva de política de Estado? Há um duplo movimento que deve ser levado em conta: um relacionado à leitura de contexto e outro relacionado mais diretamente às vantagens. Foquemo-nos por enquanto no primeiro.

Dado que uma análise histórica e historiográfica mais aprofundada será realizada nos próximos capítulos, para os fins deste tópico basta dizer que podemos perceber uma ascensão da dimensão militar do Estado faraônico a partir do conflito com os hicsos e com os núbios e a subsequente expulsão dos mesmos. Tais processos convencionalmente são usados como marcadores de transição do Segundo Período Intermediário (c. 1650-1550 a.C.) para o Reino Novo (c. 1550-1069 a.C.). Conforme aponta Frizzo, uma historiografia mais tradicional tende a encarar o conflito dos egípcios contra os hicsos como uma guerra nacionalista e xenófoba, resultado do trauma de, pela primeira vez em sua história dinástica, uma parte do território do Egito ter sido invadido e governado por um povo estrangeiro<sup>292</sup>. Tal concepção está presente, por exemplo, em Spalinger, que afirma que o imperialismo egípcio foi fomentado por “um forte

---

<sup>291</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. *Kaleidoscope eyes*, Sidney, p. 3, Out. 2002.

<sup>292</sup> FRIZZO, Fábio. *Estado, Império e Exploração no Egito do Reino Novo*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 263.

sentimento nacionalista”<sup>293</sup>. Ainda de acordo com esse autor, o conflito contra os hicsos aumentou o sentimento nacionalista de alguns setores do Estado, principalmente da elite centrada em Tebas e em regiões a ela adjacentes<sup>294</sup>. Spalinger transporta esse mesmo “fervor nacionalista” à análise da Segunda Estela de Kamés<sup>295</sup> (1555-1550 a.C.). Contudo, quando analisamos tal monumento, temos pontos de dissonância em relação a um possível nacionalismo:

Eu não deixei nada em Avaris pois foi esvaziada, Ó desafortunado asiático. Deixa teu coração tremer, Ó miserável asiático, que costumava dizer: Eu sou o senhor sem igual até Hermópolis e até o templo de Hathor.

Minha intenção (?) é controlar Avaris entre os dois rios. Eu os deixarei devastados sem pessoas lá. Eu destruí suas cidades, eu queimei suas residências, sendo transformadas em montes desolados para sempre por causa da destruição que fizeram dentro (desta parte do) Egito, pois se prepararam para ouvir as convocações dos asiáticos, tendo traído o Egito, sua senhora<sup>296</sup>.

Através desse trecho da estela pode-se perceber elementos que, a uma leitura com olhos contemporâneos, deixariam em evidência um tipo de conclamação nacionalista, como a utilização do termo “miserável asiático”, que visa estabelecer a diferença, e superioridade, do Egípcio em relação ao Outro asiático. De acordo com Gellner, o nacionalismo exige que “o grupo político e o grupo étnico sejam congruentes”, de tal forma que seria anormal tanto que os indivíduos do mesmo grupo étnico vivessem fora do Estado nacional quanto que o Estado nacional fosse governado por indivíduos de fora desse grupo étnico<sup>297</sup>. Se analisarmos somente a relação narrada entre o faraó e os asiáticos, tal perspectiva faria sentido. Porém, por outro lado, há uma questão com referência aos próprios egípcios habitantes do norte, onde os hicsos estabeleceram seu governo; de acordo com o discurso do monarca, eles traíram o Egito “para ouvir as convocações dos asiáticos”. Desse modo, nota-se que a anomalia de um governo etnicamente diferente da população não é colocada em questão, mas sim a anomalia de um governo estrangeiro sob um território tido como naturalmente egípcio. Assim, o que se percebe não é uma narrativa de recuperação de um grupo étnico submetido a um outro, o que daria bases para se falar de um nacionalismo, mas sim um discurso sobre a recuperação de um domínio territorial especificamente.

<sup>293</sup> SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt**: The New Kingdom. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 73-74, tradução nossa.

<sup>294</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>295</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>296</sup> Tradução em inglês em SIMPSON, William Kelly. *The Kamose Texts*. In: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt**: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 349, tradução nossa.

<sup>297</sup> GELLNER, Ernest. Nacionalismo. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução: Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 508.

Além disso, a partir do que pode ser visto na própria argumentação da estela, estamos diante de um pensamento sobre o embate de lealdades: o erro das populações habitantes do Baixo Egito nesse momento, incluindo aqui o que poderiam ser considerados imigrantes, encontra-se em sua lealdade estar relacionada ao poder asiático em detrimento de uma Coroa localizada em Tebas. Em nossa perspectiva, Spalinger não levou em consideração esse embate interno do Alto e do Baixo Egito, o que o permitiu construir uma narrativa composta por um Egito puro e unificado contra uma invasão hicsa. Para nós, por outro lado, a estela de Kamés em questão parece focar mais em uma busca por retomada de um controle geográfico do que em uma recuperação do que poderiam ser considerados indivíduos pertencentes ao grupo étnico que seria denominado egípcio.

A questão étnica pode ser questionada também se seguirmos a análise proposta por Warburton sobre a formação dos territórios dos dois Egitos, do Alto e do Baixo. O autor afirma que, quando comparamos essas duas regiões, observamos dois desenvolvimentos econômicos e culturais distintos<sup>298</sup> – cujas consequências serão analisadas nos capítulos seguintes. Warburton ressalta, por exemplo, a ampla influência que o Delta sofre por parte de estrangeiros, nomeadamente dos asiáticos levantinos<sup>299</sup>. Desse modo, afirmar uma pureza étnica por parte egípcia contra um invasor asiático, ainda mais proveniente de uma região que influenciou diretamente o Baixo Egito, é algo a ser repensado.

O que pretendemos demonstrar é que a luta contra os hicsos no norte e contra os núbios no sul não foi responsável por adicionar uma ideologia nacionalista ou xenofóbica na sociedade ou no Estado egípcio, mas foi sim um processo responsável por possibilitar a ascensão e a valorização de uma perspectiva militar capaz de desenvolver os planos de governo que pautarão as ações nos mais diversos âmbitos da administração e a valorização dos indivíduos que as exerceram. É evidente que essa valorização do aspecto militar favorece ideologicamente sobretudo, ainda que não de forma exclusiva, as camadas vinculadas diretamente à guerra, uma vez que são elas que se movimentam de forma mais franca e pragmática e extraem através do conflito e dos domínios os butins que serão organizados e distribuídos por e para outras entidades de outras esferas administrativas.

Essa mistura desigual entre as esferas favorecendo o âmbito militar pode ser percebida se voltarmos mais uma vez para a estátua de Minmés, cobrador de impostos em terras estrangeiras do norte e do sul. Para além de sua localização e sua inscrição demonstrarem, como

---

<sup>298</sup> WARBURTON, David. **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**. Neuchâtel; Paris: Recherches et Publications, 2001. p. 7.

<sup>299</sup> Ibid., p. 19-20.



afirmamos anteriormente, uma mistura entre os âmbitos militar, religioso e civil, o monumento destaca uma valorização das ações bélicas, ainda que o representado seja integrado ao aspecto civil. Observemos, por exemplo, a parte final da inscrição estatuária:

Eu testemunhei a firmeza do braço de sua majestade, emergindo na batalha, saqueando povoados na região de Takhsi. Seus chefes, seus súditos e seu gado foram trazidos. A valentia do rei guiou a tropa<sup>300</sup> (Urk. IV 1442, 16-19).

Assim como na parte inicial da inscrição, anteriormente levantada, a força do faraó na realização das campanhas militares é ressaltada. Contudo, se naquele momento Minmés preocupa-se com uma questão mais generalista, simplesmente citando as passagens de Tutmés III pela Núbia e pelo Levante, nesse ponto estamos diante de algo mais detalhado. O funcionário atuante na arrecadação de impostos busca aqui traçar os feitos do monarca e, através dele, do exército egípcio em uma região específica do norte asiático: o distrito de Takhsi. Para além disso, Minmés realiza uma lista, mesmo que pouco detalhista do que dali foi retirado, principalmente se comparada com a lista realizada anteriormente, na qual havia considerável número de produtos enumerados, divididos por região de origem (Núbia e Alto Retenu). Fato é que, de acordo com ele, de Takhsi foram retirados gado, os próprios chefes locais e seus súditos. Em sua totalidade, a estátua de Minmés em Medamud preocupa-se tanto em exibir a lista do que foi obtido nos locais alvos das campanhas egípcias quanto em realizar afirmações sobre os feitos militares do faraó e, mais indiretamente, de sua tropa nas áreas alvos de campanhas. Esse monumento realiza de forma bastante nítida uma conexão entre as riquezas desfrutadas pelo Egito e as campanhas militares, o que acaba por responsabilizar o exército egípcio pelo desenvolvimento material dessa sociedade nesse período.

De acordo com Spalinger, uma vez que havia uma forte divisão entre os setores civil e militar na fase inicial da XVIII Dinastia, Minmés teve de deixar seu cargo anterior no interior das forças armadas a fim de assumir um cargo no setor civil<sup>301</sup>. Ainda de acordo com esse egiptólogo americano, pode-se perceber na autobiografia desse indivíduo o fato de que ele “sublinha sua função burocrata em detrimento da sua anterior de guerreiro”<sup>302</sup>. A estátua de Minmés, então, nada mais seria do que a exaltação de um indivíduo sobre seu cargo na esfera civil da administração, mais especificamente na parte de cobrança de impostos. Por outro lado, embora possa ter ocorrido essa troca de cargos e não a execução simultânea, afirmar que o

<sup>300</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 148, tradução nossa.

<sup>301</sup> SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt**: The New Kingdom. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 71.

<sup>302</sup> Ibid., tradução nossa.

destaque do setor civil ocorre em detrimento do setor militar seria incorrer em uma relação de excludência que não necessariamente consegue dar conta do processo.

Há na estátua de Minmés uma exaltação da figura bélica do faraó e, ao mesmo tempo, o levantamento das riquezas e pessoas trazidas por essas campanhas militares que estariam sob a égide da administração civil, da qual o autobiografado faria parte. Através dessas análises, é possível afirmar que a estátua de Minmés é exemplo de uma constituição de um indivíduo pertencente ao setor civil, mas que, ao mesmo tempo, está imbuído, tanto por interesses particulares quanto pela constituição do ideário do período, de elementos militares em sua narrativa, tanto discursiva quanto no que se refere ao local onde seu monumento está inserido (templo de Montu). Em outras palavras, o que se testemunha a partir dessa formação discursiva é a imbricação das esferas do poder na constituição de objetivos mutuamente benéficos: é a expansão territorial garantida pelas ações militares que garante ao setor civil a entrada de recursos econômicos nos cofres do Estado, o que assegura o poder dos responsáveis por sua administração.

No que se refere à exaltação da força do faraó, poder-se-ia dizer que a estátua de Minmés nada mais faz do que representar o monarca como uma força supra-humana e com capacidade de derrotar todos os seus inimigos, sendo, por esse motivo, dotada de privilégios que ultrapassam o de qualquer outro membro da sociedade egípcia. A própria opção pela ação bélica do monarca poderia ser encarada como um reflexo desse privilégio; isto é, dado que ele é poderoso, cabe ao rei decidir quais, quando e como as campanhas militares devem ou não serem feitas. Por outro lado, e esse é o ponto fundamental para a compreensão de nossa abordagem, esse suposto privilégio cria uma zona de tensão, a partir da qual o monarca encontra-se constantemente em teste: perder em uma campanha colocaria em risco a própria legitimidade do indivíduo atuante enquanto monarca.

As campanhas militares não podem ser vistas somente como um tipo de privilégio do monarca, que garante a este o direito de propor a conquista de terras estrangeiras. Deve ser observado também o contexto que propiciou essa forma de atuação da Coroa e os impactos que isso gera no exercício e na legitimidade do poder. Essa abordagem se torna mais clara quando observamos o caso estudado por Balandier do povo tiv, localizado na atual Nigéria, e sua relação com uma substância mística chamada por eles de *swem*. Tal substância, assim como o princípio de *maat* para os egípcios, era responsável por “assegura a paz e a ordem”, além de agir sobre “a fertilidade dos campos e a fecundidade das mulheres” e atuar “em função do vigor

do possuidor”<sup>303</sup>. O *swem*, então, serviria como instrumento, e bem prestigioso, do detentor do poder para garantir a sua legitimidade. Contudo, o *swem* não garante a ausência de competição; pelo contrário, os indivíduos lutam por sua posse ou seu desvio<sup>304</sup>. A existência desse movimento de concorrência acaba por tornar esse elemento místico não só um instrumento de legitimidade, mas também de teste constante sobre aquele que o possui. O desequilíbrio da sociedade poderia ser visto como a perda do *swem* por parte do governante.

Seguindo a linha proposta por Balandier, que afirma, através do estudo de caso dos *tiv*, que o político traz em si uma ambiguidade inerente por ser, ao mesmo tempo, “criador da ordem e portador da desordem”<sup>305</sup>, acreditamos que tanto o princípio de *maat* quanto a figura do guerreiro, ambos carregados pelo título faraônico, possuem essa mesma complexidade. Acreditamos também que para uma maior compreensão do que seria o aspecto militar que rege o contexto desse período inicial do Reino Novo é preciso pensar no duplo caráter da ideologia militar: ao mesmo tempo em que busca servir como elemento de distinção do monarca e como um privilégio desse cargo, ela serve também enquanto um elemento que coloca uma pressão sobre a Coroa enquanto instituição atuante social, econômica e politicamente na sociedade egípcia. Isso pode ser observado tanto em fontes provenientes do Estado quanto de fontes provenientes de indivíduos privados.

Quando nós nos voltamos para os indivíduos analisados ao longo deste capítulo – Rekhmira, Menkheperraseneb, Amun-em-heb e Minmés – percebemos que ao longo de suas diversas carreiras, o elemento militar esteve sempre presente, mesmo que alguns deles não tenham se envolvido diretamente com o exercício prático das campanhas. Percebe-se em suas autobiografias e biografia – no caso de Menkheperraseneb – o emprego da exaltação da força militar do rei e como ela garante as riquezas ao Estado faraônico. Mas não se trata, evidentemente, de acatar esse discurso como representante de uma realidade incontestável.

O que essas narrativas possuem em comum é que o engrandecimento desses indivíduos ocorre justamente pela realização de campanhas no exterior. A exaltação do faraó, então, não é meramente um ato de submissão inquestionável, mas sim o reconhecimento de que o sujeito que representou a Coroa no momento em que esses indivíduos estavam presentes na máquina estatal realizou, com o auxílio deles, sua tarefa de dominar, conquistar e adquirir butins para a elite egípcia que o apoiava. O trecho referente à morte de Tutmés III, envolvido em um contexto

---

<sup>303</sup> BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 68.

<sup>304</sup> Ibid.

<sup>305</sup> Ibid.

mais amplo, nomeadamente o da sucessão real através da qual ascende Amenhotep II (c. 1427-1400 a.C.), presente na tumba de Amun-em-heb, pode servir como um exemplo disso:

O rei completou seu tempo de numerosos anos auspiciosos, valentemente, poderosamente e legitimamente, desde o ano 1 até o ano 54, último dia do terceiro mês da estação *Peret*, sob [a majestade do] rei do Egito Menkheperre – o justificado<sup>306</sup> (Urk. IV 895, 14-17).

O que se observa é uma espécie de testamento de legitimidade do faraó: há exaltação da trajetória do monarca Tutmés III durante seus 54 anos de reinado – incluindo aqui os anos governados por Hatshepsut. Exaltação essa que é construída a partir dos advérbios “valentemente, poderosamente e legitimamente” enquanto referentes ao indivíduo que utilizou durante esses 54 anos as coroas do Alto e do Baixo Egito. É interessante ressaltar que “legitimamente” é o último dos três a ser inscrito. Poder-se-ia observar essas qualificações como estando em uma espécie gradativa de níveis: primeiro, o faraó deve mostrar valentia; posteriormente, poder; e, por último, realizadas as outras duas exigências, a legitimidade seria garantida a ele. Quando observamos algumas estelas faraônicas do período é possível observar essa construção de forma prática. A narrativa da estela de Tutmés II<sup>307</sup> (Urk. IV 137, 1-141, 9) (1492-1479 a.C.) localizada entre as cidades de Aswan e Philae possui exatamente essa estrutura. Façamos uma análise de seu conteúdo e de como esses três elementos estão presentes.

No monumento em questão conta-se a história de uma campanha empreendida pelo monarca na região da Núbia, a fim de conter rebeliões de governantes locais, nomeadamente de Kush. Voltando-nos exclusivamente para as partes que compõem os processos que envolvem a expedição, temos em um primeiro momento a chegada da mensagem sobre os movimentos de sedição da região de Kush contra a autoridade egípcia. Nesse momento, Tutmés II deve decidir sobre qual atitude é a melhor a ser tomada. O faraó opta pela valentia:

Juro (pela minha vida), (assim como) Rá me ama, e meu pai, o senhor dos deuses, Amon, senhor dos tronos das Duas Terras, me recompensa, que não deixarei vivo nenhum de seus homens, que plantarei a morte entre eles<sup>308</sup> (Urk. IV 139, 9-16).

Uma vez tomada essa decisão de enfrentamento, passa-se à necessidade de demonstração de poder, isto é, de tornar concreta e visível a capacidade que Tutmés II possui para derrotar seus inimigos estrangeiros conforme ele havia prometido. Nesse momento do texto, há menções à preparação do exército egípcio e de como o rei era apto a desencadear uma

<sup>306</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 131, tradução nossa.

<sup>307</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 56-59.

<sup>308</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 58, tradução nossa.

matança. Logo em seguida o exército egípcio aparece como vencedor, realizando o massacre prometido pelo faraó. O poder da Coroa, desse modo, estaria demonstrado.

Por fim, após descrever a chegada dos cativos obtidos na guerra, dentre eles o único filho sobrevivente do governante de Kush, e a apresentação desses diante do faraó, o narrador foca-se sobre o sentimento em relação a Tutmés II desencadeado na população egípcia por essa vitória em terras estrangeiras. Há, de acordo com o texto, a exaltação da divindade do rei:

A gente estava gritando e dançando e a infantaria estava em júbilo. Eles saudavam ao senhor das Duas Terras, e exaltavam a este deus benfeitor (evocando) as circunstâncias de sua divindade: “Isso aconteceu graças aos poderes de sua majestade, porque seu pai Amon o ama mais do que a qualquer que tenha existido desde o primeiro momento da Terra”<sup>309</sup> (Urk. IV 141, 1-8).

Além de observarmos mais uma vez a questão da rivalidade entre o monarca atual para com seus antecessores na parte final do trecho, quando se afirma a preferência da divindade por Tutmés II, há o reconhecimento da legitimidade do faraó por parte de seus súditos egípcios. É importante sublinhar que sua legitimidade de poder, textualmente reconhecida, passa pelo viés religioso: a campanha vitoriosa só foi possível porque Tutmés II afigura-se como o filho mais amado de Amon de todos os tempos. Sua força, então, não deriva somente dele, mas de uma outra entidade, cósmica, capaz de fornecer tal qualidade a ele.

Dessa forma, a estela de Tutmés II é um exemplo de construção prática do faraó como uma espécie de herói nas narrativas militares. Herói esse que deve percorrer os caminhos da valentia, da demonstração de sua força e, através desses, do reconhecimento da legitimidade de seu governo. Por outro lado, e é o ponto que mais nos interessa aqui, essa manifestação de heroísmo serve também para se afirmar a execução do que se é pedido pelos grupos de poder e pelo próprio ideário que cercam a Coroa egípcia. O heroísmo aparece então, como uma espécie de elemento comparável, em certa medida, ao *swem* dos tiv, mencionado anteriormente; isto é, ele também serve tanto como elemento de privilégio quanto como instrumento de teste contínuo da legitimidade do governante. Isso se torna ainda mais relevante se lembrarmos, conforme foi dito anteriormente, do caráter simbólico do monarca enquanto representante da sociedade egípcia: sua demonstração de força significa também a força da sociedade que governa. Inversamente, qualquer demonstração de fraqueza por sua parte poderia ser encarada como um enfraquecimento do Egito e de sua unidade. A descrição de um massacre realizado contra a região de Kush, então, serviria para demonstrar a força militar tanto do faraó quanto do Egito enquanto unidade governada por essa Coroa que tem, nesse momento, Tutmés II como seu representante.

---

<sup>309</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 58-59, tradução nossa.

Com isso em mente, quando nós nos voltamos às autobiografias e à biografia dos funcionários aqui já mencionados, é possível afirmar que o testemunhar “a firmeza do braço de sua majestade”<sup>310</sup> (Urk. IV, 1442, 16) é um processo tanto de exaltação quanto de legitimação do monarca enquanto cumpridor de seus deveres bélicos. Esses homens servem como “provas” da realização da tarefa colocada diante da Coroa em um período de reunificação do Egito pós governo hicsu e de expansão de seus territórios, tanto para o sul quanto para o norte.

A *Estela Poética de Tutmés III*, por sua vez, serve como exemplo desse duplo movimento que cerca as fontes oficiais do período. Conforme foi dito anteriormente, trata-se de um monumento que, embora escrito *a posteriori*, é construído textualmente como uma profecia das vitórias do monarca contra seus inimigos estrangeiros. Mas deve-se ressaltar que, uma vez colocada no templo e exposta à festivais e cerimônias, a narrativa passa a não se referir unicamente aos eventos passados, mas também à manutenção dessas subjugações e desses domínios. Para além disso, a estela serve para lembrar aos monarcas – tanto Tutmés III quanto seus sucessores – de seu dever enquanto guerreiros e, conseqüentemente, produtores de entradas regulares de riquezas nos cofres da administração estatal. Sendo assim, estamos diante de um monumento que não pensa somente na exaltação profética dos feitos do rei, mas demonstra também uma preocupação em listar o que é esperado da Coroa por parte de seus súditos e funcionários. Essa perspectiva ainda se torna mais evidente quando estamos diante da construção de um império, o qual tem por base justamente uma ideia de expansão e manutenção de conquistas e conexões.

Através das fontes desse período é possível observar então que estamos diante de um contexto bélico – que será mais bem explorado nos próximos capítulos – no Egito Antigo, no qual as invasões devem ser evitadas a qualquer custo e o domínio sobre outros povos torna-se uma constante de extrema relevância. Tal relevância se deve ao papel desse contexto na construção da identidade e dos objetivos tanto da Coroa quanto da burocracia que a cerca. A partir dessa abordagem é possível explicar o fato de que mesmo os indivíduos que não se apresentam como pertencentes de forma direta à esfera do exército destacam os feitos militares egípcios através da figura faraônica.

Com isso em mente, é necessário passar para o segundo ponto levantado no início desse tópico: quais as vantagens para a esfera de templária no fortalecimento de uma ideologia militar na estruturação do Estado egípcio do início do Reino Novo? Para responder de uma forma mais

---

<sup>310</sup> Frase proveniente da estátua de Minmés. Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio: Inscripciones**, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 148, tradução nossa.

adequada é necessário pensar tanto no plano teórico quanto no plano prático da atuação dos templos na construção tanto da ideologia quanto das práxis egípcias.

Conforme é ressaltado em boa parte das fontes até aqui estudadas, as vitórias do exército egípcio são ligadas diretamente a alguma divindade – dos casos vistos, Amon aparece um maior número de vezes. Esse processo apresenta duas implicações: uma de teor religioso e outra de teor político-econômico. Quando nos debruçamos sobre a primeira, é possível perceber que a guerra funciona como uma espécie de manutenção da ordem cósmica como é exigida pelos deuses; isto é, a vitória e dominação por parte do Egito não seria nada mais que a recuperação de terras das mãos do caos. Assim, o movimento militar que cerca a fase inicial do Reino Novo apresenta, no plano religioso, uma noção quase cruzadística, na qual cabe à sociedade egípcia se organizar para levar a ordem e a harmonia aos territórios estrangeiros. Os templos, então, apareceriam enquanto porta-vozes dessas divindades e do estabelecimento dessa harmonia em caráter cósmico.

Dado esse panorama das funções dos templos enquanto mensageiros dos deuses representados, é fundamental não se esquecer das consequências práticas dessa representação por parte das instituições templárias. Uma vez que são essas últimas que atuam como recinto do deus, *Hwt-nTr*, no plano terrestre, são elas também que recebem as recompensas das vitórias em nome das divindades. Assim, as campanhas militares garantem também o enriquecimento dos templos e, conseqüentemente, da classe sacerdotal, tanto no campo sócio-político – já que as profecias de vitória e a legitimidade dos que governam passam por essa instância religiosa, ela é dotada de um capital ideológico e político cada vez maior – quanto no campo econômico, dado que recebem parte dos produtos dos butins conquistados nos territórios dominados.

Quando nos debruçamos mais especificamente nas doações de terras que a Coroa fazia aos templos, existem duas visões que, embora possam parecer antagônicas, não necessariamente se excluem. De um lado, conforme apresenta Moreno García, possuímos as doações fundiárias aos templos como uma ferramenta de intervenção da Coroa nos assuntos internos dessa instituição<sup>311</sup>. Além disso, ao transformá-la em fonte de riqueza e status, a Coroa buscava também a tornar atrativa às elites locais, colocando essas últimas também sob a esfera palaciana<sup>312</sup>, facilitando a interferência do Estado egípcio nos poderes regionais. Por outro, temos a tese de Buzby, que defende a utilização dos oráculos de Amon-Rá como instrumento

---

<sup>311</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Land Donations. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 2.

<sup>312</sup> *Ibid.*

para manipular as ações reais através do elemento religioso<sup>313</sup>. Desse modo, as doações fundiárias aos templos poderiam ser encaradas como um dos resultados dessa manipulação.

Em nosso entendimento, essas duas formas de se encarar as doações fundiárias da Coroa para os templos podem ser observadas como aspectos de uma influência mútua dessas duas esferas. Enquanto a Coroa observa as concessões de terras como possibilidade de influenciar as relações locais e, assim, ampliar o poder central, as instituições templárias têm nas doações de terras uma consequência do fortalecimento de sua influência no interior desse poder central. Através desse exemplo é possível compreender de forma concreta a concomitância entre a cooperação – tanto Coroa quanto templo caminham juntos na configuração do sistema que possibilita a entrada das terras na esfera de domínio egípcio – e a concorrência – ambas as esferas utilizam os elementos fundiários como forma de influenciar a outra instância de poder e, assim, ter maior controle sobre os recursos.

Fato é que as doações de terras em agradecimento aos deuses e aos seus representantes terrenos possibilitaram o desenvolvimento econômico templário, o colocando em uma esfera de concorrência, cooperação e disputa, conforme foi demonstrado no tópico anterior, quando comentamos sobre a força da produção templária no desenvolvimento da economia egípcia do Reino Novo. Cabe ressaltar, contudo, que tal movimento foi impulsionado por um terceiro grupo: o exército. De acordo com Baines, o desenvolvimento e a manutenção de um império – elementos os quais envolviam a ampliação do exército – foram os responsáveis por possibilitar a chegada de riqueza considerável às instituições templárias e, assim, garantir sua relevância enquanto força economicamente produtora<sup>314</sup>.

Desse modo, fica claro que a ideologia militar se desenvolve concomitantemente ao avanço prático do exército egípcio. A esfera de atuação militar é responsável tanto pela ampliação de fronteiras quanto por colocar em teste a força egípcia em todas as campanhas que o Estado egípcio se propõe a fazer, além de promover a concepção de governo universal por parte da monarquia, proposta pelas outras esferas de poder – religiosa e a Coroa –, em nível internacional. As tropas egípcias ocupam, dentro da visão de mundo egípcia, a função de soldados da ordem, ainda mais após um contexto de fragmentação territorial e governo asiático no Delta.

Para entendermos o surgimento e o desenvolvimento do papel de extrema relevância desempenhado pelas tropas egípcias assim como pela ideologia militar, que abarca a sociedade

---

<sup>313</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. **Kaleidoscope eyes**, Sidney, p. 4, Out. 2002.

<sup>314</sup> BAINES, John. Kingship, definition of culture, and legitimation. In: O'CONNOR, David; SILVERMAN, David (orgs.). **Ancient Egyptian Kingship**. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995. p. 22-23.



como um todo, é preciso nos debruçarmos sobre uma análise de contexto histórico do Reino Novo inicial, nomeadamente os seis primeiros reinados, isto é, desde Ahmés até Tutmés III. É preciso mudarmos a perspectiva a ser observada, saindo do protagonismo da Coroa e colocando ênfase nos jogos de poder das elites entre si e com a própria realeza. Somente desse modo é possível compreender tanto a reunificação quanto a formação do império e em que medida um processo influenciou o outro. Tais são nossos principais objetivos com os capítulos que se seguem.

## 4 A REORGANIZAÇÃO DO PODER FARAÔNICO E A CRIAÇÃO DE UM IMPÉRIO (c. 1550-1425 a.C.): BAIXO EGITO E LEVANTE

Antes de adentrarmos no caráter mais prático da expansão militar egípcia durante o início do Reino Novo é preciso que nos debrucemos, mesmo que brevemente, sobre o aspecto militar das fontes egípcias na longa duração. É preciso ressaltar que a continuidade na representação iconográfica não é necessariamente acompanhada por uma continuidade monolítica dos pensamentos, das ideologias e das práticas que elas abarcam.

De acordo com Largacha, a representação da vitória sobre o Outro é algo característico em praticamente todas as sociedades<sup>315</sup>. Tal vitória ultrapassa o âmbito do mero confronto físico entre duas sociedades: ela exprime o triunfo de uma visão de mundo, de um conjunto de valores e aspectos culturais<sup>316</sup>. Além desses triunfos, há ainda o elemento religioso: a batalha só pode ser ganha a partir do favorecimento dos deuses, o que comprovaria a legitimidade da guerra assim como do próprio governo que a empreende<sup>317</sup>.

Observemos, por exemplo a Paleta de Narmer, rei considerado pelos seus sucessores, pertencentes à I Dinastia, uma das figuras fundadoras do início do Estado faraônico egípcio<sup>318</sup> (c. 3200-3000 a.C.). Nesse objeto, encontrado na região de Hierakonpolis (Kom el-Ahmar), constata-se a presença dos elementos acima citados na composição da iconografia: para além das execuções humanas levadas a cabo e/ou organizadas pelo rei, há elementos mágico-divinos, como criaturas fora do plano terrestre e o deus Hórus, retratado como um falcão. Nota-se uma mistura dos elementos militares aos elementos religiosos, aspectos que acabam por inserirem-se na composição de uma narrativa política unificadora, que culminará na formação de uma estrutura estatal.

---

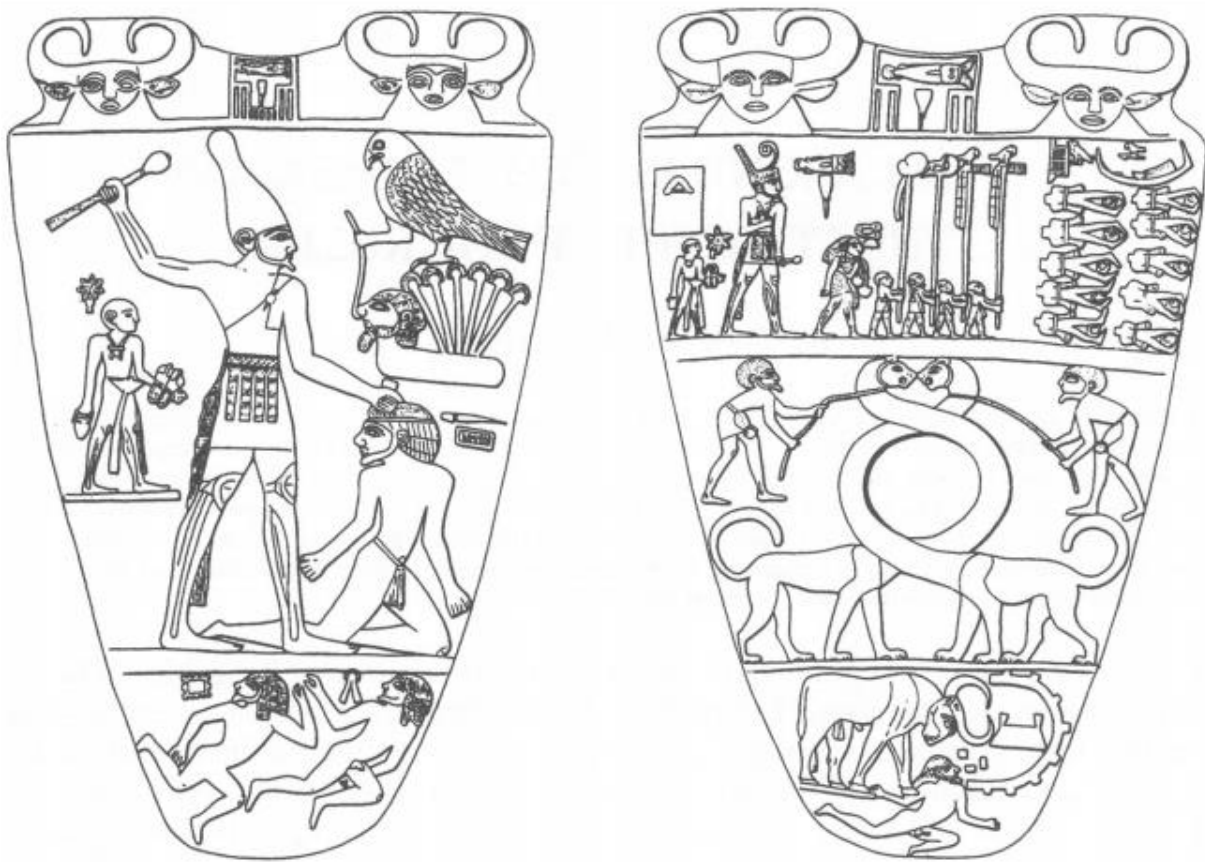
<sup>315</sup> LARGACHA, Antonio Pérez. El triunfo militar en el Antiguo Egipto como manifestación de poder y su función cultural. *In*: ANTELA, Borja; VIDAL, Jordi; SIERRA, César (orgs.). **Memoria del conflicto en la Antigüedad**. Zaragoza: Libros Pórtico, 2017. p. 19.

<sup>316</sup> Ibid.

<sup>317</sup> Ibid.

<sup>318</sup> WILKINSON, Toby A. What a King Is This: Narmer and the Concept of the Ruler. **The Journal of Egyptian Archaeology**, Londres: Egyptian Exploration Society, v. 86, 2000, p. 23.

Figura 11 – Representação da Paleta de Narmer



Fonte: Wilkinson (2000, p. 24).

Segundo autores como Wilkinson e Wengrow, é durante o contexto de formação do Estado faraônico, principalmente a partir das composições iconográficas do período de Narmer, que são estabelecidos os cânones egípcios da realeza divina, da cultura de elite e os artísticos<sup>319</sup>. A continuidade artística – embora existam também mudanças, ainda que muitas vezes nuançadas – pode ser atestada, por exemplo, a partir de monumentos pertencentes à XVIII Dinastia, distanciada cerca de 1720 anos da produção imagética realizada durante o governo de Narmer. Começemos por observar os aspectos guerreiros do monarca.

O elemento militar, com o monarca sozinho subjugando indivíduos retratados como estrangeiros<sup>320</sup> pode ser visto tanto na Paleta de Narmer quanto no Sétimo Pílo de Karnak de

<sup>319</sup> Ibid., p. 26-27 e WENGROW, David. Rethinking ‘Cattle Cults’ in Early Egypt: Towards a Prehistoric Perspective on the Narmer Palette. *Cambridge Archaeological Journal*, Cambridge, v. 11, n. 1, 2001, p. 95.

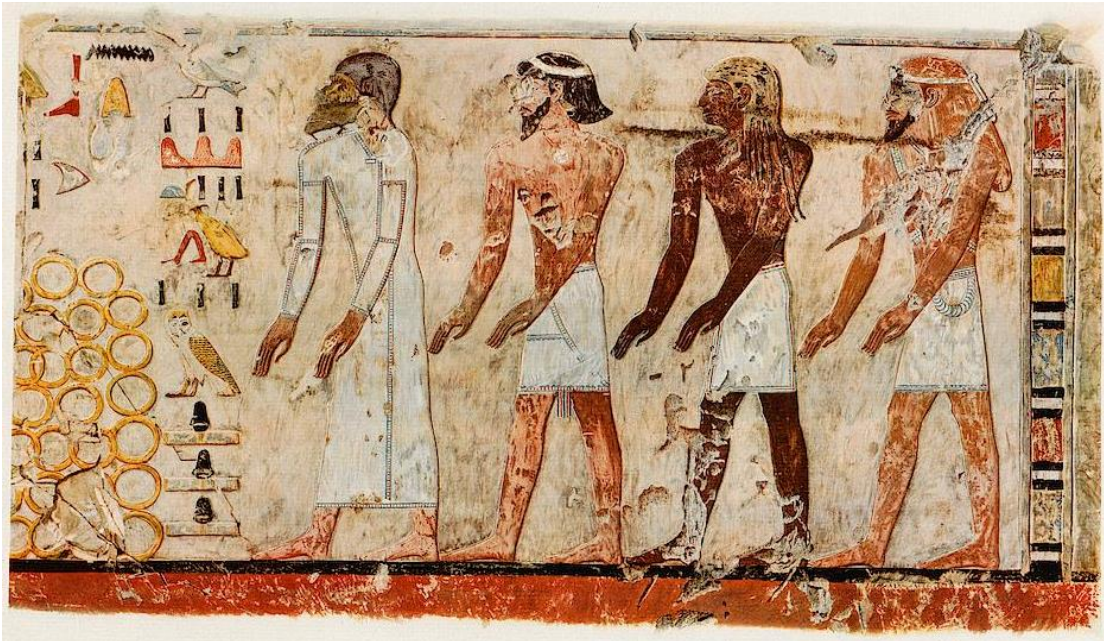
<sup>320</sup> Um dos cânones principais da arte egípcia é o tabu relacionado ao uso da violência pela Coroa contra seus súditos egípcios. Sendo assim, de acordo com Hill et al., os atos violentos são representados sobre alvos estrangeiros a fim de projetar a ideia de defesa do Egito contra forças externas e, ao mesmo tempo, mostrar como esses Outros podem ser explorados de tal forma a garantirem a riqueza egípcia. Ver em HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. Introduction. In: HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. (org.). *Experiencing Power, Generating Authority: Cosmos, Politics, and the Ideology of Kingship in Ancient Egypt*

Tutmés III, analisado também no capítulo anterior. Quando observamos as duas fontes de forma comparativa é possível perceber tanto semelhanças quanto diferenças na construção da narrativa militar e no modo como ela pode ser interpretada.

A Paleta de Narmer possui em ambos os lados cenas dos inimigos sendo abatidos de algumas formas diferentes: 1) no verso, o monarca em pessoa segura um inimigo com traços asiáticos com uma mão enquanto a outra apresenta uma clava em riste; 2) ainda no verso, há Hórus atacando o rosto de outro inimigo, com feições também asiáticas; 3) no recto, vê-se uma comitiva do rei observando inimigos cujas cabeças decapitadas estão entre as pernas de seus respectivos corpos; 4) e, por fim, também no recto, pode-se ver um touro subjugando um homem, cujas feições também apresentam características asiáticas.

Mas como é possível creditar uma origem asiática aos inimigos de Narmer? Tal argumentação ocorre através de uma comparação entre a figura segurada pelo monarca egípcio no verso da Paleta e as ilustrações de comitivas asiáticas presentes nas tumbas de Menkheperraseneb (TT86) – cuja imagem encontra-se no capítulo anterior – e de Puyemre (TT39), sumo-sacerdote e segundo sacerdote de Amon, ambos contemporâneos ao governo de Tutmés III. O cânone artístico para retratar os indivíduos dessa região, grosso modo, parece ser o mesmo: o cabelo mais longo, a uma altura próxima dos ombros, a utilização de uma espécie de faixa que se concentra no topo da cabeça e o modo como a barba foi desenhada, formando uma linha que termina em um cavanhaque pontiagudo.

Figura 12 – Representação da tumba tebana de Puyemre (TT 39): Chegada de comitivas estrangeiras



Fonte: Davies (1922, pl. I).

Sendo assim, percebe-se que a legitimidade de Narmer tem em sua composição uma narrativa de aspecto militar. Sua capacidade de subjugar os adversários reflete sua capacidade de governar. Está aqui uma das bases do que conviria chamar do *caráter modal* dos monarcas egípcios. Tal característica percorre a longa duração, aparecendo também no Sétimo Pylon de Karnak, onde os asiáticos são apresentados em conjunto, ajoelhados, sob o julgo de Tutmés III.


Para os interesses deste capítulo, passemos agora para as diferenças que podem dar pistas sobre os diferentes objetivos que essas duas fontes possuem na caracterização de uma concepção militar faraônica e como elas demonstram visões geopolíticas bastante diferentes.

Em primeiro lugar, atentemos para as posturas das vítimas do rei egípcio. Na Paleta de Narmer, os inimigos estão já sendo os alvos de violências físicas (puxão de cabelo, decapitações, chifrada etc.). Com exceção do primeiro caso do verso – a figura cujo cabelo está sendo puxado –, a morte já é uma realidade para os inimigos do monarca. A representação da violência, no caso da Paleta de Narmer, aparece de forma explícita, não deixando margem, inclusive, para prisioneiros.

Quando passamos para o Sétimo Pylon de Karnak, nota-se também a figura do monarca com uma clava em riste e com seus inimigos submetidos. Ao contrário da Paleta de Narmer, porém, não há um contato direto do rei com seus inimigos. Além disso, a violência ainda não se tornou consumada e os asiáticos apresentam braços estendidos em sinal de súplica, como foi visto no capítulo anterior. Geram-se, a partir da disposição dos corpos, dois movimentos: a

aceitação do domínio por parte dos asiáticos e a ameaça da aplicação da força pelo rei. A execução ainda não está dada em nenhum elemento da cena.

Para além da cena principal, temos ainda nas partes inferior e à direita diversos indivíduos amarrados pelos cotovelos, caracterizados como estrangeiros e que personificavam as terras estrangeiras, tanto do sul quanto do norte, que haviam sido subjugadas por Tutmés III<sup>321</sup>. A representação desses indivíduos como adversários dominados pode ter sido derivada

do próprio sistema hieroglífico, através do termo correspondente a “inimigo”, *xfij*: . A iconografia teve em sua vantagem a capacidade de alterar as aparências dos indivíduos de forma que especificassem a origem desses “inimigos” e, assim, das terras agora sob controle egípcio. Mais uma vez, a iconografia e o sistema de escrita não especificaram um ato de violência final, isto é, a execução, mas a rendição e submissão daqueles que teriam desafiado o Egito, simbolizado aqui pelo faraó.

O que se pode perceber em ambos os monumentos é a relação desigual entre egípcios e estrangeiros, sendo o primeiro grupo, evidentemente, retratado como superior. Em ambas as iconografias são os estrangeiros o elemento a ser derrotado, inclusive quando há uma luta interna com relação à unificação do Egito, como no caso da Paleta de Narmer. São eles as barreiras à manutenção da ordem e, por isso, devem ser enfrentados. Narmer e Tutmés III, porém, refletem políticas externas diferentes.

O discurso de Narmer na Paleta é a encarnação de uma ordem estritamente interna, mesmo quando há referência a agentes externos. Esses últimos são seus adversários e são necessariamente executados, seja pelo rei em forma humana, transformado em animal (touro<sup>322</sup>) ou divinizado (Hórus<sup>323</sup>). O que se representa através da imagem do faraó é o início de um Estado egípcio baseado em uma política de alteridade formada a partir da eliminação do Outro. Metaforicamente, é pela eliminação do caos (estrangeiros) que a ordem (egípcios) pode prosperar e se manter. Em outras palavras, de acordo com o discurso de Narmer é a política externa agressiva a responsável por manter a unidade e a prosperidade interna.

Essa perspectiva bélica contra o Outro estrangeiro, porém, não parece ter sido um retrato fiel da realidade do período de Narmer. Conforme aponta Wilkinson, já durante os governos da

<sup>321</sup> GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 101.

<sup>322</sup> Em alguns textos, o monarca é chamado de o “Touro vitorioso”, como é o caso na Estela Poética de Tutmés III (ver Urk. IV 618, 9), ou apresenta esse desígnio em um de seus cinco nomes, como é o caso de Tutmés I na estela de difusão de titularia de Wadi Halfa (ver Urk. IV 80, 10).

<sup>323</sup> Comumente, o faraó é tido como encarnação de Hórus, tendo entre seus cinco nomes dois relacionados a essa divindade: Hórus e Hórus de Ouro.

fase inicial do Estado faraônico o Egito estabelecia relações econômicas com seus vizinhos, nomeadamente o Levante, a Núbia e a Líbia, buscando obter produtos exóticos e/ou valiosos<sup>324</sup>. Mesmo antes da unificação territorial, os governantes egípcios participavam de comércios de longa distância a fim de obter produtos e estabelecer o controle sobre rotas comerciais<sup>325</sup>.

Mesmo a Paleta de Narmer possui, em sua iconografia, elementos que denotam contato com áreas do Oriente Próximo, nomeadamente a Mesopotâmia. De acordo com Wilkinson, as criaturas com os pescoços entrelaçados no recto são um motivo tipicamente mesopotâmico<sup>326</sup>. O mesmo autor afirma que essa adoção de iconografias mesopotâmicas pelo Período Pré-Dinástico está longe de ser a exceção<sup>327</sup>.

Além disso, o entendimento do que seria o estrangeiro da fase inicial do Período Dinástico é motivo de debate entre os pesquisadores, ao menos no que se refere às fronteiras norte. As imagens do Outro subjugado na Paleta de Narmer, por exemplo, possuem duas possibilidades de leitura: alguns pesquisadores aceitam a hipótese de que se trata de representações de asiáticos<sup>328</sup>, “talvez habitantes das margens do Delta oriental ou do norte do Sinai”<sup>329</sup>. O próprio Delta era tido pelos primeiros reis egípcios como uma terra estrangeira que devia ser subjugada<sup>330</sup>. O logogrifo atrás do homem que Narmer segura pelos cabelos o identifica como um governante do Baixo Egito, “talvez um oponente real na luta prolongada pela unificação”<sup>331</sup>.

Esse embate demonstra, mais uma vez, as íntimas relações que os asiáticos possuíam com as terras que comporão futuramente o Egito. A dificuldade dos pesquisadores em marcar a origem asiática ou do próprio Delta vai ao encontro da argumentação de Warburton sobre a formação do Baixo Egito, mencionada no capítulo anterior, o que defende a formação dos Egitos (Alto e Baixo) a partir de realidades econômico-culturais distintas<sup>332</sup>.

---

<sup>324</sup> WILKINSON, Toby. The Early Dynastic Period. In: LLOYD, Alan B. Lloyd (org.). **A companion to Ancient Egypt**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2010. v. 1, p. 58.

<sup>325</sup> Ibid., p. 58-59.

<sup>326</sup> WILKINSON, Toby A. What a King Is This: Narmer and the Concept of the Ruler. **The Journal of Egyptian Archaeology**, Londres: Egyptian Exploration Society, v. 86, 2000, p. 28-29.

<sup>327</sup> Ibid.

<sup>328</sup> WENGROW, David. Rethinking ‘Cattle Cults’ in Early Egypt: Towards a Prehistoric Perspective on the Narmer Palette. **Cambridge Archaeological Journal**, Cambridge, v. 11, n. 1, 2001, p. 95.

<sup>329</sup> WILKINSON, Toby A. What a King Is This: Narmer and the Concept of the Ruler. **The Journal of Egyptian Archaeology**, Londres: Egyptian Exploration Society, v. 86, 2000, p. 29, tradução nossa.

<sup>330</sup> WILKINSON, Toby. The Early Dynastic Period. In: LLOYD, Alan B. Lloyd (org.). **A companion to Ancient Egypt**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2010. v. 1, p. 57-58.

<sup>331</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>332</sup> WARBURTON, David. **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**. Neuchâtel; Paris: Recherches et Publications, 2001. p. 7.

Deve-se ressaltar que mesmo no interior desses dois conjuntos geográfica e culturalmente diferentes existem divisões internas que acabam por aparecer de tempos em tempos. Com referências ao norte, podemos citar dois exemplos temporalmente distantes entre si. O primeiro marca a realidade do período pré-faraônico, no qual há a existência de ao menos três pequenos Estados: Nagada, Abidos e Hierakonpolis<sup>333</sup>. Do conflito entre esses três ocorre a derrota de Nagada e a vitória da aliança de Abidos e Hierakonpolis. O segundo exemplo, mais nebuloso, pertence ao período final do Segundo Período Intermediário. De acordo com Bader,

Outros reinos potenciais, sobre os quais não sabemos muito, parecem ter existido no Alto Egito com seus centros em Abidos e Tebas. Elefantina pode ter sido influenciada pelo reino núbio de Kush. Os reinos do Alto Egito foram em algum ponto absorvidos pela XVII Dinastia tebana durante a última parte do Segundo Período Intermediário<sup>334</sup>.

A partir dessas realidades diferentes, a unificação do Egito não pode ser vista como algo teleologicamente inevitável ou possibilitada por um mero discurso nacionalista/xenofóbico. Como demonstrado anteriormente pela argumentação de Wilkinson, compartilhada também por Warburton<sup>335</sup> - que adiciona também o elemento da colonização da região<sup>336</sup> -, o Delta era visto como uma área de terras bastante férteis e que deveria ser dominada pelo Alto Egito. A história do Egito, observada na longa duração, demonstra que o Baixo Egito nunca foi totalmente subjugado, apresentando formas de resistência que acabaram por, algumas vezes, levar a guerras civis e até mesmo à fragmentação do Egito.

Levantemos aqui dois exemplos. O primeiro se dá no contexto de transição do Período Dinástico Inicial (3000-2686 a.C.) para o Reino Antigo, isto é, com o Alto e o Baixo Egito politicamente unificados. O último rei da II Dinastia (2890-2686 a.C.), Khasekhemwy, realiza uma campanha contra o Delta na qual “ele reivindicou ter massacrado dezenas de milhares”<sup>337</sup>. O segundo, que nos interessa mais de perto, refere-se ao período final do Segundo Período Intermediário, que constantemente foi tratado como uma invasão estrangeira. As próprias fontes egípcias, porém, deixam evidente que a administração hicsa e a posterior guerra contra o Alto Egito não poderiam ter ocorrido sem apoio por parte dos habitantes mais ao norte de Tebas –

---

<sup>333</sup> Ibid., p. 9.

<sup>334</sup> BADER, Bettina. Avaris and Memphis in the Second Intermediate Period in Egypt (ca. 1770-1550-40 BC). In: CÓRDOBA, Joaquín M<sup>a</sup> et al. (orgs.). **Proceedings of the 5th International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East**. Madrid. April 3-8 2006. Madrid: Ediciones Universidad Autónoma de Madrid, 2008. v. 1, p. 213-214, tradução nossa.

<sup>335</sup> WARBURTON, David. **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**. Neuchâtel; Paris: Recherches et Publications, 2001. p. 118.

<sup>336</sup> Ibid.

<sup>337</sup> Ibid., tradução nossa.



cidade-sede do poder do Alto Egito nesse momento –, como se pode observar no discurso da tabuleta de Carnarvon:

Enquanto eu [Kamés] estava em vigia próximo de Wahyt (?), enviei uma poderosa patrulha de Medjay para confrontar Teti, filho de Pepi, em Neferusy sem o deixar fugir e eu confinei os asiáticos que estavam desafiando o Egito, pois ele havia feito Neferusy como um ninho para os asiáticos. Foi com meu coração tranquilo que eu passei a noite em meu barco. Quando a manhã chegou, eu estava sobre ele como se eu fosse um falcão e quando o período da refeição do meio dia chegou eu o havia expulsado e destruído seus muros e havia matado seu povo. Eu fiz a sua esposa (mulheres) ir até a praia. Como os leões são com suas presas, era meu exército com (seus) servos, gado, leite (?), gordura e mel, em dividir sua propriedade, seus corações alegres<sup>338</sup>.

Embora o indivíduo egípcio não tenha sido etnicamente definido, como o foram os asiáticos, seu nome, assim como de seu pai, não deixa dúvida de que se trata de alguém nascido no Egito ou, ao menos, descendente de egípcios. Há inclusive menção à destruição da própria cidade egípcia de Neferusy e a eliminação de seus habitantes. Eliminação essa feita por guerreiros *medjayw*, termo referente nesse contexto – e pelo menos desde o Reino Médio – a “um grupo oficial de natureza quase militar no Egito”<sup>339</sup>, mas que, em sua origem, estava associado a grupos provenientes da Núbia<sup>340</sup>.

Embora os habitantes também não sejam “eticizados”, é bastante evidente a presença de egípcios entre as vítimas das ações do exército de Kamés em Neferusy. Essa afirmação é possível tanto pela menção de nomes egípcios entre seus inimigos, como Teti, filho de Pepi, na tabuleta quanto pela análise sobre a presença egípcia na capital hicsa no Delta, Avaris, realizada por Bietak. De acordo com esse autor, havia a presença de egípcios mesmo na administração do território, como se pode observar através da manutenção de escolas escribais e dos próprios escribas “nativos”, o que fazia com que “a identidade egípcia e os padrões egípcios de linguagem, cultura e escrita” conseguissem se manter durante o período de domínio asiático<sup>341</sup>.

Quando comparamos os discursos sobre as ações levadas a cabo por Narmer, Khasekhemwy e Kamés, percebemos que o exercício do poder está de fato na eliminação do Outro que, embora muitas vezes pudesse ser egípcio, é representado como estrangeiro ou, ao menos, tem sua origem “nativa” escamoteada pela narrativa. Nos três casos o que se nota

<sup>338</sup> Tradução em inglês em SIMPSON, William Kelly. *The Kamose Texts*. In: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry**. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 348, tradução nossa.

<sup>339</sup> MORKOT, Robert G. **Historical Dictionary of Ancient Egypt Warfare**. Lanham; Maryland; Oxford: The Scarecrow Press, 2003. p. 135, tradução nossa.

<sup>340</sup> Ibid.

<sup>341</sup> BIETAK, Manfred. *The Egyptian Community in Avaris During The Hyksos Period*. **Egypt and Levant**, Viena: Institute for Oriental and European Archaeology of the Austrian Academy of Sciences, n. 26, 2016, p. 263.

também é que o massacre do inimigo estrangeiro é necessário para a manutenção da ordem interna no Egito. Os discursos, nesse ponto, não estão falando de um movimento de civilização do inimigo, mas de sua execução, o que tornaria a terra-alvo vazia e pronta para uma colonização por egípcios submetidos à administração da Coroa. Além do mais, percebe-se nos três a continuidade do cânone artístico – com presença também em textos – sobre a relação a ser estabelecida com os povos vizinhos.

Quando nos voltamos para o Sétimo Pílo de Tutmés III, notamos que a narrativa se faz de outra maneira: o caos (Outro) não precisa necessariamente ser eliminado completamente, mas dominado, domesticado. A formação de um Estado imperial egípcio também sugere o uso da violência, mas agora de uma forma que permita a demonstração de uma dominação que resulta em controle, administração, como se pode ver na parte narrativa do Sexto Pílo, em sua parte referente à Primeira Campanha desse monarca:

[O próprio rei disse: ... estabeleci oferendas] novas para meu pai Amon [senhor dos tronos das Duas Terras, primeiro de Karnak, depois que minha majestade regressou da primeira campanha de vitória... em] Terras dos Fenkhu; os habitantes haviam começado a transgredir minhas fronteiras [...] ele havia [recrutado] atacantes para repudiar minha majestade, mas eu os abati sobre seus rostos [...] a cidade] de Megiddo. Então, minha majestade os rodeou dentro da muralha [...] eles não podiam respirar o alento da vida, encerrados dentro de sua fortaleza. Os semitas de cada uma das terras vieram com a cabeça inclinada, prostrados devido aos poderes de minha majestade [...] Esses estrangeiros que estavam na maldita Megiddo [vieram... a solicitar paz diante de minha majestade, dizendo: “Saudações a ti, oh rei, soberano,] grande de poderes, Menkheperre, [filho de Amon!] Concede-nos nossa oportunidade e nós dirigiremos até tua majestade nossa contribuição [para teu Tesouro...] Nunca houve [nenhum rei que tenha feito] o que tua majestade fez com essas terras”. Então, minha majestade os concedeu o alento da vida [...] eles com todas suas possessões [...] pelo bom caminho [...] <sup>342</sup> (Urk. IV 757, 17-760, 2)

Não estamos mais diante da constituição de um território egípcio unificado que deve evitar o estrangeiro, mas sim de um império que deve dominar povos estrangeiros, ter contato com eles, demonstrar sua força não só física, mas também política, cultural, econômica e social. No caso do Sétimo Pílo, a força de Tutmés III no Levante não realiza só um massacre da confederação presente em Megiddo durante a Primeira Campanha. Ela é também a responsável por fazer com que os “semitas” saiam da cidade e roguem por uma oportunidade de participar do enriquecimento do Tesouro faraônico, o que é aceito pelo faraó que, em troca, garante-lhes o “alento da vida”. O adversário estrangeiro nesse discurso textual, então, serve como uma

---

<sup>342</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 102, tradução nossa.

espécie de “mal necessário” para o fluxo de riquezas em direção aos cofres templários (principalmente o de Karnak) e palacianos (Tesouro).

Assim como podemos observar na Paleta de Narmer, o elemento religioso também está presente no Sétimo Pylon. Não necessariamente em sua iconografia, mas em seu texto, conforme demonstrado pela parte inicial do trecho analisado, e em sua localização. Tanto no caso de Narmer quanto de Tutmés III o elemento religioso – mais precisamente, os deuses – é responsável pelo sucesso dos empreendimentos militares realizados. Altera-se, contudo, a relação entre o aspecto divino e o monarca. Narmer encarna-se em Hórus<sup>343</sup>, uma das formas sob as quais ele ataca seus adversários. Tutmés III, por outro lado, estabelece uma relação filial com o deus Amon. Contudo, apesar dessas diferenças mais pontuais, pode-se observar a continuidade da relação entre guerra e o plano cósmico. Em outras palavras, no cânone egípcio a vitória terrestre do faraó, que acaba por estabelecer uma determinada ordem, é garantida pela ordem cósmica e vice-versa – embora os exercícios dessas ordens nos contextos aqui em questão sejam diferentes com relação à composição discursiva de seus objetivos na política exterior.

Com base nessa análise comparativa podemos perceber a inovação a partir da tradição. De acordo com Barry Kemp era “no apelo às tradições” que “os egípcios encontravam legitimidade para novidades”<sup>344</sup>. Esse elemento pode ser visto, por exemplo, no discurso colocado nas bocas dos reis estrangeiros asiáticos no Sexto Pylon, quando eles afirmam que “Nunca houve [nenhum rei que tenha feito] o que tua majestade fez com essas terras”<sup>345</sup> (Urk IV 759, 14). Esse mesmo elemento relacionado ao inédito pode ser visto no templo de Deir el-Bahari, na inscrição sobre os carregamentos trazidos pela expedição de Hatshepsut à Punt, a qual atracou em Karnak: “Eles traziam o que não havia sido trazido nem parecido para outro rei do Baixo Egito”<sup>346</sup> (Urk. IV 330, 3-4). Embora seja uma espécie de cânone literário, tal sentido marca de fato novos empreendimentos levados a cabo pelos dois monarcas. Essa afirmação, contudo, não significa que as inovações tinham de ser necessariamente travestidas de tradições para serem aceitas. Conforme nos alerta Dziobek, tendo por base a fase inicial do Reino Novo, as inovações podem ocorrer tanto na esfera material quanto imaterial<sup>347</sup>. Desse

<sup>343</sup> Conforme dito anteriormente, essa relação entre Hórus e o faraó é um elemento presente na concepção da realeza egípcia até seu fim.

<sup>344</sup> KEMP, Barry. **Ancient Egypt. Anatomy of a Civilization**. Oxon; Nova York: Routledge, 2018. p. 270, tradução nossa.

<sup>345</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 102, tradução nossa.

<sup>346</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 69, tradução nossa.

<sup>347</sup> DZIOBEK, Eberhard. The Paradigms of Innovation and Their Application to the Early New Kingdom of Egypt. In: GALÁN, José M.; BRYAN, Betsy M.; DORMAN, Peter F. **Creativity and Innovation in the Reign of**

modo, esse autor defende que uma alteração de perspectiva corresponderia, de fato a uma inovação digna desse nome<sup>348</sup>.

Através dessas abordagens de Kemp e Dziobek é possível perceber que, embora a violência no Sétimo Pílo de Karnak se assemelhe à violência praticada por Narmer em sua Paleta – principalmente a que ele segura a cabeça de seu inimigo com a clava para o alto –, o que pode ser visto a partir da ótica da tradição, a mensagem a ser transmitida já não era mais a mesma. Com o pílo de Tutmés III nota-se a ideia de difusão da ordem e, assim, do próprio Estado egípcio. Mais do que isso, essa expansão do Egito sobre terras estrangeiras, em termos mais práticos, pode ser encarada como a tentativa desse Estado em “melhorar sua posição na ‘Nova ordem do Mundo’ que estava emergindo dos períodos turbulentos dos séculos XVI e XV a.C.”<sup>349</sup>. A imagética da violência nesse contexto incorpora uma materialidade dos produtos exóticos obtidos através de trocas com agentes estrangeiros. Tais trocas possibilitam a circulação de produtos não só para a Coroa, mas para outros atores sociais, como os templos e membros da elite que atuam de alguma forma na conquista e manutenção das fronteiras estrangeiras. Esse movimento é capaz de garantir o reconhecimento da legitimidade do rei perante esses grupos de poder. Essa relação entre as ações militares organizadas pelo monarca e a obtenção de produtos por parte de outros grupos sociais pode ser vista, por exemplo, na inscrição da Tumba de Amun-em-heb (TT85):

Voltei a presenciar seu valor [de Tutmés III], sendo eu um de seus assistentes. Saqueou [a cidade de] Kadesh, sem que ficasse ninguém diante dele. Eu trouxe dois homens maryannu<sup>350</sup> como [cativos. Os coloquei] diante do rei, o senhor das Duas Terras Tutmés-“Governante de Tebas” – que viva para sempre! – e ele me concedeu o ouro de valor diante de toda a gente [...] Relação: um leão, 2 peitorais, 2 moscas e 4 aros do melhor ouro<sup>351</sup> (Urk. IV 892, 6-15).

Em suma, ao trazer esse estudo de caso, comparando elementos que se distanciam temporalmente cerca de 1700 anos, mas que abordam o mesmo tema – a legitimidade real dada a partir da via militar – não buscamos demonstrar o desenvolvimento de um Estado imutável, engessado. Pelo contrário, o que buscamos demonstrar é que as tradições egípcias são justamente os elementos que proporcionam o desenvolvimento das inovações. É a figura do

---

**Hatshepsut.** Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2014. *Studies in Ancient Oriental Civilization*, n. 69, p. 11.

<sup>348</sup> Ibid., p. 8.

<sup>349</sup> Ibid., p. 14, tradução nossa.

<sup>350</sup> De acordo com Morkot, o termo faz referência a indivíduos que possuem habilidade no uso de carruagens em ações guerreiras. Ver em MORKOT, Robert G. **Historical Dictionary of Ancient Egypt Warfare**. Lanham; Maryland; Oxford: The Scarecrow Press, 2003. p. 136-137.

<sup>351</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 102, tradução nossa.

monarca violento garantidor da ordem interna que possibilita a criação de uma ideia de monarca violento garantidor de um império em terras externas.

Dada essa inovação de mensagem e, assim, de concepção de mundo, resta a nós debruçarmo-nos sobre os movimentos de expansão imperial do início do Reino Novo a fim de perceber como esse discurso foi moldado, tanto internamente quanto externamente, em sua própria execução. Levaremos também em consideração a reunificação como parte integrante desse processo expansionista a partir do Alto Egito, tendo Tebas como núcleo difusor.

#### **4.1 Os movimentos do Egito para o norte**

Conforme evidenciado anteriormente na abertura desse capítulo, abordaremos a unificação do Egito como parte do processo de conquista desenvolvido a partir do Alto Egito, cuja Coroa em sua fase inicial se encontrava em Tebas, em direção ao norte. Essa abordagem apresenta duas vantagens do ponto de vista analítico tanto das fontes quanto das próprias definições, manutenções e estabelecimento de fronteiras internas e externas com relação ao que convencionalmente se chama Egito Antigo. A primeira vantagem é a de complexificar os esquemas políticos que constituem a fase inicial do Reino Novo e da sua expansão a terras estrangeiras, deixando de lado, assim, percepções centradas unicamente em questões étnicas – mas, também, sem negar que essas tiveram um importante papel nas narrativas. A segunda vantagem seria a de colocar em questão a marcha teleológica de um Egito harmonicamente formado pelo Alto e pelo Baixo, demonstrando a necessidade da Coroa e de suas elites em se situar, muitas vezes pela força, como o governo único desses dois polos territoriais nascidos de realidades diferentes.

Para que essa forma de abordagem seja possível é preciso, então, analisarmos o processo de expansão em dois momentos: o primeiro voltado às ações organizadas e levadas a cabo na região norte – aqui incluindo já regiões vizinhas como o Levante – a partir de Tebas e um outro executado com o Egito já unificado. Dessa forma, podemos observar como os conflitos entre diferentes Egitos foram tanto desencadeadores quanto consequências de uma ideia de expansão. Ela já pode ser percebida, por exemplo, mesmo que de forma – intencionalmente ou não – escamoteada, no debate entre Kamés e sua corte sobre os rumos a serem tomados em relação à presença hicsa no que eram, tradicionalmente, domínio egípcios, isto é, em regiões subordinadas a uma Coroa que desde o Reino Médio havia tido uma origem tebana. É esse debate, sobre o que seria o Egito para a Coroa, representada por Kamés, e para os cortesãos, o foco inicial do tópico seguinte.

#### 4.1.1 As marchas de Tebas rumo ao norte

A primeira coisa que se deve ter em mente referente a esse movimento tebano é que a guerra contra os hicsos, de acordo com o discurso de Kamés reproduzido na tabuleta de Carnarvon, não era um consenso. A narrativa mostra como o último faraó da XVII Dinastia e seu conselho são as representações distintas – e mesmo opostas – do que deveria levar ao conflito direto e mesmo de como poderia ser caracterizado o território egípcio. Começamos pela análise do que seria o Egito para esses dois grupos.

Logo no início de seu discurso para o conselho Kamés demonstra sua insatisfação com a extensão do território governado por ele:

Para que efeito o distinguir, meu poder, enquanto um governante está em Avaris e outra em Kush, eu me unindo com um asiático e um núbio, cada homem tendo sua (própria) porção desse Egito, compartilhando a terra comigo. Não há passagem até Mênfis, a água do Egito. Ele tem posse de Hermópolis e nenhum homem pode descansar, sendo privado pelas taxas dos setiu.<sup>352</sup>

O que se percebe é que o monarca egípcio pontua duas administrações estrangeiras em partes que seriam tradicionalmente pertencentes à governança da Coroa sediada em Tebas. Seu descontentamento reflete a visão de uma Coroa territorialmente incompleta, que não possui de fato o controle do Egito, mas somente de fragmentos dele. Mais do que isso, há a sinalização da perda do controle sobre a cidade de Mênfis. Essa cidade tem importância destacada por ter funcionado como capital do Egito faraônico desde a II Dinastia – e assim será até a fundação de Alexandria –, por ser centro de cultos importantes e por ser a localização da necrópole de Saqqara<sup>353</sup>.

Deve-se sublinhar que o tipo de controle exercido em Mênfis pelos hicsos é um tema que tem gerado bastante debate. De acordo com Bader, evidências textuais e arqueológicas que atestam uma presença efetiva, física, dos hicsos na região de Mênfis são altamente escassas<sup>354</sup>, o que não implica na ausência completa de algum controle político<sup>355</sup>. Bourriau, por outro lado, é uma pesquisadora que defende essa presença política hicsa na área menfita. De acordo com

---

<sup>352</sup> Tradução em inglês em SIMPSON, William Kelly. *The Kamose Texts*. In: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry**. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 346, tradução nossa. Setiu é, de acordo com a tradução feita por Cardoso, um termo referente a asiáticos. Ver CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papirus, 1997. p. 48.

<sup>353</sup> BADER, Bettina. Avaris and Memphis in the Second Intermediate Period in Egypt (ca. 1770-1550-40 BC). In: CÓRDOBA, Joaquín M<sup>a</sup> et al. (orgs.). **Proceedings of the 5th International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East**. Madrid. April 3-8 2006. Madrid: Ediciones Universidad Autónoma de Madrid, 2008. v. 1, p. 208.

<sup>354</sup> *Ibid.*, p. 216-217.

<sup>355</sup> *Ibid.*

ela, a região de Mênfis não só foi mantida como também se desenvolveu durante o controle hicsos<sup>356</sup>. Esse quadro implica que, mesmo que os hicsos não tenham se fixado de uma maneira materialmente significativa, eles eram capazes de contar com o apoio dessa importante cidade.

De todo modo, se pode atestar o rompimento da conexão entre Mênfis e Tebas nesse período. Bourriau argumenta que, devido a esse corte de contato, a cidade do Alto Egito viu-se desligada do centro de formação de escribas de Mênfis<sup>357</sup>. Isso pode ser demonstrado através de algumas variações da língua egípcia que se deslocam de Tebas para outras regiões durante o final do Segundo Período Intermediário e início do Reino Novo, quando essa última passa a expandir seus domínios no Egito. É o caso por exemplo, da criação de pronomes pessoais independentes relacionados a sentenças adverbiais (XVII Dinastia)<sup>358</sup> e da renovação dos nomes dos meses do ano (Reino Novo), cujos novos remetem principalmente a festivais realizados em Tebas<sup>359</sup>.

O discurso de Kamés, então, reflete uma delimitação territorial mais rígida do que seria o Egito. Suas marcações estão baseadas na geografia afirmada por seus antecessores, os quais haviam controlado do Delta até parte da Núbia. Essa visão, porém, não é compartilhada pelos seus oficiais:

De fato, é a água (a área de influência) dos asiáticos até Cusae. E (então) eles desenharam em suas línguas em uníssono: Nós estamos contentes com nossa (parte do) Egito. Elefantina está firmemente sob nosso controle e a seção intermediária está conosco até Cusae. Os melhores campos são arados para nós e nosso gado pastam no Delta. Emmer é enviado para nossos porcos. Nosso gado não é levado e [...] não são pilhadas dos (acampamentos?). Ele possui a terra dos asiáticos, mas nós possuímos o Egito<sup>360</sup>.

Na resposta desses indivíduos é possível constatar dois elementos. O primeiro deles é o fato de que havia uma relação estabelecida entre o Delta e as áreas administradas por Tebas. O conflito, então, não seria desencadeado a partir de duas entidades geopolíticas cuja concorrência política – e agora militar – impedia o desenvolvimento de trocas. Mais do que isso, os oficiais posicionam-se contrários ao conflito direto justamente pela manutenção das rotas de produtos que são obtidas através da região alvo de Kamés.

<sup>356</sup> BOURRIAU, Janine. The Second Intermediate Period (c. 1650-1550 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 205.

<sup>357</sup> Ibid.

<sup>358</sup> Por exemplo o pronome eu, *jnk*, passa a ser escrito *tw.j*; o pronome tu (masculino), *ntk*, passa a ser escrito *tw.k*. Ver ALLEN, James, P. **Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 143.

<sup>359</sup> É o caso, por exemplo, do segundo mês, *p(A)-n-jpt* “O de Karnak”, e do nono, *p(A)-n-xnsw*, “O de Khonsu”, uma localidade e uma divindade bastante proeminentes em Tebas. Ver Ibid., p. 133.

<sup>360</sup> Tradução em inglês em SIMPSON, William Kelly. **The Kamose Texts**. In: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry**. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 346, tradução nossa.

O segundo elemento se refere justamente à concepção do que seria Egito. Essa concepção, contudo, apresenta uma certa contraditoriedade em seus termos. No início de sua fala, os oficiais afirmam estar contentes com a parte do Egito que lhes cabe. Sendo assim, eles estariam em princípio de acordo com a delimitação territorial proposta por Kamés, isto é, há um Egito tradicional que foi repartido entre Tebas, Avaris e Kush. Em sua conclusão, porém, eles afirmam que são eles que de fato já possuem o Egito. Esse último elemento leva a crer que, na concepção do conselho, o Egito está onde a Coroa tebana e seus oficiais responsáveis pela administração estão presentes. Nesse contexto, o Egito se encontraria entre as cidades de Cusae e Elefantina.

Outra questão que difere o discurso de Kamés do de sua corte é qual tipo de guerra – se fosse necessária – deveria ser levada a cabo pelas forças de Tebas. De acordo com o monarca, “Eu [Kamés] devo me envolver em batalha com ele e devo cortar seu corpo, pois minha intenção é salvar o Egito, golpeando os asiáticos”<sup>361</sup>. A salvação do Egito tradicional, então, viria de uma ofensiva contra a administração hicsa centrada no Delta. Contudo, os oficiais não se mostraram favoráveis a uma ofensiva pura e simples. Para esse grupo para que o conflito fosse justificado precisaria haver uma provocação por parte dos pretensos inimigos: “Se alguém que age contra nós vier, então agiremos contra ele”<sup>362</sup>.

Evidentemente que esse discurso tem como uma de suas prioridades destacar a valentia do faraó frente às adversidades, inclusive internas. O monarca aparece não só como aquele que defende a retomada do Egito tradicional, mas também como aquele capaz de convencer efetivamente seus oficiais a apoiarem e adentrarem na guerra que Kamés pretende fazer contra o governante hicsa, Apophis (c. 1555 a.C.).

De todo modo, de acordo com as fontes textuais e arqueológicas, o conflito aconteceu. Ele já havia sido iniciado mesmo antes do reinado de Kamés. Durante o governo de seu antecessor e pai, Seqenenre-Tao (c. 1560-1555? a.C.), o conflito contra os asiáticos assentados no Delta e seus apoiadores já marcava a paisagem geopolítica do Egito. Isso pode ser atestado, por exemplo, na própria múmia de Seqenenre-Tao, “que foi encontrada com ferimentos no crânio feito por um machado de perfuração, de uso característico dos hicsos do período”<sup>363</sup>.

Coube então a Kamés, filho e sucessor de Seqenenre-Tao, e seus oficiais continuar os conflitos contra os territórios fora do controle tebano. Cerca de três anos após o falecimento de

---

<sup>361</sup> Tradução em inglês em *Ibid.*, tradução nossa.

<sup>362</sup> *Ibid.*, tradução nossa

<sup>363</sup> FRIZZO, Fábio. De Kamés a Amenhotep I: a Fundação das Bases do Império Egípcio do Bronze Tardio (1541-1493 a.C.). *R. Mest. História*, Vassouras, v. 12, n. 1, p. 28, Jan./Jun. 2010.



seu antecessor, as tropas Kamés realizaram ataques bem-sucedidos contra cidades do Médio Egito, entre elas Neferusy<sup>364</sup>, como se viu na abertura deste capítulo através da inscrição de Kamés na tabuleta de Carnarvon. Ao contrário do que afirma a Segunda Estela de Kamés, porém, Avaris, capital hicsa no Delta, permaneceu em pé e resistindo às investidas egípcias organizadas no governo de Kamés. Situação que só será revertida em favor do Egito durante o reinado de Ahmés (c. 1550-1525 a.C.), como se verá posteriormente.

Apesar de sua falta de exatidão histórica, a Segunda Estela de Kamés, assim como a tabuleta de Carnarvon, demonstra a profunda relação estabelecida entre o monarca egípcio e a divindade de Tebas, Amon – Spalinger chega mesmo a afirmar que Kamés é o primeiro monarca egípcio a estabelecer essa íntima vinculação entre a Coroa e a divindade tebana<sup>365</sup>. De acordo com essas inscrições, é esse deus que ordena o ataque e a quem se agradece pelas vitórias concedidas oferecendo produtos como incenso. Além dos textos, a própria localização das estelas de Kamés em Karnak marca a conexão existente entre a instituição templária e a Coroa. De acordo com Popko, “o templo de Karnak e a propriedade de Amon-Rá foram gradualmente aumentados de acordo com o crescimento da proeminência do deus”<sup>366</sup>. Tal crescimento anda *pari passu* com o desenvolvimento político-econômico proposto pela administração civil, tendo a Coroa como seu símbolo principal.

Outro ponto que deve ser destacado é que a Segunda Estela possui em seu final a assinatura de um indivíduo pertencente à elite, mas não à família real: Neshi. De acordo com sua apresentação na estela em questão, Neshi teria sido, dentre outras funções, tesoureiro durante o governo de Kamés. Segundo Popko, esse título estava entre os mais importantes do final do Segundo Período Intermediário<sup>367</sup>, o que deixa evidente a relevância de Neshi na administração egípcia desse momento.

Assim, se analisarmos em conjunto o texto, a localização e a assinatura da Segunda Estela de Kamés, podemos observar que, embora do ponto de vista discursivo o monarca seja a figura principal a realizar as ações bélicas contra seus adversários, estrangeiros ou não, a possibilidade da narrativa passa por dois outros grupos sociais. O primeiro deles está ligado à administração civil, personificada em um dos mais importantes cargos dessa esfera, o tesoureiro, que compõe – ou pelo menos assina – o texto da estela em questão. Marcar sua

<sup>364</sup> POPKO, Lutz. Late Second Intermediate Period to Early New Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 4.

<sup>365</sup> SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt**: The New Kingdom. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 75.

<sup>366</sup> POPKO, Lutz. Late Second Intermediate Period to Early New Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 6, tradução nossa.

<sup>367</sup> *Ibid.*, p. 5.

participação na composição de um documento oficial, responsável por relatar os feitos do faraó em seus conflitos de reconquista, ao mesmo tempo em que evidencia a tentativa de se atrelar ao faraó, demonstra a importância desse indivíduo na criação e localização do discurso real. É ele um dos responsáveis por fazer com que a narrativa passe a circular, o que demonstra que o tesoureiro, nesse momento, não está inserido somente na circulação de produtos, mas também de elementos discursivos.

O segundo grupo está atrelado à instituição templária de Karnak. A localização dos feitos do rei em um ambiente dedicado à realização de cultos à principal divindade do período demonstra a tentativa – e o êxito – de cooptação desse grupo para o avanço das fronteiras controladas por Tebas. Kamés, ao ligar a guerra e suas vitórias, reais ou não, a Amon acaba por desenvolver a força política, social e econômica desse templo, que será um dos principais beneficiários da continuidade dos movimentos de expansão egípcia.

Expansão essa que ainda tem seus desdobramentos internos durante o reinado do sucessor e irmão de Kamés, Ahmés, primeiro governante da XVIII Dinastia. Cabe ressaltar que, dado sua idade reduzida na fase inicial do reinado, Ahhotep, sua mãe, ocupa a posição de rainha-regente. Uma estela de Ahhotep, inclusive, é utilizada como fonte para atestar a continuidade de agitações políticas internas no período inicial de Ahmés<sup>368</sup>.

De acordo com as análises disponíveis, Ahhotep desempenhou um papel bastante significativo na política de reunificação egípcia. De acordo com Popko, por exemplo, é na fase inicial que as cidades egípcias de Mênfis e Heliópolis são conquistadas pelo poder tebano<sup>369</sup>. Para Buzby, há um reconhecimento do próprio Ahmés com relação à importância política de sua mãe uma vez que, na estela dele, o primeiro “até sugere que a libertação do Egito foi um esforço de mãe e filho”<sup>370</sup>.

Aparentemente, porém, o Alto Egito não foi capaz de concluir o processo de expansão em direção ao Baixo Egito durante o período de regência de Ahhotep. Prova disso é a narrativa presente na tumba de Ahmés, filho de Ebana, em Elkab (Elkab nº5). Esse indivíduo pertencia a uma família que servia ao exército egípcio ao menos desde seu pai, Baba, soldado durante o reinado de Seqenenre-Tao. De acordo com sua autobiografia, Ahmés, filho de Ebana, teria substituído seu pai na tripulação do barco *O Bravo Touro*. Somente após ter fundado uma casa

<sup>368</sup> MORENZ, Ludwig D.; POPKO, Lutz. The Second Intermediate Period and the New Kingdom. In: LLOYD, Alan B. Lloyd (org.). **A companion to Ancient Egypt**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2010. v. 1, p. 109.

<sup>369</sup> POPKO, Lutz. Late Second Intermediate Period to Early New Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 4.

<sup>370</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. **Kaleidoscope eyes**, Sidney, p. 1, Out. 2002, tradução nossa.

é que esse indivíduo teria sido levado às fileiras do norte, momento a que sua narrativa dá bastante ênfase, como veremos a seguir.

A narrativa de Ahmés, filho de Ebana, sobre suas atividades na carreira militar tem seu início já no momento da ação direta do faraó Ahmés contra Avaris, o que, provavelmente, indica que esse soldado não havia participado das conquistas de Mênfis e Heliópolis<sup>371</sup>. Para todos os efeitos, esse indivíduo aparece no momento – ao menos teoricamente – final do processo de unificação, atuando no cerco à capital da administração hicsa, localizada no Delta. Ahmés, filho de Ebana, busca, assim, inserir a sua família no desfecho da expansão do poder tebano sobre o território entendido como Egito: conforme dito mais acima, seu pai teria atuado no exército egípcio durante o governo de Seqenenre-Tao, período de início do conflito que buscaria a expansão da Casa Tebana rumo ao norte, enquanto ele mesmo atuaria na conclusão dessa expansão que alcança o Delta.

Através da tumba de Ahmés, filho de Ebana, é possível também atestar a continuidade da expansão rumo à Síria-Palestina, mais precisamente na cidade de Sharuhen, onde um cerco teria sido instalado por cerca de três anos. Tal movimento, no nosso entender, encontra-se em uma zona de intersecção, isto é, entre a consolidação da unificação e a expansão rumo ao exterior. Comumente, os pesquisadores afirmam ser Sharuhen um importante reduto hicsa próximo às fronteiras tradicionais egípcias – é a posição defendida por Bourriau<sup>372</sup>, Massafra<sup>373</sup>, Morris<sup>374</sup> e Warburton<sup>375</sup>. Tal hipótese atrela o movimento de expansão rumo ao sul do Levante a “uma consequência lógica”<sup>376</sup>. Defender a reunificação egípcia seria, assim, exterminar os possíveis redutos de uma nova invasão. A camada de destruição encontrada no sítio de Sharuhen (Tell el-Ajjul) referente a esse período demonstra que a ruína dos adversários, nesse caso, foi uma ideia realmente levada a cabo pelas forças egípcias<sup>377</sup>.

<sup>371</sup> POPKO, Lutz. Late Second Intermediate Period to Early New Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 4.

<sup>372</sup> BOURRIAU, Janine. The Second Intermediate Period (c. 1650-1550 BC). *In*: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 210.

<sup>373</sup> MASSAFRA, Angela. The end of the Middle Bronze Age in Southern Levant: was Sharuhen only city conquered by Ahmose? *In*: NIGRO, L. **Reading Catastrophes**. Proceedings of the International Conference “Reading Catastrophes: Methodological Approaches and Historical Interpretation. Earthquakes, Floods, Famines, Epidemics between Egypt and Palestine – 3rd - 1st millennium BC” held in Rome, 3rd - 4th December 2012, Roma: La Sapienza, 2014. Studies on the Archaeology of Palestine & Transjordan, n. 11, p. 185.

<sup>374</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 120.

<sup>375</sup> WARBURTON, David. **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**. Neuchâtel; Paris: Rechercheset Publications, 2001. p. 41.

<sup>376</sup> SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 23-24, tradução nossa.

<sup>377</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt’s New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 40.

Há, por outro lado, duas outras hipóteses, as quais não necessariamente excluem a defendida por Bourriau, Massafra, Morris e Warburton. A primeira está ligada à visão sobre o Delta como região estrangeira. Embora permaneça tradicionalmente atrelado ao domínio da Coroa faraônica, o Delta, dada sua proximidade histórica com o Levante – conforme foi visto através do próprio Warburton e de Wilkinson no começo deste capítulo –, permanece um território a ser conquistado pela Coroa tebana. Sendo assim, a continuidade das ações de conquista durante o reinado de Ahmés em Sharuhen corresponderia à continuidade de uma ação sobre a sociedade do Baixo Egito e de seus aliados, provocando uma espécie de afastamento forçados entre esses dois últimos.

A segunda hipótese está atrelada ao desenvolvimento do próprio exército egípcio. Tendo mais uma vez a autobiografia de Ahmés, filho de Ebana, como referência, percebemos que as forças egípcias contavam com recompensas bastante relevantes do ponto de vista simbólico e material. Esse soldado, durante o reinado de Ahmés, mais especificamente em suas campanhas ao norte, recebe como recompensa por suas ações e capturas ouro de valor em quatro ocasiões, além de um homem e cinco mulheres como servos. Cabe notar que boa parte do que lhe foi concedido com relação a butins humanos foram capturados pelo próprio Ahmés, filho de Ebana. De acordo com a narrativa de sua tumba, os cativos são entregues pelo soldado ao arauto egípcio e/ou ao faraó e, então, uma parcela é devolvida a ele como recompensa. Assim, em sua construção discursiva, Ahmés, filho de Ebana, parece querer sublinhar seu papel no esquema distributivo: é ele o primeiro a fluir os produtos humanos que serão posteriormente entregues a ele mesmo ou a outras pessoas e instituições. Esse soldado, então, destaca sua importância no início da circulação de produtos.

Outro soldado atuante nas campanhas desse reinado foi Ahmés Pennekhbet, também da cidade de Elkab, o qual afirma em sua autobiografia também não ter saído de perto dos reis no campo de batalha e sendo por isso recompensado. Dessa forma, as campanhas militares aparecem como forma de enriquecimento político, social e econômico daqueles que nelas estão envolvidos. Ahmés Pennekhbet, por exemplo, diz que, durante sua velhice, esteve vinculado à educação da filha mais velha de Hatshepsut, Neferura, possivelmente sendo substituído pelo mordomo Senenmut. Além disso, ele aparece portando os títulos de tesoureiro e – a partir de uma descoberta mais recente na fachada de sua tumba – de “primeiro arauto do rei”<sup>378</sup>. A

---

<sup>378</sup> DAVIES, W. V. A view from Elkab: The Tomb and Statues of Ahmose-Pennekhbet. In: GALÁN, José M.; BRYAN, Betsy M.; DORMAN, Peter F. (orgs.). **Creativity and Innovation in the Reign of Hatshepsut**. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2014. Studies in Ancient Oriental Civilization, n. 69, p. 387.

linhagem de Ahmés, filho de Ebana, por sua vez, aparece ocupando cargos importantes em Elkab – um de seus netos, Paheri, recebe o título de governador de Elkab<sup>379</sup> – e mesmo em Tebas – três parentes desse soldado aparecem portando o título de escriba do formulário de Amon<sup>380</sup>. A partir desse quadro, a continuidade das campanhas, dentro e fora das fronteiras tidas como tradicionalmente egípcias, estaria inserida nas demandas de um grupo que agora encontrava-se em posição de destaque.

Além do exército propriamente dito, não se deve esquecer que as riquezas afluíam também para outras esferas do poder, como os templos. Conforme já dito anteriormente, Karnak será um importante depositário de riquezas e mão de obra durante todo o período aqui analisado. A continuidade das campanhas, assim, significava também o enriquecimento bem como o aumento do poder simbólico e religioso da classe e instituição sacerdotais. A relação das campanhas do governo de Ahmés e o templo de Amon em Karnak pode ser atestada pela localização de uma estela comemorativa desse monarca no interior do templo – no momento de sua descoberta, tal estela estaria entre os pilonos VIII e IX. Para além de sua localização, logo no início de sua inscrição, após os nomes de coração do monarca, a estela apresenta Ahmés como filho de Amon, *sA jmn* (Urk. IV 14, 8). Nessa estela também já consta uma afirmação que será recorrente ao longo dos governos da XVIII Dinastia: a entrega de produtos, *jnw* (Urk. IV 18, 9) – termo que será debatido mais abaixo –, por terras estrangeiras, tanto do norte quanto do sul. No que concerne a Ahmés, contudo, a lista aparece de forma bastante vaga, com topônimos genéricos.

Dentro dessa lógica de desenvolvimento de interesses que ultrapassam a mera defesa da fronteira egípcia tradicional, deve-se ressaltar a posição de Sharuhem no chamado Caminhos de Hórus. De acordo com Morris, esses Caminhos começavam em Tjaru, passando pelo Delta Oriental, e atingiam a vizinhança de Sharuhem e Gaza, possuindo, assim, um comprimento de cerca de 220 km<sup>381</sup>. Controlar essa região significaria justamente controlar o tráfego de pessoas e produtos entre o Egito e a parte sul do Levante<sup>382</sup>.

Através da soma dessas três hipóteses, podemos observar com maior profundidade a presença egípcia no norte durante o governo de Ahmés, analisando a atuação no Delta e em

<sup>379</sup> Ibid., p. 409.

<sup>380</sup> DAVIES, W. V. The tomb of Ahmose son-of-Ibana at Elkab. Documenting the family and other observations. In: CLAES, Wouter; MEULENAERE, Herman de; HENDRICKX, Stan (orgs.). **Elkab and beyond**. Studies in honour of Luc Limme. Louvain; Paris; Walpole: Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2009. p. 153-154.

<sup>381</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 28-29.

<sup>382</sup> Ibid.

Canaã como um movimento único. Dito isso, retornemos mais uma vez para o caso dos ataques contra Avaris e Sharuhên. Mais precisamente, voltemo-nos a uma ação combinada contra as regiões dessas duas cidades.

Morris afirma ser bastante provável que, durante o cerco contra Avaris, os egípcios tenham realizado ataques contra áreas vizinhas, incluindo Canaã<sup>383</sup>. O mesmo parece ter ocorrido durante os três anos de cerco contra Sharuhên<sup>384</sup>. O papel do Egito nas destruições verificadas arqueologicamente no Levante no período, porém, é ainda motivo de debate.

Massafra, por exemplo, ao estudar as destruições presentes em estratos arqueológicos do sul do Levante, afirma que, embora textualmente só Sharuhên apareça como realmente conquistada por tropas egípcias no período de Ahmés, a contribuição dessas últimas nas destruições de áreas vizinhas não pode ser totalmente descartada<sup>385</sup>. A esse respeito Morris parece associar um papel mais estratégico às forças egípcias presentes na região. De acordo com a autora, as tropas egípcias estavam de fato presentes na região levantina durante o início do Bronze Tardio e, embora não possam ser responsabilizadas por todas as destruições observadas, estiveram engajadas em algumas batalhas diretamente enquanto se aproveitavam dos resultados de outras<sup>386</sup>.

Assim, seguindo a proposição de Ahrens, é inegável que o movimento do Alto Egito rumo ao Levante durante o governo de Ahmés tenha feito com que o interesse da Coroa tebana e da elite a ela atrelada sobre a região vizinha do Baixo Egito ao norte aumentasse<sup>387</sup>. Ao derrotar as possíveis bases hicsas em Canaã, as tropas egípcias se viram aptas não só a manter suas fronteiras tradicionais, unificando Alto e Baixo Egito mais uma vez, mas também a explorar uma nova região, propiciando produtos e mão de obras escassas ou inexistentes no território egípcio unificado. Entre os produtos poder-se-ia mencionar as carruagens. Essas encontram-se representadas textualmente na autobiografia de Ahmés, filho de Ebana, e iconograficamente em um templo de Ahmés em Abidos, já durante o reinado desse monarca. Em ambas as fontes, a carruagem está associada ao monarca. A proveniência desse veículo –

---

<sup>383</sup> Ibid., p. 29.

<sup>384</sup> Ibid.

<sup>385</sup> MASSAFRA, Angela. The end of the Middle Bronze Age in Southern Levant: was Sharuhên only city conquered by Ahmose? In: NIGRO, L. **Reading Catastrophes**. Proceedings of the International Conference “Reading Catastrophes: Methodological Approaches and Historical Interpretation. Earthquakes, Floods, Famines, Epidemics between Egypt and Palestine – 3rd - 1st millennium BC” held in Rome, 3rd - 4th December 2012, Roma: La Sapienza, 2014. Studies on the Archaeology of Palestine & Transjordan, n. 11, p. 188.

<sup>386</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 120.

<sup>387</sup> AHRENS, Alexander. The Early 18th Dynasty in the Northern Levant: New Finds and a Reassessment of the Sources. In: MYNÁROVÁ, Jana, ODERKA, Pavel; PAVÚK, Peter (orgs.). **There and Back Again – the Crossroads II**. Proceedings of an International Conference Held in Prague. September 15–18, 2014. Praga: Charles University, 2015. p. 353.

ou pelo menos sua concepção – pode ser afirmada através do número de raios em sua roda. Como se verá posteriormente, quando analisarmos a iconografia em um templo de Tutmés II, as carruagens provenientes da Ásia contam com quatro raios em seus aros. Em suma, através da reivindicação de uma tradição territorial e de uma pretensa libertação de inimigos estrangeiros, a Coroa faraônica se depara com uma nova possibilidade de reabertura de contatos com terras estrangeiras, cujas próprias áreas de comércio e interação haviam se expandido, pelo menos, desde o Segundo Período Intermediário.

Apesar desses esforços do governo de Ahmés em redimensionar o poder faraônico ao longo do Alto e Baixo Egito e suas adjacências, ele ainda tinha de lidar com resistências internas. Tal parece ser o caso narrado por Ahmés, filho de Ebana, sobre Tetian:

Aquele inimigo, de nome Tetian, veio então, havendo reunido para si os de intenções perversas. Sua majestade o feriu e sua tripulação foi (convertida em) inexistente. Me foram concedidas três pessoas e cinco *arourae*<sup>388</sup> de campo cultivável em minha cidade<sup>389</sup> (Urk. IV 6, 11-15).

De acordo com Morkot, Tetian atuava em uma facção “pró-hicsa” dentro do próprio Egito – mais especificamente na região norte – que estava descontente com o crescimento do poder tebano que visava reunificar o Egito<sup>390</sup>. Nesse ponto da narrativa de Ahmés, filho de Ebana, o que se percebe é que o centro tebano deixa de ser o agressor a agora passa a ser o defensor, ao menos no que concerne às fronteiras internas do Egito. Tetian, no que se refere ao norte, parece ser o último desafio do período de reunificação para a Coroa Tebana nessa fase inicial do Reino Novo. O próprio autobiografado aparece como componente dessa linha de defesa contra os rebeldes contrários ao poder da Coroa faraônica, sendo por isso recompensado com cativos e parcelas de terra cultivável em Elkab.

Um processo de reocupação do Delta por forças leais à Coroa tebana já pode ser visto também através da ocupação da antiga capital hicsa, Avaris, por uma “fortaleza palaciana”, cuja construção foi iniciada durante o governo de Ahmés e continuada por seus sucessores<sup>391</sup>. O mesmo ocorre na cidade de Tjaru (Tell Heboua I), localizada no Delta Oriental. Essa última, ocupada mesmo antes da dominação de Avaris, teve seus habitantes dispersos, foi repovoada por uma população egípcia e fortificada de tal forma a poder ser considerada uma “cidade-

---

<sup>388</sup> Plural de *aroura*, unidade de medida egípcia de área que equivaleria a aproximadamente 0,28 hectares. Ver ALLEN, James, P. **Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 129.

<sup>389</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio: Inscripciones**, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 41, tradução nossa.

<sup>390</sup> MORKOT, Robert G. **Historical Dictionary of Ancient Egypt Warfare**. Lanham; Maryland; Oxford: The Scarecrow Press, 2003. p. 2-3, 196.

<sup>391</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 38.

fortaleza”<sup>392</sup>. O exemplo dessas duas cidades demonstra – para além do controle de tráfego mencionado anteriormente – um duplo movimento: reocupação do Baixo Egito por populações leais à Casa tebana e o estabelecimento de fortalezas que facilitam tanto a defesa quanto o ataque contra regiões mais ao norte. O movimento ofensivo através dessas áreas é uma hipótese também defendida por Morris, a qual argumenta que a elevada quantidade de grãos encontrada em Tjaru demonstraria que os Caminhos de Hórus já estavam sendo frequentados assiduamente nesse período e que isso possibilitaria atribuir algumas destruições da região cananita às forças egípcias<sup>393</sup>.

A partir desse momento, então, o Alto e o Baixo Egito encontram-se sob um mesmo governo. E é esse Egito unificado, com aparente estabilidade político-administrativa, que o governo de Ahmés entrega ao reinado de seu filho, Amenhotep I.

Assim como seu pai, Amenhotep I (c. 1525-1504 a.C.) ascende ao trono em uma idade que torna necessário que sua mãe, Ahmés-Nefertari, exercesse o papel da rainha-regente. Embora seu reinado seja marcado por um considerável movimento de expansão rumo ao sul – como se verá no próximo capítulo – suas ações no norte parecem ser motivo de controvérsias. Spalinger, por exemplo, afirma que Amenhotep I evitou realizar expedições na Ásia, tendo essas últimas seu início somente com Tutmés I<sup>394</sup>.

Ahrens<sup>395</sup> e Morris<sup>396</sup> ressaltam a obscuridade das fontes sobre a atuação do Egito do reinado de Amenhotep I no Levante. Isso pode ser atestado, por exemplo, pela ausência de comentários de Ahmés, filho de Ebana, sobre qualquer possível campanha empreendida durante o reinado de Amenhotep I na Ásia. Porém, ambos os autores ressaltam a existência de dados, ainda que fragmentados, sobre a possível presença de tropas egípcias no Levante durante esse reinado.

Tanto Ahrens quanto Morris utilizam fragmentos de porta encontrados na região de Karnak para analisar a hipótese de uma presença egípcia no Levante nesse período. Neles, é possível ler o nome das seguintes cidades: Kedem, Tunip e *DAjwny*. Embora a última não tenha

---

<sup>392</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>393</sup> Ibid., p. 38-39.

<sup>394</sup> SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 49-50.

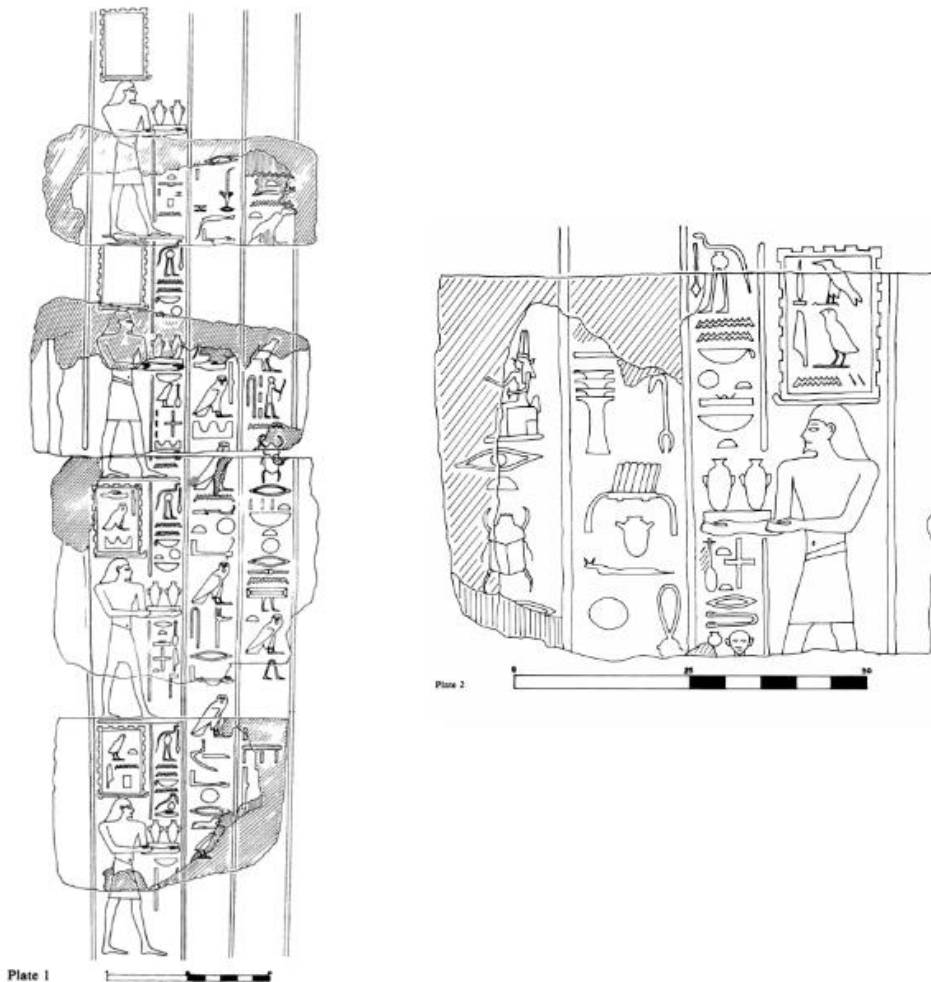
<sup>395</sup> AHRENS, Alexander. The Early 18th Dynasty in the Northern Levant: New Finds and a Reassessment of the Sources. In: MYNÁROVÁ, Jana, ODERKA, Pavel; PAVÚK, Peter (orgs.). **There and Back Again – the Crossroads II**. Proceedings of an International Conference Held in Prague. September 15–18, 2014. Praga: Charles University, 2015. p. 356.

<sup>396</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt’s New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 30.



sua localização definida, sabe-se que as outras duas “eram localizadas no moderno Líbano e no vale do Rio Orontes, respectivamente”<sup>397</sup>.

Figura 13 – Representações de batente de porta de Karnak: Menções a terras estrangeiras do Levante



Fonte: Redford (1979, p. 271-272).

Para além do batente de porta, Ahrens menciona também fragmentos de cerâmicas encontrados na tumba NA B em Dra Abu el-Naga, que se acreditava pertencer a Amenhotep I e sua mãe, Ahmés-Nefertari<sup>398</sup>. O autor, contudo, ressalta que tanto a tumba quanto os fragmentos de porta são, atualmente, analisados de forma bastante diferentes. A tumba não é mais atribuída ao faraó e sua mãe enquanto a porta passou a ser datada possivelmente do reinado

<sup>397</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>398</sup> AHRENS, Alexander. The Early 18th Dynasty in the Northern Levant: New Finds and a Reassessment of the Sources. In: MYNÁROVÁ, Jana, ODERKA, Pavel; PAVŮK, Peter (orgs.). **There and Back Again – the Crossroads II**. Proceedings of an International Conference Held in Prague. September 15–18, 2014. Praga: Charles University, 2015. p. 356-357.

de Tutmés I<sup>399</sup>. Assim, para Ahrens, embora Ahmés e Amenhotep I possam ter realizado campanhas na região sul do Levante, o mesmo não se confirma para a parte norte<sup>400</sup>.

A ressalva de Ahrens sobre o batente da porta em Karnak parece não ter sido adotada por Morris, que permanece atribuindo esse objeto ao governo de Amenhotep I. A pesquisadora afirma, com base nessa análise, que a atuação das forças egípcias durante o governo tanto de Ahmés quanto de Amenhotep I foram essenciais para o desenvolvimento das ações levadas a cabo durante o reinado de Tutmés I<sup>401</sup>.

Para além da discussão sobre seus possíveis feitos no exterior, é preciso ter em mente que Amenhotep I tornou-se notório por suas construções no interior do próprio Egito, seja de monumentos<sup>402</sup> seja da vila de Deir el-Medina<sup>403</sup>. Frizzo destaca mesmo o investimento que o templo de Karnak recebe durante o governo desse faraó<sup>404</sup>. Mas, evidentemente, para que tais investimentos e construções fossem possíveis a obtenção de um volume considerável de recursos era necessária. Deixando de lado a parte que se refere à Núbia – a qual será analisada com mais vagar posteriormente –, outras regiões vizinhas do Egito, que não o Levante, parecem ter sofrido algumas intervenções. O início do reinado de Amenhotep I é marcado pela reconquista de alguns oásis localizados ao norte e noroeste do Egito, tornando essas áreas estações contra invasões de nômades líbios e como postos de proteção para as minas de cobre e turquesa contra beduínos<sup>405</sup>.

A garantia de recursos tanto materiais (minas de metais e pedras preciosas) quanto simbólico-religiosos (monumentos, investimentos em Karnak) torna-se fundamental no processo de expansão em direção ao norte que será destacado principalmente a partir do governo de Tutmés I. Além disso, a política de Amenhotep I com relação às “importantes famílias de cidades centrais do Egito, como Elkab, Edfu e, principalmente, Tebas”<sup>406</sup>, as atrelando à organização administrativa<sup>407</sup>, significa manter a convergência de interesses entre a

---

<sup>399</sup> Ibid.

<sup>400</sup> Ibid., p. 367-368.

<sup>401</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 31-32.

<sup>402</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 225.

<sup>403</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. **Kaleidoscope eyes**, Sidney, p. 4, Out. 2002.

<sup>404</sup> FRIZZO, Fábio. De Kamés a Amenhotep I: a Fundação das Bases do Império Egípcio do Bronze Tardio (1541-1493 a.C.). **R. Mest. História**, Vassouras, v. 12, n. 1, p. 38, Jan./Jun. 2010.

<sup>405</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. **Kaleidoscope eyes**, Sidney, p. 4-5, Out. 2002.

<sup>406</sup> FRIZZO, Fábio. De Kamés a Amenhotep I: a Fundação das Bases do Império Egípcio do Bronze Tardio (1541-1493 a.C.). **R. Mest. História**, Vassouras, v. 12, n. 1, p. 38, Jan./Jun. 2010.

<sup>407</sup> Ibid.

Coroa e ao menos uma fração importante da elite egípcia. Esses três elementos tomados em conjunto são fundamentais para justificar e organizar qualquer empreendimento militar.

O que se pode perceber, então, é um movimento – se algum – ainda tímido de expansão em direção ao norte. O reinado de Amenhotep I voltou-se principalmente às conquistas em direção ao sul e em construções materiais, sociais, políticas e religiosas no interior do próprio Egito recém-unificado. Esses elementos, no entanto, foram cruciais para possibilitar ao governo de Tutmés I um foco maior na realização de empresas militares.

#### **4.1.1.1 Balanço**

Concluindo, o que fica claro analisando último reinado da XVII Dinastia e os dois primeiros da XVIII, a partir de sua política nas áreas ao norte de Tebas, é que as maquinações da Coroa tebana em sua ideia de reconquistar territórios tradicionalmente submetidos a sua administração estava longe de ser unanimidade entre os próprios membros da Corte e menos ainda entre os habitantes das áreas alvos desse ataque justificado por uma ideia de “reunificação”. A importante cidade de Mênfis parece servir de exemplo de uma cidade que oferecia resistência a uma possível nova unificação do Alto e Baixo Egito, dado seu desenvolvimento durante o período em que esteve, se não sob administração hicsa, estava ao menos livre da Coroa centrada em Tebas. Tal fato permite desconstruir a falsa associação da unificação egípcia com um período de harmonia, com o território do Alto Egito buscando controlar o Baixo Egito.

Além disso, fica evidente que não foi só através do conflito que a área administrada pela dinastia tebana se relacionou com a área governada pelos hicsos, havendo circulação de produtos, como gado egípcios e trigo-emmer hicsa. A troca, inclusive, aparece na tabuleta de Carnarvon como gerador da discordância entre a Corte e a Coroa sobre como proceder com os hicsos.

Quando, porém, os maquinários administrativo, econômico, militar, simbólico e religioso começam a operar de acordo com os desígnios da Coroa, principalmente durante os dois primeiros reinados da XVIII Dinastia, quando os membros desses setores passam a se beneficiar das ofensivas tebanas através, tendo um aumento considerável de suas riquezas e de sua influência, é que o Egito unificado de fato passa a ser uma realidade. Além disso, criam-se as condições necessárias para que o Estado egípcio fosse mantido e capaz, beneficiando-se das rotas no Delta, de se inserir com maior peso no horizonte levantino enquanto potência a ser levada em consideração. Há já no reinado de Ahmés, por exemplo, menções a produtos vindos do norte para o centro tebano. Em suma, o Egito deixa de ser o território entre Cusae e

Elefantina conforme propuseram os membros da Corte a Kamés, ou mesmo de ser as fronteiras tradicionais reclamadas por esse último, mas de fato onde alcançava a administração egípcia, isto é, até onde a expansão se tornasse possível.

#### 4.1.2 A instalação de fronteiras egípcias na Ásia

É importante ressaltar que Tutmés I (c. 1504-1492 a.C.) não provinha da família real. Tratava-se de um general, casado com Ahmés, filha do primeiro faraó da XVIII Dinastia, Ahmés. Sua legitimação parece ter ocorrido através de seu casamento com a princesa Ahmés e por sua corregência com Amenhotep I durante os últimos anos de reinado desse segundo<sup>408</sup>. A sua proveniência das fileiras militares atesta a importância que esse setor da sociedade desfrutava durante essa primeira fase do Reino Novo. Suas recompensas passam agora pela existência de um representante dessa classe dentro da própria Casa Real e, agora, portando a Coroa das Duas Terras.

Apesar de relativamente curto, o reinado de Tutmés I carrega um impulso bastante considerável para a realização de campanhas. Talvez isso se deva, além das riquezas geradas para a elite, à própria lógica inerente à sua formação militar. A Coroa era agora detida por alguém cujas campanhas eram as responsáveis pelo status alcançado. Manter as expedições, assim, poderia ser encarado como uma forma de continuar próximo das fileiras guerreiras bem como de aumentar o poder e prestígio que o faraó e a elite egípcia desfrutariam interna e externamente. Morris argumenta que quatro pontos exerceram uma influência “quase irresistível” sobre o Egito do período de Tutmés I: saque, glória, reconhecimento e renda<sup>409</sup>.

Esse último ponto pode ser observado nas autobiografias de Ahmés, filho de Ebana, e Ahmés Pennekhbet. Ambos os soldados da cidade de Elkab mencionam a batalha contra Mitanni durante o reinado de Tutmés I e as capturas que realizaram para o Egito durante suas ações nesse momento. Mas esse reconhecimento de ganhos materiais não veio desacompanhado de justificativas baseadas em uma luta legitimada pela manutenção da ordem. Ludwig e Popko, por exemplo, afirmam que “o relojoeiro Amenemhet racionalizava a campanha de Tutmés I contra o reino de Mitani sobre o Eufrates como ‘retaliação pelo mal’”<sup>410</sup>.

<sup>408</sup> CLAYTON, Peter A. **Chronicle of the Pharaohs: The reign-by reign Record of the rulers and dynasties of Ancient Egypt**. Londres: Thames & Hudson, 1994. p. 101.

<sup>409</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 120.

<sup>410</sup> MORENZ, Ludwig D.; POPKO, Lutz. The Second Intermediate Period and the New Kingdom. In: LLOYD, Alan B. Lloyd (org.). **A companion to Ancient Egypt**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2010. v. 1, p. 109, tradução nossa.

Porém, ao que tudo indica, o conflito com Mitanni nesse primeiro momento de expansão contundente rumo ao norte teria sido muito menos fácil do que as inscrições desses dois homens buscam evidenciar. De acordo com Bryan, um confronto direto entre Egito e Mitanni nesse momento da XVIII Dinastia “era extremamente limitado”<sup>411</sup>. Escaramuças com aliados de Mitanni parecem realmente ter sido uma realidade encontrada pelo exército egípcio em terras sírio-palestinas<sup>412</sup>. Uma exaltação de Tutmés I realizada por sua filha, Hatshepsut, em Deir el-Bahari, parece não sublinhar uma vitória significativa sobre Mitanni:

Os poderes do rei Aakheperkare – (santo) inocente –, que trouxe consigo essas presas, devido a suas vitórias em terras estrangeiras do sul e do norte. Sua majestade em pessoa caçou [x exemplar(es)] de elefante, na terra de Naharin, montando a cavalo, depois de ter derrotado o Alto Retenu<sup>413</sup> em sua [primeira(?)] campanha de vitória. Sua majestade chegou à Niy e encontrou ali esses elefantes. Não havia ocorrido nada igual a (nenhum) rei anterior<sup>414</sup> (Urk. IV 103, 16-104, 9).

O que Hatshepsut marca como feito de seu pai em terras do reino de Mitanni é sua caçada a elefantes. A vitória militar aparece relacionada à região do Alto Retenu, zona disputada por esses dois reinos maiores. A demonstração de força, então, teria ocorrido nas vizinhanças do inimigo principal e não diretamente contra ele. Bryan afirma que o mais provável é que Tutmés I tenha reconhecido a superioridade militar de Mitanni<sup>415</sup>. Porém, outra possibilidade está vinculada a uma espécie de empate de forças, dado que o reino de Mitanni não parece tampouco ter se sentido à vontade para se dirigir ao sul contra os egípcios. Seguindo essa lógica, a estela erguida por Tutmés I na região do Eufrates servia como um marcador do limite territorial possível de ser alcançado pelas tropas do Egito.

De todo modo, o reino de Mitanni surgia no horizonte egípcio como uma potencial força rival, disputando zonas de influência no Levante, principalmente na parte norte. De acordo com Morris, “o rei de Mitanni interferiu diretamente nos assuntos cananitas e a investida de Tutmés I no norte pode ter sido planejada justamente para combater tal intromissão política”<sup>416</sup>.

A entrada contundente do Egito durante o reinado de Tutmés I na Ásia e seu conflito com Mitanni podem ser encarados como uma virada da política egípcia. Visa-se agora atuar de

---

<sup>411</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 234, tradução nossa.

<sup>412</sup> Ibid.

<sup>413</sup> Região do atual Israel de acordo com Spalinger. Ver em SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 131.

<sup>414</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egípcio: Inscripciones**, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 54, tradução nossa.

<sup>415</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 234.

<sup>416</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 32-33, tradução nossa.

forma mais direta sobre os territórios vizinhos capazes de serem subjugados. Para tanto, o Egito acaba por encontrar-se com reinos maiores do Oriente Próximo e que também apresentam suas reivindicações sobre o Corredor sírio-palestino.

Ao analisar a configuração política da região do norte do Levante, Ahrens afirma que a expansão de Mitanni na região é tributária de um vácuo de poder, causado após a saída dos hititas do norte sírio-palestino<sup>417</sup>. Somado a isso, há ainda uma realidade de um território entrecortado por um número bastante expressivo de cidades-Estados independentes<sup>418</sup>. Significa dizer, então, que o Egito não possuía nenhum inimigo direto capaz de impedir sua marcha em direção à Palestina<sup>419</sup>. Tendo isso em consideração, dado que os egípcios nessa fase inicial do Reino Novo já haviam realizado campanhas no sul do Levante, não é improvável que o governo de Tutmés I tenha visto na saída hitita e na falta de unidade uma oportunidade para também ampliar as áreas de influência do Egito mais ao norte.

Essa marcha em direção ao norte do Levante, conforme nos lembra Spalinger, implica em uma pacificação, no mínimo relativa, do território mais ao sul, nomeadamente a região de Sharuhên<sup>420</sup>, vítima dos ataques egípcios, ao menos, desde o reinado de Ahmés, como vimos anteriormente. Essa hipótese é ainda reforçada por Morris, quando esta afirma que não há registros de campanhas específicas em Canaã, “a parte central do império egípcio”<sup>421</sup>. Essa pacificação é essencial para o desenvolvimento da política de interação e expansão rumo às terras mais ao norte. Além disso, há também a possibilidade de continuidade de fluxos de produtos e pessoas entre o Egito e Canaã através dos Caminhos de Hórus, onde “Tutmés [I] com toda probabilidade apontou um supervisor do armazém”<sup>422</sup>. Um desses supervisores é o pai de Sennefer, tesoureiro e ligado às trocas de produtos do Egito com Biblos durante o período de Tutmés III<sup>423</sup>, o que implica na ampliação do poder dessa família durante essa fase inicial do Reino Novo na região fronteiriça entre Egito e Canaã e na própria organização política do governo egípcio.

---

<sup>417</sup>AHRENS, Alexander. The Early 18th Dynasty in the Northern Levant: New Finds and a Reassessment of the Sources. In: MYNÁROVÁ, Jana, ODERKA, Pavel; PAVÚK, Peter (orgs.). **There and Back Again – the Crossroads II**. Proceedings of an International Conference Held in Prague. September 15–18, 2014. Praga: Charles University, 2015. p. 360-361.

<sup>418</sup> SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 48-49.

<sup>419</sup> Ibid.

<sup>420</sup> Ibid., p. 51.

<sup>421</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 32-33, tradução nossa.

<sup>422</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>423</sup> Ibid., p. 120-121.

O apaziguamento da região de Sharuhen e o aproveitamento de seu fluxo de produtos e pessoas somados às disputas com potências do Oriente Próximo, nomeadamente Mitanni, fazem com que se produza uma mudança na diretriz de ações impulsionadas pelo governo egípcio. Seguindo a linha de Buzby, temos no reinado de Tutmés I o início do desenvolvimento de uma nova visão sobre a política externa egípcia com relação à Ásia: não se busca mais a realização de incursões cujos objetivos centrais são as razias, mas a consolidação da presença egípcia nesses territórios levantinos<sup>424</sup>.

Embora Redford seja reticente em afirmar as consequências das expedições de Tutmés I no Levante, o autor reconhece a existência de produtos egípcios na região nesse período<sup>425</sup>. Esse elemento poderia ser o indicador de um reavivamento do comércio do Egito com a Síria-Palestina e, assim, da própria intenção de expandir sua zona de influência<sup>426</sup>.

Para além das evidências materiais que atestam uma troca possivelmente mais destacada de produtos entre Egito e Levante, não se pode perder de vista as evidências textuais que, embora realizadas em períodos posteriores, podem servir para melhor compreender essa mudança de política externa. Observemos novamente a inscrição realizada durante o governo de Hatshepsut em Deir el-Bahari.

De acordo com a inscrição realizada no governo de sua filha, Tutmés I caçou elefantes na região de Niy. Há nesse momento da narrativa dois pontos inéditos: o alcance do Egito em direção ao norte e a realização dessa atividade contra elefantes por parte do representante da Coroa. Com relação a este último elemento, é possível apreender que a caçada está na mesma esfera que a vitória sobre Retenu; ou seja, ambos os eventos encenam demonstrações de força por parte do monarca egípcio.

Mas não é só a exibição de força por parte de Tutmés I que marca a caça dos elefantes em Niy. Conforme nos lembra Dziobek, essa atividade “era uma prerrogativa dos reis locais em cidades-Estado como Qatna, onde os ossos e presas de elefantes são encontrados como decoração no palácio real”<sup>427</sup>. Desse modo, Tutmés I realiza uma prática que o legitima perante a população local, o que implicaria em uma tentativa de que sua autoridade fosse reconhecida nessas terras estrangeiras.

---

<sup>424</sup> BUZBY, Russell. *Imperialism in Early New Kingdom Egypt. Kaleidoscope eyes*, Sidney, p. 17, Out. 2002.

<sup>425</sup> REDFORD, Donald B. *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 154.

<sup>426</sup> Ibid.

<sup>427</sup> DZIOBEK, Eberhard. *The Paradigms of Innovation and Their Application to the Early New Kingdom of Egypt. In: GALÁN, José M.; BRYAN, Betsy M.; DORMAN, Peter F. Creativity and Innovation in the Reign of Hatshepsut*. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2014. *Studies in Ancient Oriental Civilization*, n. 69, p. 14, tradução nossa.

Ao analisarmos a atividade de caça no norte através de seu significado político, evitamos cair em alguns reducionismos, como o de Bryan, que afirma que Tutmés I foi exaltado no governo de Hatshepsut por “trazer de volta produtos exóticos da terra de Niy”<sup>428</sup>, e o de Warburton, o qual afirma que

Os grandes conquistadores da XVIII Dinastia foram caçar elefantes no Orontes ao invés de cercar cidades longe de casa, ou, ao menos, eles foram malsucedidos em seus cercos e selecionaram outros tópicos para imortalizar. A conquista de cidades era a marca do sucesso, não a derrota de forças inimigas no campo de batalha<sup>429</sup>.

Ambos os autores deixaram de lado o caráter simbólico das ações realizadas, seja a obtenção de “produtos exóticos” seja a caça de elefantes. A chegada das presas de elefantes ao Egito, por exemplo, as quais foram entregues ao templo de Amon de acordo com a narrativa de Deir el-Bahari, além de seu possível aspecto prático, indicaria a uma audiência interna o êxito das campanhas egípcias no norte, seja pelo domínio efetivo seja pelo estabelecimento de relações diplomáticas.

O elemento levantado por Warburton, mais direcionado a uma audiência externa, aquela que possivelmente vê a ação sendo realizada, deixa de lado as outras vias pelas quais as forças egípcias podiam se posicionar. Dada a dificuldade em se impor pelas armas contra Mitanni, como já foi mencionado anteriormente, a caça de elefantes aparece como uma outra via para marcar a presença egípcia na região. Assim, “a marca do sucesso” não era somente “a conquista de cidades”, mas também a realização de atividades nas regiões-alvo, atividades que implicavam inclusive em reconhecimento de autoridade. Aqui, então, começa a aparecer um ponto de virada em relação aos territórios estrangeiros do norte: eles não são só marcados como apresentando tributos e sendo alvos de saques, mas regiões onde o poder do Egito, simbolizado no monarca, passa a ser exercido, inclusive nos termos – mesmo que simbólicos – locais. Em outras palavras, a caça dos elefantes realizada por Tutmés I serve para marcar uma presença egípcia de caráter mais duradouro e não baseada somente em expedições em busca de butins. Realizar o mesmo ato que os reis locais, significa, em si, participar de alguma forma do governo local.

O governo de Tutmés I, baseado em expedições e extensão de zonas de contato do Egito, cria um legado a ser mantido pelos próximos três governos sucessores aos seu, inclusive retratando suas conquistas, como se pode observar através da análise da inscrição em Deir el-

---

<sup>428</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 234, tradução nossa.

<sup>429</sup> WARBURTON, David. **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**. Neuchâtel; Paris: Rechercheset Publications, 2001. p. 169, tradução nossa.



Bahari datada do período de Hatshepsut. É o caso também de seu filho, Tutmés II (c. 1492-1479 a.C.). Cabe ressaltar que o período de reinado de Tutmés II é um tema ainda discutido pela Egiptologia. Alguns acreditam que ele tenha governado por somente 3 anos. Para mantermos as datações padronizadas, optamos por manter aquela que consta em *The Oxford History of Ancient Egypt*.

Embora seja considerado um reinado bastante curto e com uma ênfase maior em ações sobre o território núbio, a autobiografia do soldado Ahmés Pennekhbet traz uma narrativa sobre ações egípcias contra os *Shasu*, povo seminômade localizado em uma área que se estende do Sinai à Transjordânia<sup>430</sup>. De acordo com sua autobiografia, Ahmés Pennekhbet obteve nessa expedição “numerosíssimos cativos sem lhes haver contado”<sup>431</sup> (Urk. IV 36, 13-14), os quais, por não terem sido mantidos por esse soldado, muito provavelmente adentraram no circuito do Estado. De acordo com Morris, os *Shasu* eram atacados com vistas a manter a segurança de rotas de caravanas e populações assentadas<sup>432</sup>. Assim, pode-se ver que a expedição ao norte durante o governo de Tutmés II possuía um caráter não propriamente de expansão mas de preservação das relações que foram construídas durante os reinados anteriores. Isso fica ainda mais evidente quando a estela de Tutmés II localizada entre Aswan e Philae, regiões núbias, procura enfatizar que durante seu governo “os *montiu*<sup>433</sup> vêm a ele com produtos”<sup>434</sup> (Urk. IV 138, 5) e que “a ação de seus comissários não é obstaculizada nas Terras dos Fenkhu<sup>435</sup>”<sup>436</sup> (Urk. IV 138, 10). Cabe lembrar também que essas rotas asseguradas eram por onde territórios sírio-palestinos enviavam presentes diplomáticos ao Egito, o que pode indicar duas coisas: o Egito era uma força a ser reconhecida no território levantino e as trocas diplomáticas, sublinhadas para o período de Amarna, demonstram já estar estabelecidas nessa fase inicial do Reino Novo<sup>437</sup>.

A possível atuação do Egito durante o reinado de Tutmés II na região do Levante é um elemento bastante controverso. Embora Morris, como ficou aqui demonstrado, defenda essa

<sup>430</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 33.

<sup>431</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 44, tradução nossa.

<sup>432</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 33.

<sup>433</sup> De acordo com Galán, esse termo refere-se a grupos “(semi) nômades” da região sírio-palestina. Ver GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 40, nota 7.

<sup>434</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, p. 57, tradução nossa.

<sup>435</sup> Um dos topônimos mais genéricos relacionados à região sírio-palestina.

<sup>436</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, tradução nossa.

<sup>437</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 33.

atuação e análise inclusive seus motivos e impactos sobre a política egípcia, outros pesquisadores não acreditam que o Egito tenha realizado ações mais ao norte de suas fronteiras. É o caso de Bryan, a qual afirma que Tutmés II realizou somente uma campanha militar, focada na região da Núbia<sup>438</sup>, de Redford, que nega “qualquer evidência de atividade militar egípcia durante o período”<sup>439</sup>, e de Ahrens, que afirma que a pouca idade de Tutmés II e a curta duração de seu reinado impediram “seu engajamento ativo no Levante”<sup>440</sup>. Buzby, por outro lado, assumindo a mesma posição de Morris, chega a atribuir ao período de Tutmés II três campanhas – uma primeira no Levante, outra na Núbia e uma última “contra os beduínos da Arábia e da Península do Sinai”<sup>441</sup>.

A partir da análise de Ahrens, pode-se perceber o desenvolvimento de uma compreensão errônea: atrelar as campanhas militares à necessidade da presença do monarca. O autor faz parecer que o Egito funciona somente quando o monarca comparece nas ações. A própria narrativa de Ahmés Pennekhbet defende uma atuação das forças egípcias na região da Síria-Palestina – inclusive com a presença do monarca: “Quando seguia o rei do Egito Aakheperenre (= Tutmés II)”<sup>442</sup> (Urk. IV 36, 12). Atrelada a essa narrativa é possível observar uma imagem no templo mortuário de Tutmés II em Tebas uma iconografia referente a uma batalha entre o monarca e grupos de asiáticos.

---

<sup>438</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 236.

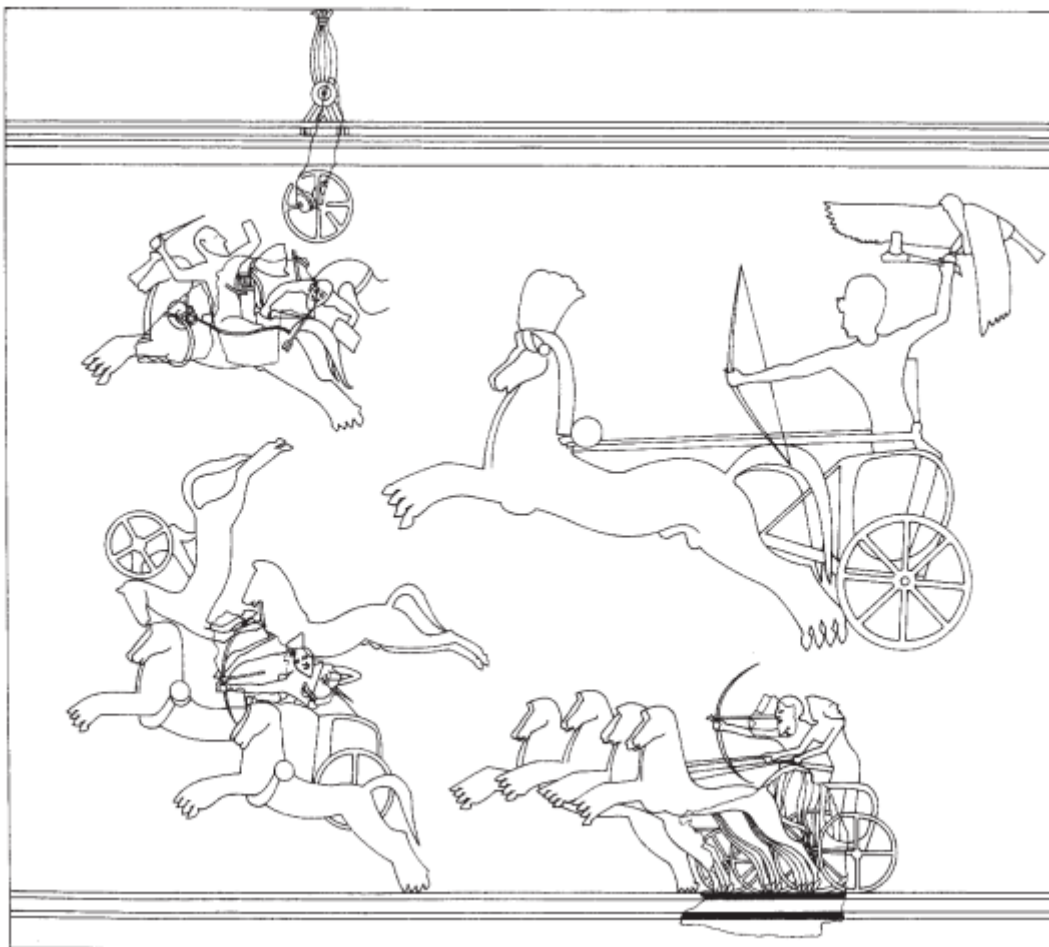
<sup>439</sup> REDFORD, Donald B. **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 149, tradução nossa.

<sup>440</sup> AHRENS, Alexander. The Early 18th Dynasty in the Northern Levant: New Finds and a Reassessment of the Sources. In: MYNÁROVÁ, Jana, ODERKA, Pavel; PAVÚK, Peter (orgs.). **There and Back Again – the Crossroads II**. Proceedings of an International Conference Held in Prague. September 15–18, 2014. Praga: Charles University, 2015. p. 361, tradução nossa.

<sup>441</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. **Kaleidoscope eyes**, Sidney, p. 6-7, Out. 2002, tradução nossa.

<sup>442</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 44, tradução nossa.

Figura 14 – Representação de possível reconstrução do templo de Tutmés II em Tebas: combate do faraó contra os asiáticos



Fonte: Spalinger (2005, p. 62).

Se tomarmos o faraó como a representação de um indivíduo, talvez o primeiro impulso analítico seria, conhecendo a possibilidade de ter Tutmés II realizado um curto reinado, atrelar a confecção da imagem à realização de um cânone: o massacre de estrangeiros pelo monarca egípcio. O que, evidentemente, compõe o motivo da cena. Essa proposta, levaria à argumentação realizada por Ahrens, que afirma ser “obscuro se Tutmés II liderou uma campanha militar no Levante”<sup>443</sup> – Redford, por sua vez, chega mesmo a dizer que a iconografia de Tutmés II no Levante é uma hipérbole<sup>444</sup>. Por outro lado, conforme ressaltamos no capítulo anterior, a iconografia do monarca pode extrapolar a representação individual, fazendo

<sup>443</sup> AHRENS, Alexander. The Early 18th Dynasty in the Northern Levant: New Finds and a Reassessment of the Sources. In: MYNÁROVÁ, Jana, ODERKA, Pavel; PAVÚK, Peter (orgs.). **There and Back Again – the Crossroads II**. Proceedings of an International Conference Held in Prague. September 15–18, 2014. Praga: Charles University, 2015. p. 361, tradução nossa.

<sup>444</sup> REDFORD, Donald B. **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 149.

referência às forças egípcias como um todo. Por essa segunda visão, é possível observar a imagem no templo de Tutmés II como uma representação da continuidade da presença egípcia no Levante.

Para além da representação do monarca (seja somente simbólica seja com base em um evento factual), a relação entre Egito e as regiões ao norte pode ser demonstrada através de outros dois elementos compartilhados por ambos os lados do conflito representados na batalha: as carruagens e seus cavalos. Esses dois produtos aparecem nas autobiografias tanto de Ahmés, filho de Ebana, quanto de Ahmés Pennekhbet como atrelados às áreas mais ao norte, nomeadamente Naharin (Mitanni). Ambos os soldados afirmam ter capturado tanto cavalos quanto carruagens em batalhas nessa região durante o governo de Tutmés I.

Cabe ressaltar, contudo, que as carruagens asiáticas e egípcias apresentam uma diferença em sua composição, nomeadamente o número de raios nas rodas. A imagem do templo de Tutmés II contesta inclusive a suposição de Morkot que afirma que somente a partir do período de Tutmés IV que as carruagens egípcias passam a contar com seis ou oito raios<sup>445</sup>. Tal diferença, embora pareça à primeira vista banal, carrega em si uma hipótese bastante importante. Ela permite inferir que a produção desses veículos provavelmente já acontecia no Egito da fase inicial do Reino Novo, não sendo esse Estado dependente unicamente dos saques na região levantina – de onde provinham carruagens com quatro raios, como também se nota pela iconografia acima retratada – para a obtenção desse produto. Cabe mencionar, contudo, que Morkot afirma ser a representação mais antiga até agora encontrada sobre a produção de carruagens em oficina egípcia aquela presente na tumba de Hapuseneb (TT 67), datada do governo de Hatshepsut<sup>446</sup>. O que a iconografia de Tutmés II em seu templo tebano oferece é o produto acabado, já em utilização.

A produção egípcia de carruagens, já adaptadas às condições do próprio Egito, contudo, não inibe ou deixa o contato com o Levante em segundo plano no que se refere à confecção desse objeto. Essa afirmação é possível devido às matérias primas utilizadas: Morkot afirma que os tipos de madeira utilizados nas carruagens eram de proveniência palestina, síria e até mesmo de Mitanni<sup>447</sup>.

---

<sup>445</sup> É curioso observar que em sua nota de rodapé ao mencionar o tema, Morkot menciona a carruagem de oito raios reproduzida na iconografia de Tutmés II, mas, mesmo assim, a atribui ao reinado de Tutmés IV. Ver MORKOT, Robert G. War and the Economy: the International 'arms trade' in the Late Bronze Age and after. In: SCHNEIDER, Thomas; SZPAKOWSKA, Kasia (orgs.). **Egyptian Stories**. A British Egyptological Tribute to Alan B. Lloyd on the Occasion of His Retirement. Münster: Ugarit-Verlag, 2007. p. 178-179.

<sup>446</sup> Ibid.

<sup>447</sup> Ibid., p. 179.

Com esses elementos materiais em mente, pode-se perceber que a iconografia de Tutmés II apresenta dois motivos principais. O primeiro está relacionado à presença do Egito na região do Levante através de movimentos militares no sentido mais comum, isto é, com presença egípcia em batalhas. O outro elemento, relaciona-se com as trocas culturais a partir da presença das carruagens em posse egípcia. Embora essas também estejam sendo apontadas contra os asiáticos na iconografia, sua confecção, como foi demonstrado, implicava no contato com territórios estrangeiros. Tomados em conjunto, os dois elementos da iconografia aqui apontados demonstrariam tanto a força do Egito em dominar territórios estrangeiros quanto em estabelecer relações proveitosas a partir de obtenções de gêneros locais, aqui representados pelas madeiras.

Outro ponto de discordância – e que, na verdade, gera uma certa dubiedade na interpretação de Ahrens – é referente a sua concepção de transição do governo de Tutmés I para Tutmés II. Esse autor afirma que após a morte do primeiro, os governantes levantinos rebelaram-se contra os juramentos de lealdade prestados à monarquia egípcia<sup>448</sup>. Tal ação implicaria, evidentemente, em uma tomada de posição do Egito frente a essa possível revolta de governantes aliados até então. Os ataques contra os *Shasu*, apontados anteriormente, serviriam, assim, também como uma espécie de alerta aos territórios vizinhos, seja através de uma demonstração de força que poderia ser usada contra eles seja demonstrando a importância do governo egípcio para manutenção da ordem nas rotas e em alguns assentamentos da região. O Estado egípcio, então, muito possivelmente enviou forças expedicionárias ao Levante durante o governo de Tutmés II a fim de reequilibrar a presença na área, além de se fazer notar como uma força a ser levada em consideração na diplomacia do Antigo Oriente Próximo. Em outras palavras, o governo de Tutmés II, embora possivelmente de curtíssima duração, desempenhou papel ativo na região do Levante, mantendo abertas rotas políticas, diplomáticas e econômicas. Assim, por outro lado, concordamos com Ahrens quando ele afirma que “o comércio parece ter sido o principal componente das relações entre Egito e Levante durante esse período”<sup>449</sup>. Tal argumentação, deve-se sublinhar, é também defendida por Redford<sup>450</sup>.

Outro ponto levantado por Ahrens, e que seria o motivo das “rebeliões” do norte que contestavam as lealdades prestadas à monarquia faraônica, seria a parada da “nova abordagem

---

<sup>448</sup> AHRENS, Alexander. The Early 18th Dynasty in the Northern Levant: New Finds and a Reassessment of the Sources. In: MYNÁROVÁ, Jana, ODERKA, Pavel; PAVÚK, Peter (orgs.). **There and Back Again – the Crossroads II**. Proceedings of an International Conference Held in Prague. September 15–18, 2014. Praga: Charles University, 2015. p. 361.

<sup>449</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>450</sup> REDFORD, Donald B. **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 149.

militar no ‘trato’ com os governantes do Levante”<sup>451</sup>, decorrente da morte “prematura” de Tutmés I. Conforme destacamos no capítulo anterior, entendemos a elite militar não propriamente como a manutenção de conflitos, mas como a manutenção de um discurso caracterizado em termos bélicos e com vistas a manutenção de controle sobre terras estrangeiras. Segundo essa definição, como demonstra tanto as narrativas de Ahmés Pennekhbet e de Ahmés, filho de Ebana, quanto a iconografia de Tutmés II, o discurso da guerra permaneceu forte no período em que esse último indivíduo governou. Tais discursos, principalmente os dos dois soldados, respaldam realizações efetivas em territórios asiáticos. Mas, há de fato uma mudança na abordagem.

Propondo os conflitos contra os *Shasu* como uma espécie de estudo de caso, temos que o reinado de Tutmés II optou pela manutenção e aperfeiçoamento das conexões estabelecidas pelos governos antecessores. Isso, contudo, não implica em uma parada do elemento militar como propõe Ahrens<sup>452</sup> e Redford<sup>453</sup>. Buzby, por exemplo, afirma que durante o período de Tutmés II o governo egípcio percebeu que suas relações no exterior sempre seriam alvos de contestações<sup>454</sup>, o que implicaria na continuidade de uma prática militar voltada mais à defesa das conquistas políticas, sociais e econômicas conquistadas anteriormente. Morkot, por sua vez, faz uma análise mais geral sobre o motivo pelo qual essas revoltas contra a monarquia faraônica tiveram lugar em períodos de transição entre reinados a partir de sua análise sobre a rebelião núbica, também datada do reinado de Tutmés II. Para ele, isso não estaria ligado necessariamente a uma mudança de diretrizes de governo ou a uma fraqueza específica de um monarca, mas sim ao modo como a lealdade era concebida pelos governantes relacionados com o Egito: os tratados de paz eram vigentes somente enquanto os governantes signatários estivessem vivos, sendo a morte de um deles, então, vista como um ponto de fraqueza<sup>455</sup>. Em outras palavras, abria-se a possibilidade de reconfigurar as relações de poder entre os territórios. Além disso, do lado do desenvolvimento de discurso egípcio, essas situações serviam para pontuar o monarca como o indivíduo responsável pela manutenção da ordem<sup>456</sup>.

---

<sup>451</sup> AHRENS, Alexander. The Early 18th Dynasty in the Northern Levant: New Finds and a Reassessment of the Sources. In: MYNÁROVÁ, Jana, ODERKA, Pavel; PAVÚK, Peter (orgs.). **There and Back Again – the Crossroads II**. Proceedings of an International Conference Held in Prague. September 15–18, 2014. Praga: Charles University, 2015. p. 361, tradução nossa.

<sup>452</sup> Ibid.

<sup>453</sup> REDFORD, Donald B. **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 155.

<sup>454</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. **Kaleidoscope eyes**, Sidney, p. 7, Out. 2002.

<sup>455</sup> MORKOT, Robert G. **Historical Dictionary of Ancient Egypt Warfare**. Lanham; Maryland; Oxford: The Scarecrow Press, 2003. p. 240-241.

<sup>456</sup> Ibid.

Mais uma vez, cabe ressaltar, a instituição templária de Karnak foi bastante favorecida pela continuidade da expansão de contatos – fossem eles diplomáticos ou bélicos – egípcios com outras regiões. De acordo com Bryan, os monumentos de maior destaque realizados durante o reinado de Tutmés II estão localizados em Karnak, nos quais consta a presença de sua esposa e sucessora, Hatshepsut<sup>457</sup>, representada exercendo o cargo de esposa de Amon<sup>458</sup>. Essa argumentação pode ser sustentada, para além do próprio desenvolvimento do templo, o que implica na destinação de recursos, pelos discursos desenvolvidos em âmbito oficial. A estela localizada entre Aswan e Philae – analisada com mais vagar na segunda parte desse capítulo – possui referência sobre as terras mais ao norte. Tal monumento, como bem apontou Morris em trecho analisado anteriormente, tem em seu início a afirmação de que as vitórias são concedidas para Tutmés II pelos deuses Rá e Amon, que inclusive estão “dispostos a golpear seus adversários por ele [Tutmés II]”<sup>459</sup> (Urk. IV 137, 14).

De fato, Karnak possui tão volumoso aumento em sua construção que alguns autores, como Shirley, atribuem ao reinado de Tutmés II a ascensão da instituição de Karnak<sup>460</sup>. Porém, como vimos marcando ao longo desse capítulo, o templo tebano dedicado a Amon apresenta um engrandecimento pelo menos desde o reinado de Kamés. O período governado por Tutmés II, então, marcaria um (primeiro) ápice de recursos mobilizados pela administração egípcia em torno do templo da principal divindade tebana, que auxiliava na justificação ideológica e religiosa dos confrontos com territórios estrangeiros. Ápice esse que não é um ponto fora da curva, mas o desenvolvimento do longo processo levado a cabo pelas esferas sacerdotais e demais grupos da elite. Como exemplo desse incremento por outros setores da sociedade pode-se citar a instituição da doação de terras privadas para os templos de Karnak e o mortuário de Deir el-Bahari – cuja construção Bryan defende ocorrer durante os governos de Tutmés II e Hatshepsut<sup>461</sup> – por Senenmut<sup>462</sup>, mordomo da faraó Hatshepsut, governante que será analisada logo abaixo.

---

<sup>457</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 235-236.

<sup>458</sup> Ibid., p. 235.

<sup>459</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egípcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 57, tradução nossa.

<sup>460</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 582-583.

<sup>461</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 235-236.

<sup>462</sup> KATARY, Sally L. D. The Administration of Institutional Agriculture in the New Kingdom. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 764-765.

A íntima relação entre Coroa e templo é ainda mais notória quando percebemos que mulheres pertencentes à Coroa exerciam o cargo de esposas de Amon, uma decorrência do fortalecimento do papel das rainhas, o qual data pelo menos da XVII Dinastia<sup>463</sup>. Essa era a função exercida por Hatshepsut antes de se tornar regente (c. 1479-1473 a.C.) dada a idade reduzida de Tutmés III, e, posteriormente, faraó do Egito (c. 1473-1458 a.C.). O fortalecimento do templo de Karnak durante o seu exercício de esposa de Amon, de acordo com Shirley, foi “o que certamente contribuiu para sua ascensão ao trono”<sup>464</sup>.

Mas antes de entrarmos no reinado de Hatshepsut propriamente dito cabe uma reflexão sobre a relação entre o templo de Karnak e a Coroa a partir do cargo de Esposa de Amon. Alguns pesquisadores, como Shirley, acreditam que essa posição foi estabelecida como forma da família real controlar o templo bem como suas posses<sup>465</sup>. Porém, como se pode perceber pela afirmação da própria autora, a administração tebana encontrou-se a partir da fase inicial do Reino Novo atrelada “ao aspecto secular do circuito de Amon”<sup>466</sup>. O que se nota, então, é uma via de mão dupla: a influência da Coroa sobre o templo cresce na medida em que esse também é capaz de deitar suas raízes sobre a Coroa e outros setores da administração civil. As esposas de Amon poderiam servir, assim, como o ponto de fluxo de influência em ambos os sentidos. Isso fica ainda mais evidente quando observamos que essas mulheres possuíam funções tanto voltadas ao aspecto religioso bem como ao secular no interior do templo<sup>467</sup>. Em outras palavras, adotando a perspectiva de Balandier sobre a relação dialética do poder<sup>468</sup>, quanto mais a Coroa busca obter um controle centralizado, mais brechas ela acaba por abrir para que outros grupos possam interferir, inclusive no interior da própria instituição. O templo de Karnak, nesse momento, embora não seja o único, é o exemplo mais destacado.

Quando Shirley, então, afirma que há, no início da XVIII Dinastia, uma aparente vontade por parte de Ahmés e seus sucessores em diminuir a quantidade de “homens-chave” na administração a fim de que o poder se torne cada vez mais restrito<sup>469</sup>, o que se percebe na prática das relações é justamente o oposto. As conexões estabelecidas através da unificação e das

---

<sup>463</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 582-583.

<sup>464</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>465</sup> Ibid., p. 578-580.

<sup>466</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>467</sup> POPKO, Lutz. Late Second Intermediate Period to Early New Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 5.

<sup>468</sup> BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 10-11.

<sup>469</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 578-580.



expansões de relações com territórios vizinhos é o que permite a alguns grupos justamente ascenderem no governo egípcio e adentrarem em importantes instituições. Karnak funciona como uma espécie de ponto de encontro entre os diferentes grupos sociais responsáveis pela administração egípcia, possuindo em seu interior tanto membros das elites provinciais (como é o caso dos netos de Ahmés, filho do Ebana, trazidos anteriormente) quanto da Coroa, além de apresentar funcionários seus ocupando posições administrativas tanto na esfera civil quanto do palácio desde o período de Ahmés<sup>470</sup>.

Quando Hatshepsut assume a frente da Coroa, uma vez que havia sido esposa de Amon em Karnak, cargo que herdou de Ahmés-Nefertari, sua avó, durante o governo de Tutmés I<sup>471</sup>, o templo conta com uma ampliação em número e em tipo de pessoal<sup>472</sup>. Essa ampliação demonstra dois aspectos: as relações com terras estrangeiras estavam rendendo frutos consideráveis às instituições templárias, principalmente tebanas, e havia um reconhecimento, por parte da líder da Coroa, sobre a importância que Karnak possuía para sua ascensão ao trono, dado que foi essa instituição, através de seu deus e de seu espaço, que confirmava a transição legítima do governo de Tutmés I para o de sua filha. Isso pode ser atestado, por exemplo, em duas inscrições de obelisco em Karnak.

A primeira delas é referente à herança no plano terreno, secular, onde Hatshepsut afirma que “Ele [Tutmés I] me outorgou a realeza do Vale e do Deserto. Todas as terras estrangeiras estão reunidas sob minhas sandálias”<sup>473</sup> (Urk IV 372, 1-4). Essa mesma herança aparece em plano religioso: “(Amon senhor dos tronos das Duas Terras) fez com que eu governasse o Vale e o Deserto como sua herança. Não há nenhum inimigo meu em nenhuma terra (pois) todas as terras estrangeiras são meus servos”<sup>474</sup> (Urk IV 368, 8-10). A relação entre esses dois discursos corrobora a afirmação de Troy, quem diz que Hatshepsut destacava seu papel de filha real e filha também do deus Amon, entrelaçando, assim, seu papel tanto de faraó quanto de esposa de Amon<sup>475</sup>. Essa mistura pode ser observada, por exemplo, no que se refere ao vestuário: nela, a faraó busca “encontrar um acordo entre vestimentas masculina e feminina, entre as vestimentas

<sup>470</sup> SHIRLEY, J. J. Viceroys, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. *Journal of Egyptian History*, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 89 e 91.

<sup>471</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). *The Oxford History of Ancient Egypt*. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 231.

<sup>472</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013. p. 582-583.

<sup>473</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., *El Imperio egípcio: Inscripciones*, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 62, tradução nossa.

<sup>474</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, tradução nossa

<sup>475</sup> TROY, Lana. Religion and Cult during the Time of Thutmose III. In: CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (orgs.). *Thutmose III: A New Biography*. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 132.

da esposa de um deus e daquela de um rei contemporâneo”<sup>476</sup>. Por sua vez, pode-se perceber que o templo foi capaz de ocupar um espaço não só religioso, mas mesmo aquele que concerne à legitimidade secular dos monarcas egípcios nesse momento, confirmando a linha sanguínea e uma suposta continuidade harmônica entre antecessor e sucessor.

São escassas as evidências que poderiam atestar algum tipo de campanha militar realizada durante o reinado de Hatshepsut no norte, seja enquanto regente seja enquanto faraó<sup>477</sup>. As possibilidades para esse fato são várias. Morris, por exemplo acredita que a diminuição sobre a ênfase militar nesse momento seria uma vontade da própria rainha-faraó. Hatshepsut acreditaria que tal ênfase militar refletiria mais na corregência do que em sua própria figura<sup>478</sup>. Temos nessa interpretação, mais uma vez, a vontade do faraó como a principal – quando não a única – explicação para essa possível mudança de diretriz.

Mas uma exaltação militar, tradicionalmente entendida, pode ser vista em um de seus discursos de legitimação esculpido no santuário rupestre de Speos Artemidos, dedicado a deusa Pakhet, em Beni Hassan. Na fala, realizada em primeira pessoa, Hatshepsut se atribui um papel de conquistadora:

Foi-me anunciado um período de anos como conquistadora, havendo ascendido (ao governo) como a única Hórus, lançando chamadas contra meus oponentes. Eu afastei aqueles a quem os deuses abominam e a terra engoliu seus traços. Essa era a norma dos antecessores, quem vieram (ao governo) em seu momento<sup>479</sup> (Urk. IV 390, 13-16).

O trecho em questão tem seu início fazendo alusão a uma espécie de profecia. O caráter conquistador de Hatshepsut, assim, apresenta uma atribuição divina. Além disso, a faraó também marca o reconhecimento dessa obrigação militar, uma vez que afirma que os atos militares são uma “norma dos antecessores”. A valorização do elemento guerreiro fica ainda mais aparente quando associamos a inscrição com o espaço onde foi esculpida. O templo de Speos Artemidos era dedicado à deusa Pakhet, associada a incursões voltadas ao deserto oriental. Não é o caso, evidentemente, de tomar essa inscrição como uma descrição factual de ações levadas a cabo pessoalmente por Hatshepsut. Por outro lado, ela serve para atenuar a afirmação de que Hatshepsut não se utilizou de um discurso de caráter guerreiros a fim de acentuar sua legitimação.

<sup>476</sup> MORENZ, Ludwig D.; POPKO, Lutz. The Second Intermediate Period and the New Kingdom. In: LLOYD, Alan B. Lloyd (org.). **A companion to Ancient Egypt**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2010. v. 1, p. 110-111, tradução nossa.

<sup>477</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 34.

<sup>478</sup> Ibid.

<sup>479</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egípcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 71, tradução nossa.

A possível escassez de ações tipicamente militares na região norte, assim, pode ser atribuída a uma outra hipótese. Conforme vimos anteriormente, as forças egípcias teriam ido até a região do Levante a fim de assegurar rotas de fluxos de pessoas e produtos durante o reinado de Tutmés II. Estaríamos, assim, diante de um período em que as tropas egípcias não se viam obrigadas a realizar atos de força nos territórios vizinhos do norte com tanta frequência quanto havia ocorrido durante os governos anteriores.

A completa ausência de campanhas durante o governo de Hatshepsut, porém, é atenuada por Morris a partir de alguns elementos, como referências retrospectivas a Gaza – cuja captura a autora sinaliza poder ser atribuída ao reinado de Hatshepsut<sup>480</sup> – e a Sharuhem nos *Anais de Tutmés III* e pela narrativa de um supervisor do arsenal real<sup>481</sup>. Outros autores, como Warburton<sup>482</sup>, O'Connor<sup>483</sup> e Spalinger<sup>484</sup> afirmam com menos reservas do que Morris a presença de campanhas no Levante durante o período governado por Hatshepsut. Spalinger associa essas ações à organização de provisões no corredor do Sinai<sup>485</sup>. Essa hipótese ganha reforço quando observamos a estela erigida sob o comando do escriba Nakht e que faz referência direta aos corregentes Hatshepsut e Tutmés III.

Nela, para além da legitimidade faraônica de ambos os governantes, dado que seus nomes estão em cartuchos, há a exaltação do próprio Nakht, escolhido por Hórus – isto é, pelo(s) faraó(s) – e pela própria deusa Hathor, divindade atrelada à turquesa, para realizar empreendimentos em busca dessa pedra no Sinai. Além de ser um monumento erigido em comemoração à ação bem-sucedida de Nakht no Sinai, a estela faz menção a uma lista de oferendas diárias entregues para a deusa nessa região. De acordo com Galán, nessa área, mais especificamente em Serabit el-Khadim, havia-se erguido um templo dedicado a Hathor durante o final da XII Dinastia<sup>486</sup>. Essa datação seria possível através de inscrições referentes às atividades empreendidas pelos últimos reis dessa dinastia na região<sup>487</sup>. A estela do escriba Nakht, assim, reforça não só a presença de atividades mineradoras na região do Sinai, mas

<sup>480</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 56.

<sup>481</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>482</sup> WARBURTON, David. **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**. Neuchâtel; Paris: Recherches Publications, 2001. p. 183.

<sup>483</sup> O'CONNOR, David. Thutmose III: An Enigmatic Pharaoh. In: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 27-28.

<sup>484</sup> SPALINGER, Anthony. The Organization of the pharaonic army (Old to New Kingdom). In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Brill: Leiden, 2013. p. 404-405.

<sup>485</sup> *Ibid.*

<sup>486</sup> GALÁN, José M., **El Imperio egipcio: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C.** Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 73.

<sup>487</sup> *Ibid.*

também a necessidade do abastecimento de oferendas divinas no templo dedicado a Hathor. Manter a região norte pacificada era uma necessidade do ponto de vista econômico bem como do religioso.

Buzby, por seu turno, aponta como possibilidade para explicar a ausência de rebeliões das terras tanto do norte quanto do sul durante o governo de Hatshepsut justamente a realização de expedições que fossem capaz de demonstrar a força egípcia e, assim, deixar Canaã cautelosa<sup>488</sup>. Outrossim, Morris, em um texto posterior, afirma que o maior influxo de prisioneiros provenientes do norte para Tebas pode ter seu início já durante a corregência de Hatshepsut e Tutmés III<sup>489</sup>. Isso pode ser afirmado pela grande quantidade de imagens de prisioneiros de guerra em propriedades de oficiais contemporâneos ao governo de Hatshepsut<sup>490</sup>. Essas representações dariam pistas da possibilidade de ações na região norte uma vez que enfatizam indivíduos provenientes de Mitanni. Tais prisioneiros seriam representados com orgulho por parte da elite egípcia, uma vez que “os guerreiros de Mitanni eram os mais exóticos e os mais prestigiosos inimigos de todo o antigo Oriente Próximo”<sup>491</sup>. A representação de tais prisioneiros hurritas em suas tumbas, faz com que a elite se ancore no desenvolvimento do poderio egípcio no exterior e defenda sua ativa participação na narrativa sobre domínio do mais poderoso inimigo próximo-oriental daquele período. Entre as tumbas possuidoras desse tipo de representação tem-se as de Puyemre (TT39), segundo sacerdote de Amon, Nebamun (TT145), chefe dos arqueiros, e Amenemhat (TT82), contador dos grãos de Amon e escriba do vizir, sendo todos os três contemporâneos dos reinados de Hatshepsut e Tutmés III<sup>492</sup>.

Das três tumbas mencionadas aqui duas possuem como proprietários representantes de Amon. Além desse elemento marcar a presença da instituição templária no ordenamento dos prisioneiros recebidos a partir de possíveis expedições no norte, o caso de Amenemhat é ainda mais emblemático uma vez que esse indivíduo é capaz de conectar três níveis de administração: a militar (campanha no exterior), a religiosa (contador dos grãos de Amon) e interna-civil (escriba do vizir). Temos, então, nesse período, pelo menos um indivíduo capaz de mostrar através da narrativa de sua tumba a fluidez dos cargos no Egito da fase inicial do Reino Novo. Dentro do grupo dos três indivíduos levantados (Puyemre, Nebamun e Amenemhat), temos, então, somente um que estava diretamente ligado ao uso da força, o que não impede que outras

<sup>488</sup> BUZBY, Russell. *Imperialism in Early New Kingdom Egypt. Kaleidoscope eyes*, Sidney, p. 7, Out. 2002.

<sup>489</sup> MORRIS, Ellen. *Mitanni Enslaved: Prisoners of War, Pride, and Productivity in a New Imperial Regime. In: GALÁN, José M.; BRYAN, Betsy M.; DORMAN, Peter F. (orgs.). Creativity and Innovation in the Reign of Hatshepsut*. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2014. p. 362.

<sup>490</sup> *Ibid.*

<sup>491</sup> *Ibid.*, p. 378-379, tradução nossa.

<sup>492</sup> *Ibid.*, p. 362.

instituições, através de seus oficiais, atrelem-se ao recebimento de recursos, inclusive humanos. O templo de Karnak, mais uma vez, aparece com destaque, por via de seus representantes, como uma instituição de vulto em relação às atitudes tomadas em questões estrangeiras.

A partir desses casos, e conforme demonstramos no capítulo 2, pode-se ver que a militarização não envolve necessariamente a utilização da força, mas de um discurso que reflete um pensamento sobre domínio. E nesse aspecto, tanto os discursos dos obeliscos quanto o discurso esculpido no templo de Speos Artemidos refletem essa característica, dado que do domínio já está dado, seja pelos governos anteriores ao de Hatshepsut, pela vontade dos deuses e/ou pela força da própria monarca. Mais, há fontes oficiais em que a chegada de produtos provenientes de terras estrangeiras, incluindo as do norte, continua sendo atestada. É o caso de um dos obeliscos de Hatshepsut em Karnak:

Os palestinos saem com [...] turquesas da terra de Roshaut<sup>493</sup>. Eles me trazem uma seleção de Negau (?), consistindo em madeira de pinheiro, zimbro e madeira-*meru* [...] todos os tipos de plantas típicas da Terra-de-deus<sup>494</sup> (Urk. IV 373, 1-5).

Esse fluxo de pedras preciosas e madeira atestado nesse monumento explicaria a presença de provisões constantes nas guarnições dessa região entre o Baixo Egito e Canaã. De acordo com Morris, os achados arqueológicos em Sharuhem, entre eles um jarro de abastecimento em que consta os cartuchos de Hatshepsut e Tutmés III e que atesta a presença egípcia nessa área, indicando inclusive uma ocupação efetiva por parte de habitantes egípcios<sup>495</sup>. Contudo isso não implica em um completo desaparecimento ou constante conflito com populações locais. Pelo contrário, nesse momento, aparentemente, há uma convivência pacífica e constante interação entre as tropas egípcias e os nativos<sup>496</sup>.

O fornecimento de suprimentos é usado na narrativa de Hatshepsut em Speos Artemidos para sublinhar a valorização que ela concede a sua tropa, antes relegada a uma condição de miséria: “Minha tropa, que estava indigente, tem seu mantimento desde minha aparição oficial como rei”<sup>497</sup> (Urk. IV 386, 1-2). O mantimento aqui apontado, de acordo com Galán, não está associado a uma condição de subsistência, mas de nobreza – ideia transmitida pela palavra *Sps* (Urk. IV 386, 1) aqui empregada<sup>498</sup>. Está-se, então, falando de uma “posição privilegiada [...] a

---

<sup>493</sup> Termo para referir-se a uma região do Sinai. Ver GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 62, nota 5.

<sup>494</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

<sup>495</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 40-41.

<sup>496</sup> Ibid.

<sup>497</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 71, tradução nossa.

<sup>498</sup> Ibid., p. 71, nota 4.

partir de um ponto de vista material”<sup>499</sup>. Desse modo, a Coroa, representada por Hatshepsut, busca tanto obter e manter o apoio das forças expedicionárias egípcias quanto afirmar a superioridade do governo dessa monarca com relação ao que lhe foi entregue.

As evidências arqueológicas, apontadas por autores como Morris, associadas ao texto do obelisco, então, revelam que as forças egípcias durante o governo de Hatshepsut possuíam como objetivo manter o fluxo de produtos entre Egito e o Levante, aproveitando-se das relações e das construções estabelecidas durante os governos anteriores. Nesse período o Egito realizou importantes empreendimentos mineradores no Sinai e comerciais no Líbano e na Líbia.

Quanto à parte norte do próprio Egito, o Delta aparece na inscrição de Speos Artemidos como sofrendo algumas modificações durante o governo de Hatshepsut. Cabe ressaltar que tais modificações são atreladas na narrativa da faraó à presença asiática no Baixo Egito:

Escutai todos os nobres e a numerosa multidão. Eu fiz isso como um plano de meu coração. Não dormi esquecido, mas eu reforcei o que era fraco, levantei o que estava caído desde que os semitas estavam no meio do Delta, (em) Avaris, e os nômades em meio deles, demolindo o que foi construído. Eles governavam na ausência de Rá e ele não promulgou nenhum decreto divino até o momento em que minha divina majestade ocupou o trono de Rá<sup>500</sup> (Urk. IV 390, 2-12).

Mas o que o governo de Hatshepsut gostaria de provar com isso? Acreditamos que parte da resposta esteja no próprio título que Galán dá à tradução e à discussão desse documento: “Hatshepsut: restauradora da Ordem”<sup>501</sup>. Bryan corrobora essa hipótese quando afirma que Hatshepsut ficou marcada como “restauradora da ordem depois do caos”, uma vez que foi responsável por recuperar monumentos que haviam sido destruídos na região antes dominada pelos governantes hicsos<sup>502</sup>. A monarca, aqui representando toda uma elite governante, torna-se a figura que enfim coloca ordem no mundo do Delta do Nilo, quem finaliza as construções e reformas necessárias para que a organização daquele território seja concluída. Além disso, os “semitas”, isto é, os asiáticos, são colocados como os responsáveis por destruições no Baixo Egito, buscando criar uma associação entre as ruínas observadas na paisagem e os habitantes de Canaã ou mesmo do Levante como um todo. Ao fazê-lo, somado da legitimidade, surge outro elemento igualmente importante: retira-se do Alto Egito o peso sobre os cenários de destruição que pudessem ainda existir no Baixo Egito. Em outras palavras, o que estaria em jogo nessa narrativa seria mais o apagamento do papel de Tebas nas destruições do Baixo Egito

<sup>499</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>500</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 71, tradução nossa.

<sup>501</sup> Ibid., p. 70, tradução nossa.

<sup>502</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 199-201.

do que sua atribuição propriamente aos asiáticos. Essa maior presença da Coroa, visando um melhor controle do Baixo Egito bem como o afastamento do crescente poder do sacerdócio de Amon, já pode ser constatada durante o reinado de Tutmés I. Embora seja marcado por um certo “patriotismo provinciano”, cujas raízes são tebanas<sup>503</sup>, esse último governo acaba por mudar a capital administrativa para Mênfis, tornando Tebas a capital religiosa<sup>504</sup>. É possível que justamente essa espécie de ufanismo tebano associado a uma maior presença da Coroa no Baixo Egito tenha feito com que o discurso mais positivo de Hatshepsut sobre a presença do Alto Egito nessa região fosse necessário.

Nesse templo de Speos Artemidos há também a valorização da relação entre a monarca e duas das principais divindades do período. Embora dedicado a deusa Pakhet, o trecho aqui trazido sublinha a importância de Rá, divindade que se encontrava descontente com o domínio hicsu sobre o Baixo Egito e que só voltou a exercer seu governo quando da aparição de Hatshepsut no trono do Egito unificado. Há também representações textuais de Hatshepsut como filha do deus Amon<sup>505</sup>. Dado que Heliópolis, cidade principal do culto de Rá, como foi visto anteriormente, foi uma das áreas governadas pelos hicsos, não parece ser ocasional essa dupla representação no templo. A preferência de Rá e de Amon por Hatshepsut colocam uma legitimidade divina para ambos os Egitos, sendo Rá o representante do norte e Amon o do sul.

Outro ponto que a narrativa em Beni Hassan em primeira pessoa deixa evidente é seu caráter de difusão. Logo de início há um imperativo para que tanto a elite quanto as multidões ouçam o que será proferido pela monarca. Dentro de uma perspectiva de interação, ao contrário do que se supõe tradicionalmente, o espaço do templo não é dotado somente de textos de cunho religioso ou de discursos cuja difusão não está entre os objetivos buscados. Ao levar em consideração essa disseminação do discurso, percebe-se como os templos, mesmo aqueles mais distantes de Tebas, possuem como uma de suas funções a construção de uma narrativa harmônica, conciliadora, entre o Alto e o Baixo Egito e os pontos favoráveis à perpetuação da Coroa governante, inclusive do ponto de visto cósmico-religioso.

Assim, dentro das relações com o norte, ocorridas por meio de batalhas ou de relações diplomáticas, políticas e econômicas, a oposição – ao menos discursiva – entre o Eu egípcio e o Outro asiático serviu para que Hatshepsut se conectasse a seus antecessores e, ainda, buscasse

<sup>503</sup> REDFORD, Donald B. The concept of kingship during the Eighteenth Dynasty. In: O’CONNOR, David; SILVERMAN, David (orgs.). **Ancient Egyptian Kingship**. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995. p. 167.

<sup>504</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 578.

<sup>505</sup> TROY, Lana. Religion and Cult during the Time of Thutmose III. In: CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 131.

apaziguar possíveis conflitos ainda existentes no território do Egito unificado. O discurso militar presente no templo em Beni Hassan, nesse momento, parece ter tido como alvo principal uma audiência interna do Baixo Egito a fim de criar uma memória em que Tebas surgisse de fato como a entidade responsável pela reconstrução e pelo desenvolvimento do Delta do Nilo. Esse objetivo apaziguador torna-se ainda mais latente quando nos atentamos para a rivalidade existente entre Beni Hassan e Tebas ao menos desde o Primeiro Período Intermediário (c. 2160-2055 a.C.)<sup>506</sup>. A rivalidade teria continuado ao longo do Segundo Período Intermediário, uma vez que Beni Hassan, bem como Asyut e Bersheh, apoiaram os governantes hicsos contra Tebas<sup>507</sup>.

O que se pode perceber a partir das inscrições templárias e em obeliscos bem como através dos vestígios arqueológicos, o período de governo de Hatshepsut, se não expandiu as zonas de contato do Estado egípcio com terras estrangeiras, foi capaz, assim como o seu antecessor, de manter e desenvolver as ferramentas disponíveis para contatos vantajosos com terras estrangeiras. Buzby, assim, insere o reinado de Hatshepsut no que ele definiu como uma “uma linha defensiva, de manutenção do que já se havia conquistado”<sup>508</sup>.

Redford, por seu turno, pontua que foi durante os períodos de Tutmés II e Hatshepsut que o Egito teria se aproximado de fato da Ásia<sup>509</sup>. Além do mais, esse dado implicaria na revisão de um caráter pacifista tradicionalmente atribuído ao governo de Hatshepsut – embora a ênfase desse governo, assim como de seu antecessor, estaria nas relações diplomáticas e de troca<sup>510</sup>. Sendo assim, de acordo com Spalinger, o governo de Hatshepsut é marcado por uma administração estável, ainda que indireta, na Ásia<sup>511</sup>. Warburton chega a afirmar que tamanha era a habilidade de Hatshepsut em negociar com as elites envolvidas nas políticas interna e externa egípcias que seu governo foi um importante elemento de pavimentação para o sucesso do governo de Tutmés III<sup>512</sup>. A administração externa, porém, será contestada logo após a morte

---

<sup>506</sup> MORENO GARCÍA, Juan Carlos. **The State in Ancient Egypt**. Power, Challenges and Dynamics. Londres: Bloomsbury, 2019. p. 72-73.

<sup>507</sup> Ibid.

<sup>508</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. **Kaleidoscope eyes**, Sidney, p. 7, Out. 2002, tradução nossa.

<sup>509</sup> REDFORD, Donald B. **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 149.

<sup>510</sup> Ibid.

<sup>511</sup> SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 61.

<sup>512</sup> WARBURTON, David. **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**. Neuchâtel; Paris: Recherches et Publications, 2001. p. 121.



da faraó e sua manutenção se constituirá no primeiro grande desafio para o governo que a sucede, o reinado solo de Tutmés III (c. 1457-1425 a.C.)<sup>513</sup>.

Segundo a narrativa dos *Anais de Tutmés III*, localizados no interior do templo de Karnak, logo no primeiro ano do reinado solo desse monarca as forças egípcias organizaram uma campanha contra os governantes asiáticos rebeldes ao Egito e organizados em Megiddo. De acordo com o discurso dos *Anais* tal revolta se estenderia desde Yurza, cidade próxima de Sharuhén e Gaza, até “até os confins da terra”<sup>514</sup> (Urk. IV 648, 6). Há um embate sobre se essa última teria também feito parte do movimento contra os egípcios no Levante. Adotamos, porém, a visão de Morris, que acredita que tanto Sharuhén quanto Gaza eram áreas aliadas e postos de abastecimento importantes para que a ofensiva das forças egípcias acontecesse<sup>515</sup>. O início da narrativa sobre essa primeira campanha demonstra dois pontos, um mais voltado à ordem prática da organização política no exterior e outro voltado ao caráter ideológico interno egípcio. Voltemo-nos por ora ao primeiro ponto.

Os *Anais de Tutmés III* demonstram logo no início das descrições das campanhas que havia guarnições egípcias na Ásia, o que corrobora, ao menos em parte, a narrativa da própria Hatshepsut, trazida anteriormente, sobre o papel importante que seu governo teve sobre o abastecimento das forças egípcias que mantinham contato com terras asiáticas. A existência dessas guarnições, como a de Sharuhén – mencionada no documento –, pela sequência de eventos proposta pelos *Anais*, visa justamente manter uma presença física do Estado egípcio, se não para dominação direta, ao menos para que as áreas potencialmente rivais fiquem cientes da influência egípcia no Levante.

Essa influência pautada na presença efetiva de pessoal, contudo, criaria uma necessidade constante de demonstrações de poder e, ao mesmo tempo, faria com que os territórios asiáticos ficassem a par dos eventos políticos importantes que ocorriam no próprio Egito, como a morte de seu monarca. A rapidez com que os asiáticos se organizaram para contestar a influência egípcia na região demonstra a agilidade com que as informações circulavam de uma área para a outra, bem como a ausência de um controle sobre quais informações deveriam ser permitidas de circular.

---

<sup>513</sup> Apesar de seu reinado solo ter início somente por volta de 1457 a.C., Tutmés III faz sua datação desde o período da corregência, o que explica, por exemplo, a primeira campanha do primeiro ano de reinado solo estar escrita como executada a partir do ano de reinado 22.

<sup>514</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 79, tradução nossa.

<sup>515</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 55-56.

Embora houvesse a presença de guarnições, a ausência de um controle direto durante os reinados anteriores, como apresentamos durante o debate bibliográfico, indica duas possibilidades de interpretação. A primeira, mais tradicional, está associada ao aspecto do trauma de uma nova invasão asiática. Essa ideia está presente, por exemplo, em Redford, quando esse analisa a política expansionista do governo de Tutmés III como uma reação ao crescimento das forças de Tunip e Kadesh na Síria-Palestina<sup>516</sup>. Em outra oportunidade, Redford afirma que a morte de Hatshepsut teria aberto espaço para que “um novo assalto ao Egito pelos herdeiros espirituais dos ‘governantes estrangeiros’ [hicsos] do século XVII a.C.” fosse realizado, contando inclusive com o apoio de Kadesh, Tunip e Mitanni<sup>517</sup>. Dentro dessa lógica as guarnições anteriores serviriam como uma espécie de barreira contra possíveis ataques advindos do norte, e a rebelião na fase de transição monárquica seria a confirmação dessa possibilidade de ofensiva.

A outra possibilidade está baseada numa alteração do que seriam as forças egípcias em território estrangeiro. Essa hipótese encontra respaldo a partir da análise de Galán sobre o significado do termo *nxt* – comumente traduzido como “vitória”. De acordo com esse pesquisador, esse termo é usado em diversos contextos, “adotando diferentes nuances de acordo com a situação”, não tendo associação intrínseca com valores violentos<sup>518</sup>. Nessa perspectiva, as tropas egípcias exerciam não só ações de proteção ou voltadas a punições, mas também estabeleciam contatos de caráter diplomático com territórios estrangeiros<sup>519</sup>. Inserindo essa abordagem na presença de guarnições egípcias no território do Levante, pode-se concluir que essas tinham funções ligadas a elementos mais pacíficos, voltadas à garantia de fluxo de produtos de uma área para outra. Assim, as guarnições não estavam baseadas em um medo reativo a possíveis invasões de chefes estrangeiros, como proposto tradicionalmente, mas em uma obtenção de benefícios que fluíam para o Egito a partir de terras estrangeiras.

Quanto ao segundo ponto, o aspecto ideológico egípcio, percebe-se na primeira campanha dos *Anais de Tutmés III* a associação do faraó à manutenção da ordem. Tal ordem, porém, altera seu foco. Se na inscrição templária de Speos Artemidos referente a Hatshepsut há uma tentativa de reconstrução da ordem no Baixo Egito, na narrativa inicial sobre a primeira campanha dos *Anais* há um foco sobre o próprio território estrangeiro:

---

<sup>516</sup> REDFORD, Donald B. **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 155.

<sup>517</sup> REDFORD, Donald B. The Northern Wars of Thutmose III. In: CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (orgs.). *Thutmose III: A New Biography*. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 300, tradução nossa.

<sup>518</sup> GALÁN, José M. **Victory and border**: Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty. Hildesheim: Gerstenberg, 1995. p. 8, tradução nossa.

<sup>519</sup> *Ibid.*, p. 99-100.

De fato, por um período de tempo de muitos anos [... estava abandonado ao saque, cada homem [enganando] seu semelhante [...]. Ocorreu na época [de outro], a guarnição que estava ali (agora) estava na cidade de Sharuhen. De Yurza até os confins da terra eles se rebelaram contra sua majestade<sup>520</sup> (Urk IV 648, 2-6).

De acordo com a reconstituição de Redford, o território que se encontrava em desordem, “abandonado ao saque” e a outros tipos de elementos negativos era Retenu<sup>521</sup>. Embora a tradução realizada por Galán não faça alusão nesse trecho a Retenu, isto é, a um topônimo genérico referente a regiões do Levante, o contexto nos leva a crer que se está narrando uma situação encontrada no território estrangeiro mais ao norte. Associa-se então, a rebelião ao caos que era gerado no território a ser invadido por forças egípcias. É uma área a ser pacificada, incluída na ordem cósmica e terrena do Egito. O que se nota, em outras palavras, é que há uma busca não pelo isolamento do Egito com relação a seus territórios vizinhos, mas o acolhimento desses territórios a fim de que esses participem, das mais diversas formas, da ordem gerada a partir do Estado egípcio. Essa hipótese é reforçada pelo trecho inscrito no Sexto Pílo de Karnak, trazido anteriormente, onde os chefes sediados em Megiddo e derrotados pelo Egito pedem para o faraó tanto o alento da vida quanto uma oportunidade para que contribuam com o Tesouro egípcio.

Outro ponto ilustrado pelo Sexto Pílo e também presente nos *Anais* é realmente uma atuação direta sobre a administração dos territórios do Levante pós-batalha de Megiddo. Nesse aspecto, se comparadas fontes do reinado de Tutmés III às documentações dos outros governos aqui analisados, há de fato uma mudança de perspectiva, ou pelo menos de destaque, por parte do governo egípcio nos territórios asiáticos.

Há o aparecimento nas fontes, nomeadamente no Sexto Pílo e nos *Anais*, da indicação dos governantes estrangeiros por parte do monarca egípcio a partir de uma cerimônia. Após a batalha, na qual o faraó aparece como superior aos governantes estrangeiros, o que resulta em sua vitória, esses últimos aparecem carregando produtos, prostrando-se diante do rei egípcio e pedindo-lhe o alento da vida. Tutmés III, por sua vez, aparece recebendo tais produtos, concedendo tal alento e fazendo com que esses indivíduos retornem a suas cidades enquanto governantes (re)nomeados pelo Estado egípcio.

Embora o alento da vida concedido a terras estrangeiras e o reconhecimento do poderio faraônico esteja presente já em fontes de governos anteriores – como na estela de Tombos de

<sup>520</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 79.

<sup>521</sup> Tradução em inglês em REDFORD, Donald B. **The Wars in Syria and Palestine**. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 9.

Tutmés I e no templo de Deir el-Bahari de Hatshepsut – não há menção sobre a nomeação dos governantes estrangeiros por parte do monarca. Essas novas narrativas podem indicar que, de fato, a rebelião levantina centrada em Megiddo provocou uma mudança da perspectiva egípcia sobre o modo como deveria se lidar com os territórios mais ao norte. Evidentemente, tal mudança só foi possível graças ao fortalecimento das próprias tropas egípcias e de estruturas garantidoras de segurança e abastecimento.

Como exemplo importante desse desenvolvimento já ocorrido em governos anteriores pode-se citar Tjaru, capturada logo nos primórdios da XVIII Dinastia e cuja reorganização passou por um repovoamento. É dessa cidade que sai a campanha egípcia contra Megiddo. Assegurar a lealdade do Delta, bem como das cidades levantinas de Gaza e Sharuhén, era, assim, fundamental na composição de uma força egípcia capaz não só de efetivamente derrotar seus inimigos mais ao norte, mas também de tornar sua presença mais frequente e mais prática em sua demonstração.

Essa maior frequência pode ser atestada pela média de uma campanha no Levante a cada 1,2 anos durante o reinado solo de Tutmés III<sup>522</sup>. Os *Anais* demonstram um poder egípcio que se estenderia, conforme as execuções das campanhas, desde Yurza até Naharin, evidentemente com variações de relações estabelecidas. Há, inclusive, a elaboração de uma estela na região do Eufrates, próxima àquela erigida por Tutmés I, seu avô, no ano 33 do reinado de Tutmés III (c. 1447 a.C.). Através desse monumento, o governo de Tutmés III iguala-se em sucesso ao que havia sido realizado por Tutmés I. Porém, as listas presentes nos *Anais* referentes aos produtos obtidos, bem como sobre as relações diretas de controle, destacam as ações do período de Tutmés III no Levante, tornando esse monarca – bem como seus oficiais – superior em realizações.

Mesmo a narrativa sobre a caçada de elefantes realizada pelo neto parece ter sido pensada para superar Tutmés I. Tutmés III na estela de Gebel Barkal – também conhecida como Napata – afirma que caçou uma manada de 120 elefantes em Niy, mesmo local da ação feita por seu avô. Conforme dito anteriormente, tal caçada simbolizaria não somente a habilidade de caçada do monarca, mas também a adoção de uma prática dos governantes locais com vistas a facilitar a legitimação do monarca na área. Isso fica ainda mais evidente na medida em que, logo após a narrativa sobre os elefantes, o monarca egípcio afirma que Amon “havia ordenado”

---

<sup>522</sup> O’CONNOR, David. Thutmose III: An Enigmatic Pharaoh. In: CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 5.

para ele “as terras de Retenu na primeira campanha”<sup>523</sup>. Nesse momento da estela de Gebel Barkal, então, percebe-se um processo de legitimação de conquista que tem em si imbuídos elementos internos e externos. Ao afirmar que tamanha façanha nunca havia sido alcançada por outro monarca egípcio “desde (os tempos) do deus, desde os primeiros que tomaram a coroa branca”<sup>524</sup>, a estela busca reafirmar não só a habilidade inédita individual do monarca, mas também o ineditismo da extensão das relações estabelecidas de forma vantajosa para o Egito, mais especificamente para o Alto Egito, simbolizado através da coroa branca.

Cabe sublinhar, por outro lado, que essa façanha aparece em outra fonte, de caráter não faraônico e que acaba por ser nuançada em relação ao feito heroico e individual do rei. O general Amun-em-heb na autobiografia de sua tumba (TT85) afirma ter salvo a vida do monarca durante esse empreendimento de Niy, quando “o maior elefante entre eles começou a atacar Sua Majestade”<sup>525</sup> (Urk. IV 895, 16-17), sendo por isso recompensado com tecidos. Assim, esse oficial salva tanto o indivíduo monarca quanto o símbolo de poder do próprio Egito. Amun-em-heb se ancora na própria construção de legitimidade monárquica perante os povos estrangeiros do norte. Em outras palavras, essa narrativa é uma espécie de metáfora para a relação entre os indivíduos (Amun-em-heb e Tutmés III) e as instituições que representam (exército e Coroa): o poder faraônico só consegue ser exercido porque a instituição militar segue o faraó e executa ações que o representante máximo do palácio não consegue ser bem-sucedido sozinho. O Levante é dominado porque, além do monarca, havia outros oficiais egípcios prontos a fazer com que a região se submetesse. Mas, evidentemente, a elite detentora das armas não o faz por lealdade cega ou confiança total no mandato divino do rei. Observando mais uma vez a narrativa da tumba de Amun-em-heb percebe-se que, assim como Ahmés, filho de Ebana, e Ahmés Pennekhbet, o oficial contemporâneo ao reinado de Tutmés III sublinha suas ações que resultam em rendas humanas, materiais e animais para o Egito e as recompensas obtidas. A autobiografia de Amun-em-heb, então, demonstra justamente a imbricação dos discursos de legitimidade via ação armada direta e via recursos simbólicos que possibilitam o reconhecimento de uma administração egípcia em territórios do norte.

A imbricação entre discursos pode ser respaldada através de evidências arqueológicas. Há um aumento de construções voltadas a administração egípcia na região do Levante. Pode-se citar, por exemplo, o oficial Minmés, o qual afirma, em sua estátua localizada no templo de

<sup>523</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 121, tradução nossa.

<sup>524</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

<sup>525</sup> Tradução em inglês em REDFORD, Donald B. **The Wars in Syria and Palestine**. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 169, tradução nossa.

Montu em Medamud, ter definido impostos que deveriam ser pagos anualmente pelos territórios do Levante, listando inclusive os produtos esperados. Gnirs aponta que Minmés, assim como o comandante de guarnição Djehuty, possuía o título de supervisor de entrada para o país do norte, o qual sublinha o poder de seu portador sobre o que ou quem entra e sai do território levantino<sup>526</sup>. Tal poder estaria também disponível ao vizir – cargo possuído nesse período por Rekhmira. De acordo com Morris o vizirato do sul era “provavelmente informado sobre todos que entravam ou saíam da fortaleza em qualquer direção bem como sobre a passagem de migrantes ou fugitivos na vizinhança próxima”<sup>527</sup>.

Além disso, o monumento de Minmés faz referência a novos ataques na região, mais especificamente em Takeshi. Redford em sua reconstituição do texto, associa Minmés à própria ação militar. Segundo a tradução desse autor, o oficial afirma: “Liderei o renomado exército do rei”<sup>528</sup> (Urk. 1442, 19). Dessa forma, a estátua demonstra a relação desse indivíduo com as duas principais formas de obtenção de produtos estrangeiros por parte do Egito nesse momento, além da íntima relação entre o uso das instituições civis e militares nos territórios estrangeiros.

A mesma combinação entre elementos militares e administrativos pode ser observada na autobiografia da estela da tumba de Intef (TT 155), arauto durante o governo de Tutmés III. Esse oficial afirma ter não só presenciado as ações do rei, mas também ter liderado tropas e organizado o acampamento militar do monarca. Através das autobiografias de Ahmés, filho de Ebana, e Ahmés Pennekhbet também sabemos que o arauto é responsável por premiar os soldados cujo desempenho tenha sido bastante satisfatório durante as ações levadas a cabo pelas forças egípcias. Somado a isso, Intef afirma também ter estabelecido em terras estrangeiras aquilo que elas deveriam entregar aos cofres do Egito.

No que se refere à administração direta da terra estrangeira, Gnirs afirma que Intef esteve envolvido na apropriação dos edifícios locais e no seu restabelecimento a partir de padrões egípcios<sup>529</sup>. Mesmo os palácios utilizados pelo monarca egípcio em suas expedições ao Levante – momento em que as cidades-Estado da região atuavam como “quartéis gerais

---

<sup>526</sup> GNIRS, Andrea M. Coping with the army: the military and the state in the New Kingdom. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 697.

<sup>527</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 158, tradução nossa.

<sup>528</sup> Tradução em inglês em REDFORD, Donald B. **The Wars in Syria and Palestine**. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 9, tradução nossa.

<sup>529</sup> GNIRS, Andrea M. Coping with the army: the military and the state in the New Kingdom. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 695.

egípcios”<sup>530</sup> – parecem terem sido posteriormente aproveitados para hospedarem a administração egípcia no local<sup>531</sup>.

Mas a demonstração da força, como dito anteriormente, não é a única forma de atestar presença em uma região dominada. Nem o é a administração civil prática. É preciso também lançar mão de elementos simbólico-religiosos. É o caso, por exemplo, do templo dedicado a Hathor em Biblos, empreendimento que também conta com a atuação de Minmés<sup>532</sup>. De acordo com Morris, esses templos exerciam um papel econômico fundamental tanto em nível local quanto em nível mais amplo<sup>533</sup>. O tesoureiro Sennefer, mencionado anteriormente, a partir da autobiografia de sua tumba (TT 99), aparece como elemento de conexão entre o religioso e o econômico, dado que realiza a entrega de produtos para o templo de Hathor, senhora de Biblos, em troca de vida, prosperidade e saúde para o monarca egípcio e tipos de madeira da região. Tal templo de Hathor em Biblos, associado a outras construções como o templo de Tunip dedicado a deuses egípcios e o armazém de oferendas dedicado a Rá-Horakhty e Amon, todas associadas a empreendimentos de construção de Minmés, demonstra a iniciativa do Estado egípcio nesse período em estabelecer seus próprios deuses na fronteira mais ao norte<sup>534</sup>. O armazém dedicado Rá-Horakhty e Amon é citado nos *Anais de Tutmés III* recebendo bois, vacas e aves em nome de Tutmés III, o que indica ou uma circulação de via dupla entre Egito e Levante ou um consumo dos produtos obtidos nas terras estrangeiras do norte na própria região.

Mas a administração com relação a elementos da política exterior não é realizada somente nos territórios submetidos ou com os quais se estabelece alguma forma de relação. As documentações do período, tanto oficial quanto das autobiografias de alguns funcionários, ressaltam a chegada de comitivas estrangeiras no próprio Egito. É o caso da autobiografia do sumo-sacerdote de Amon em Karnak, Menkheperaseneb (TT 86), na qual afirma-se que os chefes de Keftiu, Kadesh, Hatti e Tunip vão em comitivas, prostram-se diante do monarca egípcio e entregam a ele produtos típicos de suas terras em troca do alento da vida. Mas o discurso, embora tenha esse caráter diplomático, contém também referência a situações de violência, como a afirmação de que as forças egípcias teriam destruído as terras de Mitanni “(de tal forma que) seus chefes estão (agora) em covas”<sup>535</sup> (Urk. IV 931, 3).

---

<sup>530</sup> Ibid., tradução nossa

<sup>531</sup> Ibid.

<sup>532</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 119-120.

<sup>533</sup> Ibid., p. 120-121

<sup>534</sup> Ibid., p. 214-215.

<sup>535</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 135, tradução nossa.

Mas esses produtos, cabe ressaltar, não necessariamente permanecem nas mãos da Coroa. Ainda seguindo a narrativa de Menkheperaseneb, esse indivíduo, enquanto sumo-sacerdote de Amon em Karnak, afirma em determinado ponto de sua autobiografia ter sido o encarregado de receber os produtos que o monarca egípcio envia para Amon. Produtos esses derivados de vitórias, *jnw n nxt* (Urk. IV 930, 11), alcançadas pelo Egito no exterior. Deve-se ter em mente que tais produtos apresentados como *jnw*, presentes, diferem daqueles caracterizados nos *Anais de Tutmés III* como *bAkw* (Urk. IV 647, 9; 694, 6; 695, 9; 696, 5), traduzido comumente como tributos, e *HAK* (Urk. IV 647, 8; 659, 14), traduzido como butim. O termo *bAkw* está empregado nos *Anais* para fazer referência, por exemplo, a regiões genéricas como terras estrangeiras, *xAswt* (Urk. IV 647, 9), além de Kush (Urk. IV 694, 6), Wawat (Urk. IV 695, 9) – essas duas últimas regiões núbias serão discutidas no capítulo seguinte – e núbios, *nHsy*, em geral (Urk. IV 696, 5), enquanto *HAK* faz referência aos produtos obtidos como resultado direto da batalha (Urk. 659 14), estando também presente em referências a topônimos genéricos como *xAswt* (Urk. IV 647, 8). Essa diferenciação qualitativa marca também as diferentes formas como os produtos chegaram aos cofres egípcios, embora todos eles estejam associados à *nxt* do rei<sup>536</sup>.

Tendo em mente que o termo vitória, *nxt*, como dito anteriormente, possui significados bastante amplos e diversificados, sabe-se que esses produtos não necessariamente estão relacionados a sucessos bélicos. É possível sustentar essa amplitude de significado nesse trecho da autobiografia de Menkheperaseneb através de alguns topônimos mencionados, como Keftiu, região localizada no Egeu, e Hatti. Sabe-se que nesse período o Estado egípcio não havia sido capaz – se alguma vez tentou – conquistar de fato essas duas regiões. As vitórias, então, estariam relacionadas a ações comerciais e diplomáticas bem-sucedidas com esses dois territórios.

Os próprios *Anais de Tutmés III* silenciam sobre um possível conflito entre Egito e Keftiu. O que essa fonte oficial menciona são produtos produzidos em – ou através das técnicas de – Keftiu, como barcos e jarros, a partir da região de Djahi, outro topônimo genérico relacionado à Síria Palestina. Sendo assim, a diplomacia com a região do Egeu dependia em certa medida, ao menos em um primeiro momento, da presença do Egito na região do Levante.

A autobiografia do vizir Rekhmira também deixa pistas sobre uma ausência de conquista efetiva com relação ao Egeu. Sobre Keftiu esse oficial diz o seguinte:

---

<sup>536</sup> GALÁN, José M. **Victory and border**: Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty. Hildesheim: Gerstenberg, 1995. p. 99.



(b) Chegada em paz dos chefes de Keftiu e das ilhas do meio do mar, prostrando-se e inclinando a cabeça, devido aos poderes de sua majestade, o rei do Egito Menkheperre – que se lhes conceda vida para sempre! Ao ouvir (sobre) suas vitórias em todas as terras estrangeiras, seus produtos estão sobre suas costas e solicitam que se lhes conceda o alento da vida para estar sobre a água de sua majestade<sup>537</sup>, para conseguir que seus poderes lhes protegessem<sup>538</sup> (Urk. IV 1098, 14-1099, 3).

O que se coloca, em primeiro lugar, corroborando a narrativa de Menkheperaseneb, é a ida de uma comitiva de uma sociedade do Egeu para o Egito. Obedecendo ao cânone, há também gestos de submissão atribuídos a esse grupo de estrangeiros em reconhecimento do poder do monarca. Mas como esse poder torna-se conhecido por parte da população de Keftiu? De acordo com a narrativa de Rekhmira, Keftiu ouve sobre as vitórias do monarca egípcio em terras estrangeiras. A escolha pelo verbo “ouvir”, *sDm* (Urk. IV 1098, 16), ao invés de “ver”, *mA*, segundo Galán, não é fortuita. De acordo com esse autor, ao afirmar que os indivíduos de Keftiu ouviram sobre os feitos do Egito, a autobiografia de Rekhmira sustenta que eles não foram testemunhas diretas das ações egípcias, mas tomaram conhecimento delas “por referências de informadores e mercadores”<sup>539</sup>.

Outra forma de obter essa informação sobre o poderio egípcio seria justamente o ouvir no local e dos indivíduos que estão envolvidos de alguma forma nessa presença do Egito no Levante, sejam egípcios sejam nativos do Levante. Nessa hipótese, mais uma vez, a presença de representantes egípcios na região é fundamental, não só para manter um pretense controle sobre o território sírio-palestino, mas também para efetivamente marcar a posição do Estado egípcio como importante figura diplomática da região do Mediterrâneo Oriental no período em questão. Seria essa influência em territórios estrangeiros, agora com uma presença mais efetiva, de acordo com a tumba de Rekhmira, que justamente teria feito com que Keftiu se visse impelido a praticar relações diplomáticas com o Egito.

Essa mesma política diplomática parece ter surtido efeito em alguns territórios mesopotâmicos, como Assur e Babilônia. Nos *Anais de Tutmés III* essas regiões são descritas como enviando ao Egito lápis-lazúli – tanto trabalhado quanto bruto – e jarros. Embora os *Anais* façam referência somente ao que foi entregue, sabe-se que o Egito também enviou para essas duas áreas alguns produtos<sup>540</sup>, estabelecendo, assim, uma via diplomática que será

<sup>537</sup> “Ou seja, para ser leais ao faraó, para não o enfrentarem e poderem estabelecer assim relações comerciais”. Ver GALÁN, José M., *El Imperio egipcio*: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 143, nota 4, tradução nossa.

<sup>538</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, p. 143, tradução nossa.

<sup>539</sup> *Ibid.*, p. 143, nota 3, tradução nossa.

<sup>540</sup> MORRIS, Ellen. *The Architecture of Imperialism*. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 121-122.

extremamente importante no Período de Amarna, mas que, a curto prazo, estabeleceu uma aliança entre os assírios e os egípcios contra Mitanni<sup>541</sup>. Além disso, a Coroa estabeleceu alianças com o próprio território sírio-palestino a partir de outros elementos mais diplomáticos, como casamentos<sup>542</sup>. Prova desse último elemento é uma tumba tebana onde foram encontradas três princesas sírias, levadas ao Egito a fim de se tornarem esposas secundárias do monarca<sup>543</sup>. Os *Anais*, assim, mencionam em diferentes momentos de sua narrativa as consequências das vitórias, *nxtw*, do rei egípcio<sup>544</sup>. Consequências essas que fazem com que sejam enviados e recebidos diplomatas de diferentes territórios ao longo do Egito e do Oriente Próximo<sup>545</sup>, implicando em uma avaliação e reconhecimento de forças entre as diferentes entidades políticas envolvidas.

Para que esse mecanismo diplomático funcionasse, então, era necessário também estabelecer estruturas administrativas na região do Levante. Há, por exemplo, nos *Anais de Tutmés III* constantes menções a produtos obtidos através do Líbano a partir do próprio território libanês. Tal pode ter sido feito através de uma fortaleza erigida ao final da primeira campanha, cujo nome era Menkheperre-subjuga-estrangeiros<sup>546</sup>, *mn-xpr-ra waf SmAw* (Urk. IV 740, 1). De acordo com Morris, a escolha da região do Líbano para a construção de tal edifício deve-se tanto aos tipos de madeira presentes na região quanto aos portos e passagens terrestres que passam por ela<sup>547</sup>. Embora sua localização não seja ainda definida, supõe-se que o mais provável é que a fortaleza tenha sido construída ao sul de Biblos<sup>548</sup>.

Essas construções e organizações administrativas em território levantino e a extensão das relações diplomáticas que chegam mesmo à Mesopotâmia, são comumente vistas como um ponto de virada da política estrangeira egípcias: passa-se de aparições esporádicas voltadas ao massacre a uma presença mais duradoura e burocraticamente estruturada<sup>549</sup>. Embora a questão do massacre, como foi visto anteriormente, deva ser mais nuançada, a política durante o

---

<sup>541</sup> Ibid.

<sup>542</sup> Ibid.

<sup>543</sup> PANAGIOTOPOULOS, Diamantis. Foreigners in Egypt in the Time of Hatshepsut and Thutmose III. In: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 389.

<sup>544</sup> GALÁN, José M. **Victory and border**: Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty. Hildesheim: Gerstenberg, 1995. p. 83.

<sup>545</sup> Ibid.

<sup>546</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 121.

<sup>547</sup> Ibid.

<sup>548</sup> Ibid.

<sup>549</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 5-6.

governo de Tutmés III concentra-se no estabelecimento de conexões políticas, sociais e econômicas.

A valorização de trocas outras que não o simples massacre pode ser atestada em algumas listas presentes nos *Anais de Tutmés III*. Isso pode ser feito através da comparação entre o número de mãos capturadas – o que implica na morte dos indivíduos – e de cativos. Na primeira campanha (ano 22), realizada contra Megiddo e seus aliados, são registrados 340 prisioneiros e 83 mãos, enquanto na expedição realizada no ano 42 em Retenu são registrados 691 prisioneiros e 29 mãos. Ainda que aqui se tenha o elemento da violência presente através da captura dos indivíduos, a matança não parece ter sido a regra. A morte era calculada ao necessário a fim de conter o controle bem como para que a organização das entidades políticas afetadas continuasse funcionando em proveito egípcio. Além de trazidas por processos coercitivos, de acordo com Panagiotopoulos, as populações estrangeiras passaram a circular com maior frequência pelo território egípcio durante os períodos de Hatshepsut e Tutmés III com vistas a se estabelecer e trabalhar<sup>550</sup>. Isso provocaria uma maior relação entre os egípcios e povos estrangeiros, os quais traziam consigo “uma ampla matriz de seus próprios produtos, ideias e crenças”<sup>551</sup>.

A própria composição dos *Anais de Tutmés III*, como estão inscritos no templo de Karnak, parece ter um caráter mais contábil do que propriamente heroico. Há, de fato, menções sobre os atos do faraó e das forças egípcias em terras estrangeiras, principalmente no que se refere à primeira campanha – constantemente lembrada ao longo de todo o governo de Tutmés III em vários monumentos oficiais. Porém, em sua maior parte, tal documento é formado por listas de produtos que chegam ao Egito e, mais especificamente, ao templo de Amon em Karnak. Essa preocupação mais voltada aos produtos obtidos do que propriamente nas realizações egípcias é confirmada pela própria inscrição, quando ela afirma o caráter seletivo do que se está nas paredes. De acordo com ela, há um rolo de couro, armazenado também no templo de Karnak, no qual se encontram as ações de forma mais detalhadas. Para os fins buscados pelo templo, no entanto, tais feitos não são prioridade.

Mas quais seriam os objetivos do templo em manter uma inscrição de considerável tamanho em suas paredes? Se analisarmos a partir de uma perspectiva baseada no despotismo asiático, veríamos um templo que está meramente exercendo sua função enquanto receptáculo das afirmações do monarca egípcio. A instituição templária estaria, assim, distante de ter uma

---

<sup>550</sup> PANAGIOTOPOULOS, Diamantis. *Foreigners in Egypt in the Time of Hatshepsut and Thutmose III*. In: CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 370-371.

<sup>551</sup> *Ibid.*, tradução nossa.

agenda própria. Porém, como vimos demonstrando ao longo deste capítulo, esse não é o caso do templo de Karnak.

Para ver como os resultados atrelados ao templo são mais importantes na narrativa dos *Anais*, para além do próprio texto, é preciso atentar aos diferentes suportes em que as distintas versões do texto estão feitas. Enquanto aquela voltada às ações de batalha é confeccionada em couro, a versão que sublinha as longas listas de recursos materiais e humanos obtidos está feita em pedra. Para além das listas, há também a enumeração de novos rituais que foram incorporados no templo de Amon a partir do período de Tutmés III e mesmo de três cidades levantinas foram nominalmente entregues ao templo: Yeno'am, Nugas e Harenkaru, obtidas já na primeira campanha. Os tributos anuais, *bAkw n Xrwt rnpt* (Urk. IV 744, 7), seriam usados para construções templárias voltadas ao culto de Amon.

O que se nota é que as campanhas de Tutmés III no Levante promovem um impacto significativo tanto no Estado egípcio quanto em seus oficiais. A entrada de produtos por vias que envolviam tanto um aparato quanto um discurso militar acaba por interferir na própria identidade das elites egípcias. De acordo com Shirley, durante o reinado de Tutmés III o elemento militar tornou-se fundamental para a construção de identidade dos membros das camadas sociais mais altas<sup>552</sup>. Isso pode ser atestado pelo fato de que muitos oficiais que exerciam cargos prioritariamente civis enfatizavam em suas autobiografias os feitos relacionados ao setor militar<sup>553</sup>. Embora não esteja ligado diretamente a atribuições de cargos mais elevados, deve-se levar em consideração que a prestação de serviços militares no exterior resultava em importantes recompensas<sup>554</sup>, como se pode observar pelas listagens de recompensas realizadas por Amun-em-heb na autobiografia em sua tumba. No período de Tutmés III, o que se nota em Sheikh Abd el-Qurna é a preponderância de tumbas de oficiais ligados à esfera militar<sup>555</sup>, o que demonstra o enriquecimento desse grupo durante o período marcado pela expansão de fronteiras.

A expansão de fronteiras também é bastante significativa para o templo de Amon em Karnak, principal responsável pelo culto da divindade patrona de Tebas e da Coroa que agora governa o Alto e o Baixo Egito e regiões vizinhas. No período de Tutmés III há um aumento bastante considerável de oferendas pessoal e propriedades templárias. Essa última era resultado

---

<sup>552</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 585-586.

<sup>553</sup> Ibid.

<sup>554</sup> Ibid.

<sup>555</sup> Ibid., p. 589.

de doações privadas – conforme foi dito acima, estabelecidas pelo oficial Senenmut durante o reinado de Hatshepsut – , associadas, evidentemente, com aquelas feitas pelo Estado<sup>556</sup>, responsável por atribuir ao templo de Karnak, segundo estelas e inscrições templárias, “campos fornecedores de grãos, jardins e vinhedos que fornecem vegetais, flores e vinho”<sup>557</sup>. Esse enriquecimento templário, o qual incluíam também produtos derivados de butins e tributos, possuía reflexos também na produção do Estado egípcio<sup>558</sup>. Morkot, por exemplo faz referência, através das tumbas de Rekhmira, Intef (TT 155) e Qenamun (TT 93) – esse já contemporâneo ao reinado de Amenhotep II (c. 1427-1400 a.C.) –, à produção de armas realizada no templo de Karnak<sup>559</sup>. A tumba de Rekhmira, além disso, faz referência à produção de tecidos em Karnak, da qual seria Rekhmira um dos supervisores.

Mas, como demonstram os próprios *Anais*, os resultados materiais e simbólicos e as políticas egípcias no exterior não se limitaram somente a territórios mais ao norte. As áreas ao sul, principalmente a Núbia, foram fundamentais na elaboração do governo do início do Reino Novo. Tais localizações serão o foco do próximo capítulo.

#### 4.1.2.1 Balanço

Durante esse momento de expansão egípcio rumo ao norte temos, então, que as campanhas tornam-se mais frequentes a partir do reinado de Tutmés I, indivíduo que representa justamente a ascensão de uma elite militar ao escalão representativo mais alto da sociedade egípcia.

Há já durante o reinado de Tutmés I uma inserção política egípcia no Levante, como se pode perceber pela caça de elefantes, atividade da realeza local, efetuada por ele na região. Tal feito marca também uma divisão parcial de influências entre Egito e Mitanni no Levante, potências então concorrentes. Em outras palavras, o que está em jogo não é mais a capacidade de fazer incursões esporádicas no norte, mas exercer ali alguma forma de controle e influência, diretos ou indiretos, com vistas a desfrutar das circulações de produtos. Apesar da relativa escassez de fontes que tratam sobre a relação dos períodos de governo de Tutmés II e Hatshepsut no Levante, parece seguro dizer que eles herdaram do governo de Tutmés I um cenário de trocas e circulação, que foi mantido assegurado também nesses dois períodos, como

<sup>556</sup> HARING, Ben. The Rising Power of the House of Amun in the New Kingdom. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 621.

<sup>557</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>558</sup> MORKOT, Robert G. War and the Economy: the International ‘arms trade’ in the Late Bronze Age and after. In: SCHNEIDER, Thomas; SZPAKOWSKA, Kasia (orgs.). **Egyptian Stories**. A British Egyptological Tribute to Alan B. Lloyd on the Occasion of His Retirement. Münster: Ugarit-Verlag, 2007. p. 172.

<sup>559</sup> Ibid.

pode ser observado na narrativa de Ahmés Pennekhbet sobre ações contra os Shasu. Apesar das ofensivas não serem a marca desses dois últimos governos, não se deve perder de vista que o discurso militar prevalece nas fontes, tanto oficiais quanto privadas, o que demonstra não só o modo como se pensava boa parte das interações quanto o caráter legitimador do discurso voltado ao bélico.

A nova e última atribulação do Estado egípcio na Ásia ocorre durante o governo solo de Tutmés III, período em que os egípcios realizam campanhas constantes no Levante a fim de se estabelecerem como poder definitivo na região e assegurarem o fluxo de riquezas a partir das rotas saídas dali. Embora seja esse o reinado marcado por tais ações frente aos levantinos e mesmo entre Mitanni, estabelecendo uma administração mais direta sobre os territórios ocupados no norte, conforme demonstramos ao longo desse tópico, os períodos anteriores foram os responsáveis por assegurarem a harmonia política e social necessária para que o poder egípcio pudesse se contrapor a contestações e mesmo avançar contra territórios anteriormente distantes do alcance da Coroa faraônica. O que se nota nesse período, com maior ênfase do que nos períodos anteriores, e que legitima a administração mais efetiva do Levante é que a ideologia da ordem egípcia passa a englobar os territórios estrangeiros não como forças a serem eliminadas, mas como elementos que devem ser incluídos na ordem. Em troca da manutenção da ordem nesses territórios, responsável inclusive pela indicação e manutenção de governos locais, esses últimos prestariam homenagens ao monarca egípcio bem como enviariam produtos como forma de "pagar" por ela. Uma importante forma de contribuição por parte do Levante foi a abertura do Egito para uma maior entrada de produtos do Egeu e da Mesopotâmia.

No entanto, ordem estabelecida em território estrangeiro, evidentemente, não é tributária somente das vontades e comandos do rei. Indivíduos da elite não fundamentais em tais organizações, fazendo com que os produtos cheguem ao Egito, participando na circulação e na posse dos mesmos das mais diversas formas, como, por exemplo, ações militares (Amun-em-heb), religiosas e simbólicas (Sennefer), controle administrativo (Intef) e relações diplomáticas (Menkheperaseneb e Rekhmira).

Quanto ao caráter interno, não se pode perder de vista que o poder e influência de Amon e, assim, de seu sacerdócio passam por um crescimento ainda maior, tendo inclusive uma representante sua, Hatshepsut, possuidora do cargo de esposa de Amon, como um dos ocupantes do trono egípcio. Há assim, um estreitamento ainda mais significativo entre Coroa e o templo de Karnak. O fato de os próprios *Anais de Tutmés III* estarem no templo e se preocuparem em demonstrarem o grande afluxo de riquezas de terras estrangeiras para Karnak é um outro exemplo bastante importante dessa relação. Somado a isso, abriu-se a possibilidade de que

recursos privados passassem a também fluir para o templo, o que aumenta ainda mais a riqueza e a importância da instituição.

## 5 A reorganização do poder faraônico e a criação de um Império (c. 1550-1425 a.C.): Núbia e Punt

Nos voltaremos agora para os movimentos do Estado egípcio em direção ao sul da África. Antes de retomarmos as narrativas políticas de expansão propriamente ditas, porém, é preciso fazer pontuar alguns elementos. O principal deles é a localização africana do Egito.

Embora pareça óbvio quando olhamos no mapa que as fronteiras egípcias estão inseridas no território africano, tal elemento foi constantemente negligenciado, muitas vezes de forma propositada, por correntes egiptológicas mais tradicionais. Mesmo atualmente é comum fazer-se uma separação entre regiões africanas como se desenvolvendo de forma independente entre si. É o que pontuam, por exemplo, O'Connor e Reid quando criticam estudos tradicionais que criam uma noção de que o norte da África e a África Subsaariana são abordadas isoladas uma da outra<sup>560</sup>.

O caso egípcio é bastante ilustrativo na medida em que a região núbica aparece constante não como um possível território de contato e estabelecimento de relações, mas, principalmente, como alvo de constante de dominações. Como veremos, esse último fenômeno não está ausente das conexões estabelecidas entre essas duas áreas, mas é preciso ir um pouco além, buscando, inclusive em elementos formativos das sociedades que habitam tanto o Egito quanto a Núbia, pontos de convergência, misturas culturais etc. Como afirmam O'Connor e Reid, embora “conexões potenciais são improváveis de serem representadas na cultura material”, elas “podem ser observadas em crenças e ideias compartilhadas”<sup>561</sup>. Acreditar que sociedades que fazem fronteira não possuem alguma forma de relação além daquela trazida à tona pelo conflito é cair nas armadilhas discursivas de uma completa diferença entre o Eu e o Outro.

Apesar de aqui estarmos nos detendo nas relações de expansão egípcias, que muitas vezes envolvem o emprego da violência, não se deve esquecer que a noção de império egípcio – conforme trabalhada no Capítulo 1 – não deriva unicamente da dominação efetiva, mas sim do estabelecimento de contato. Não há dúvida de que regiões da Núbia passaram efetivamente para o controle egípcio durante alguns períodos da história. Contudo, como se verá mais adiante nesse capítulo, houve regiões que possuíam certa autonomia e estabeleceram relações com o

---

<sup>560</sup> O'CONNOR, David; REID, Andrew. Introduction – Locating Ancient Egypt in Africa: Modern Theories, Past Realities. In: O'CONNOR, David; REID, Andrew (orgs.). **Ancient Egypt in Africa**. Londres: UCL Press, 2003. p. 1.

<sup>561</sup> Ibid., p. 3.



Egito através de suas comitivas enviadas por seus líderes locais, como foi o caso do reino de Punt. Ao contrário do que comumente se pensa, as regiões mais ao sul, incluindo terras núbias, possuíam seus interstícios livres de um controle palpável do Estado faraônico.

## 5.1 Os movimentos do Egito para o sul

Assim como ocorre para os territórios levantinos, o contato egípcio com as sociedades mais ao sul deriva de tempos pré-dinásticos. Toby Wilkinson, por exemplo, quando faz uma breve análise sobre as origens da Dupla Coroa, responsável por marcar a unificação do Baixo e do Alto Egito, afirma que no período Pré-Dinástico a coroa vermelha estaria associada a Naqada, enquanto a coroa branca corresponderia ao “mais profundo Alto Egito” ou à Baixa Núbia (Wawat)<sup>562</sup>. Já nesse momento também ocorreu a construção de uma fortaleza na parte oriental de Elefantina a fim de que fossem controladas as entradas de produtos e pessoas provenientes da Núbia, servindo ela também, posteriormente, como símbolo da força real egípcia durante a fase inicial do Período Dinástico<sup>563</sup>.

Mesmo o desenvolvimento núbio durante o Período Pré-Dinástico egípcio pode ter sofrido interferências de seu vizinho do norte. A partir de duas inscrições em Gebel Sheikh Suleiman, Wilkinson afirma que ocorreram na Núbia expedições militares egípcias na Segunda Catarata<sup>564</sup>. As forças egípcias seriam também as responsáveis por destruir o Grupo-A nativo<sup>565</sup>, entidade “culturalmente tão sofisticado quanto suas contrapartes do Alto Egito e um parceiro comercial ativo com uma área ao redor de Hierakonpolis”<sup>566</sup>. O ouro núbio, obtido em territórios conquistados, já nesse momento pode ser considerado como elemento fundamental da riqueza da elite governante do Egito<sup>567</sup>.

Não se trata aqui, evidentemente, de se fazer um tratado completo sobre as relações entre Egito e Núbia ao longo dos séculos, ou mesmo milênios. Contudo, para finalizar essa introdução do segundo tópico deste capítulo, não se pode deixar de lado a fase da XII Dinastia

---

<sup>562</sup> WILKINSON, Toby. The Early Dynastic Period. In: LLOYD, Alan B. Lloyd (org.). **A companion to Ancient Egypt**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2010. v. 1, p. 56, tradução nossa.

<sup>563</sup> Ibid.

<sup>564</sup> Ibid., p. 58-59

<sup>565</sup> De acordo com Smith, foi uma população habitante da Baixa Núbia por volta de 3500-2900 a.C. e que já mantinha contato com o Egito – pelo menos as camadas mais altas das duas culturas. Ver SMITH, Stuart Tyson. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium B.C. In: CUSICK, James G. (org.). **Studies in Culture Contact**. Interaction, Culture Change, and Archaeology. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998. p. 259.

<sup>566</sup> WILKINSON, Toby. The Early Dynastic Period. In: LLOYD, Alan B. Lloyd (org.). **A companion to Ancient Egypt**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2010. v. 1, p. 58-59, tradução nossa.

<sup>567</sup> Ibid.

nessa região, principalmente durante o reinado de Senusret III – figura que será bastante cultuada durante o reinado de Tutmés III na Núbia. Após o Primeiro Período Intermediário, quando há uma nova unificação do Alto e do Baixo Egito, o Reino Novo faz expedições à Núbia, atingindo até a Segunda Catarata<sup>568</sup>. Foi durante o reinado de Senusret III que foi estabelecida e fortificada uma fronteira egípcia na Núbia, consolidando a expansão nessa região<sup>569</sup>. Na Estela de Semna, por exemplo, trazida no capítulo anterior, Senusret III ostenta ter ido mais para o sul do que qualquer outro antecessor.

Com o início do Segundo Período Intermediário, porém, há um retrocesso nas fronteiras do Egito na Núbia, havendo, inclusive, expedições inversas; isto é, de núbios em territórios egípcios. É o momento final desse período que dará início ao tópico seguinte.

### 5.1.1 As marchas de Tebas rumo ao sul

Dentro do mesmo discurso no qual Kamés justifica sua guerra contra os hicsos, a Núbia torna-se alvo de sua ira. Na tabuleta de Carnarvon, o reino de Kush (Alta Núbia), assim como os asiáticos, é descrito como possuindo uma parte do Egito. Cabe ressaltar, seguindo Spalinger, que na visão egípcia sobre o que seria o território do Egito nesse momento, ele se estenderia até a Segunda Catarata<sup>570</sup>. De acordo com a inscrição da tabuleta, Elefantina já estava sob a posse egípcia durante o reinado de Kamés. A fronteira egípcia, no que concerne à parte sul pelo menos, parece remontar àquela traçada e assegurada durante o reinado de Senusret III. Sendo assim, o processo de expansão em direção à Núbia, bem como aquele em direção ao norte, está inserido dentro do discurso egípcio de unificação.

Outra justificativa está presente na Segunda Estela de Kamés, na qual afirma-se a interceptação de uma carta dirigida de Apophis, governante do Delta, para o governante de Kush, cujo nome não é mencionado. Nela, o governante asiático estaria pedindo ajuda a Kush a fim de conter as agressões que o exército tebano estaria realizando em seu território. Outrossim, Apophis pede para que Kush ataque o território egípcio dada a ausência de forças tebanas no território governado por Tebas e que, assim, não só as investidas tebanas cessariam como também as duas entidades políticas poderiam dividir o território tebano entre si, mesmo

---

<sup>568</sup> WARBURTON, David. **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**. Neuchâtel; Paris: Rechercheset Publications, 2001. p. 121.

<sup>569</sup> Ibid.

<sup>570</sup> SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 46.

que, de acordo com Flammini, Apophis se visse como superior em relação tanto a Tebas quanto a Kush<sup>571</sup>.

A narrativa sobre a interceptação da carta atende tanto a um âmbito de conflitos internos quanto externos. Embora o primeiro âmbito não esteja explícito, a questão da carta, em geral, serviria como um alerta para aqueles que conspiram contra um potencial poder central. Ela serve também como forma de demonstrar que a Coroa tebana tem ciência de tudo que ocorre nas regiões que administra e que a circundam, afinal, tal confisco ocorre em uma área de oásis, teoricamente fora do controle formal de Tebas. Outrossim, a menção da rota, agora vigiada por Kamés, demonstra, mesmo que não-intencionalmente, uma relação mais duradoura entre Avaris e Kush e não uma mera urgência de contato entre duas entidades políticas com um rival em comum. Essa relação pode ser atestada pela cultura material. De acordo com Ilin-Tomich, é possível encontrar objetos de cerâmica do Baixo Egito tanto em Kerma quanto na Baixa Núbia, além de objetos com selos ou em estilo de Tell el-Daba encontrado em outros contextos kushitas<sup>572</sup>.

Esse relato de Kamés busca também construir uma imagem de poder e superioridade de Tebas em relação a seus adversários, tanto do norte quanto do sul, dada a capacidade de Tebas em antecipar uma aliança entre as duas entidades políticas. Porém, o quadro parece ter sido mais complexo. De acordo com Popko, a retirada tebana de territórios hicsos a fim de enfrentar as tropas núbias não estaria vinculada – ao menos diretamente – a uma interceptação de uma carta, mas a uma condição concreta de ataque<sup>573</sup>. O autor, a partir da biografia de Sobeknakht de Elkab, coloca em pauta uma possível invasão núbia no Alto Egito, a qual atingiu pelo menos a cidade de Elkab “algumas décadas antes”<sup>574</sup>. Assim, a retirada de Kamés do território administrado pelos asiáticos estaria ligado a uma tentativa de não abrir a guerra em duas frentes<sup>575</sup>.

Embora a situação no norte continuasse mais difícil para que Tebas conseguisse impor seu governo – como visto no capítulo anterior –, já na transição do governo de Kamés para o de Ahmés a Segunda Catarata encontra-se novamente sob domínio tebano<sup>576</sup>. De acordo com

---

<sup>571</sup> FLAMMINI, Roxana. Disputed Rulership in Upper Egypt: Reconsidering the Second Stela of Kamose (K2). *JSSEA*, Hiroshima: The International Social Studies Association, n. 38, p. 73, 2011-12.

<sup>572</sup> ILIN-TOMIC, Alexander. Second Intermediate Period. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2016, p. 9.

<sup>573</sup> POPKO, Lutz. Late Second Intermediate Period to Early New Kingdom. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 4.

<sup>574</sup> Ibid.

<sup>575</sup> Ibid.

<sup>576</sup> SPALINGER, Anthony. *War in Ancient Egypt: The New Kingdom*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 46.

Bourriau, o período de Kamés foi responsável por dominar a região de Buhen, o que garantiu o acesso tebano às minas de ouro<sup>577</sup>. Contudo, essa luta entre o Eu contra o Outro deve ser aqui também nuançada.

Conforme nos lembra Morris, o colapso da dominação egípcia na Núbia não culminou necessariamente no retorno dos soldados, administradores, funcionários e outros egípcios para sua terra natal. A autora sublinha que “embora o ethos militar dos habitantes de fortalezas na Baixa Núbia tenha sobrevivido ao colapso do Estado faraônico, sua lealdade não”<sup>578</sup>. Há evidências de que uma única família teria governado Buhen ao longo de todo o Segundo Período Intermediário; uma família cujo um de seus líderes, Sopedhor, afirma em uma estela de fortaleza ter participado da construção do templo de Hórus, senhor de Buhen, em nome do governante de Kush<sup>579</sup>.

Essa permanência, porém, conforme indica inscrição de Sopedhor, só seria possível pela vontade do governante de Kush. Esse último pode ter consentido na manutenção dessas pessoas em território núbio devido a algumas características como experiência em letramento, mineração, questões militares e pelas conexões pessoais<sup>580</sup>. Assim como ocorreu com os hicsos nos territórios egípcios mais distantes de sua capital, a administração kushita parece ter optado por governos indiretos em alguns casos na Baixa Núbia, exigindo de seus vassalos obrigações e demonstrações de lealdade<sup>581</sup>. Tal parece ter sido o caso com a família de Sopedhor em Buhen.

A manutenção de populações egípcias em região dominada por Kush pode ser atestada também arqueologicamente. Em seu estudo sobre as relações entre Egito e Kush no início do Reino Novo, Williams demonstra que elementos egípcios, como construções, templos e mesmo nomes de pessoas já estavam presentes no território da Núbia antes de Tebas mover suas tropas contra seus vizinhos do sul<sup>582</sup>. Assim, não estamos diante de um contato entre culturas baseado na imposição pela força<sup>583</sup>. Williams chega mesmo a afirmar que o império kushita pré-Reino Novo egípcio, através da aceitação de populações egípcias, compõe uma “uma comunidade imperial multiétnica”<sup>584</sup>.

---

<sup>577</sup> BOURRIAU, Janine. The Second Intermediate Period (c. 1650-1550 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 205.

<sup>578</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 100, tradução nossa.

<sup>579</sup> Ibid.

<sup>580</sup> Ibid.

<sup>581</sup> Ibid., p. 101.

<sup>582</sup> WILLIAMS, Bruce. Egyptians and Nubians in the Early New Kingdom and the Kushite Background. In: BUDKA, Julia; AUENMÜLLER, Johannes (orgs.). **From Microcosm to Macrocosm**. Individual households and cities in Ancient Egypt and Nubia. Leiden: Sidestone press, 2018. p. 100-106.

<sup>583</sup> Ibid., p. 106, tradução nossa.

<sup>584</sup> Ibid., p. 107.

Assim, a guerra de Tebas na Núbia possuía elementos tradicionalmente considerados como egípcios dos dois lados do campo de batalha. A biografia de Sobeknakht em Elkab, por exemplo, coloca a família de Sopedhor no exército núbio que atacou a cidade desse oficial<sup>585</sup>. Esse evento, poderia justificar porque essa família acaba por perder seu poder e prestígio – e talvez a própria vida – quando as forças tebanas sagram-se vitoriosas contra Kush na Baixa Núbia<sup>586</sup> e submetem Buhen a uma renovação, construindo novas fortalezas<sup>587</sup>.

As campanhas realizadas durante o reinado de Kamés podem ser atestadas também através das inscrições de dois oficiais desse período. A primeira delas é uma estela localizada na fortaleza de Buhen, cujo protagonista é um soldado chamado Ahmés. Nesse monumento, o soldado afirma ter capturado 46 pessoas enquanto compunha o exército liderado por Kamés<sup>588</sup>. A segunda, é uma estela pertencente a um mordomo chamado Emhab, o qual afirma ter seguido um rei tanto em terras do norte (Avaris) quanto do sul (Miu)<sup>589</sup>. Pela estratigrafia de Miu, que apresenta uma destruição datada do final do Segundo Período Intermediário, tende-se a acreditar que Emhab faz referência a Kamés em sua inscrição, levando a concluir que já nesse governo Tebas possa ter chegado à capital kushita, Kerma<sup>590</sup>, ainda que não de forma definitiva. Sendo assim, uma perspectiva que estabelece o início da expansão tebana no reinado de Amenhotep I, como propõe Buzby<sup>591</sup>, deve ser revista, uma vez que não leva em consideração a unificação como um movimento expansionista e, assim, lhe atribui um caráter teleológico.

Para além de estar inserido no próprio discurso de unificação, tamanha era a importância da região núbio para os egípcios que logo no reinado de Kamés estabeleceu-se que sua administração seria responsabilidade de um filho do rei<sup>592</sup>. Deve-se ressaltar que o termo “filho do rei”, *sa-nsw*, deve ser entendido em um sentido mais amplo – isto é, não fazendo referência necessariamente a um vínculo sanguíneo –, estando presente inclusive em nomes de cargos e títulos. Essa denominação já aparece durante o Segundo Período Intermediário – período em que é inserido o reinado de Kamés – para designar os chefes de fortalezas e cidades fortificadas da Núbia<sup>593</sup>. Tal título, assim, ao menos nessa fase inicial da (re)conquista egípcia na Núbia,

<sup>585</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 101.

<sup>586</sup> Ibid.

<sup>587</sup> Ibid., p. 102.

<sup>588</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 68.

<sup>589</sup> Ibid.

<sup>590</sup> Ibid.

<sup>591</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. **Kaleidoscope eyes**, Sidney, p. 4, Out. 2002.

<sup>592</sup> BRYAN, Betsy M. Administration in the Reign of Thutmose III. In: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 101-102.

<sup>593</sup> GNIRS, Andrea M. Coping with the army: the military and the state in the New Kingdom. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 676-678.

parece ter imbuído em si um aspecto militar<sup>594</sup>. Essa última constatação, feita através dos indivíduos ligados diretamente a aspectos militares como cidades fortificadas e fortalezas, é reforçada ainda pelo fato de que entre as XVI e XVII Dinastias há um recrudescimento na militarização das províncias, responsável por tornar as guerras contra os hicsos e contra Kush viáveis no reinado de Kamés<sup>595</sup>. Nesse momento, já é possível perceber uma estruturação de oficiais militares e a expansão dessa esfera ao longo da sociedade egípcia<sup>596</sup>. A própria designação de chefes militares como *sA-nsw* demonstram a valorização dessa categoria, além de serem incumbidos da administração da cidade em que se encontravam<sup>597</sup>.

O que se percebe na transição do reinado de Kamés para o de seu irmão, Ahmés, é uma Baixa Núbia consideravelmente pacificada<sup>598</sup>, contrastando com a situação mais ao sul, na Alta Núbia<sup>599</sup>. De acordo com Frizzo, o reinado de Ahmés, bem como de seu antecessor, possuía como objetivo estabilizar as fronteiras egípcias que remontavam ao Reino Médio e, assim, subjugar possíveis ameaças e fortalecer a Coroa tebana<sup>600</sup>. Para tanto, o governo de Ahmés também preocupa-se justamente com a construção de fortalezas e com a formação de oficiais militares<sup>601</sup>. A fortificação das fronteiras entre a Baixa (Wawat) e Alta (Kush) Núbia, porém, possuía um objetivo além da defesa. Elas podiam ser usadas justamente como postos que facilitariam ataques contra o reino de Kush e como locais de controle de produtos e pessoas. Frizzo, por exemplo, segue a linha de que a subjugação da Núbia durante esse período teria por objetivo a retomada do acesso a bens de prestígio, fundamentais no estabelecimento de relações entre as elites egípcias<sup>602</sup>.

Os ataques contra os núbios durante o reinado de Ahmés é constado a partir de fontes tanto oficiais quanto a partir de biografias privadas. Podemos citar como exemplo a estela de Ahmés, localizada no templo de Karnak, a qual, em seu meio apresenta um suposto massacre

---

<sup>594</sup> Ibid.

<sup>595</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 566.

<sup>596</sup> Ibid., p. 567-568.

<sup>597</sup> Ibid., p. 568.

<sup>598</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 78.

<sup>599</sup> BUDKA, Julia. The Egyptian "Re-conquest of Nubia" in the New Kingdom – some thoughts on the legitimization of pharaonic power in the South. In: COOPENS, F., JANÁK, J.; VYMAZALOVÁ, H. **Royal versus Divine Authority**. Acquisition, Legitimization and Renewal of Power, 7th Symposium on Egyptian Royal Ideology, Prague, June 26-28, 2013. Wiesbaden: Königium, Staat und Gesellschaft früher Hochkulturen: Wiesbaden 2015. p. 63-64.

<sup>600</sup> FRIZZO, Fábio. **Estado, Império e Exploração no Egito do Reino Novo**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 180.

<sup>601</sup> Ibid.

<sup>602</sup> Ibid., p. 166-167.

realizado “entre os habitantes de Khenthennefer”<sup>603</sup> (Urk. IV 18, 5), topônimo genérico comumente empregado para fazer referência à parte núbica sob administração egípcia<sup>604</sup>. Tanto Khenthennefer quanto a Terra dos Fenkhu (Urk. IV 18, 6) – Síria-Palestina – aparecem entregando produtos *jnw* (Urk. IV 18, 9) para o Egito. Já nesse governo, então, pretende-se delinear uma ação de subjugação com terras estrangeiras por meio de massacres e, ao mesmo tempo, esboçar relações mais diplomáticas com esses territórios. Embora seja um trecho curto, esse momento da estela demonstra a dupla via pela qual o Egito se fazia presente nesse momento, principalmente com relação à Núbia, alvo de violência e que, ao mesmo tempo, é retratada levando seus produtos ao Egito na forma de *jnw*.

Outra fonte que se refere a ações desempenhadas por Ahmés na Núbia é a autobiografia de Ahmés, filho de Ebana, em sua tumba. De acordo com esse oficial, as campanhas núbias ocorrem após as ações levadas ao cabo em terras do norte, incluindo o próprio Baixo Egito, uma vez que a presença hicsa ainda era uma realidade a ser encarada pelo pretense governo unificador de Ahmés. A partir do topônimo utilizado para reportar-se à Núbia, Khenthennefer, pode-se acreditar que Ahmés, filho de Ebana, faz referência à mesma campanha que a inscrição de Ahmés. Seja como for, durante essa ação contra os núbios, é atribuído a esse soldado duas cativas e ouro de valor em reconhecimento do butim realizado por ele: dois cativos homens e três mãos, indicando que o soldado matou três pessoas.

Assim como ocorreu com o norte após a derrota hicsa, localizações núbias também se rebelaram contra a autoridade egípcia que vinha agindo em seus territórios. Ahmés, filho de Ebana, faz menção a Aata, provavelmente um governante da Baixa Núbia<sup>605</sup> – região mantida sob controle desde o governo de Kamés –, o qual, aparentemente, chegou mesmo a realizar uma expedição que culminou na invasão de parte do Alto Egito<sup>606</sup>. Ahmés, filho de Ebana, afirma que esse homem foi preso e toda população por ele governada levada ao Egito como butim. No que se refere especificamente à figura de Ahmés, filho de Ebana, suas ações acarretaram a prisão de dois soldados núbios que estavam no barco de Aata. Em troca disso, ao soldado foram dados campos em sua cidade e cinco cativos.

Quando comparamos a quantidade de espólios obtidos por Ahmés, filho de Ebana, quando do ataque à Khenthennefer e da contenção da rebelião levada a cabo por Aata,

<sup>603</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 37, tradução nossa.

<sup>604</sup> Ibid.

<sup>605</sup> MORKOT, Robert G. **Historical Dictionary of Ancient Egypt Warfare**. Lanham; Maryland; Oxford: The Scarecrow Press, 2003. p. 1.

<sup>606</sup> POPKO, Lutz. Late Second Intermediate Period to Early New Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 4.

percebemos que esse último evento contou com um deslocamento populacional de bastante relevância. Isso pode ser derivado do fato de que se estaria diante de uma região já pertencente à administração egípcia e que, assim, possuía uma estrutura de repressão muito mais rápida e eficiente. Além do mais, vemos que, ao contrário do que poderia se imaginar pelos próprios relatos que sempre mencionam um massacre entre os inimigos do Egito, essas próprias narrativas deixam brechas capazes de mostrar que o objetivo das tropas egípcias nesse momento, além do conter a rebelião, era a obtenção de mão de obra através dos butins. Ao que tudo indica a própria vida de Aata foi poupada, uma vez que ele aparece como *sqr anx* (Urk. IV 6, 3), prisioneiro vivo. Essa lógica de preservação da vida dos adversários, em parte, pode ser atribuída justamente à possibilidade de que esse butim humano tem para manter a continuidade de trocas entre membros da elite, incluindo a Coroa, como fica evidente a partir da autobiografia do soldado de Elkab.

Outro elemento importante é a criação do cargo de vice-rei, responsável por administrar as terras estrangeiras do sul, durante o governo de Ahmés<sup>607</sup>. Tal ofício não possuía correspondente nas áreas levantinas em que os egípcios se apresentaram em suas campanhas ou nas quais estabeleceram alguma outra relação no início da XVIII Dinastia<sup>608</sup>. Essa diferente realidade comumente é atribuída à existência de cidades-Estado, representantes de uma política mais sólida, no Levante em oposição a uma Núbia primitiva, mais frágil; é a ideia presente, por exemplo em Spalinger<sup>609</sup>. No entanto, como mostram o reino de Kush e as ações núbias contra terras egípcias, inclusive contestando a presença do Egito na Baixa Núbia, a região sul possuía uma estrutura capaz de formular um império multiétnico durante o Segundo Período Intermediário. Como então explicar essa diferença de política? Outro elemento que pode ser somado às diferentes realidades do norte e do sul é o da fronteira “tradicional” estabelecida durante o Reino Médio, mais especificamente pelo governo de Senusret III. Dela, derivam duas justificativas para a expansão. A primeira delas refere-se à retomada das terras pertencentes a Coroa tebana no período, assim estabelecendo o princípio de ordem, *maat*. Por outro lado, conforme apontado no capítulo anterior, há a competição – com elementos de admiração – entre os períodos, representados em seus textos e inscrições através da figura de seus monarcas.

---

<sup>607</sup> Shirley considera possível designar indivíduos como vice-rei somente quanto esses apresentam o título tanto “supervisor de países do sul” quanto de “filho do rei”. Ver SHIRLEY, J. J. Viceroy, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. **Journal of Egyptian History**, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 75 e nota 4, p. 75.

<sup>608</sup> WARBURTON, David. **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**. Neuchâtel; Paris: Recherches Publications, 2001. p. 183.

<sup>609</sup> SPALINGER, Anthony. The Organization of the pharaonic army (Old to New Kingdom). In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Brill: Leiden, 2013. p. 410.



Dentro dessa lógica, embora a região levantina seja um caso mais distante da tradição fronteiriça geográfica, a Núbia, ao menos Wawat, aparece como o feito alcançado pelos reinados antecessores do Reino Médio, representantes do último período do Egito unificado até então. Possuir os territórios núbios, então, seria uma importante representação da unificação política e do acesso do Reino Novo às tradições geopolíticas do Reino Médio.

O cargo de vice-rei era fundamental na manutenção desse domínio. Segundo Shirley, os indivíduos que portavam essa função tinham de funcionar como líderes de tropas bem como representantes administrativos da Coroa egípcia em território núbio<sup>610</sup>. Uma área que, embora contasse com a presença administrativa, ainda se mostrava bastante hostil<sup>611</sup> e que ainda será palco de rebeliões constante e importantes – Morris afirma que o governo de Ahmés se viu “forçado” a realizar uma terceira campanha na Núbia a fim de conter revoltas, a qual teria tido como resultado a execução sumária dos envolvidos<sup>612</sup>. Dado esse cenário de tensão, a Núbia exigiria a indicação dos grupos mais leais a Tebas.

A estabilidade dessa região, algumas vezes, ficou sob a responsabilidade um único grupo familiar. Durante o reinado de Ahmés o vice-rei, Ahmés-Satayt, e o comandante de Buhen, Ahmés-Turo, eram pai e filho, respectivamente<sup>613</sup>. Turo posteriormente sucederá seu pai<sup>614</sup>, o que mantém o controle da Núbia na família por mais uma geração. Para além disso, Morris sublinha que essa passagem do comandante de Buhen para vice-rei não está somente atrelada a circulação desse último título no interior de uma mesma família, mas denota também a relevância de Buhen para a estratégia militar desenvolvida durante o reinado de Ahmés<sup>615</sup>. Além disso, essa transição do comandante de Buhen para o vice-reinado se insere na lógica de indicação de um novo vice-rei a partir de quadros militares – pelo menos até o reinado de Amenhotep I<sup>616</sup>. Cabe ressaltar que Ahmés-Turo foi o último a portar o título de comandante de Buhen, *Tsw n bhn*, tendo seu sucessor, Kamés, o cargo de prefeito, *Haty-a*, o que indica uma possível mudança na perspectiva “desses assentamentos após a reconquista inicial da Núbia”<sup>617</sup>.

<sup>610</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 554.

<sup>611</sup> Ibid.

<sup>612</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 134.

<sup>613</sup> SHIRLEY, J. J. Viceroy, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. **Journal of Egyptian History**, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 80.

<sup>614</sup> Ibid.

<sup>615</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 87-88.

<sup>616</sup> FRIZZO, Fábio. **Estado, Império e Exploração no Egito do Reino Novo**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 182.

<sup>617</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 87-88, tradução nossa.

Desse modo, a área deixa de ser uma espécie de barreira, preparada para o conflito, tornando-se lugar de habitação, de convívio civil.

Cabe sublinhar que a família de Ahmés-Satayt e Ahmés-Turo possuía uma origem tebana, o que reforça o argumento de Shirley, quando afirma que há na fase inicial do Reino Novo uma prevalência de oficiais provenientes de Tebas, Edfu e Elkab em cargos mais altos do Estado egípcio<sup>618</sup>. Esse movimento teria uma dupla intenção por parte da Coroa: assegurar e recompensar a lealdade dos indivíduos dessas áreas<sup>619</sup>, o que, por fim, possibilita o fortalecimento de determinadas famílias a tal ponto que são capazes de “exercer uma grande influência sobre as diretrizes do governo faraônico”<sup>620</sup>. Influência essa potencializada pela proximidade também geográfica que essas regiões desfrutavam com relação ao centro de poder nesse momento. Por outro lado, uma vez que o vice-rei é responsável por toda a administração da Núbia sob comando egípcio<sup>621</sup>, o titular do cargo via de forma vantajosa a continuidade das campanhas nas regiões mais ao sul. Sendo assim, além dos templos – como já foi bastante ressaltado ao longo do capítulo anterior – a própria administração civil no exterior encorajava a continuidade das ações militares e diplomáticas a fim de expandirem, mais do que as fronteiras egípcias – em amplo sentido –, as fronteiras de seu próprio poder, os dotando de mais recursos e, assim, de mais influência e mais capacidade de desempenhar um papel importante no jogo político.

Conforme mencionado acima, o reino de Kush era uma ameaça bastante presente para o poder tebano ao menos desde o Segundo Período Intermediário. Durante o reinado de Ahmés tal ameaça continua existindo, dado que Kerma, sua capital, ainda não havia sido subjugada<sup>622</sup>. Entre Tebas e Kush havia uma outra entidade política, Shaat, localizada na ilha de Sai, principal assentamento da cultura de Kerma na Alta Núbia<sup>623</sup>. Ela também representava uma ameaça à Coroa tebana, contendo inclusive as ofensivas tebanas em direção a Kush<sup>624</sup>, e foi conquistada durante o reinado de Ahmés, tendo a população local “sido abatida ou banida dessa ilha” e sido

---

<sup>618</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 581-582.

<sup>619</sup> Ibid.

<sup>620</sup> Ibid., p. 585, tradução nossa.

<sup>621</sup> ABBAS, Mohamed Raafat. Historical Observations on the Military Role of Three Ramesside Viceroys of Kush. **ENIM**, Montpellier : Université Paul Valéry, v. 11, 2018, p. 33.

<sup>622</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 119-120.

<sup>623</sup> BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom – some thoughts on the legitimization of pharaonic power in the South. In: COOPENS, F., JANÁK, J.; VYMAZALOVÁ, H. **Royal versus Divine Authority**. Acquisition, Legitimization and Renewal of Power, 7th Symposium on Egyptian Royal Ideology, Prague, June 26-28, 2013. Wiesbaden: Königium, Staat und Gesellschaft früher Hochkulturen: Wiesbaden 2015. p. 64.

<sup>624</sup> Ibid.

construída primeira cidade-fortaleza tebana na região da Alta Núbia<sup>625</sup>. Assim como ocorreu em Buhen (Núbia), em Avaris e Tjaru (Delta) e em Sharuhen (Levante), a população nativa de Sai foi banida e um assentamento militar foi colocado em seu lugar<sup>626</sup>. Dentro desse assentamento parece já existir no reinado de Ahmés ao menos o início de um templo (Templo A), dedicado ao deus Amon<sup>627</sup>, o que estaria dentro da lógica empregada pelo governo de Ahmés de atribuir suas vitórias a esse deus tebano, tal como ocorria durante o governo de seu irmão<sup>628</sup> e o que já estaria dando indício sobre a expansão dessa divindade – e de seu pessoal – para as regiões dominadas por sua Coroa. Disseminação essa que não ocorre sem algumas adaptações. Amon, a partir do reinado de Ahmés, aparece com uma cabeça de carneiro, “animal cujo simbolismo religioso era difundido em Kush”<sup>629</sup>.

Nesse sítio há também uma lógica de habitação, como se pode perceber pela construção de casas, palácios administrativos, celeiros etc.<sup>630</sup>. Tal atividade marca a vontade tebana não só de estabelecer relações diplomáticas ou mesmo de força, mas também de acessar o território por meio da fixação de estruturas administrativas e mesmo habitacionais, assegurando o território conquistado e preparando terreno para novas investidas mais ao sul. O governo do sucessor e filho de Ahmés, Amenhotep I, dará continuidade nessas buscas pela supremacia tebana em territórios núbios, o que pode ser atestado pela seguinte frase de Ahmés, filho de Ebana: “ele [Amenhotep I] navegou rio acima até Kush para estender as fronteiras do Egito”<sup>631</sup> (Urk. IV 7, 1-2). De acordo com Morris, essa afirmação de Ahmés, filho de Ebana, sugere que as expedições do reinado de Amenhotep I teriam ocorrido ao sul de Sai, onde o Egito estaria dando continuidade à construção de cidades-fortalezas, já iniciada no governo anterior<sup>632</sup>.

A expansão de fronteiras, no entanto, não implica no emprego indiscriminado da violência. Em uma inscrição datada do período de Amenhotep I, que detalha a campanha desse monarca na Núbia, há a realização de uma distinção entre os destinos daqueles que cedem de

<sup>625</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 81.

<sup>626</sup> Ibid., p. 112.

<sup>627</sup> Ibid., p. 106-107.

<sup>628</sup> BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. **Kaleidoscope eyes**, Sidney, p. 3, Out. 2002.

<sup>629</sup> FRIZZO, Fábio. **Estado, Império e Exploração no Egito do Reino Novo**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 191.

<sup>630</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 106-107.

<sup>631</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egípcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 41, tradução nossa.

<sup>632</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 71-72.

forma pacífica ao controle egípcio, aqueles que devem ser dominados mediante a força e os rebeldes, isto é, terras já dominadas e que se revoltavam contra o monarca<sup>633</sup>.

Mais uma vez, temos como testemunhos sobre as expedições núbias os relatos de Ahmés, filho de Ebana, e Ahmés Pennekhbet. Ambos os soldados de Elkab afirmam ter obtido dessas ações contra Kush um prisioneiro cada um e os entregue ao rei Amenhotep I. Ahmés, filho de Ebana, em sua autobiografia mais detalhada, afirma também que dos territórios núbios invadidos foram também retirados os nativos e seu gado. Embora não se possa negar a hipótese de exagero quantitativo, Ahmés, filho de Ebana, descreve uma cena em que a população núbia encontra-se presa pelo pescoço e sendo levada para o Egito. O destino dos prisioneiros de guerra também é narrado pela estela de Amenhotep I acima mencionada<sup>634</sup>. As pessoas aprisionadas pelo Estado egípcio nesses termos seriam divididas entre os setores palacianos, templários e privados, havendo, inclusive, a possibilidade de empregar os guerreiros nas fileiras das próprias forças egípcias<sup>635</sup>. A morte também está presente na narrativa de Ahmés, filho de Ebana, mas de forma pontual e através da entrega de mãos por parte do oficial de Elkab ao rei.

Quanto às recompensas obtidas por esses dois homens de Elkab, a listagem aparece de formas diferentes. Ahmés Pennekhbet apresenta uma lista geral das recompensas obtidas durante o período de cada monarca. Sendo assim, durante o reinado de Amenhotep I, ele aparece recebendo “duas pulseiras de ouro, dois peitorais, um bracelete, um punhal, um diadema, um leque e uma placa *meketbet*”<sup>636</sup> (Urk. IV 38, 14-15). Ahmés, filho de Ebana, por seu turno, insere detalhadamente as recompensas de acordo com os eventos a que elas se referem. De seus atos na Núbia, por exemplo, resultam duas dependentes, “além dos que já havia apresentado a sua majestade”<sup>637</sup> (Urk. IV 8, 1), ouro e seu apontamento como “guerreiro do governante”, *aHAwty n hqA* (Urk. IV 8, 2). Mas antes de concluir sua narrativa sobre as campanhas do governo de Amenhotep I na Núbia, Ahmés, filho de Ebana, insere uma espécie de justificativa para suas recompensas, baseada justamente no seu papel dentro da lógica de circulação de produtos.

Esse aspecto fica mais evidente quando observamos a tradução realizada por Davies, pela qual Ahmés afirma o seguinte: “Eu os trouxe para o Egito em dois dias”<sup>638</sup>, fazendo

<sup>633</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 134.

<sup>634</sup> Ibid.

<sup>635</sup> Ibid.

<sup>636</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 41, tradução nossa.

<sup>637</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

<sup>638</sup> Tradução em inglês em DAVIES, W. V. The tomb of Ahmose son-of-Ibana at Elkab. Documenting the family and other observations. In: CLAES, Wouter; MEULENAERE, Herman de; HENDRICKX, Stan (orgs.). **Elkab**

referência aos cativos e ao gado, anteriormente mencionados. Comumente a frase é traduzida como “Conduzi sua majestade de volta ao Egito em dois dias”<sup>639</sup> (Urk. IV 7, 15). Porém, de acordo com Davies, o que nesse trecho Sethe entendeu por  $\text{𓏏}$ , *Hm*, e  $\text{𓏏}$ , *f*, formando *Hm.f*, “sua majestade”, seria na realidade  $\text{𓏏}$ , *s*, e  $\text{𓏏}$ , *t*, o que formaria *st*<sup>640</sup>, um pronome dependente neutro de 3ª pessoa, usado tanto para plural quanto para singular. Se adotarmos a tradução de Davies, percebe-se que Ahmés, filho de Ebana, se coloca como peça chave no transporte dos produtos que circularão nas diversas esferas da sociedade egípcia, incluindo a templária e a palaciana. E, conforme indica Bryan, os lucros obtidos pelo Egito através da Núbia foram de fato bastante importantes para o desenvolvimento interno do Egito, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista simbólico, dado que essas rendas permitiram, por exemplo, a construção de monumentos templários<sup>641</sup>. Esses últimos, para além de fortalecerem a própria esfera sacerdotal, eram importantes para o crescimento simbólico do poder real<sup>642</sup>. Assim, ao se inserir na circulação de objetos e rendimentos no Egito, Ahmés, filho de Ebana, se coloca na própria construção do poder em seus diferentes níveis.

Conforme dito anteriormente o governo de Amenhotep I notabilizou-se pelas construções no interior do Egito. Mas as suas obras também marcam a região núbica sob administração egípcia, sendo as cidades-fortalezas de Sai um exemplo. Ahmés-Turo, agora vice-rei, participou da construção de um templo na fortaleza de Uronarti e de algumas inscrições próximas de Semna, ambas as áreas localizadas na Segunda Catarata<sup>643</sup>. O que é significativo é que nas cidades-fortalezas da Baixa Núbia, como Faras e Aniba, construídas no Reino Médio, o governo de Amenhotep I se preocupou mais com a reconstrução de templos em seus interiores do que no desenvolvimento de elementos defensivo e/ou ofensivos militarmente<sup>644</sup>, o que gera as hipóteses de que seriam áreas, nesse momento, pacificadas e que o Egito, então, teria

---

**and beyond.** Studies in honour of Luc Limme. Louvain; Paris; Walpole: Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2009. p. 155, tradução nossa.

<sup>639</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio:** Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 41, tradução nossa.

<sup>640</sup> DAVIES, W. V. The tomb of Ahmose son-of-Ibana at Elkab. Documenting the family and other observations. In: CLAES, Wouter; MEULENAERE, Herman de; HENDRICKX, Stan (orgs.). **Elkab and beyond.** Studies in honour of Luc Limme. Louvain; Paris; Walpole: Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2009. p. 155.

<sup>641</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt.** Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 225.

<sup>642</sup> Ibid.

<sup>643</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism.** Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 72.

<sup>644</sup> Ibid.

conseguido expandir suas fronteiras até Sai, onde novas edificações bélicas estavam sendo implantadas. Esse movimento explicaria, por exemplo, o motivo pelo qual o título de *Tsw*, comandante, foi substituído por *Haty-a*, prefeito, em Buhen.

O reinado de Amenhotep I marca, como foi dito no tópico anterior, o final da reunificação do Alto e do Baixo Egito e, além disso, um território núbio sob administração egípcia não só expandido, mas bem estruturado, com esferas templárias, administrativas e militares funcionando a pleno vapor, favorecendo os capitais simbólicos e materiais do Estado egípcio. É a partir dessa realidade que o reinado de Tutmés I, cunhado de Amenhotep I e até então general, buscará expandir ainda mais a influência e o governo egípcios no sul.

#### 5.1.1.1 Balanço

O discurso em relação à Nubia apresentado por fontes do período de Kamés, baseado na reunificação egípcia, se refere à região de Wawat como parte tradicional do território sob controle da Coroa tebana, ao menos desde o reinado de Senusret III durante o Reino Médio. Desse modo, talvez de maneira ainda mais nítida, a reunificação aparece como um processo de conquista. Conquista essa que colocou minas de ouro novamente sob controle egípcio. Daí a necessidade de logo estabelecer um rígido controle, implantando, por exemplo, o cargo de filho do rei, *sA-nsw*, exercido, ao menos em seu início, por militares, para administrar a região.

A importância da Núbia, mais especificamente Wawat, no período de transição da XVII para a XVIII Dinastia, pode ser atestada pelas rápidas construções de fortalezas que, além de serem edificações defensivas e formas de controle de circulação de pessoas, exerciam o papel de locais estabelecidos de relações com a população local, inclusive quando se tratava de circulação de produtos, como bens de prestígio, necessários à elite para que ela estabeleça e mantenha seu status diferenciado em relação ao resto da sociedade. Assim, fica evidente que não foram só por vias violentas que a Coroa tebana se fez presente na Núbia.

Deve-se ter em mente que a circulação de produtos também foi uma característica marcada nas fontes privadas, como a tumba de Ahmés, filho de Ebana. A abertura da rota núbica propicia, então, um enriquecimento para os que nela estiveram envolvidos, seja do ponto de vista administrativo (*sA-nsw* e, posteriormente, a partir do reinado de Ahmés, vice-rei) seja por aqueles responsáveis por fazerem as campanhas na região (Ahmés, filho de Ebana).

Outro ponto que deve ser destacado é que, assim como se sucedeu no Baixo Egito, o confronto de Tebas com outro reino não ocorreu a partir de uma identificação etnocêntrica, dado que alguns egípcios, herdeiros e sucessores daqueles que ficaram na Núbia mesmo após

o fim do domínio egípcio na região ao final do Reino Médio, lutaram ao lado de Kush. Sua atuação ao lado de Kush pode ser explicada por suas novas redes sociais e profissionais.

Conforme o poder do Estado egípcio sobre a Núbia avançava geográfica, política e economicamente, o mesmo ocorria com o indivíduo que possuía o título de vice-rei, o que fazia com que uma família ou um grupo de famílias fossem favoráveis à continuidade de ações no território ao sul do Egito. Essa atitude estava presente também, evidentemente, nos templos egípcios que recebiam grandes volumes de produtos, como ficou demonstrado em nossa análise sobre as questões relacionadas ao norte. Ocorre, aqui, porém, uma modificação significativa da imagem de Amon, a fim de facilitar sua assimilação nessa região. Ele passa a ser retratado com cabeça de cerneiro, cujo valor religioso estava bastante presente em Kush e em suas intermediações. Parece haver uma maior preocupação na inserção da divindade tebana no território núbio do que o houve em relação ao território levantino.

Por fim, ao contrário do que teria ocorrido em boa parte das regiões ao norte, a Núbia parece logo de início ser alvo de assentamentos e estabelecimentos administrativos diretos. Há uma busca não só por alguma forma de controle, mas de estabelecimento da população egípcia na região e o encorajamento de um possível convívio.

### 5.1.2 A instalação de fronteiras egípcias no sul

Logo no primeiro ano de Reino de Tutmés I, o vice-rei Ahmés-Turo organiza uma inscrição produzida em larga escala, sendo “o caso mais antigo na história do Egito da reprodução múltipla, publicação e difusão de um documento oficial”<sup>645</sup>. Exemplos dessa inscrição foram detectados em estelas localizadas em Kuban, Aswan e Wadi Halfa. Nela, aponta-se a ascensão de Tutmés I ao trono e seus cinco nomes, além do nome da mãe do rei, Seniseneb, atestando, assim, a proveniência não-real do novo monarca, dado que essa mulher não possuía outro título que não o de mãe do rei, *m(j)wt nswt* (Urk. IV 81, 1), ao longo do reinado de seu filho<sup>646</sup>. Afirmam-se também as obrigações de Ahmés-Turo de fazer as oferendas aos deuses do sul, além de Elefantina, *nTrw dp rsw Abw* (Urk. 80, 15), e em tomar juramento em nome do monarca. Esse último elemento reflete uma política egípcia de manter os governantes núbios sob regulação egípcia<sup>647</sup>. Nesses dois pontos, percebe-se que Ahmés-Turo,

<sup>645</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 46, tradução nossa.

<sup>646</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 230-231.

<sup>647</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 92-93.

embora aja nominalmente em nome do monarca egípcio, detém um significativo poder tanto secular quanto espiritual da Núbia, capazes de inseri-lo nos jogos de poder, inclusive em aspectos referentes à legitimação dos governantes locais o que gera para ele uma maior capacidade de negociação na região por ele administrada.

Outra questão que a vem à tona com essa inscrição é a organização e circulação de informações no território sul. De acordo com a forma como a estela de Wadi Halfa é escrita, pode-se inferir que a narrativa foi retirada de uma carta recebida pelo vice-rei Ahmés-Turo, que, então, passa por um processo de monumentalização. Trata-se, assim, de uma informação recebida em âmbito restrito e que passa por uma publicização a partir da atuação do vice-rei. É evidente que a informação contida referente à sucessão real e à prosperidade do palácio são elementos importantes e que deveriam ser passados de alguma forma a fim de assegurar a legitimidade da presença egípcia na região, bem como a lealdade dos oficiais egípcios na Núbia. Contudo, os atos que deveriam ser realizados pelo vice-rei parecem estar inseridos na estela não só para afirmar as obrigações que esse cargo possuía com relação à Coroa, mas também como forma de disseminar o prestígio disponível para o possuidor de tal cargo.

É importante ressaltar também que o vice-rei, além de ser o representante da autoridade egípcia, poderia apresentar ligação, inclusive sanguínea, com outro cargo, esse exercido no próprio Egito: o de vizir<sup>648</sup>. Esse último foi retomado a partir do reinado de Tutmés I, quando o Egito dispunha de uma maior estabilidade e extensão de suas fronteiras<sup>649</sup>, tendo Imhotep como o primeiro ocupante nesse momento<sup>650</sup>. Mas é somente com seu sucessor, Ahmés-Aametu, sobrinho de Ahmés-Turo<sup>651</sup>, que o vizirato e o vice-reinado da Núbia se tornam vinculados por relações familiares. Desse modo, temos uma família cuja influência se estende nas administrações civis e militares tanto do Egito quanto da Núbia. Outrossim, tal família aparece também nos quadros templários. O próprio Ahmés-Turo teria começado sua carreira como escriba do templo, *sS Hwt*, tendo seu filho nomeado como escriba das oferendas de Amon, *sS Htp-nTr n Imn*, cargo também ocupado por seus netos Amunemhab e Tety, e por seu bisneto Hori<sup>652</sup>. Vemos então uma mesma *household* dentro dos setores administrativos religiosos e civis, tanto no exterior quanto no Egito. Tal contexto familiar nos possibilita enxergar as

---

<sup>648</sup> SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 577.

<sup>649</sup> Ibid.

<sup>650</sup> POPKO, Lutz. Late Second Intermediate Period to Early New Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 5.

<sup>651</sup> SHIRLEY, J. J. Viceroys, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. **Journal of Egyptian History**, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 90.

<sup>652</sup> Ibid.



assinaturas de Ahmés-Turo nos monumentos como uma marca da continuidade de influência desse núcleo em um determinado setor do Estado egípcio: a política estrangeira desenvolvida no sul.

Além da divulgação da titulaturas do monarca egípcio em terras núbias, uma estela de Tombos, também erigida por Ahmés-Turo<sup>653</sup>, esculpida próxima a uma mina de granito cinza, datada do segundo ano de reinado, contém elementos narrativos sobre uma presença bélica egípcia na Núbia. De acordo com ela, há um grande massacre na região, além da construção de uma fortaleza. Não há sequer menção a prisioneiros ou a butins. O foco está voltado completamente à matança, construindo-se um cenário visualmente violento após a conclusão das ações egípcias:

Os *iuntiu*<sup>654</sup> núbios foram derrotados com (sua) matança, estendidos por suas terras, suas vísceras inundando seus valões, seu sangue como um aguaceiro torrencial. Os restos (despedaçados) são demasiado numerosos para as aves, apresando as capturas (e levando-as) até outro lugar<sup>655</sup> (Urk. IV 84, 6-11).

Se seguirmos a proposta da estela de Amenhotep I, acima citada, sobre as diferenças de tratamento para com terras estrangeiras em fase de subjugação e as terras já subjugadas, mas que se rebelam, somos levados a acreditar que esse ponto da narrativa faz menção a um território núbio cuja presença egípcia já estaria dada. Ahmés, filho de Ebana, justifica uma campanha egípcia na Núbia, nomeadamente em Khenthennefer, durante o período de Tutmés I como uma forma de “reprimir a desordem por terras estrangeiras” e “para frear a imigração a partir do deserto”<sup>656</sup> (Urk. IV 8, 6-7).

Essa hipótese, porém, não pode ser totalmente confirmada a partir de um local específico, dada a generalidade com que Tutmés I faz referência aos territórios, “evitando as precisões e referências a ações concretas”<sup>657</sup>. Tal ausência de exatidão poderia ser pensada justamente como instrumento de demonstração da força do monarca contra aqueles que se rebelam. É preciso ter em mente que Tombos era um território recém-dominado nesse período e vizinho muito próximo da capital kushita de Kerma, que foi também finalmente submetida pelas forças egípcias no sul nesse momento<sup>658</sup>. Tal ação bem-sucedida deu ao Estado egípcio maior poder, prestígio e capacidade de interação com outras regiões. Desse modo, afixar certo

<sup>653</sup> GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 48.

<sup>654</sup> Segundo Galán, esse termo era empregado para se referir a tribos núbias, “geralmente associadas ao uso do arco”. Ver *Ibid.*, p. 40, nota 9, tradução nossa.

<sup>655</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, p. 49-50, tradução nossa.

<sup>656</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, p. 42, tradução nossa.

<sup>657</sup> *Ibid.*, p. 48, tradução nossa.

<sup>658</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 123.

tipo de aviso contra possíveis rebeliões não seria algo estranho a ser pensado por parte da administração egípcia. Prova dessa preocupação é o próprio destino de Kerma: ela teria tido sua população deslocada, de forma forçada, para Dukki Gel, cuja distância da antiga capital seria de cerca de um quilômetro<sup>659</sup>. Nesse assentamento, constata-se uma hibridização arquitetônica, além da manutenção de ao menos dois templos de caráter eminentemente núbio, embora duas estruturas de caráter civil – possivelmente palácios – tenham sido destruídas<sup>660</sup>. Tanto a manutenção quanto a hibridização seriam também marcas do reconhecimento por parte da administração egípcia de sua fragilidade na região<sup>661</sup>.

Nesse monumento de Ahmés-Turo em nome de Tutmés I em Tombos há também elementos voltados ao universo religioso e mágico-político. Tutmés I é associado a Amon – relação entre filho e pai, respectivamente –, à Enéade de Karnak e aos “poderosos”, *bAw*<sup>662</sup> (Urk. IV 85, 1), de Heliópolis. A menção a essas entidades, tanto individualmente quanto em grupo, reforça a noção de que o Egito movia junto com suas tropas suas próprias divindades. Divindades essas que trazem, por sua vez, suas próprias regionalidades; ou seja, ao mencionar os *bAw* de Heliópolis, a inscrição reconhece a importância dessa área dentro do Estado egípcio. Amon, representante do templo de Karnak, uma das principais instituições impulsionadoras da expansão, e da própria cidade de Tebas, é um outro exemplo. Quanto ao aspecto mágico-político, Tutmés I aparece concedendo o alento da vida, isto é o direito à vida política, social e religiosa, para aqueles que o seguem. Nesse último elemento, vemos um reforço positivo à aceitação do governo egípcio, ao contrário do receio despertado por possíveis massacres.

A narrativa de Ahmés, filho de Ebaná, em sua tumba atenua – embora não negue – a questão do massacre como única solução adotada mediante os núbios enfrentados. O soldado de Elkab, enquanto agente da campanha, afirma que os súditos, *Xrw* (Urk. IV 9, 2), do governante núbio foram levados como prisioneiros, enquanto o primeiro, flechado e morto pelo rei logo no início da batalha, acaba por ser pendurado de cabeça para baixo na proa do barco do monarca, o qual atraca em Karnak. Morris, acredita que essa atitude serve para exibir o inimigo como troféu bem como “para intimidar todos os núbios por quem ele passou em sua jornada para o norte”<sup>663</sup>.

---

<sup>659</sup> Ibid., p. 226.

<sup>660</sup> Ibid.

<sup>661</sup> Ibid.

<sup>662</sup> Galán afirma que esse termo é comumente traduzido como “alma”. Ver GALÁN, José M., **El Imperio egípcio: Inscripciones**, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 50, nota 7.

<sup>663</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 133, tradução nossa.

Outros dois relatos afirmando a existência de prisioneiros estão presentes na narrativa da tumba de Ineni (TT81), prefeito de Tebas e detentor de altos cargos relacionados ao templo de Amon<sup>664</sup>, em que se afirma que alguns indivíduos capturados após a queda de Kush foram entregues ao templo de Karnak<sup>665</sup>, e na tumba de Ahmés Pennekhbet em Elkab. Esse último oficial faz uma divisão desses indivíduos em dois grupos: aqueles capturados por ele, contabilizando dois, e aqueles levados por ele ao Egito, “sem lhes haver contado”<sup>666</sup> (Urk. 36, 8). Como resultado desses conflitos na Núbia, Ahmés, filho de Ebana, adquire o status de almirante da tripulação, *Hr(j) Xnyt* (Urk. IV 8, 10), enquanto Ahmés Pennekhbet, como resultado de todas suas ações durante o reinado de Tutmés I recebe “quatro pulseiras de ouro, quatro braceletes, um punhal, seis escaravinhos, três leões e dois machados (também) de ouro”<sup>667</sup> (Urk. IV 38, 16-39, 1).

No terceiro ano de reinado de Tutmés I o Egito aparece mais uma vez na região núbia. Ahmés-Turo realizou três grafites, um em Aswan e dois na ilha de Sehel, derivados do cumprimento da missão do vice-rei na retirada de pedras do canal da Primeira Catarata, construído já durante o reinado de Senusret III<sup>668</sup>. O grafite em Aswan faz uma associação entre Tutmés I e Satet, senhora de Elefantina, divindade guardiã da fronteira sul e da Baixa Núbia e que mata os inimigos do rei usando flechas<sup>669</sup>. É interessante notar que tal divindade é retratada portando a Coroa branca, representante do Alto Egito<sup>670</sup>, vinculando-a justamente com esse último e, assim, com a dominação dessa região sobre a Núbia. Tal associação está acompanhada de uma menção do retorno das forças expedicionárias egípcias após sagrarem-se vitoriosas contra Kush. Essa construção, então, reforça o favorecimento da deusa ao Egito a partir do resultado obtido em Kush e na própria confecção de um grafite que marca a presença egípcia na área de Aswan.

Os outros dois grafites, ambos na ilha de Sehel, reafirmam esse regresso vitorioso das tropas egípcias a partir de Kush. Um deles, porém, é responsável por fazer a menção direta à limpeza do canal da Primeira Catarata do Nilo, a qual, conforme lembra Frizzo, faz parte de um projeto de ampliação de comunicação e transporte ao longo do Nilo, “integrando os territórios

<sup>664</sup> SHIRLEY, J. J. Viceroys, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. **Journal of Egyptian History**, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 91-92.

<sup>665</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 72-73.

<sup>666</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egípcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 44, tradução nossa.

<sup>667</sup> Tradução em espanhol em Ibid, p. 45, tradução nossa.

<sup>668</sup> Ibid., p. 52.

<sup>669</sup> HART, George. **The Routledge Dictionary of Egyptian Gods and Goddesses**. Londres; Nova York: Routledge, 2005. p. 140.

<sup>670</sup> Ibid.

conquistados”<sup>671</sup>. Essa constatação, além de seu caráter evidentemente prático, acaba associando à capacidade do Egito em realizar campanhas nas regiões mais ao sul tanto a Coroa, representada por Tutmés I, quanto o vice-rei, cargo representado por Ahmés-Turo. A instalação desses grafites em locais de passagem das campanhas busca evidenciar o importante papel desempenhado pelos atores diretamente mencionados quanto pelas suas funções na continuidade dos avanços egípcios em terras estrangeiras. Seja para fins comerciais seja para fins bélicos, a passagem do Nilo é fundamental. A relevância dessa passagem e de sua manutenção aparecerá novamente durante o reinado de Tutmés III, momento em que uma nova limpeza é realizada e no qual deixa-se “também testemunho [...] na ilha de Sehel junto a um dos grafites da época de seu avô, Tutmés I, copiando-o quase literalmente”<sup>672</sup>.

Os três grafites tomados em conjunto sublinham, através de suas localizações e de suas inscrições, dois movimentos na Núbia: a Primeira Catarata, mais uma vez, aparece como região dominada e administrada diretamente, tendo Ahmés-Turo como personificação dessa organização, não havendo citação a um ataque contra essa área. As regiões mais ao sul, por outro lado, aparecem como alvo das expedições militares egípcias, o que indica a resistência delas quanto à formação de uma dominação direta e influência egípcias na região. Bryan, por exemplo, acredita que o exército egípcio durante o governo de Tutmés I foi capaz de alcançar Kerma bem como regiões da Quarta Catarata<sup>673</sup>. Uma inscrição deixada durante esse período na região de Hagar el-Merwa, entre a Quarta e Quinta Cataratas, responsável por determinar a pena de morte para os núbios que transgredissem a fronteira por ela determinada, deixa clara uma presença egípcia na região<sup>674</sup>. Há a hipótese, baseada em uma inscrição próxima, de que durante esse período os egípcios tenham fundado uma fortaleza na região de Kurgus<sup>675</sup>. Conjectura-se mesmo sobre a existência de uma fortaleza egípcia em Tombos, mas as evidências disponíveis ainda não são capazes de afirmarem categoricamente a presença dessa estrutura na área<sup>676</sup>. Em um plano mais concreto, sabe-se que as fortalezas núbias que possuíam inscrições datadas do reinado de Tutmés I eram provenientes, em realidade, do Reino Médio e do início da XVIII Dinastia, como são os casos das de Elefantina, Kuban, Serra Oriental, Semna

---

<sup>671</sup> FRIZZO, Fábio. **Estado, Império e Exploração no Egito do Reino Novo**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 69.

<sup>672</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 52, tradução nossa.

<sup>673</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 232.

<sup>674</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 73

<sup>675</sup> Ibid., p. 73, 82, 109-110.

<sup>676</sup> Ibid., p. 82.

e Sai<sup>677</sup>, sendo essa última, pelo menos desde o reinado de Ahmés, tanto uma ponte para o deslocamento de tropas em direção a Kush quanto um local para obtenção de suprimentos e soldados<sup>678</sup>.

O caso de Sai é representativo das duas necessidades básicas a que as fortalezas núbias atendiam: defesa do controle das áreas dominadas e abastecimento do Estado egípcio e seus funcionários<sup>679</sup>. Desse modo, deve-se ver as campanhas, bem como as edificações, como sendo pensadas para atender não só às demandas militares, evitando possíveis insurreições, mas também como formas de garantir o acesso a rotas comerciais, além de recursos minerais, animais e humanos núbios<sup>680</sup>, o que beneficiaria não só o Egito como, no nível individual, os funcionários responsáveis pela organização direta dessas regiões. Essa análise torna obsoleta a divisão proposta por Redford, na qual a Núbia aparece quase que exclusivamente como área de extração de ouro enquanto o Levante é alvo do Egito por suas rotas comerciais<sup>681</sup>.

Spalinger ressalta que a marinha egípcia, agora associada principalmente à transporte, era responsável por conduzir produtos núbios, principalmente ouro, para o Egito<sup>682</sup>. De acordo com o autor, os templos possuidores de terras da Núbias também tomavam parte dessa função da marinha<sup>683</sup>. Sendo assim, temos um setor – ao menos anteriormente – militar realizando funções dentro dos âmbitos civil e religioso, os quais nas questões de produção, obtenção, circulação e consumo não se encontram tão bem separados. Esse fato trazido por Spalinger demonstra que, assim como as fortalezas, as tropas egípcias não possuíam somente uma função voltada à violência, mas também ao estabelecimento de relações de outras naturezas, como circulação de bens.

Como se pode observar pela formulação da estela de Tombos, analisada anteriormente, e na de Hagar el-Merwa, acima citada, esses monumentos, aliados ou não a fortalezas próximas, tinham por objetivo garantir de fato o controle da administração egípcia na região, mostrando mesmo que textualmente a força militar disponível para agir nesse território, alvo de expansão.

---

<sup>677</sup> Ibid. p. 74.

<sup>678</sup> BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom – some thoughts on the legitimization of pharaonic power in the South. *In*: COOPENS, F., JANÁK, J.; VYMAZALOVÁ, H. **Royal versus Divine Authority**. Acquisition, Legitimization and Renewal of Power, 7th Symposium on Egyptian Royal Ideology, Prague, June 26-28, 2013. Wiesbaden: Königium, Staat und Gesellschaft früher Hochkulturen: Wiesbaden 2015. p. 79-80.

<sup>679</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt’s New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 83.

<sup>680</sup> Ibid., p. 94.

<sup>681</sup> REDFORD, Donald B. **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 192-193.

<sup>682</sup> SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 56.

<sup>683</sup> Ibid.

Há, pela parte nativa, uma consequência bastante negativa dessa presença efetiva egípcia na Núbia: de acordo com as evidências de assentamentos núbios, os cemitérios nativos sofreram um empobrecimento considerável durante a administração egípcia<sup>684</sup>, o que sugere não somente a exploração, mas também confirma a eficiência buscada pelo Egito na subjugação de territórios, dada a diminuição de recursos disponíveis para a elite local.

Mas a administração egípcia próxima e na área de Kerma não ocorreu sem problemas e logo foi contestada<sup>685</sup>. A revolta de Kush citada por uma estela do governo de Tutmés II, localizada entre Aswan e Philae, poderia estar ligada ao recebimento da notícia da morte de Tutmés I<sup>686</sup>. Como visto anteriormente, Morkot, baseado justamente na descrição dessa estela, afirma que os movimentos de contestações surgidos na transição monárquica estão ligados a uma ideia de fragilidade da instituição nesse período de maior incerteza bem como demonstrariam a ideia de pessoalidade que envolviam os pactos desenvolvidos entre os governantes<sup>687</sup>. A rebelião kushita teria sido o grande desafio enfrentado pelo governo de Tutmés II na fronteira sul.

A estela de Aswan e Philae, embora tenha por foco a batalha das forças egípcias contra os núbios rebelados de Kush, apresenta todo um pano de fundo a fim de demonstrar o ordenamento proposto pelo Egito, a começar pela coroação do novo faraó. Ela faz referência ao ano 1 do reinado de Tutmés II, fornece os cinco nomes do monarca e o favorecimento de Amon e Rá para com o rei recém-entronado. Assim, levando em consideração a ideia de fragilidade levada em consideração pelos núbios durante os períodos de transição, o monumento marca o fim desse processo, tanto no plano terreno quanto no cósmico, e, conseqüentemente, afasta a possibilidade de contestações baseadas nessa perspectiva.

Em um segundo momento, busca-se constituir um ordenamento de mundo no qual o Egito é o centro. Além de frases como “o respeito para com ele atravessa a terra”<sup>688</sup> (Urk. IV 138, 1) e “os Nove Arcos sob suas sandálias”<sup>689</sup> (Urk. IV 138, 4), que marcam o poder universal

---

<sup>684</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 94.

<sup>685</sup> BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom – some thoughts on the legitimization of pharaonic power in the South. In: COOPENS, F., JANÁK, J.; VYMAZALOVÁ, H. **Royal versus Divine Authority**. Acquisition, Legitimization and Renewal of Power, 7th Symposium on Egyptian Royal Ideology, Prague, June 26-28, 2013. Wiesbaden: Königtum, Staat und Gesellschaft früher Hochkulturen: Wiesbaden 2015. p. 64-65.

<sup>686</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 74-75.

<sup>687</sup> MORKOT, Robert G. **Historical Dictionary of Ancient Egypt Warfare**. Lanham; Maryland; Oxford: The Scarecrow Press, 2003. p. 240-241.

<sup>688</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 57, tradução nossa.

<sup>689</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

do faraó, e assim do Egito, menciona-se também o recebimento de produtos, *jn<sub>w</sub>* (Urk. IV 138, 5), por parte dos territórios do Levante e de tributos, *g(A)wt* (Urk. IV 138, 6), por parte dos territórios núbios. Registra-se então, uma administração eficiente, na qual cada região sabe seu lugar dentro do Estado egípcio e, assim, não há necessidade, nem mesmo de menção, da violência. Situação que será alterada quanto ao território sul, quando se chega ao Egito a notícia de que a região de Kush havia começado a rebelar-se.

De acordo com o relato, os núbios atacaram assentamentos egípcios, roubando gado inclusive das fortalezas erigidas por Tutmés I na região<sup>690</sup>. Morris, porém, levanta a possibilidade de que os animais roubados seriam, na realidade, pertencentes aos núbios e que teriam sido apropriados pelos egípcios que agora dominavam e ocupavam a região<sup>691</sup>. A autora baseia essa hipótese na importância que o gado parecia ter para o Grupo-C<sup>692</sup>, nativo, dado a sua presença em sua arte e a de bucrânios em seus monumentos mortuários, marcando a importância simbólica e econômica desses animais<sup>693</sup>.

As fortalezas foram pensadas justamente, dentre outras funções, para conter potenciais contestações do poderio egípcio. Nessa afirmação há dois pontos que devem ser ressaltados: o primeiro, mais óbvio, é que as construções egípcias do reinado de Tutmés I falharam em conter os núbios. O segundo ponto, por sua vez, é mais voltado ao elemento discursivo: o reinado de Tutmés II surge aqui como proteção das conquistas feitas pelo de seu pai. Vencer os kushitas tal qual seu pai, faria com que Tutmés II se legitimasse através do elemento bélico presente ao longo de todo esse período inicial do Reino Novo e se colasse em maior grau ao reinado anterior. Derrotá-los em definitivo, por outro lado, seria ir além do que seus antecessores teriam conseguido fazer.

---

<sup>690</sup> Deve-se ressaltar que a localização dessas fortalezas erigidas durante o reinado de Tutmés I é ainda motivo de debates. Segundo Budka, não há vestígios arqueológicos condizentes com fortalezas em Tombos ou em Gebel Barkal, situação diferente daquela possivelmente encontrada em Dukki Gel. Ver BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom – some thoughts on the legitimization of pharaonic power in the South. In: COOPENS, F., JANÁK, J.; VYMAZALOVÁ, H. **Royal versus Divine Authority**. Acquisition, Legitimization and Renewal of Power, 7th Symposium on Egyptian Royal Ideology, Prague, June 26-28, 2013. Wiesbaden: Königtum, Staat und Gesellschaft früher Hochkulturen: Wiesbaden 2015. p. 64-65.

<sup>691</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt’s New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 96-97.

<sup>692</sup> De acordo com Smith, foi uma população que ocupou a Baixa Núbia por volta de 2400-1550 a.C., após o abandono egípcio de algumas minas na região. O autor afirma que esse grupo era constituído por “chefaturas igualitárias” que interagem com os egípcios, fornecendo alguns serviços, como o de mercenário, em troca de alguns produtos. O Grupo-C teria sido inclusive dominados por um período do Reino Médio, até o início do Segundo Período Intermediário. Ver SMITH, Stuart Tyson. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium B.C. In: CUSICK, James G. (org.). **Studies in Culture Contact**. Interaction, Culture Change, and Archaeology. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998. p. 259.

<sup>693</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt’s New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 96-97.

O ir além pode ser indicado, por exemplo, ao sublinhar que a rebelião teria sido organizada e liderada por um chefe de Kush aliado a dois *iuntiu* e três filhos do antigo governante kushita, tendo esses últimos conseguido fugir durante a batalha travada durante o reinado de Tutmés I. A inscrição faz menção também a uma divisão do território governado pelos rebeldes em cinco setores. Spalinger acredita que essa separação já estava presente na administração egípcia contestada, estando entregue a governantes núbios aliados<sup>694</sup>. Tal divisão, segundo Morris, seria reformulada pelos egípcios após a conclusão da campanha, diminuindo ainda mais o poder dos oficiais responsáveis por suas respectivas administrações<sup>695</sup>.

Conseguir capturar esses indivíduos seria crucial do ponto de vista político tanto externo quanto interno, reforçando o poderio do Egito durante o reinado de Tutmés II. Essa imbricação entre o âmbito interno e externo pode ser constatada também através do juramento proposto por Tutmés II na presença do mensageiro, quando o faraó é, pela fúria apresentada, comparado a uma pantera. A comparação entre o monarca egípcio e tal animal é atestada com relação à figura de seu pai, tanto na estela desse em Tombos, na qual Tutmés I é mencionado como “uma jovem pantera”<sup>696</sup> (Urk. IV 85, 5), quanto na autobiografia de Ahmés, filho de Ebana, em que Tutmés I, no seu momento de ira “como uma pantera”<sup>697</sup> (Urk. IV 8, 13), aparece matando o governante de Kush com uma flechada no peito.

Como vimos anteriormente, a comparação do monarca egípcio com um animal não é algo novo. A Paleta de Narmer apresenta esse governante, por exemplo, transfigurado em um touro. Os próprios nomes de alguns monarcas desse período inicial do Reino Novo possuem na composição de alguns dos seus nomes tal animal, como é o caso do nome de Hórus de Tutmés I, Touro Vitorioso, Amado de Maat, *kA nxt mry mAat* (Urk. IV 82, 10), e de Tutmés II, Touro Vitorioso, Poderoso em Força, *kA nxt wsr pHtj* (Urk. IV 137, 10). A novidade nesse momento, encontra-se nos animais escolhidos para se estabelecerem relações.

Citando mais uma vez Tutmés I como exemplo, vimos que a caçada de elefantes na região do Levante ultrapassa a mera demonstração de força, servindo como forma de legitimar a presença egípcia enquanto, ao menos, uma das forças governantes, dado o caráter restrito desse tipo de ação na região. Embora o monarca, nesse caso não seja transformado em elefante, o confronto com esse animal exerce uma importância política considerável. Sua narrativa no

<sup>694</sup> SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 50.

<sup>695</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 104.

<sup>696</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 50, tradução nossa.

<sup>697</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 42, tradução nossa.



interior do Egito também faz com que o evento seja visto como marca da legitimidade do governo em exercício. Absorve-se, então, um elemento externo a fim de criar discursos internos.

O caso da comparação do faraó com pantera parece seguir o mesmo caminho com relação à fronteira sul. Conforme nos sinalizam os *Anais de Tutmés III* e a iconografia – trazida no capítulo 2 – da tumba de Rekhmira, a pantera era um animal bastante presente no universo núbio, sendo, inclusive, um dos produtos trazidos por comitivas dessa região ao Egito, vivo (Rekhmira) ou como pele (*Anais*). Não parece coincidência que seja durante o governo de Tutmés I, com maior expansão rumo ao sul até então, que a pantera comece a aparecer para caracterizar o rei em monumentos situados na região da Núbia, com exceção da tumba de Ahmés, filho de Ebana, que, embora faça referência ao animal durante uma campanha contra Kush, está localizada em Elkab. Em outras palavras, embora mesmo nessas ocasiões o elemento da guerra, da violência e da subjugação estejam presentes, eles são cooptados a partir da fauna local, buscando-se construir uma legitimação do governo egípcio através desse elemento. O governo de Tutmés II parece ter compreendido a importância desse elemento, bem como encontrou nele mais uma forma de ligar o reinado atual com o seu antecessor.

Mas a metáfora da pantera, como dito anteriormente, marca o estado de espírito do monarca durante um juramento. Nele, Tutmés II afirma o favorecimento de Amon e Rá com ele bem como sua vontade de não deixar nenhum núbio rebelde vivo, o que é característico da narrativa egípcia sobre atos de rebelião. E, de acordo com a narrativa, assim foi feito pelas tropas egípcias em Kush, com exceção de um dos filhos do governante de Kush, o que daria início à política de capturar príncipes locais para serem educados na corte egípcia<sup>698</sup>, e seus dependentes. Príncipes e dependentes foram levados à presença do rei e apresentados pela tropa egípcia, os quais parecem ter servido como símbolos da própria terra, agora afirmada como sendo “serva de sua majestade como o era antes”<sup>699</sup> (Urk. IV 140, 17). Embora o rei apareça como ponto de referência ao longo de toda narrativa, não sendo esse momento uma exceção, o que se percebe é um movimento, mesmo que velado, de reconhecimento de que quem entrega a Núbia, bem como os cativos ali feito, ao rei são as forças egípcias. São essas que colocam o território estrangeiro subjogado em ordem mais uma vez, estabelecendo, também, o equilíbrio político, social e, assim, cósmico. Esse elemento fica ainda mais evidente quando pesquisadores

---

<sup>698</sup> FRIZZO, Fábio. **Estado, Império e Exploração no Egito do Reino Novo**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 170.

<sup>699</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 58, tradução nossa.

como Bryan afirma que é nesse período que há “o desaparecimento definitivo de Kush em Kerma”<sup>700</sup>.

A estela de Tutmés II entre Aswan e Philae sublinha também o impacto político dessa vitória no interior do próprio Egito, o que, mais uma vez, destaca como os movimentos de expansão fazem agora parte do imaginário de legitimação do governo egípcio diante de seus conterrâneos. De acordo com o monumento, a população recebe as jubilosas forças egípcias com bastante exaltação, “gritando e dançando”<sup>701</sup> (Urk. IV 141, 1), reconhecendo os poderes do monarca bem como o caráter legítimo de sua governança, dado que o deus Amon, seu pai, o favorece. Dentro desse quadro narrativo de entusiasmo e conclusão, percebe-se que as esferas militar e religiosa compõem o quadro que permite que Tutmés II seja reconhecido como sucessor por direito de seu pai Tutmés I por parte do povo egípcio, cuja festa conclui o ato do governo egípcio no exterior.

Mas existem evidências arqueológicas que podem marcar uma presença egípcia ainda mais ao sul, mais especificamente na região de Gebel Barkal. Nessa região, foi encontrado um cartucho isolado de Tutmés II, o que poderia indicar a presença de um templo ou de uma fortaleza. De acordo com Morris, Gebel Barkal apresenta uma dupla importância para a administração egípcia na Núbia: é uma das áreas mais distantes sobre a qual o Egito exerce algum tipo de influência e faz parte da rota comercial que fazia a ligação entre a Alta Núbia e a região de Butana, sendo “a vasta maioria dos produtos exóticos do sul africano que chegava ao Egito [...] originalmente transportada ao longo dessa rota”<sup>702</sup>.

O que se percebe durante o reinado de Tutmés II, então, é um sufocamento de rebeliões nos territórios mais ao sul, além da possível construção de edificações que fazem com que o Egito assuma controle de uma importante rota que passa por Napata. Os produtos provenientes dessa região passariam assim a circular no Egito com um número mais reduzido de intermediários e com custos menores ao Tesouro egípcio. Essa manutenção de rotas comerciais e sufocamento de rebeliões está presente também no governo sucessor ao de Tutmés II, o da faraó Hatshepsut.

Ao contrário do que comumente se afirma sobre o caráter pacífico do reinado de Hatshepsut, há elementos consideráveis sobre a atuação do exército em campanhas militares

---

<sup>700</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 235, tradução nossa.

<sup>701</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egípcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 58, tradução nossa.

<sup>702</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 40, tradução nossa.

durante esse período, inclusive em territórios núbios. De acordo com O'Connor, durante o final do período de corregência de Hatshepsut e Tutmés III, esse último teria liderado duas campanhas militares na Núbia, o que dota esse último de experiência prática em assuntos militares<sup>703</sup>, o aproximando dos grupos envolvidos nas expansões do sul e “indicando que seu status era alto o suficiente para dar acesso a um poder militar significativo sem pôr em perigo Hatshepsut”<sup>704</sup>. A própria Hatshepsut pode ter aparecido em pessoa, segundo relatos de alguns de seus contemporâneos, em uma campanha na Núbia, o que seria condizente com sua tentativa de se apresentar enquanto faraó<sup>705</sup>.

Em um grafite localizado na ilha de Sehel, por exemplo, Tey, comissário real e supervisor do selo, afirma ter seguido a monarca em uma campanha na região de Khenthennefer. Dado que se trata de um topônimo genérico, a localização da campanha é inexata. Galán, acredita que essa ação tenha sido realizada não muito longe de Sehel, o que configuraria um ato de contenção de rebeliões e não propriamente de expansão.<sup>706</sup> Essa hipótese é também sustentada por Bryan, que afirma que durante o governo de Hatshepsut não há indícios de guerras prolongadas, mas sim de ações de caráter punitivo, com destaque para a Núbia<sup>707</sup>. Tal campanha haveria tido como resultado o arrasamento da Núbia, a derrota dos adversários e a transformação de seus chefes em cativos. Aqui, tal qual seus antecessores, Hatshepsut aparece como uma guerreira poderosa, capaz de vencer os *iuntiu* núbios.

Nesse mesmo grafite, porém, vemos outros dois atores importantes, mesmo que ofuscados pela narrativa de exaltação da monarca. O primeiro deles é o próprio Tey, responsável, segundo a conclusão do grafite, por executar as ordens advindas da Coroa, como narrar os feitos bélicos do Egito, inserindo-o nos circuitos políticos, econômicos e sociais do Estado egípcio, inclusive na Núbia, dado que sua assinatura consta em uma inscrição na Primeira Catarata do Nilo, onde Ahmés-Turo, antigo vice-rei, havia feito grafites referentes ao governo de Tutmés I. Assim, a escolha dessa região acaba por refletir não só uma busca de ligação entre Hatshepsut e seu pai, mas também entre Tey e as funções egípcias na região núbica.

<sup>703</sup> O'CONNOR, David. Thutmose III: An Enigmatic Pharaoh. In: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 27-28.

<sup>704</sup> Ibid., p. 26, tradução nossa.

<sup>705</sup> Ibid.

<sup>706</sup> GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 60.

<sup>707</sup> BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 238.

Mas a ligação não existe somente entre membros da Coroa e de uma administração civil-militar. Através do projetista de Amon, *sS qd jmn*<sup>708</sup>, Amenmés, o clero da divindade tebana também se faz presente na construção dessa narrativa. Assim como aconteceu no templo mortuário de Hatshepsut, em Deir el-Bahari, no interior do próprio Egito, onde Amon assume papel central no nascimento divino do rei<sup>709</sup>, Amenmés transporta a chancela discursiva de Amon, neste caso para a Núbia e tendo como foco a confecção do grafite. Embora não haja a atuação direta do próprio deus, existe a assinatura de um representante desse importante culto.

O grafite de Tey, grafado por Amenmés, sobre campanhas de Hatshepsut na Núbia, demonstra que não basta a realização das campanhas/expedições por parte da Coroa, mas é preciso o testemunho das elites (Tey) e a construção discursiva – nesse caso literalmente – dos templos (Amenmés). Esse grafite é capaz de demonstrar a integração dos diferentes grupos na legitimação do Estado faraônico, inclusive de suas expansões, presentes e futuras, uma vez que a campanha narrada é um dos fatores que permite a chegada dos egípcios nas áreas mais ao sul já que foi responsável pela derrota dos que seriam contrários a tal movimento e poderiam, então, causar dificuldades.

Outro momento em que a Núbia aparece durante as narrativas feitas no templo mortuário da faraó em Deir el-Bahari sobre as expedições egípcias em Punt, as quais serão analisadas posteriormente. Nesse momento, os *iuntiu* núbios aparecem dominados, “inclinando a cabeça, trazendo seus presentes até onde está sua majestade”<sup>710</sup> (Urk. IV 331, 9-10). Nesse momento há o reforço da ideia de que todas as terras estrangeiras estão sob domínio egípcio, sendo “servas de sua majestade”<sup>711</sup> (Urk. IV 331, 14). Além de buscar a demonstração de força do monarca bem como do governo de forma geral em exercício, a narrativa sublinha também a capacidade de manutenção dos fluxos de produtos, principalmente para o templo de Karnak, dado que estabelece-se que foi Amon a entidade responsável por colocar “todas as terras sob suas sandálias [de Hatshepsut]”<sup>712</sup> (Urk. IV 332, 1). Nesse trecho sobre a Núbia e sobre as terras estrangeiras em geral, o que se percebe é um movimento de dominação em diferentes níveis, tanto interno quanto externo.

A narrativa sobre a condição de dominação egípcia sobre terras estrangeiras pode ser atestada em níveis religiosos, militares e diplomáticos. O reconhecimento do aparato religiosos

<sup>708</sup> HABACHI, Labib. Two Graffiti at Sehel from the Reign of Queen Hatshepsut. **Journal of Near Eastern Studies**, Chicago, v. 16, n. 2, p. 99, Abr. 1957.

<sup>709</sup> KEMP, Barry. **Ancient Egypt. Anatomy of a Civilization**. Oxon; Nova York: Routledge, 2018. p. 260.

<sup>710</sup> Tradução em espanhol em GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 69, tradução nossa.

<sup>711</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

<sup>712</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

encontra-se na entrega de produtos a Karnak como uma espécie de imposto anual, *Htrj r Tnw rnpt* (Urk. IV 331, 16), sendo, de acordo com as indicações do documento, a instituição mais favorecida. Por outro lado, a dominação só pode ocorrer através da conquista, se não do território diretamente, de respeito e de influência nas regiões-alvos. Essa seria a tarefa, em nível terreno, das forças expedicionárias egípcias, representadas na figura da monarca. A conquista do respeito e do reconhecimento de força por parte dos territórios do sul é, por fim, demonstrado pela entrega de produtos, enquanto *jnw* (Urk. IV 331, 9), por parte de núbios. Esse substantivo indica que se trata de regiões que ainda detinham algum nível de independência com relação ao Egito, mas que, ao mesmo tempo, reconheciam a presença desse como força a ser considerada nos jogos diplomáticos da região.

Analisando o grafite em Sehel e esse trecho de inscrição localizada em Deir el-Bahari em conjunto, percebe-se que, embora não haja realmente referência a uma expansão em direção ao território núbio, busca-se sublinhar a continuidade da ordem nessa área bem como do fluxo de produtos em direção ao Egito. Cabe ressaltar também que o Oitavo Pílon, feito durante o governo de Hatshepsut e dedicado a Tutmés I, quem faz a narração em primeira pessoa, estabelece essas mesmas características ao rei: monarca forte, cujo respeito faz com que as terras estrangeiras sirvam a ele, ao templo de Karnak e ao Egito. Desse modo, nota-se nas narrativas sobre as terras núbias durante o período de Hatshepsut a continuidade daquilo que teria sido registrado como dever do rei por seu pai.

Além do estabelecimento de relações em formas diversificadas, deve-se ressaltar que o reinado de Hatshepsut realizou, assim como seus antecessores, construções na Núbia. Isso pode ser percebido, por exemplo, pelo fato de que, durante seu governo, houve construções e/ou modificações em templos localizados em Elefantina, Faras, Buhen e Kumma<sup>713</sup>. Sai também parece ter passado por modificações, uma vez que no período de Hatshepsut e Tutmés III parece ter tido uma valorização da mineração de pedra dessa região, a qual foi utilizada na construção do templo de Khnum, localizado em uma fortaleza na Segunda Catarata, mais especificamente em Kumma<sup>714</sup>. A aparência de Khnum – corpo humano com cabeça de carneiro – pode ter sido usada como forma de facilitar a entrada da religião e dos templos egípcios na região. Há nesse período de corregência e de transição para o reinado solo de Tutmés III alterações em relação ao material das fortalezas núbias. As edificações de Semna e Kumma, por exemplo, passam de

---

<sup>713</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 77.

<sup>714</sup> Ibid., p. 101.

tijolos de argila para construções em pedra<sup>715</sup>, o que reforça, na materialidade, a intenção egípcia de perpetuar sua presença na Núbia.

Mas as realizações do governo de Hatshepsut no sul não estão exclusivamente na Núbia. Há nesse momento uma maior aproximação do Egito com o reino de Punt, ao qual passa-se a enviar expedições. Deve-se ressaltar, porém, que tais expedições possuíam um caráter de exploração e abertura de novas rotas e não estavam voltadas ao uso da força.

Punt aparece de diversas formas no templo de Deir el-Bahari, sendo uma terra cujas relações encontram-se no passado, presente e futuro tendo como referencial o reinado de Hatshepsut. Embora a perspectiva do presente seja tratada com mais vagar posteriormente através das expedições comerciais, cabe algumas palavras sobre o elemento do passado. Esse último poder ser visto na inscrição referente ao momento da concepção de Hatshepsut, quando se afirma que Amon é um deus “cujos todos os aromas vinham do país de Punt”<sup>716</sup> (Urk. IV 220, 6). Dessa forma, parece haver uma associação da divindade principal de Tebas ao território de Punt. Enquanto futuro, essa terra aparece como profecia estabelecida pelo próprio deus Amon. Nela, o próprio deus descobrirá os caminhos que levarão a monarca até Punt e sua mirra, produto que, em forma de incenso, era bastante utilizado nos templos e capelas tumulares egípcias<sup>717</sup>. Além disso, a divindade reconhece seu favoritismo com relação à Hatshepsut dado que a ela foi relevado o trajeto até Punt e que, assim, fará com que o Egito se estenda até ali.

É importante ter em mente – e a própria inscrição de Deir el-Bahari sobre Punt ressalta isso – que, embora o trajeto direto fosse desconhecido, ou ao menos inacessível de alguma outra forma, os produtos que dali derivavam não o eram. A narrativa de Deir el-Bahari em questão afirma que os bens importados de Punt chegavam ao Egito por meio de intermediários. Parte do objetivo da expedição ao reino de Punt, então, estaria ligado justamente à redução de custos para obtenção de material através do acesso direto às áreas produtoras<sup>718</sup>.

Outro ponto importante, já com o contato estabelecido, é o destaque dado à distância entre Punt e Egito. Amon afirma que “essa é a região mais apartada da Terra-de-deus”<sup>719</sup> (Urk. IV 345, 4). Com isso, o governo de Hatshepsut, se até então foi apontado como o mantenedor do que já existia no território núbio, aparece como criador de algo inédito, algo que nem mesmo

<sup>715</sup> Ibid., p. 187.

<sup>716</sup> Tradução em francês em LALOUETTE, Claire. La divine Hatshepsout. In : LALOUETTE, Claire. **Textes sacrés et textes profanes de l’Ancienne Egypte**. Paris : Gallimard, 1984. v. 1, p. 30, tradução nossa.

<sup>717</sup> O’CONNOR, David. Thutmose III: An Enigmatic Pharaoh. In: CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 10-11.

<sup>718</sup> GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 67, nota 9.

<sup>719</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 67, tradução nossa.

os ancestrais míticos haviam conseguido: uma rota direta para o lugar mais longe possível. O lugar criado por Amon para seu entreterimento, lugar desfrutado pelo deus tebano, por Mut e por Hathor, considerada, dentre outros epítetos, senhora da Coroa Branca, de Punt e de todos os deuses. Esses epítetos de Hathor são significativos porque estabelecem uma importante associação no próprio plano terreno. A deusa aparece como ponto de conexão entre o Alto Egito (Coroa Branca) e Punt. Outrossim, marca-se sua superioridade em relação a todos os outros deuses – com a muito provável exceção de Amon –, reforçando com isso a legitimidade do próprio governo do Alto Egito.

A inscrição de Deir el-Bahari enfatiza também que não há uma necessidade de enfrentamento, dado que Amon afirma ter feito com que os habitantes de Punt se mostrassem reconhecedores do poderio egípcio e louvassem a monarca como um deus. Como resultado, temos a afirmação da abundância dos produtos obtidos nessa região, destacando, mais uma vez, a mirra. Produtos esses que possuíam uma contraparte egípcia deixada em Punt.

O fluxo de produtos egípcios para Punt é estabelecido pela chegada do comissário real e da tropa que o acompanha na região. Essas duas instâncias do Estado egípcio encontram-se, então, com os chefes locais e entregam bens para a deusa Hathor, senhora de Punt “em nome da vida, prosperidade e saúde de sua majestade”<sup>720</sup> (Urk. IV 323, 5). O que se percebe nesse momento específico é que o templo de uma divindade associada a Hathor em Punt exerce o papel de intermediário entre o Egito e essa região mais ao sul. A narrativa marca que o templo funciona como peça fundamental no estabelecimento de conexões diplomáticas, econômicas e religiosas entre as áreas envolvidas. Conexões essas que muitas vezes se encontram imbricadas, impossibilitando mesmo uma distinção – percepção que vai contra uma visão das trocas entre Egito e templo de Hathor em Punt como uma espécie de atenuação ideológica por parte do Egito sobre a entrega de produtos a terras estrangeiras, hipótese de Morris<sup>721</sup> e de Panagiotopoulos<sup>722</sup>. A ideia defendida por esses dois autores implicaria necessariamente em uma hierarquização entre os elementos. A relação entre templos e economia pode ser atestada, por exemplo, no fato de que, durante o reinado de Tutmés III, Minmés, atrelado a construções de templos no exterior, tenha também sido nomeado como responsável por coletar impostos

---

<sup>720</sup> Ibid., p. 68.

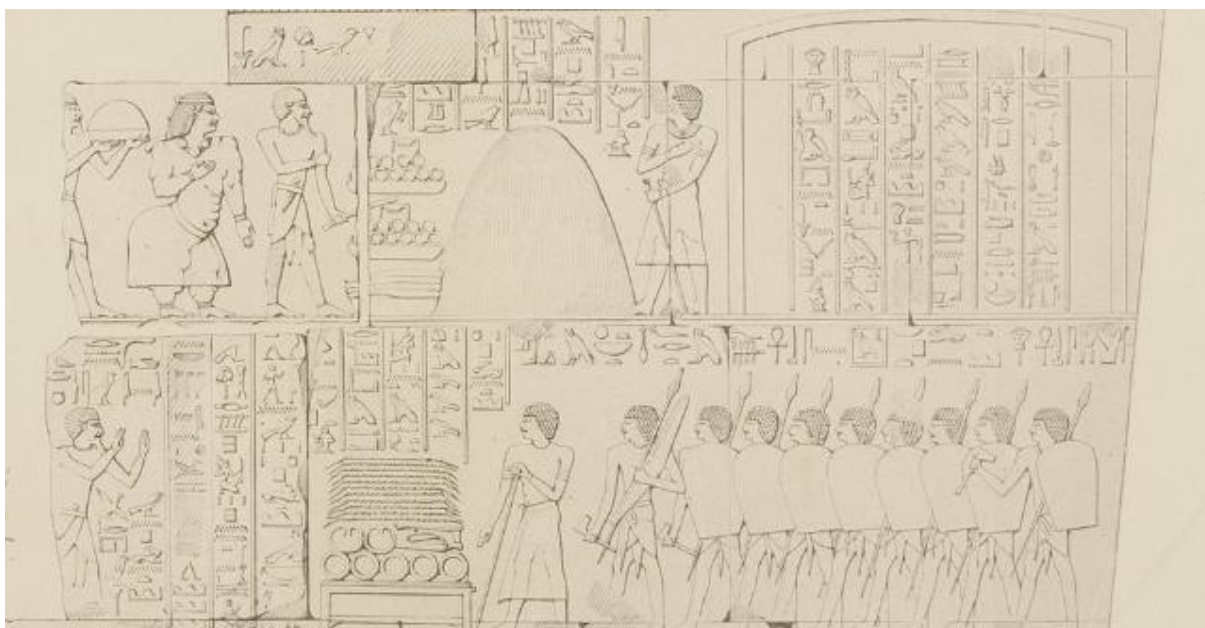
<sup>721</sup> MORRIS, Ellen. Exchange, Extraction, and the Politics of Ideological Money laundering in Egypt's New Kingdom Empire. In: EDER, B.; PRUZSINSZKY, R. (orgs.). **Policies of Exchange: Political Systems and Modes of Interaction in the Aegean and the Near East in the 2nd Millennium B.C.E.**, Proceedings of the International Symposium at the University of Freiburg Institute for Archaeological Studies, 30th May-2nd June 2012. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2015. v. 2, p. 167-168.

<sup>722</sup> PANAGIOTOPOULOS, Diamantis. Foreigners in Egypt in the Time of Hatshepsut and Thutmose III. In: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 398.

tanto na Síria-Palestina quanto na Núbia<sup>723</sup>. As trocas entre templos e/ou entre administração civil e templo não estariam baseadas em um necessário abafamento da ideia de circulação de produtos por uma via de mão-dupla, mas sim em um modo recorrente durante esse período de se estabelecer laços entre diferentes entidades políticas.

Cabe ressaltar um segundo ponto levantado pelo cenário das trocas entre essas duas regiões: as tropas egípcias não apresentam nesse quadro uma função bélica, mas sim de acompanhante de uma função diplomática. Tal função encontra-se expressa mesmo na fragmentada iconografia sobrevivente do templo de Deir el-Bahari que retrata a chegada do comissário com a tropa egípcia frente a um nativo de Punt.

Figura 15 – Representação do templo de Deir el-Bahari: chegada do Comissário e tropas egípcias a Punt. Parte superior: Comissário egípcio (direita) e governante de Punt entre oficiais (à esquerda)



Fonte: Naville (1907, pl. 69).

Como se pode perceber, as armas não estão em riste, não há movimento que sinalize a intenção de seu uso contra a população local, representada unicamente por um indivíduo à esquerda, com feição não negroide, cor de pele semelhante à utilizada pela egípcia e “um cavanhaque proeminente”<sup>724</sup>. Mais do que isso, o elemento em destaque da tropa é o escudo, o que transmitiria a ideia de um foco muito mais detido sobre a defesa. O caráter diplomático

<sup>723</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 120-121.

<sup>724</sup> GALÁN, José M., **El Imperio egípcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 67, nota 11, tradução nossa.



pode ser atestado também pela posição do comissário, que se encontra em primeira posição, desarmado. Outro elemento que está imbuído nessa imagem é a circulação de bens entre as duas entidades políticas.

Entre a comitiva egípcia e o representante de Punt há uma pilha de produtos. Tal pilha, possível de ser observada como um obstáculo em um plano mais direto, pode também ser interpretada como uma espécie de elemento de ligação que possibilita ao Egito acessar as árvores de mirra e os animais que se encontram atrás do representante de Punt. A narrativa textual continua demonstrando o papel exercido por tropas e comissário ao afirmar que os chefes de Punt vão à tenda desse último, onde são recebidos com produtos como “pão, cerveja, vinho, carne, frutas”<sup>725</sup> (Urk. IV 325, 15), o que havia sido ordenado pela Coroa. O movimento do comissário e da tropa egípcia retratados na imagem de Deir el-Bahari insere esses dois grupos, administração civil e soldados, como parte fundamental na circulação de produtos em direção do Egito. Tomados texto e imagem em conjunto percebemos que a relação entre Punt e Egito se dá justamente pela troca de produtos, embora os elementos que busquem marcar a inferioridade da terra estrangeira frente ao Egito não estejam ausentes no discurso, como se pode observar nas seguintes palavras colocadas na boca dos chefes de Punt:

Saudações a ti, oh rei de Tameri<sup>726</sup>, Sol que brilha como o disco solar, nossa senhora, a senhora de Punt, a filha de Amon, rei dos deuses! Teu nome alcança até onde o céu abarca; os poderes da rainha [Maatkare] circundam [o oceano, ... As terras dos Fenkhu...] que nós vivamos entre os vivos<sup>727</sup> (Urk. IV 332, 7-333, 2).

O viver “entre os vivos”<sup>728</sup> (Urk. IV 333, 2) estaria relacionado a um outro modo de pedir o alento da vida à monarca egípcia, reconhecendo o poder que esse indivíduo, bem como o Estado que ele representa, possui sobre as terras com as quais se relaciona, seja do ponto de vista político, econômico, religioso etc. Há também o reconhecimento por parte dos chefes de Punt sobre a extensão do poder de Hatshepsut sobre o que “o céu abarca”<sup>729</sup> (Urk. IV 332, 15). Assim, o que se percebe é que, embora não haja o discurso usual da violência, Punt aparece dentro do padrão de submissão, reconhecendo alguma forma de domínio e superioridade egípcios.

A narrativa de Deir el-Bahari, no entanto, não faz menção somente a um fluxo de pessoas indo no sentido Egito-Punt. Afirma-se também que comitivas dessa região teriam ido

<sup>725</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

<sup>726</sup> De acordo com Galán, é um termo que se refere à totalidade da região dominada pelo monarca egípcio, incluindo o Alto e o Baixo Egito. Ver Ibid., p. 68, nota 14.

<sup>727</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 69, tradução nossa.

<sup>728</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

<sup>729</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

até o Egito, inclusive em Karnak. Assim como outras regiões, Punt envia junto com seus representantes produtos típicos de sua região, dentre eles a mirra. Amon, assumindo o discurso de primeira pessoa, ordena que árvores dessa última sejam plantadas em seu templo a fim serem vistas pelos deuses e que mesmo ele possa apreciá-las. Outrossim, ele sublinha que será tarefa da própria monarca fazer crescer tais plantas, o que a insere nas fileiras da elite direcionadas ao templo. Tal narrativa demonstra mais uma vez Karnak como o centro de recebimento de produto bem como a importância simbólica e ritualística que a mirra teria para a instituição templária, a tal ponto que se importa não mais para pronto uso, mas também para a própria produção, o que baratearia ainda mais o acesso ao material, bem como inseriria Karnak em seu circuito de produção e circulação, para além de consumo.

Em outro local do templo de Deir el-Bahari encontra-se um melhor detalhamento do acesso a alguns produtos obtidos a partir de Punt. Enquanto a mirra seria “trazida”<sup>730</sup> (Urk. IV 372, 13) para o rei, o que implica na chegada de comitivas de Punt ao Egito e a realização de um evento mais ritualizado, os grãos eram levados por barco, indicando a utilização da marinha egípcia mais uma vez como facilitadora da conexão entre o Egito e os demais territórios vizinhos. Esse momento da narrativa de Deir el-Bahari marca os papéis fundamentais, bem como a inserção, tanto de setores egípcios quanto de setores estrangeiros na continuidade de fluxo de produtos e, assim, de estabelecimento de relações entre as diferentes entidades políticas envolvidas.

As relações internacionais entre Egito e Punt aparente também no discurso do templo de Speos Artemidos em Beni Hassan, mencionado no capítulo anterior. Nele, há mais uma vez a afirmação sobre o ineditismo da ação realizada pelo Egito durante o governo de Hatshepsut em Punt, garantindo o acesso egípcio direto à mirra. Com isso, o discurso tebano utiliza as conquistas e expansões diplomáticas e econômicas a fim de garantir sua legitimidade sobre o Alto e Baixo Egito. O acesso à mirra, enquanto bem material assim como religioso, pelo Baixo Egito seria agora garantido por um governo do Alto Egito. Essa pontuação, além afirmar o cumprimento de uma obrigação da Coroa, faz com que os deuses e a classe sacerdotal do Baixo Egito dependa em certo grau de sua conexão com a Coroa tebana para manter seus ritos em funcionamento adequado.

É com a garantia de legitimidade baseada na capacidade diplomática (Punt) bem como na bélica (Núbia), que o governo de Hatshepsut chega ao fim, sendo substituído pelo de seu enteado-sobrinho, Tutmés III. Deve-se sublinhar que ambas as capacidades possuem sua

---

<sup>730</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, 62, tradução nossa.

garantia pela atuação das tropas terrestres, marinha e fortalezas egípcias, como fontes de ataque, defesa e transporte.

A imbricação entre discursos diplomáticos e militares, como foi dito anteriormente, está presente na estátua de Minmés em Medamud, quando seu texto faz referência aos territórios do norte. O mesmo parece ocorrer para a Núbia, uma vez que esse oficial afirma ter presenciado as vitórias do rei quando esse subjogava essa área. Contudo, assim como na biografia de Amun-em-heb, onde somente se menciona pontualmente que o oficial seguiu o rei em campanhas do sul, mas dando ênfase exclusiva às do norte, a realização de campanhas na Núbia aparece de uma maneira esporádica e genérica. A atenção de Minmés está sobre os lucros retirados daquela região por meio de imposto anual, *Htr(j) n tnw rnpt* (Urk. IV 1442, 11), entregues pelos chefes da Núbia fazendo inclusive uma lista detalhada sobre o que se esperava dessa região: “eletro bruto, ouro, marfim, ébano e numerosas embarcações de madeira de palma”<sup>731</sup> (Urk. IV 1442, 9-10).

A mesma construção de valorização da entrega de produtos e a menção genérica às vitórias de Tutmés III no exterior encontra-se na tumba de Menkheperraseneb (TT 86). Antes de fazer uma listagem das comitivas estrangeiras que adentram o Egito o tesoureiro e sumo-sacerdote de Amon, reafirma que tais movimentos são consequências das realizações das forças egípcias. Mas, mesmo dentro dessa abrangência, já tem início a enumeração de produtos, derivados tanto da Núbia quanto do Levante, tendo como contrapartida do Egito o alento da vida. Se estabelece, então, uma troca econômica (produtos) bem como política (manutenção das entidades políticas e de seus chefes). Quanto ao caso da comitiva núbia, mais especificamente de Kush, afirma-se o recebimento de ouro como imposto anual, *Htr(j) r tnw rnpt* (Urk. IV 931, 9) por parte de Menkheperraseneb.

Tanto na tumba de Menkheperraseneb quanto na estátua de Minmés os produtos entregues por áreas núbias estão colocados sob a designação de imposto anual, sendo acompanhadas inclusive de menções a terras do próprio Egito. Em Menkheperraseneb afirma-se que o imposto “da maldita Kush” chegou junto com “o ouro da terra (anexada à) cidade de Koptos”<sup>732</sup> (Urk. IV 931, 8), enquanto em Minmés compara-se o imposto pago pelos chefes da Núbia com aquele pago pelos “servos de seu palácio”<sup>733</sup> (Urk. IV 1442, 11). Essa tipificação parece ser usada para fazer referência a lugares que são consideradas como pertencentes de fato a uma lógica administrativa egípcia interna, como se pode atestar pelos *Anais de Tutmés III*,

<sup>731</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, p. 148, tradução nossa.

<sup>732</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, p. 135, tradução nossa.

<sup>733</sup> Tradução em espanhol em *Ibid.*, p. 148, tradução nossa.

quando se afirma a entrega de “2 gansos engordados cada dia, como imposto”, *Htr(j)*, “ficado para a eternidade”<sup>734</sup> (Urk. IV 745, 4-5) para o templo de Karnak. As áreas núbias referidas por ambos os oficiais estariam, então, dentro de uma política que visa a anexação desses territórios como realmente pertencentes à geografia do Egito, ou ao menos a um nível maior de integração do que outros territórios.

O imposto anual pontuado por Menkheperaseneb e Minmés com relação à Núbia está ausente na autobiografia de Rekhmira em sua tumba. Na narrativa desse oficial há a entrega de produtos caracterizados como *jnw* (Urk. 1100, 3) por parte dos “*iuntiu* da Núbia e de Khenthennefer”<sup>735</sup> (Urk. IV 1100, 1). O vizir afirma também que esses produtos eram levados “até onde está sua majestade”<sup>736</sup> (Urk. IV 1100, 4), implicando na existência de uma comitiva núbia enviada por – ou até mesmo contando com a presença de – chefes núbios. Deve-se ressaltar que é Rekhmira o responsável, de acordo com sua autobiografia, por receber os estrangeiros. No entanto, assim como os outros dois oficiais levantados anteriormente, Rekhmira faz menção geral sobre a força e a capacidade de conquista dos territórios estrangeiros, seja no norte seja no sul. A narrativa de Rekhmira, então, poderia fazer referência a áreas núbias que apresentam um maior grau de distância da administração egípcia.

A mesma designação de chegada de produtos como *jnw* aparece na inscrição de Imunedyeh em sua tumba (TT 84) com relação à região de Miu, localizada na Quarta Catarata do Nilo. Quanto a Kush, Imunedyeh afirma o seguinte: “Avançando as maravilhas da maldita Kush, consistentes em ouro, marfim, ébano, pedras preciosas”<sup>737</sup> (Urk. IV 950, 6-7). Há também menção à Núbia de uma forma mais genérica, através da voz de seu chefe:

O chefe da terra da Núbia (diz): “Quão grande são teus poderes, oh rei vitorioso, soberano – vida, prosperidade e saúde – amado de Rá! (Esse provocou o respeito a ele em todas as terras longínquas, o terror em relação a ele por todas as terras montanhosas. Olha-nos, estamos sob tuas sandálias”<sup>738</sup> (Urk. IV 948, 9-12).

Através do discurso desse governante são estabelecidos a autoridade e o domínio egípcio sobre terras estrangeiras. Mas isso se dá pela vontade da divindade Rá, não havendo menção direta a um possível ataque de tropas egípcias em terras estrangeiras. A narrativa sobre as regiões núbias na tumba de Imunedyeh está alinhada, assim, com os demais discursos aqui

<sup>734</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 99, tradução nossa.

<sup>735</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 143, tradução nossa.

<sup>736</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

<sup>737</sup> Tradução em espanhol em Ibid., 137, tradução nossa.

<sup>738</sup> Tradução em espanhol em Ibid., tradução nossa.

levantados durante o período do reinado de Tutmés III. O foco encontra-se na circulação de produtos, da qual esses membros da elite fazem parte.

Embora, evidentemente, os elementos de dominação e superioridade egípcia cerquem todas as narrativas privadas aqui levantadas, deve-se destacar uma alteração de ênfase, da subjugação bélica para a manutenção de circulação de produtos. Essa diferença de abordagem das terras núbias com relação aos territórios do norte, os quais, como se viu anteriormente, são o alvo das constantes campanhas do período de reinado de Tutmés III, é atestada também nas fontes oficiais. Tomemos como primeiro exemplo a estela de Gebel Barkal.

No monumento de Tutmés III em questão há uma separação regional entre a Alta Núbia (Kush) e a Baixa Núbia (Wawat), bem como menção aos iuntiu núbios. De Kush pontua-se a chegada de madeira, nomeadamente de acácia e palmeira. No entanto, tais bens não chegam por vias de tributação ou comitiva do território estrangeiro, mas pelas mãos dos próprios egípcios. Segundo o relato, é a tropa egípcia, *mSA*<sup>739</sup>, a esfera responsável pelo corte das árvores a fim de obter esse material. Kush, então, conta com uma presença bastante ativa da administração egípcia, realizando inclusive a extração dos produtos desejados pelo Estado egípcio.

A derrubada de madeira parece ser também uma atividade realizada em Wawat a fim de se construir embarcações, as quais parecem ter sido produzidas localmente e, posteriormente, enviadas ao Egito. Além disso, há também menção de ouro como tributação, *bAkw*<sup>740</sup>. Esse termo de tributação é também usado para fazer referência aos produtos levados ao Egito pelos arqueiros núbios, *pDt(j) nHs(j)w*<sup>741</sup>, nomeadamente marfim e ébano. Nesse ponto da narrativa temos o destaque para entidades políticas caracterizadas como servas, *nDt*<sup>742</sup>, do Egito, podendo ser alvos da fúria da Coroa egípcia e, assim, do próprio Egito, caso se rebelarem ou transgridam os desígnios impostos pela administração. Essa última parte aparece relacionada diretamente aos núbios.

A violência contra os núbios e os rebeldes de forma geral está mais presente nesse monumento de Gebel Barkal do que nas inscrições privadas mencionadas. Porém, fazendo uma análise em retrospectiva, sabemos que aqueles que se rebelam com maior destaque durante o

<sup>739</sup> REISNER, G.A.; REISNER, M. B. Inscribed monuments from Gebel Barkal. *ZÄS*, De Gruyter: Berlim, v. 69, 1933, p. 34.

<sup>740</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>741</sup> *Ibid.*, p. 34. Ao contrário do que propõe os Reisner, defendendo a composição de uma única palavra, *styw*, traduzida por eles como núbios, acreditamos que trata-se de uma sentença genitiva direta, fazendo referência a um grupo específico, “arqueiros núbios”, proposta presente também em Redford. Ver REDFORD, Donald B. *The Wars in Syria and Palestine*. Leiden; Boston: Brill, 2003 p. 104.

<sup>742</sup> *Ibid.*, p. 33.

período de reinado de Tutmés III são as entidades políticas do Levante. Tomando conhecimento desse fato, parece que, embora realizado de uma maneira generalista, sabe-se que a principal preocupação de revolta se encontra nas terras do norte. Essa hipótese pode ser atestada na própria narrativa da Estela de Gebel Barkal, principalmente quando afirma-se o seguinte:

Eu [Tutmés III] conquistei a todos os do sul sob as ordens de seu [de Amon] *ka* e aos do norte de acordo com suas instruções, (pois) ele criou o filho de Rá Tutmés-“Governante de Tebas” – que se lhe conceda vida como a Rá para sempre! O bom deus, que conquista com sua arma, que golpeia os do sul e mutila os do norte, que decapita os rebeldes, que leva a cabo uma matança (entre) os *montiu* da Palestina, derrota os insubmissos dos (semi-)nômades e dobra as terras dos confins da terra, que golpeia aos *iuntiu* da Núbia e traz com eles os limites das terras estrangeiras que o atacaram, que o confrontaram no calor da batalha, estando todas as terras estrangeiras unidas, em pé como uma só, preparadas para lutar, sem que (ninguém) tivesse fugido, confiando em (seus) numerosos atacantes, homens e cavalos sem limites. Eles vieram estando seus corações decididos, sem medo em seus corações, (mas) aquele que controla a força<sup>743</sup> os derrotou, o de potente braço que pisoteia seus oponentes<sup>744</sup>.

Apesar de estarem inseridos na afirmação genérica, sabe-se que em todos os momentos nos quais há menção de cavalos em posse de adversários na estela de Gebel Barkal, está-se fazendo referências aos conflitos travados no norte. A parte final desse trecho, por exemplo, parece ser uma adaptação do discurso de Tutmés III para sua tropa, referente à fase inicial da Primeira Campanha e registrado nos *Anais*. Segundo o faraó, o governante Kadesh havia reunido chefes de “[todas] as terras estrangeiras que haviam sido leais ao Egito, além de Naharin [...] os de Kharu e os de Qedy com seus cavalos, sua tropa [e sua gente]”<sup>745</sup> (Urk. IV 649, 10). Assim como na tumba de Amun-em-heb, tem-se a Núbia como menção genérica de terras que testemunharam a força das tropas egípcias sob o reinado de Tutmés III, mas cuja ênfase bélica é deslocada, direta ou indiretamente, à realidade levantina. A presença da violência contra a Núbia parece, então, estar inserida em um nível discurso, dentro da lógica de legitimidade de dominação e organização política interno do Egito, mais do que em um nível prático.

O caráter contábil estabelecido com relação aos territórios do sul pode ser visto também nos próprios *Anais de Tutmés III*. Como foi visto no capítulo anterior, trata-se de um documento que valoriza como um todo mais a obtenção e circulação de produtos do que os feitos militares feitos durante as campanhas – exceção feita à Primeira Campanha, no Levante. Os territórios do sul fazem basicamente parte desse processo de listagem de produtos.

<sup>743</sup> De acordo com Galán, a expressão “quem controla a força”, *sxm pHy*, está presente no nome de Hórus de Ouro de Tutmés III. Ver GALÁN, José M., **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002. p. 119, nota 4.

<sup>744</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 118-119, tradução nossa.

<sup>745</sup> Tradução em espanhol em Ibid., p. 80, tradução nossa.

A primeira vez que o termo Núbia, *nHs(j)* (Urk. IV 694, 8), aparece é durante a relação do que teria ocorrido durante o Ano 31 de reinado. Dado que os *Anais* têm seu início narrativo no ano 22 de reinado – 1º do reinado solo –, haveria um vácuo de cerca de nove anos sobre qualquer ação significativa tomada na Núbia. Nesse momento faz-se uma rápida menção aos tributos, *bAkw*, núbios, os quais deveriam ser informados ao Tesouro egípcio.

A relação de tributos, *bAkw*, é também o que aparece com relação aos territórios de Kush e Wawat. Faz-se uma lista detalhada dessas duas regiões nas listagens dos anos 31, 33, 34, 35, 38, 39, 40 e 42 de reinado. Recebe-se desses lugares mão-de-obra, ouro, animais, marfim, ébano etc. Alguns desses produtos reaparecem como oferendas entregues ao templo de Amon em Karnak. Os territórios núbios nos *Anais* são, assim, usados para destacar a subjugação bem-sucedida realizada pelos egípcios bem como a continuidade da circulação de produtos, garantida pela administração egípcia, personificada, em um primeiro momento, pelo Tesouro. É de extrema importância ressaltar que o termo saque, *HAK*, para fazer referência a objetos obtidos em terras estrangeiras é usado somente para as regiões levantinas, o que levanta a possibilidade de ausência de ações bélicas na Núbia durante o período coberto pelos *Anais*, isto é, dos anos 22 ao 42 de reinado.

Tomados todos esses relatos em conjunto, nota-se que, apesar da continuidade de termos militares para se referir aos núbios, mesmo que de forma genérica e muitas vezes agrupados narrativamente a entidades políticas do Levante, o que se percebe é uma pacificação considerável dos territórios localizados ao sul do Egito. Dali vão para o Egito objetos econômicos portadores de diversos caracteres políticos: 1) subjugação, representada pelo tributo *bAkw*; 2) estabelecimento de vínculos diplomáticos entre entidades políticas, baseado no recebimento de produtos, *jnw*; e 3) pertencimento a uma administração direta, mais anexada ao Egito, representado pelo imposto, *Htrj*. O fato de haver discrepâncias entre as formas como se apresentavam os bens relacionados à Núbia fez com que alguns pesquisadores, como Panagiotopoulos, inferissem que os termos podiam ser intercambiáveis<sup>746</sup>. No entanto, dada a natureza genérica dos topônimos, parece um tanto arriscado tal afirmação. As diferenças de tratamento de produtos podiam estar relacionadas às diferentes realidades encontradas nas vastas regiões referidas como Núbia, Khenthenfer, Kush, Wawat etc. As diferentes formas de se referir aos bens núbios que chegavam ao Egito podiam estar relacionadas a uma ênfase

---

<sup>746</sup> PANAGIOTOPOULOS, Diamantis. *Foreigners in Egypt in the Time of Hatshepsut and Thutmose III*. In: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 375-376.

proposta pela narrativa ou mesmo a uma forma de auxiliar a administração na obtenção de pistas sobre as áreas tratadas a partir de um termo abrangente.

A diferenciação entre as formas de presença egípcia na Núbia está presente na cultura material, nomeadamente aquela encontrada em cemitérios locais. Morris ressalta que ainda no reinado de Tutmés III é possível observar túmulos em estilo do Grupo-C, nativo, em cemitérios propriamente núbios bem como em cemitérios de características egípcias<sup>747</sup>. Essas presenças nativas no território correspondente à Baixa Núbia, no entanto, “constituíam exceções à regra”<sup>748</sup>. Embora fazer uma análise mais aprofundada do significado da presença de túmulos do Grupo-C em cemitérios egípcios esteja muito além da proposta desse trabalho, os elementos levantados por Morris nessa questão demonstram as diversidades de contatos, os quais poderiam ser refletidos também na documentação voltada à contagem de rendimentos, tributações etc.

No entanto, deve-se ressaltar que os recursos obtidos em território estrangeiro nem sempre eram de fato levados ao que geograficamente corresponde ao Egito. Como nos lembra Panagiotopoulos, há uma necessidade de investimentos a fim de se manter a própria máquina administrativa funcionando localmente<sup>749</sup>, além de pagamentos e recompensas entregues aos oficiais que ali trabalham, como o vice-rei de Kush e seu aparato local. Mesmo internamente, os produtos eram usados no suprimento da “enorme demanda material provinda das obrigações religiosa, política e social do rei”<sup>750</sup>, ou melhor, do próprio Estado, sendo o possível excedente entregue a oficiais de patentes baixas e reinseridos na circulação de trocas com terras estrangeiras<sup>751</sup>.

A diferença de relações com as terras núbias pode ser também observada a partir de ações outras que não só os status dos produtos que chegam ao Egito a partir do sul. Em primeiro lugar, conforme foi apontado anteriormente, a partir dos reinados anteriores, pode-se perceber a infiltração de aspectos religiosos egípcios. Por exemplo, a imagem divinizada de Senusret III, monarca do Reino Médio que desfruta de certa importância durante o governo de Tutmés III, é adorada em algumas regiões núbias<sup>752</sup>, refletindo o impacto que o período desse governo possui tanto sobre a Núbia quanto sobre as expansões egípcia ao sul. Os templos dedicados a Senusret

<sup>747</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 112.

<sup>748</sup> *Ibid.*, tradução nossa.

<sup>749</sup> PANAGIOTOPOULOS, Diamantis. Foreigners in Egypt in the Time of Hatshepsut and Thutmose III. *In*: CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 401-402.

<sup>750</sup> *Ibid.*, tradução nossa.

<sup>751</sup> *Ibid.*

<sup>752</sup> TROY, Lana. Religion and Cult during the Time of Thutmose III. *In*: CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 137.



III podiam também servir como pontes para o estabelecimento de vínculo entre as regiões bem como um aviso para os núbios que possuíam planos de se rebelarem dado que foi durante o governo desse monarca que o Egito passou a ter ao menos a Baixa Núbia como parte de sua fronteira. A religião, assim, possuía um caráter político de legitimidade bastante expressivo, o que justifica que os templos na Núbia cresçam em número conforme a administração egípcia se assenta.

Como ressalta Morris, no entanto, a construção de templos na região da Núbia não atende unicamente uma demanda religiosa: eles serviam como formas de “tomada de terra sagrada” e para quem deviam ser entregues tributos, *bAkw*<sup>753</sup>. Contudo, tal relação não se manteve somente pela relação vertical entre egípcios ligados ao templo e comunidades nativas. Conforme essa instituição torna-se o símbolo da ocupação egípcia em território núbio, substituindo muitas vezes as fortalezas – as quais passam por reformas ligadas ao culto e à construção de armazéns mais do que a elementos defensivos<sup>754</sup> –, torna-se necessário que as elites locais também participem de suas funções<sup>755</sup>. Ao fazê-lo, as próprias elites locais, em vista das recompensas e dos recursos obtidos, tornam-se guardiãs de cultos egípcios, como o de Amon<sup>756</sup>. Além disso, o atrelamento entre templos egípcios e elites locais seria importante para a garantia da legitimidade do governo bem como da ordem no interior do território conquistado. Por outro lado, no que tange aos egípcios que migraram para as regiões núbias conquistadas, a existência de um monumento religioso de sua terra-natal pode ter garantido a eles alguma espécie de segurança e continuidade de suas traduções em sua nova morada<sup>757</sup>.

Além do aspecto religioso, há também a ocupação. Durante o reinado de Tutmés III parece ter havido a pacificação do território de Kerma mediante a derrota final de um governante dessa região<sup>758</sup>, considerado sob a ótica egípcia desse período um rebelde e, portando, destinado a um fim bastante violento<sup>759</sup>. Tal contexto permitiu o estabelecimento de condições favoráveis ao estabelecimento de assentamentos civis onde antes eram redutos

<sup>753</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 240.

<sup>754</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 188.

<sup>755</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 245-246.

<sup>756</sup> *Ibid.*

<sup>757</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. 188-189.

<sup>758</sup> BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom – some thoughts on the legitimization of pharaonic power in the South. *In*: COOPENS, F., JANÁK, J.; VYMAZALOVÁ, H. **Royal versus Divine Authority**. Acquisition, Legitimization and Renewal of Power, 7th Symposium on Egyptian Royal Ideology, Prague, June 26-28, 2013. Wiesbaden: Königtum, Staat und Gesellschaft früher Hochkulturen: Wiesbaden 2015. p. 65.

<sup>759</sup> MORENZ, Ludwig D.; POPKO, Lutz. The Second Intermediate Period and the New Kingdom. *In*: LLOYD, Alan B. Lloyd (org.). **A companion to Ancient Egypt**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2010. v. 1, p. 112.

dedicados a acampamentos militares<sup>760</sup>. Temos como exemplos dessa mudança de paradigma as regiões de Tombos, Sai, Sesebi e Amara Ocidental<sup>761</sup>. Privilegiou-se também áreas onde havia importantes rotas, minas e pontos estratégicos de localização<sup>762</sup>. Tais assentamentos civis, de acordo com Morris, estendiam-se a partir do reinado de Tutmés III desde a Segunda Catarata até a região de Kawa, havendo neles desde reformas até a fundação de novas cidades<sup>763</sup>. Mesmo Napata parece ter sido convertida de fortaleza em cidade, havendo concessões de terras a colonos a fim de impulsionar uma ocupação de caráter não necessariamente bélico, tendo a região também adquirido “muito mais fama como capital religiosa do que como uma fortaleza militar”<sup>764</sup>.

As expansões egípcias na Núbia com seus assentamentos civis e templos, não demonstram somente o crescimento do poder da Coroa e templário. Como dito anteriormente, a expansão nos territórios do sul era importante para o próprio vice-rei de Kush, uma vez que esse via seus domínios e sua influência crescerem proporcionalmente à ambição do Egito sobre a região. Se nos primeiros governos o vice-rei parece ter tido controle mais focado sobre a Baixa Núbia, a partir do governo de Tutmés III, com suas reformulações administrativas, o poder do vice-rei estendia-se agora até a Alta Núbia<sup>765</sup>. Essa expansão consolidada pode ser apurada pela presença bem-atestada de Nehy, indivíduo que exercia o cargo durante o reinado de Tutmés III, na ilha de Sai<sup>766</sup>, o que marca a alteração dessa região de um caráter militar para um administrativo. Tal mudança pode ser observada a partir das alterações das construções presentes na ilha. De acordo com Budka, no período de Tutmés III o sítio passa a contar com “um muro, um templo em pedra para Amon, grandes armazéns, uma residência/construções administrativas e casas egípcias típicas”, características que a tornam uma “cidade templária fortificada”, além de um importante centro da Alta Núbia<sup>767</sup>. Tal importância justificaria a presença de estátuas e tumbas privadas de importantes oficiais da administração Egito, incluindo a do vice-rei Nehy<sup>768</sup>.

---

<sup>760</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 227.

<sup>761</sup> Ibid.

<sup>762</sup> Ibid.

<sup>763</sup> Ibid.

<sup>764</sup> MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism**. Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005. p. 208-209, tradução nossa.

<sup>765</sup> BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom – some thoughts on the legitimization of pharaonic power in the South. In: COOPENS, F., JANÁK, J.; VYMAZALOVÁ, H. **Royal versus Divine Authority**. Acquisition, Legitimization and Renewal of Power, 7th Symposium on Egyptian Royal Ideology, Prague, June 26-28, 2013. Wiesbaden: Königtum, Staat und Gesellschaft früher Hochkulturen: Wiesbaden 2015. p. 70.

<sup>766</sup> Ibid., p. 72.

<sup>767</sup> Ibid., p. 78, tradução nossa.

<sup>768</sup> Ibid.

Tendo em vista esse quadro, o que se percebe na região da Núbia durante o reinado de Tutmés III é uma virada de perspectiva do Estado egípcio. Ele passa a visar o controle administrativo das regiões, formando assentamentos, templos, monumentos, cemitérios etc. As fortalezas, marcas de um controle militar, passam a ser substituídas por edificações civis, voltadas a serviços de produção, contabilidade e culto. O que não implica, porém, a alteração do discurso bélico, como se pode perceber pelas inscrições privadas de figuras como Minmés, Menkheperraseneb e Rekhmira, pelas inscrições reais dos *Anais de Tutmés III*, localizada no templo de Karnak, e, finalmente, pela estela de Gebel Barkal.

### 5.1.2.1 Balanço

Logo no primeiro ano de Tutmés I, as inscrições de Ahmés-Turo na Núbia já demonstram o controle que o Egito possui sobre os territórios núbios. Isso se apresenta a partir de duas esferas: da política, uma vez que se toma juramento dos governos locais; da religiosa, uma vez que se fazem oferendas aos deuses da região.

Tomado em conjunto os reinados de Tutmés I ao de Tutmés III, esse período é marcado pelas engrenagens administrativas, militares e religiosas operando sobre territórios conquistados, pela derrota de Kush e pela instalação de novos entrepostos, assentamentos e cidades-fortalezas no estabelecimento de relações com regiões mais ao sul. Mais precisamente, passado o tempo de expansão acelerada do reinado de Tutmés I, coube a seus sucessores, de Tutmés II a Tutmés III, conterem rebeliões e manterem as guarnições e cidades-fortalezas abastecidas bem como garantirem o funcionamento das rotas que passavam pela Núbia, como aquela que se ligava a Butana. Um marco importante para o cumprimento dessa tarefa de manutenção foi a derrota definitiva de Kerma.

Há nesse momento, mais especificamente no reinado de Hatshepsut, também uma valorização de uma rota direta entre Egito e Punt, cortando assim intermediários e fazendo com que produtos prestigiosos, como incenso, cheguem ao território egípcio com custos mais baixos. Cabe ter em mente que as evidências não indicam que houve tentativas de anexação do reino de Punt, mas somente o estabelecimento de relações diretas. A iconografia que representa o comissário real junto de tropas chegando a Punt demonstra outro papel essas últimas podiam exercer dentro da lógica estatal egípcia.

Outro fator importante é que, tanto na Núbia quanto em Punt, os templos aparecem como instituições facilitadoras do estabelecimento de relações sociais, políticas e econômicas, dado que são apresentados como depositários e transmissores de recursos, tanto materiais

quanto simbólicos. Papel também assumido pelos soldados, pela marinha e pelas fortalezas egípcios.

A valorização da circulação ao invés de atos violentos é o principal elemento ressaltado nas tumbas de membros da elite contemporâneos ao governo de Tutmés III bem como de fontes oficiais quando se referem ao território mais ao sul. Tal fato indica uma bem-sucedida inserção do Estado egípcio e sua população em regiões núbias, seja através de assentamentos seja através do estabelecimento de relações diplomáticas ou mesmo de submissão.



## 6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou demonstrar que uma história política que leve em consideração os “grandes nomes” para além dos indivíduos pode ser um caminho frutífero na compreensão dos processos de conquistas que fizeram parte tanto a reunificação quanto a expansão durante o fim do Segundo Período Intermediário e início do Reino Novo (c. 1555-1425 a.C.), isto é, entre os governos Kamés e Tutmés III. É preciso entender os nomes nas fontes trabalhadas como representantes de um grupo: a *household*. Enquanto tais, são alvos de conexões e disputas. As *households* egípcias, como foi demonstrado ao longo dos capítulos, possuíam seus líderes, que foram considerados na historiografia tradicional como únicos atores definidores das diretrizes a serem exploradas.

Levada às últimas consequências, essa hipótese absolutista do poder dos líderes possui como exemplo máximo a Coroa, principalmente o faraó. Ao longo do trabalho, tentamos demonstrar que, apesar das inscrições e iconografias textuais buscarem na figura faraônica um centro estabilizador, que se sobreponha a todas as crises políticas, sociais, econômicas e religiosas, não devemos atribuir esse fenômeno unicamente ao indivíduo detentor da Coroa Dupla, mas também às instituições que aparecem algumas vezes de forma subsidiária. Elas podem surgir através, por exemplo, de divindades (templos) ou mesmo a partir de como o faraó é representado: guerreiro (militares), governante (oficiais civis) etc.

O suposto absolutismo da realeza egípcia pode ser, então, mais bem analisado através do que Balandier observou como uma natureza dialética do poder: a ordem, estabelecida por meio de hierarquias, possui tensões já em seu interior, justamente por esse seu elemento constitutivo<sup>769</sup>. É preciso, assim, o emprego da dinâmica para que o sistema permaneça funcionando<sup>770</sup>. No caso egípcio do Reino Novo inicial, quanto mais a Coroa egípcia se pretende centralizadora da unificação do Alto e do Baixo Egito, bem como de territórios dominados ao sul e ao norte, mais dependente se torna de instituições e grupos locais. É esse movimento dialético que explica, em parte, a necessidade de se construir templos ligados à realeza ao longo de territórios no Egito e no exterior. Essas instituições representam não só a extensão que a influência da Coroa pode exercer, mas também se tornam importantes fontes de recursos materiais e simbólicos para os grupos que possuem acesso a elas, dado que são os templos os legitimadores do poder bem como alvos de constantes fluxos de produtos e terras.

<sup>769</sup> BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 10-11.

<sup>770</sup> Ibid.

Desse modo, a instituição templária em si já pode ser vista como um meio em que o poder político da Coroa é diluído.

Essa realidade na qual diferentes famílias, *households* e instituições exercem controle sobre diversas esferas da vida política, social, econômica e religiosa faz com que os grupos mais poderosos, tanto em nível local quanto em nível central, estabeleçam uma forma de equilíbrio entre si. Em outras palavras, é preciso que os representantes desses grupos formem alianças a fim de manter vivo o sistema por eles criados e/ou herdados. Isso pode ser obtido, para além de matrimônios, acordos, alianças etc., por meio de uma educação conjunta, que apregoe valores comuns a algumas camadas da sociedade.

O Reino Novo inicial é marcado, como se viu pelas autobiografias apresentadas ao longo da pesquisa, pela ascensão de um pensamento militar, fruto da reunificação e da expansão egípcia, e pela ampliação da máquina estatal nos mais diversos níveis a fim de estabelecer controle territorial, político e diplomático. Essa realidade, conforme afirma Morkot, leva à necessidade de “especialização e profissionalismo aumentados em todas as áreas-chaves da administração, sacerdócio e exército”<sup>771</sup>. Estabelece-se, então, uma educação comum entre os membros da elite que privilegiava a escrita e a formação guerreira<sup>772</sup> – elemento que demonstra também a potencial circulação dos indivíduos em diversas esferas. O elemento pragmático, como se vê, não exclui o caráter agregador, uma vez que faz com que frações da sociedade pertencentes às elites tenham um espaço educacional comum. É importante ressaltar que essa educação comum no período em questão não se aplicava somente às elites egípcias, mas também aos membros de elites estrangeiras que estavam sob controle e influência egípcios. Desse modo, temos a educação como um espaço de elaboração tanto das engrenagens administrativas quanto da formação de símbolos e alianças que permitiam uma interação entre as elites, incluindo aqui membros da Coroa.

A partir de valores construídos por uma formação comum podemos entender a construção da própria ideia de elite egípcia. Esse grupo, longe de ser um epifenômeno que paira sobre uma sociedade passiva, parece ter por princípio não o acúmulo da riqueza, mas a capacidade de fazer seus produtos circularem. Esse fenômeno pode ser observado tanto nas autobiografias de oficiais quanto nas próprias fontes oficiais. Há uma valorização do que os indivíduos são capazes de distribuir a suas redes de relações. Como se demonstrou pela autobiografia do soldado Ahmés, filho de Ebana, (Elkab nº. 5), mesmo o que ele recebe como

---

<sup>771</sup> MORKOT, Robert G. **Historical Dictionary of Ancient Egypt Warfare**. Lanham; Maryland; Oxford: The Scarecrow Press, 2003. p. xlvi e xlvi, tradução nossa.

<sup>772</sup> Ibid.

recompensa deriva da sua capacidade de fazer com que cheguem recursos nos cofres do tesouro faraônico. Mesmo outros que não necessariamente mencionam as recompensas obtidas por serviços prestados, mas exaltam alguns de seus cargos – caso de Menkheperaseneb recebendo comitivas estrangeiras –, inserem-se no circuito estatal de obtenção de produtos que serão posteriormente levados a outras instituições ou que serão destinados a indivíduos. A elite, assim, ancora seu poder na intermediação de entrega de produtos em forma de tributos, butins, presentes diplomáticos etc.

Essa realidade das elites egípcias do Reino Novo inicial faz com que seja possível inseri-las na definição de Godelier do *Big Man*<sup>773</sup>. Trata-se de grupos que possuem não só a capacidade, mas de certa forma a obrigação, de suprir suas *households* e mesmo redes sociais mais amplas. Seu poder depende, inclusive, de uma ampliação das riquezas que colocam à disposição daqueles que estão, voluntária ou involuntariamente, em sua esfera de influência<sup>774</sup>. Mesmo a Coroa, através do faraó como seu representante principal, não escapa a essa regra.

Dentro dessa lógica, é importante encarar os movimentos de conquista do final da XVII (c. 1555-1550 a.C.) e início da XVIII Dinastia (c. 1550-1425 a.C.) para além de uma visão baseada nos princípios tradicionalmente atribuídos à monarquia egípcia. Deve-se compreender que a unificação representada textualmente na estela de Kamés, embora esteja longe de constituir uma realidade histórica, insere-se em um princípio de retorno à tradição (Egito unificado) baseado na expansão dos recursos disponíveis a famílias do Alto Egito, principalmente de Tebas, onde a Coroa está assentada. Tamanha é a preocupação sobre os impactos econômicos das ações tebanas que o conselho de oficiais, contrário à guerra com os hicsos, baseia a defesa de sua posição na ideia de que há uma circulação favorável de produtos entre norte e sul e de que o conflito poderia perturbar tal dinâmica. Por outro lado, a tabuleta de Carnarvon e a Segunda Estela de Kamés representam em suas inscrições uma ampliação da obtenção de produtos através do conflito contra o governo hicsos no norte. E daí em diante as documentações aqui analisadas possuem essa referência constante à ampliação de recursos disponíveis ao Estado egípcio e aos grupos sociais mais elevados.

Evidentemente, a unificação do Alto e do Baixo Egito traz importantes benefícios para a Coroa tebana, como ampliação de acesso a rotas comerciais, inserção do Estado egípcio como um importante agente nos jogos políticos e diplomáticos etc. Por outro lado, como foi ressaltado

---

<sup>773</sup> GODELIER, Maurice. **La production des Grands Hommes**. Malesherbes : Champs essais, 2010. p. 254-255.

<sup>774</sup> LEHNER, Mark. Fractal House of Pharaoh: Ancient Egypt as a Complex Adaptive System, a Trial Formulation. In: KOHLER, Timothy A.; GUMERMAN, George J. (orgs.). **Dynamics in Human and Primate Societies**. New York & Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 308.



acima, cria-se também a obrigação de manter o aumento de circulação de produtos para os cofres egípcios locais, central e mesmo de territórios conquistados a fim de que a Coroa, encarada como uma *household* ampliada, mantivesse sua legitimidade. Para se perceber isso, é preciso observar as narrativas oficiais que reforçam o faraó cumprindo seu papel de fornecedor do templo de Karnak, entregando a essa instituição produtos de terras estrangeiras obtidos via diplomacia ou violência.

Temos, assim, a Coroa tebana obedecendo a uma tradição de ampliação de recursos disponíveis em um momento em que o Egito se mostrava capaz de ser bem-sucedido militarmente. Essa soma de fatores compõe também a retroalimentação da guerra: quanto mais as ações militares se mostravam lucrativas, mais os grupos nelas envolvidos, direta ou indiretamente, buscavam sua continuidade<sup>775</sup>. Embora esse elemento seja capaz de se sustentar por uma lógica estatal, não se pode perder de vista que, no caso egípcio, está em jogo uma imbricação entre tradições ligadas ao parentesco (*households*) e objetivos do Estado egípcio. Ambos são correspondentes à expansão de riqueza disponível em seus circuitos de relação. Assim, embora alguns pesquisadores tentem constantemente contrapor as relações de parentesco ao Estado, o caso egípcio demonstra como esses dois campos podem ser aliados importantes no fortalecimento das instituições e na aplicação de uma bem-sucedida dinâmica de expansão. As autobiografias em tumbas de soldados desse período – por exemplo, Ahmés, filho de Ebana (Elkab n.º. 5), e Amun-em-heb (TT 85) – representam os conflitos em que esses homens estiveram envolvidos, ressaltando suas conquistas bem como aquelas dos monarcas sob os quais serviram nas tropas. Nesses proprietários das tumbas estão representadas suas *households*, seus grupos sociais e as próprias instituições que fizeram parte, enquanto no monarca, dentre outras coisas, estão representadas a Coroa e o próprio Estado egípcio. Em ambos, temos a representação a ser incorporada, disputada e reivindicada por seus herdeiros (no amplo sentido da palavra).

A guerra aparece nesse momento, então, como um elemento lucrativo do ponto de vista simbólico e material. Mas, e é essa a questão que tentamos resolver ao longo da pesquisa, de qual tipo de guerra estaríamos falando? Boa parte da historiografia dividiria esses movimentos, grosso modo, em dois momentos: a guerra defensiva (baseada em um trauma de dominação estrangeira) e, a partir das amostras de lucratividade, a guerra de expansão, que paulatinamente evoluiria para a busca de controle efetivo de terras estrangeiras.

---

<sup>775</sup> MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018. p. 125 e 141.

De nossa parte, acreditamos que essa divisão não se sustenta, uma vez que a guerra defensiva teria em seu centro uma crença no processo natural de unificação do Alto e do Baixo Egito. Atribui-se a dois territórios geográfica e politicamente distintos um movimento teleológico de manutenção de uma simbiose. Evidentemente, não se trata de fazer uma história das relações entre Alto e Baixo Egito desde a formação do Estado faraônico até o surgimento da XVIII Dinastia. No entanto, as fontes, textuais e materiais, que narram a transição do Segundo Período Intermediário para o Reino Novo deixam claro que não se trata de um reencontro harmônico entre um Alto Egito libertador e um baixo Egito oprimido pela administração hicsa. Em ambos os lados do conflito, nomes e assentamentos egípcios aparecem. O que ocorre é um processo de dominação levado a cabo pela Coroa tebana em direção a territórios do norte. Processo esse que, desde seu início, ultrapassa o Delta e atinge territórios levantinos.

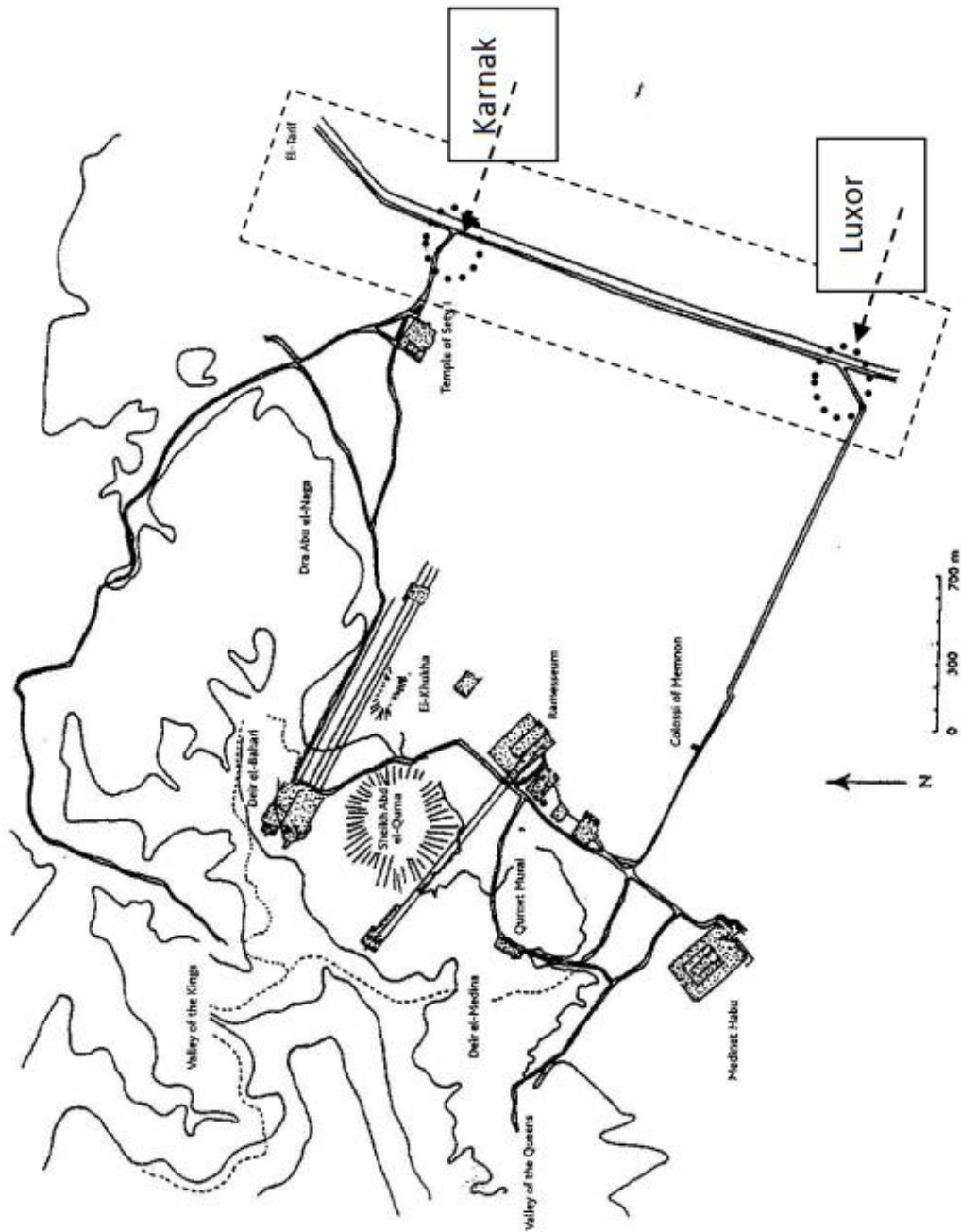
Além dessa realidade nos territórios mais ao norte, a reunificação em direção ao sul passa por uma consideração – pela historiografia tradicional e por parte das fontes egípcias – da Baixa Núbia como pertencente ao território tradicionalmente egípcio, ao menos desde o reinado de Senusret III (c. 1870-1831 a.C.). Nesse caso, vemos uma conquista de território estrangeiro estabelecida como unificação através de uma narrativa envolta em uma tradição. A partir da realidade núbia, torna-se ainda mais evidente que o processo de unificação não está baseado em um reencontro harmônico entre indivíduos e grupos populacionais anteriormente distanciados pela vontade de um governante núbio. Novamente, cabe ressaltar, elementos egípcios aparecem em ambos os lados do conflito.

Por fim, acreditamos ter demonstrado que os movimentos militares, tradicionalmente divididos entre unificação e conquista, são, em realidade, um mesmo processo, baseado na dominação do Baixo Egito e de terras estrangeiras por parte da Coroa tebana, que vê na continuidade das expedições (comerciais e militares) uma fonte lucrativa tanto para si quanto para suas instituições e para os membros das camadas mais altas. É a ascensão de uma política militar que torna possível reunificação egípcia bem como a construção de um império; mas também é o que obriga a continuidade de uma política (ou, ao menos, de um discurso) de domínio sobre terras estrangeiras a fim de manter a legitimidade do faraó por meio dos lucros simbólicos e materiais que fluíam para importantes camadas sociais. As vitórias eram um importante instrumento para demonstrar a legitimidade do governo, sendo inclusive empregues em textos em que claramente estão sendo mencionadas trocas comerciais e/ou diplomáticas – o Egeu na tumba de Rekhmira (TT 100) – ou mesmo expedições mercantis – a região de Punt nas inscrições de Deir el-Bahari. A ausência de demonstração dessa superioridade poderia

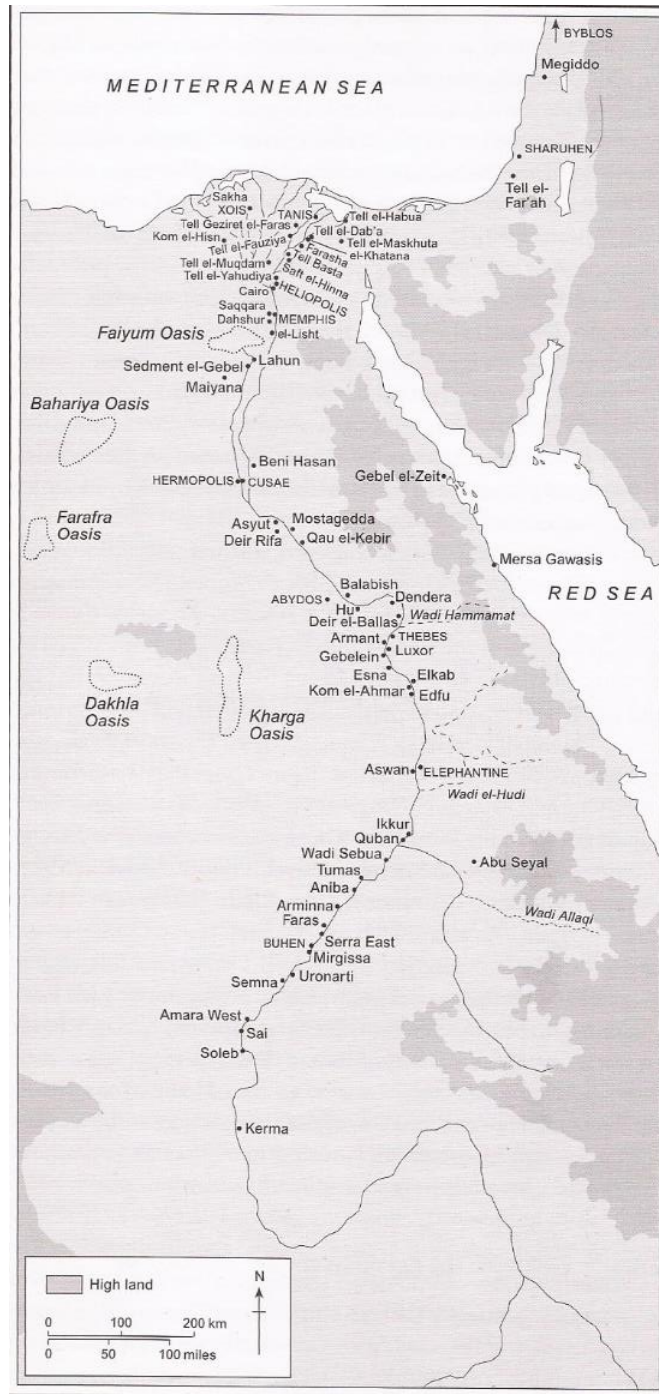
trazer problemas políticos. As vontades das elites, incluindo a Coroa, acabam, assim, por se tornarem uma espécie de obrigação na organização política faraônica.

# MAPAS

Mapa 1 – Tebas Ocidental

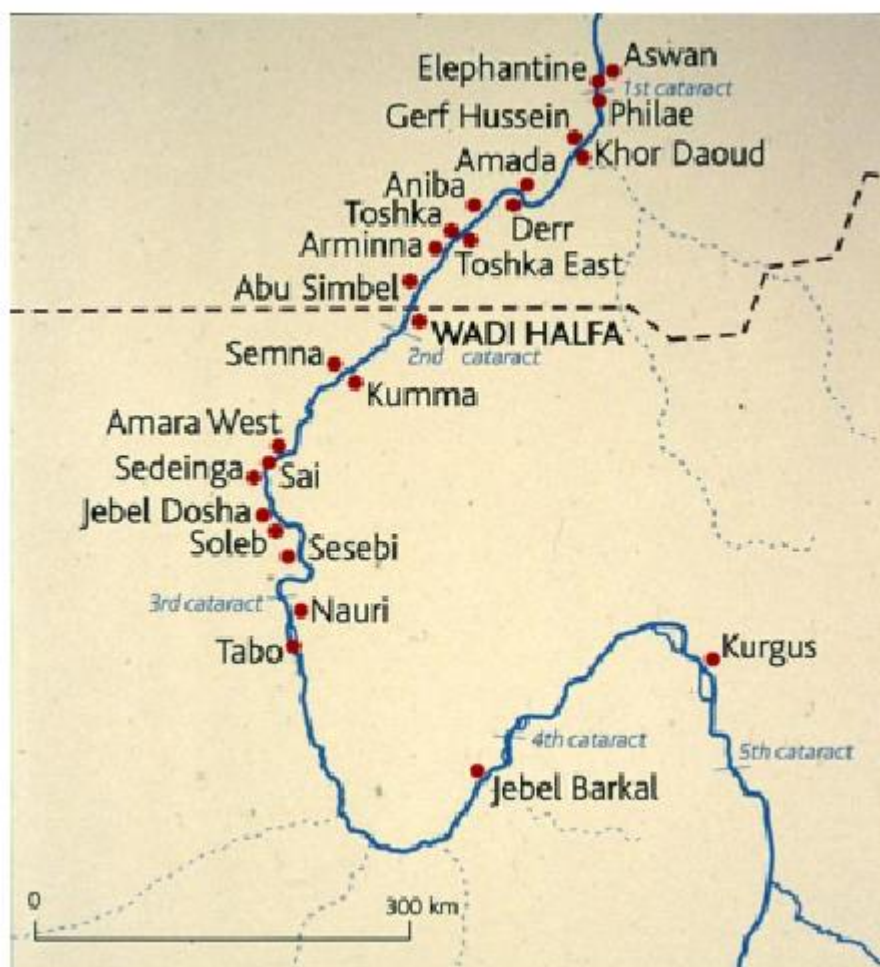


Mapa 2 – Egito, Levante e Núbia durante o Segundo Período Intermediário



Fonte: Bourriau (2000, p. 200).

Mapa 3 – Área da Núbia até Kurgus



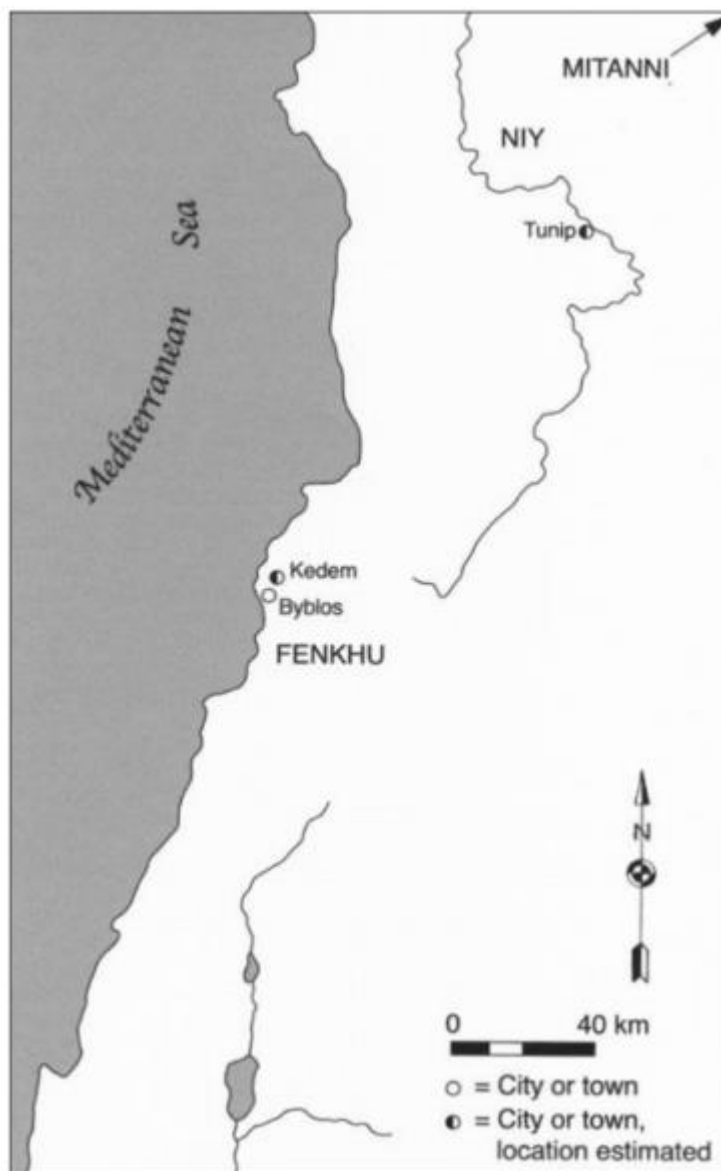
Fonte: Davies (2004, p. 6).

Mapa 4 – Topônimos mencionados nas estelas de Kamés



Fonte: Simpson (2003, p. 347).

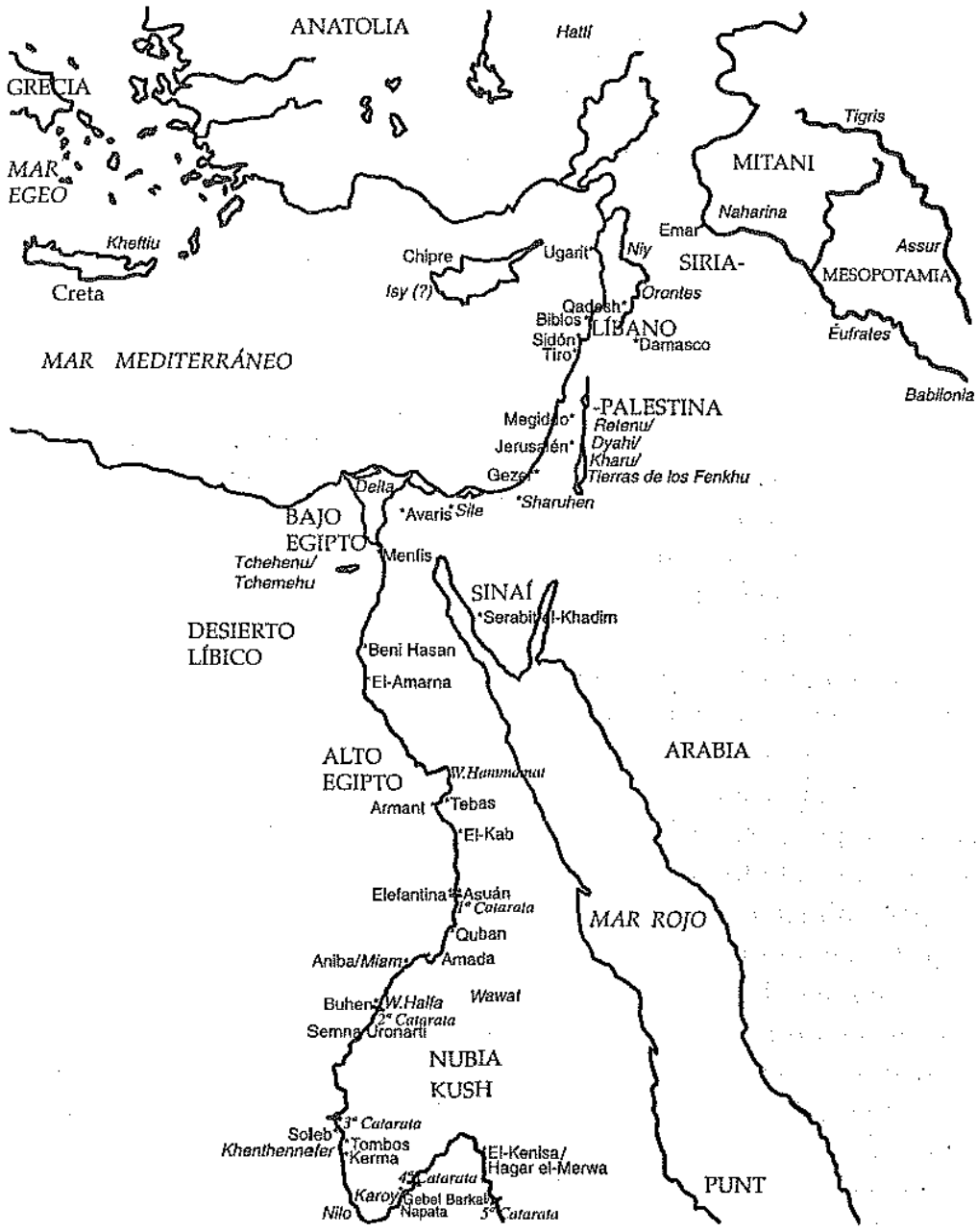
Mapa 5 – Síria-Palestina durante a XVIII Dinastia



Fonte: Morris (2005, p. 44).

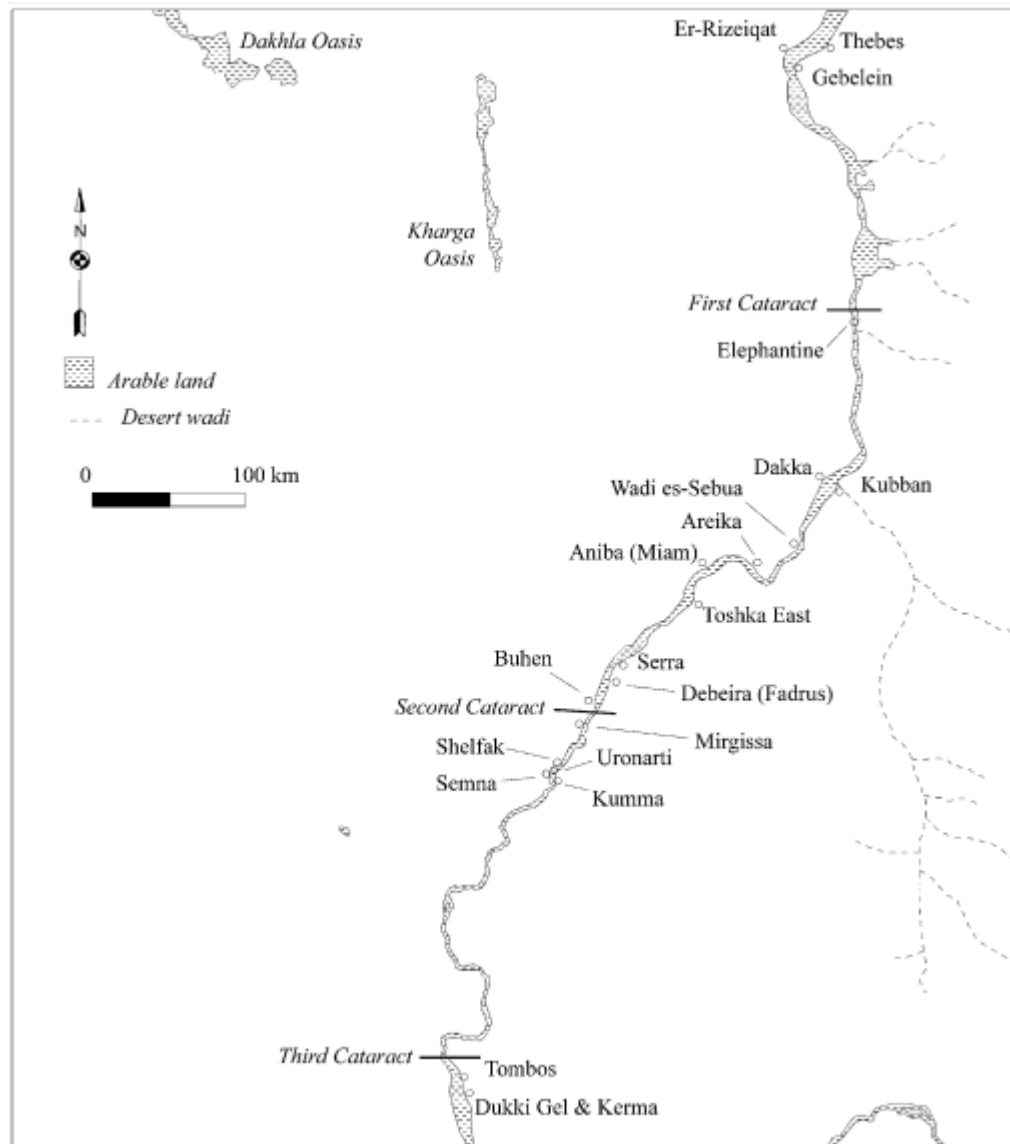


Mapa 6 – Mediterrâneo Oriental: Egito, Núbia, Oriente Próximo e Egeu



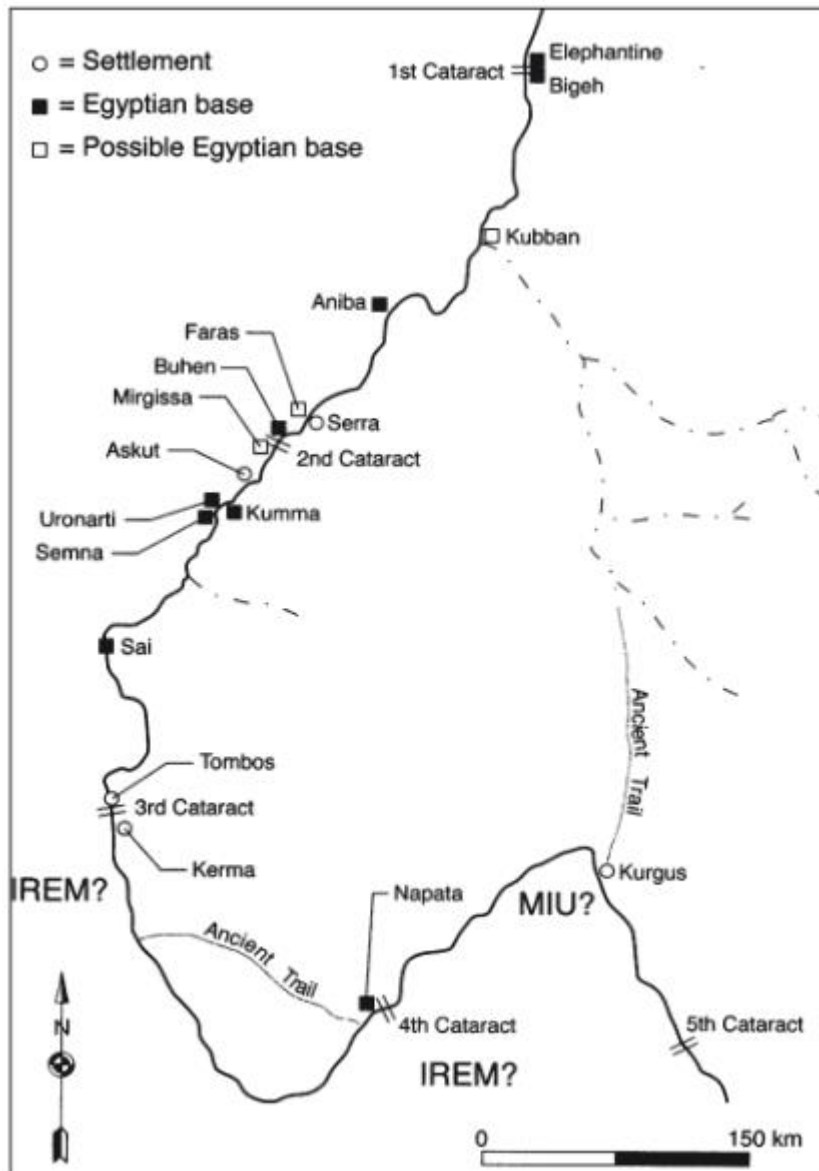
Fonte: Galán (2002, p. 29).

Mapa 7 – Núbia durante a expansão egípcia (c. 1773-1295 a.C.)



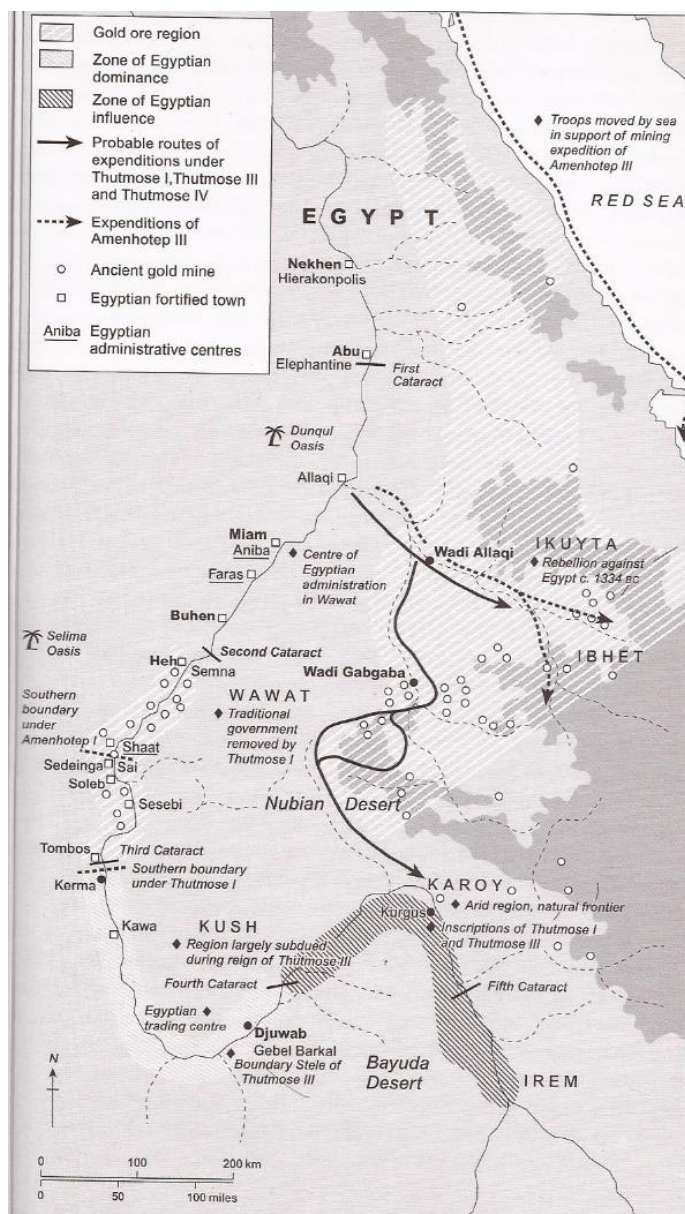
Fonte: Morris (2018, p. 93).

Mapa 8 – Núbia durante meados da XVIII Dinastia



Fonte: Morris (2005, p. 200).

Mapa 9 – Egito e Núbia entre os reinados de Ahmés e Amenhotep III



Fonte: Bryan (2000, p. 227).



## BIBLIOGRAFIA

ABBAS, Mohamed Raafat. Historical Observations on the Military Role of Three Ramesside Viceroy of Kush. **Égypte Nilotique et Méditerranéenne**, Montpellier : Université Paul Valéry, v. 11, 2018, p. 33-40.

AHRENS, Alexander. The Early 18th Dynasty in the Northern Levant: New Finds and a Reassessment of the Sources. *In*: MYNÁROVÁ, Jana, ODERKA, Pavel; PAVÚK, Peter (orgs.). **There and Back Again** – the Crossroads II. Proceedings of an International Conference Held in Prague. September 15–18, 2014. Praga: Charles University, 2015. p. 353-371.

ALLEN, James, P. **Middle Egyptian**: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ASSMANN, Jan. **The mind of Egypt**: history and meaning in the time of the Pharaohs, Nova York: Metropolitan Books, 2002.

BADER, Bettina. Avaris and Memphis in the Second Intermediate Period in Egypt (ca. 1770-1550-40 BC). *In*: CÓRDOBA, Joaquín M<sup>a</sup> et al. (orgs.). **Proceedings of the 5<sup>th</sup> International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East**. Madrid. April 3-8 2006. Madrid: Ediciones Universidad Autónoma de Madrid, 2008. v. 1, p. 207-223.

BAINES, John. Kingship, definition of culture, and legitimation. *In*: O'CONNOR, David; SILVERMAN, David (orgs.). **Ancient Egyptian Kingship**. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995. p. 3-47.

BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

BANG, Peter Fibiger; TURNER, Karen. Kingship and Elite Formation. *In*: SCHEIDEL, Walter (org.). **State Power in Ancient China & Rome**. Nova York: Oxford University Press, 2015. p. 11-38.

BERNBECK, Reinhard. Imperialist Networks: Ancient Assyria and the United States. **Present Pasts**, v. 2, n. 1, p. 142-168, 2010.

BIETAK, Manfred. The Egyptian Community in Avaris During The Hyksos Period. **Egypt and Levant**, Viena: Institute for Oriental and European Archaeology of the Austrian Academy of Sciences, n. 26, 2016, p. 263-274.

BLANTON, Richard E. **Houses and Household**. A comparative Study. Nova York: Springer, 1994.

BONHÊME, Marie-Ange. Kingship. *In*: REDFORD, Donald B. (org.). **The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2001. v. 2, p. 238-245.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução Organizada por Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURRIAU, Janine. The Second Intermediate Period (c. 1650-1550 BC). *In*: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 184-217.

BROWN, Maria Wilding. A New Analysis of the Titles of Teti on Statue BM EA 888. *In*: KAHL, Jochem; KLOTH, Nicole (orgs.). **Studien zur Altägyptischen Kultur**. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 2016. v. 45, p. 75-103.

BRYAN, Betsy M. Administration in the Reign of Thutmose III. *In*: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 69-122.

BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC). *In*: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 218-271.

BUDKA, Julia. The Egyptian "Re-conquest of Nubia" in the New Kingdom – some thoughts on the legitimization of pharaonic power in the South. *In*: COOPENS, F., JANÁK, J.; VYMAZALOVÁ, H. **Royal versus Divine Authority**. Acquisition, Legitimization and Renewal of Power, 7th Symposium on Egyptian Royal Ideology, Prague, June 26-28, 2013. Wiesbaden: Königtum, Staat und Gesellschaft früher Hochkulturen: Wiesbaden 2015. p. 63-82.

BUNSON, Margaret R. **Encyclopedia of Ancient Egypt**. Nova York: Facts on File, 2002.

BUTTERS, Luis Jaime Castillo; DEMARAIS, Elizabeth; EARLE, Timothy. Ideology, Materialization and Power Strategies. **Current Anthropology** 37 (1):15-31. Nova York: Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, 1996, p. 2-33. Disponível em: [https://www.academia.edu/34246550/Ideology\\_Materialization\\_and\\_Power\\_Strategies](https://www.academia.edu/34246550/Ideology_Materialization_and_Power_Strategies).

BUZBY, Russell. Imperialism in Early New Kingdom Egypt. **Kaleidoscope eyes**, Sidney, p. 1-18, Out. 2002.

CALLENDER, Gae. The Middle Kingdom Renaissance (c. 2055-1650). *In*: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 148-183.

CAMPAGNO, Marcelo. Kinship and family relations. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2009, p. 1-8. Disponível em: <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz001nf68f>.

CAMPAGNO, Marcelo. De los Modos de Organización sociales en el Antiguo Egipto: Lógica de Parentesco, Lógica de Estado. *In*: CAMPAGNO, Marcelo (org.). **Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Ediciones del Signo, 2006. p. 15-50.

CAMPAGNO, Marcelo. **Surgimiento del Estado en Egipto**: cambios y continuidades en lo ideológico. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras – UBA –, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História***. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 37-54.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papirus, 1997.

CLAYTON, Peter A. **Chronicle of the Pharaohs: The reign-by reign Record of the rulers and dynasties of Ancient Egypt**. Londres: Thames & Hudson, 1994.

CRUZ-URIBE, Eugene. A Model for the Political Structure of Ancient Egypt. *In: SILVERMAN, David (org.). **For His Ka***. Essays Offered in Memory of Klaus Baer. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1994. Studies in Ancient Oriental Civilization, n. 55, p. 45-53.

DAVIES, Norman de Garis. **The tomb of Puyemrê at Thebes: The hall of memories**. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 1922. v. 1.

DAVIES, Norman de Garis. **The Tomb of Rekh-mi-Re at Thebes. Paintings**. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 1943.

DAVIES, W. V. A view from Elkab: The Tomb and Statues of Ahmose-Pennekhet. *In: GALÁN, José M.; BRYAN, Betsy M.; DORMAN, Peter F. (orgs.). **Creativity and Innovation in the Reign of Hatshepsut***. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2014. Studies in Ancient Oriental Civilization, n. 69, p. 381-409.

DAVIES, W. V. The tomb of Ahmose son-of-Ibana at Elkab. Documenting the family and other observations. *In: CLAES, Wouter; MEULENAERE, Herman de; HENDRICKX, Stan (orgs.). **Elkab and beyond***. Studies in honour of Luc Limme. Louvain; Paris; Walpole: Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2009. p. 139-175.

DAVIES, W. V. The Egyptian Inscriptions at Jebel Dosha, Sudan. **British Museum Studies in Ancient Egypt and Sudan**, v. 4, p. 1-20, Jan. 2004.

DEVILLERS, Alisse. The Artistic Copying Network Around the Tomb of Pahery in Elkab (EK3). *In: MINIACI, Gianluca et al. (orgs.). **The arts of Making in Ancient Egypt***. Leiden: Sidestone Press, 2018. p. 31-48.

DORMAN, Peter. Epigraphy. *In: REDFORD, Donald B. (org.). **The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt***. Nova York: Oxford University Press, 2001. v. 1, p. 471-477.

DZIOBEK, Eberhard. The Paradigms of Innovation and Their Application to the Early New Kingdom of Egypt. *In: GALÁN, José M.; BRYAN, Betsy M.; DORMAN, Peter F. **Creativity and Innovation in the Reign of Hatshepsut***. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2014. Studies in Ancient Oriental Civilization, n. 69, p. 7-20.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.



ERMAN, A.; LANGE, H. O. **Papyrus Lansing**. Eine Ägyptische Schulhandschrift der 20. Dynastie. Copenhagen: Danske videnskabernes selskab, historisk-filologiske meddelelser, X, 3, 1925.

FLAMMINI, Roxana. Disputed Rulership in Upper Egypt: Reconsidering the Second Stela of Kamose (K2). **Journal of Social Studies Education in Asia**, Hiroshima: The International Social Studies Association, n. 38, p. 55-75, 2011-12.

FRIZZO, Fábio. **Estado, Império e Exploração no Egito do Reino Novo**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FRIZZO, Fábio. De Kamés a Amenhotep I: a Fundação das Bases do Império Egípcio do Bronze Tardio (1541-1493 a.C.). **R. Mest. História**, Vassouras, v. 12, n. 1, p. 25-40, Jan./Jun. 2010.

FROOD, Elizabeth. Egypt and Sudan: Old Kingdom to Late Period. *In*: HICKS, Dan; STEVENSON, Alice. **World Archaeology at the Pitt Rivers Museum: A Characterization**. Oxford: Archaeopress, 2013. p. 90-114.

GALÁN, José M. **El Imperio egipcio**: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C. Barcelona: Editorial Trotta, 2002.

GALÁN, José M. **Victory and border**: Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty. Hildesheim: Gerstenberg, 1995.

GARDINER, Alan H.; SETHE, Kurt. **Egyptian Letters to the dead, Mainly from the Old and Middle Kingdoms**. Londres: Egyptian Exploration Society, 1928.

GELLNER, Ernest. Nacionalismo. *In*: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução: Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 508-510.

GIUMBELLI, Emerson. De potências perturbadoras: encontrando o sagrado na modernidade. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 18, n. 31, p. 69-80, Jan./Jun. 2017.

GNIRS, Andrea M. Coping with the army: the military and the state in the New Kingdom. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 639-707.

GODELIER, Maurice. **La production des Grands Hommes**. Malesherbes : Champs essais, 2010.

GRAJETZKI, Wolfram. Late Middle Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 1-14. Disponível em: <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002hcnh5>.

HABACHI, Labib. Two Graffiti at Sehel from the Reign of Queen Hatshepsut. **Journal of Near Eastern Studies**, Chicago, v. 16, n. 2, p. 88-104, Abr. 1957.

HAHN, Hans Peter. Segmentary Societies as Alternatives to Hierarchical Order: Sustainable Social Structures or Organisation of Predatory Violence? *In*: KIENLIN, Tobias L.; ZIMMERMANN, Andreas. **Beyond Elites**. Alternatives to Hierarchical systems in Modelling Social Formations. Bonn: Verlag Dr. Rudolf Habelt GmbH, 2012. p. 33-40.

HARING, Ben. The Rising Power of the House of Amun in the New Kingdom. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 607-637.

HART, George. **The Routledge Dictionary of Egyptian Gods and Goddesses**. Londres; Nova York: Routledge, 2005.

HAWASS, Zahi; AL-SADDIK, Wafaa (orgs.). The Poetical Stele of Tuthmosis III. **Egyptian Museum Newsletter**, n. 7, p. 8-9, Jan./Abr, 2010.

HEGEL, G. **A Razão na História**. Introdução à filosofia da história universal. Lisboa: Edições 70, 1995.

HIGLEY, John. **Elite Theory in Political Sociology**. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/effb/395da9dd580fa32f4f1a4b53091abb145df4.pdf>.

HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. Introduction. *In*: HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. (org.). **Experiencing Power, Generating Authority: Cosmos, Politics, and the Ideology of Kingship in Ancient Egypt and Mesopotamia**. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archeology and Anthropology, 2013. p. 3-29.

ILIN-TOMICH, Alexander. Second Intermediate Period. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2016, p. 1-21. Disponível em: <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002k7jm9>.

JAMES, T. G. H. **Pharaoh's people**. Scenes from life in Imperial Egypt. Londres: The Bodley Head, 1984.

KANAWATI, Naguib. **The tomb and beyond**. Burials customs of Egyptian officials. Warminster: Aris & Phillips Ltd., 2001.

KATARY, Sally L. D. The Administration of Institutional Agriculture in the New Kingdom. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 719-783.

KEMP, Barry. **Ancient Egypt**. Anatomy of a Civilization. Oxon; Nova York: Routledge, 2018.

KHAN, Shamus Rahman. The Sociology of Elites. **The Annual Review of Sociology**, v. 38, p. 361-377, 2012.

KÓTHAY, Katalin Anna. Categorization, Classification, and Social Reality: Administrative control and interaction with the population. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 479-520.

LALOUETTE, Claire. La divine Hatshepsout. *In* : LALOUETTE, Claire. **Textes sacrés et textes profanes de l’Ancienne Egypte**. Paris : Gallimard, 1984. v. 1, p. 30-35.

LARGACHA, Antonio Pérez. El triunfo militar en el Antiguo Egipto como manifestación de poder y su función cultural. *In*: ANTELA, Borja; VIDAL, Jordi; SIERRA, César (orgs.). **Memoria del conflicto en la Antigüedad**. Zaragoza: Libros Pórtico, 2017. p. 19-38.

LEHNER, Mark. Fractal House of Pharaoh: Ancient Egypt as a Complex Adaptative System, a Trial Formulation. *In*: KOHLER, Timothy A.; GUMERMAN, George J. (orgs.). **Dynamics in Human and Primate Societies**. New York & Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 275-353.

LICHTEIM, Miriam. The satire on the trades: the instruction of Dua-Khety. *In*: HALLO, William W. (org.). **The Context of Scriptures: canonical compositions from Biblical World**. Leiden & Boston: Brill, 2003. v. 1, p. 122-125.

LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian Literature: The New Kingdom**. Berkley: University of California Press, 1978. v. 2.

LOPRIENO, Antonio. The “King’s Novel”. *In*: LOPRIENO, Antonio (org.). **Ancient Egyptian Literature**. History and Forms. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1996. p. 277-296.

MALHEIRO, Pedro de Abreu. A prática da Guerra no Egipto do Império Novo: alguns elementos prosopográficos dos militares e o seu sistema social. **Cadmo**, n. 17, p. 113-142, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MASSAFRA, Angela. The end of the Middle Bronze Age in Southern Levant: was Sharuhén only city conquered by Ahmose? *In*: NIGRO, L. **Reading Catastrophes**. Proceedings of the International Conference “Reading Catastrophes: Methodological Approaches and Historical Interpretation. Earthquakes, Floods, Famines, Epidemics between Egypt and Palestine – 3rd - 1st millennium BC” held in Rome, 3rd - 4th December 2012, Roma: La Sapienza, 2014. Studies on the Archaeology of Palestine & Transjordan, n. 11, p. 185-204.

MEEKS, Dimitri. **Année Lexicographique : Égypte Ancienne**. Paris : Cybele, 1998. v. 1.

MELTZER, Edmund S. (org.); WENT, Edward F. (trad.). **Letters from Ancient Egypt**. Scholars Press: Atlanta, 1990.

MESKELL, Lynn. **Private Life in New Kingdom Egypt**. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2002.

MILLS, C. Wright. **Elite do Poder**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MORENO GARCÍA, Juan Carlos. **The State in Ancient Egypt**. Power, Challenges and Dynamics. Londres: Bloomsbury, 2019.

MORENO GARCÍA, Juan Carlos. The Cursed Discipline? The Peculiarities of Egyptology at the Turn of the Twenty-First Century. *In*: CARRUTHERS, W. (org.). **Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures**. Londres: Routledge, 2014. p. 50-63.

MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Limits of pharaonic administration: patronage, informal authorities, 'invisible' elites and mobile populations. *In*: BÁRTA, Miroslav; KÜLLMER, Hella (orgs.). **Diachronic Trends in Ancient Egyptian History**. Studies to the memory of Eva Pardey. Praga: Charles University in Prague, 2013. p. 88-101.

MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Land Donations. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 1-11. Disponible em: <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002hgp07>.

MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Households. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2012, p. 1-9. Disponible em: <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002czx07>.

MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Oracles, ancestor cults and letters to the dead: the involvement of the dead in the public and private family affairs in Pharaonic Egypt. *In*: STORCH, A. (org.), **Perception of the Invisible: Religion, Historical Semantics and the Role of Perceptive Verbs**. Cologne: Rüdiger Köppe, 2010. p. 133-153.

MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Consideraciones sobre el papel y la importancia de la familia extensa en la organización social de Egipto en el III milenio antes de Cristo. *In*: CAMPAGNO, Marcelo (org.). **Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires / Ediciones del Signo, 2006. p. 121-146.

MORENZ, Ludwig D.; POPKO, Lutz. The Second Intermediate Period and the New Kingdom. *In*: LLOYD, Alan B. Lloyd (org.). **A companion to Ancient Egypt**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2010. v. 1, p. 101-119.

MORKOT, Robert G. War and the Economy: the International 'arms trade' in the Late Bronze Age and after. *In*: SCHNEIDER, Thomas; SZPAKOWSKA, Kasia (orgs.). **Egyptian Stories**. A British Egyptological Tribute to Alan B. Lloyd on the Occasion of His Retirement. Münster: Ugarit-Verlag, 2007. p. 169-196.

MORKOT, Robert G. **Historical Dictionary of Ancient Egypt Warfare**. Lanham; Maryland; Oxford: The Scarecrow Press, 2003.

MORRIS, Ellen. **Ancient Egyptian Imperialism**. Medford: Wiley Blackwell, 2018.

MORRIS, Ellen. Exchange, Extraction, and the Politics of Ideological Money laundering in Egypt's New Kingdom Empire. *In*: EDER, B.; PRUZSINSZKY, R. (orgs.). **Policies of Exchange: Political Systems and Modes of Interaction in the Aegean and the Near East in the 2nd Millennium B.C.E.**, Proceedings of the International Symposium at the University of Freiburg Institute for Archaeological Studies, 30th May-2nd June 2012. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2015. v. 2, p. 167-190.

MORRIS, Ellen. Mitanni Enslaved: Prisoners of War, Pride, and Productivity in a New Imperial Regime. *In*: GALÁN, José M.; BRYAN, Betsy M.; DORMAN, Peter F. (orgs.). **Creativity**

**and Innovation in the Reign of Hatshepsut.** Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2014. p. 361-379.

MORRIS, Ellen, F. Propaganda and Performance at the Dawn of the State. *In:* HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. (orgs.). **Experiencing Power, Generating Authority:** Cosmos, Politics, and the Ideology of Kingship in Ancient Egypt and Mesopotamia. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archeology and Anthropology, 2013. p. 33-64.

MORRIS, Ellen. The Pharaoh and Pharaonic Office. *In:* LLOYD, Alan B. (org.). **A Companion to Ancient Egypt.** Oxford: Willey-Blackwell, 2010. v. 1, p. 201-217.

MORRIS, Ellen. **The Architecture of Imperialism.** Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden & Boston: Brill, 2005.

NAVILLE, E. **The Temple of Deir el Bahari,** Londres: Egyptian Exploration Fund, 1907. v. 3.

OBER, Josiah. **Mass and Elite in Democratic Athens:** Rhetoric, Ideology, and the power of the people. Princeton: Princeton University Press, 1990.

O'CONNOR, David. Thutmose III: An Enigmatic Pharaoh. *In:* CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography.** Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 1-38.

O'CONNOR, David; REID, Andrew. Introduction – Locating Ancient Egypt in Africa: Modern Theories, Past Realities. *In:* O'CONNOR, David; REID, Andrew (orgs.). **Ancient Egypt in Africa.** Londres: UCL Press, 2003. p. 1-21.

O'CONNOR, David; SILVERMAN, David. Introduction. *In:* O'CONNOR, David; SILVERMAN, David (orgs.). **Ancient Egyptian Kingship.** Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995. p. XVII-XXVIII.

OLABARRIA, Leire. **Kinship and Family in Ancient Egypt.** Archaeology and Anthropology in Dialogue. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 2020.

OLIVER, G. J. **The Epigraphy of Death:** Studies in the History and Society of Greece and Rome. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

PANAGIOTOPOULOS, Diamantis. Foreigners in Egypt in the Time of Hatshepsut and Thutmose III. *In:* CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography.** Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 370-412.

PEREYRA, Maria violeta et al. **Espacios de interpretación en la necrópolis tebana.** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2018.

PIRES, Rafael dos Santos. A Estela Poética de Tutmés III: divinização do faraó ou interdependência? **Temporalidades - Revista de História,** Belo Horizonte, edição 27, v. 10, n. 2, p. 154-172, Maio/Ago., 2018.

POPKO, Lutz. History-Writing in Ancient Egypt. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2014, p. 1-16. Disponível em: <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002hzk02>.

POPKO, Lutz. Late Second Intermediate Period to Early New Kingdom. **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles: California Digital Library – University of California, 2013, p. 1-13. Disponível em: <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002hgq2r>.

RAINEY, Anson, **The el-Amarna correspondence**. Leiden; Boston: Brill, 2015.

REDE, Marcelo. The image of violence and the violence of the image. War and ritual in Assyria (Ninth-seventh centuries BCE). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 81-121, Jan./Abr., 2018.

REDFORD, Donald B. The Northern Wars of Thutmose III. *In*: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 325-343.

REDFORD, Donald B. **The Wars in Syria and Palestine**. Leiden; Boston: Brill, 2003.

REDFORD, Donald B. The concept of kingship during the Eighteenth Dynasty. *In*: O'CONNOR, David; SILVERMAN, David (orgs.). **Ancient Egyptian Kingship**. Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995. p. 157-183.

REDFORD, Donald B. **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

REDFORD, Donald B. A Gate Inscription from Karnak and Egyptian Involvement in Western Asia during the Early 18th Dynasty. **Journal of the American Oriental Society**, v. 99, n. 2, p. 270-287, Abr./Jun., 1979.

REISNER, G.A.; REISNER, M. B. Inscribed monuments from Gebel Barkal. **Zeitschrift für Ägyptische Sprache und Altertumskunde**, De Gruyter: Berlin, v. 69, 1933, p. 24-39.

REVEZ, Jean. The Metaphorical Use of the Kinship Term sn “Brother”. **Journal of the American Research Center in Egypt**, Alexandria, v. 40, p. 123-131, 2003.

RICHARDSON, Seth. Early Mesopotamia: The presumptive state. **The Past and Present Society**, v. 215, n. 1, p. 3-49, Maio, 2012.

ROBINS, Gay. The relationships specified by Egyptian kinship terms of the Middle and New Kingdoms. **Chronique d'Égypte**, v. 54, n. 108, 1979, p. 197-217.

SETHE, Kurt, **Urkunden des ägyptischen Altertums IV: Urkunden der 18. Dynastie**. Leipzig: J. C. Hinrich'sche Buchhandlung, 1906. v. 1.

SETHE, Kurt, **Urkunden des ägyptischen Altertums IV: Urkunden der 18. Dynastie**. Leipzig: J. C. Hinrich'sche Buchhandlung, 1906. v. 2.

SETHE, Kurt, **Urkunden des ägyptischen Altertums IV**: Urkunden der 18. Dynastie. Leipzig: J. C. Hinrich'sche Buchhandlung, 1907. v. 3.

SETHE, Kurt, **Urkunden des ägyptischen Altertums IV**: Urkunden der 18. Dynastie. Leipzig: J. C. Hinrich'sche Buchhandlung, 1909. v. 4.

SHAW, Ian. Chronology. *In*: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 479-483.

SHIRLEY, J. J. Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses. *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Leiden: Brill, 2013. p. 521-606.

SHIRLEY, J. J. What's in a Title? Military and Civil Officials in the Egyptian 18th Dynasty Military Sphere. *In*: BAR, S., KAHN, D.; SHIRLEY J.J. (orgs.). **Egypt, Canaan and Israel: History, Imperialism, Ideology and Literature**. Proceedings of a Conference at the University of Haifa, 3-7 May 2009, Leiden; Boston: Brill, 2011. p. 291-319.

SHIRLEY, J. J. Viceroys, viziers & the Amun Precinct: the Power of Heredity and Strategic Marriage in the Early 18th Dynasty. **Journal of Egyptian History**, Leiden: Brill, v. 3, n.1, 2010, p. 73-113.

SIMPSON, William Kelly. Semna Stela. *In*: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt**: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 337-338.

SIMPSON, William Kelly. The Kamose Texts. *In*: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt**: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 345-350.

SIMPSON, William Kelly. The satire on the trades: the instruction of Dua-Khety. *In*: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt**: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 431-437.

SINGER, Graciela G. **El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton**. Buenos Aires: Society of Biblical Literature, 2008.

SMITH, Stuart Tyson. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium B.C. *In*: CUSICK, James G. (org.). **Studies in Culture Contact**. Interaction, Culture Change, and Archaeology. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998. p. 256-287.

SPALINGER, Anthony. The Organization of the pharaonic army (Old to New Kingdom). *In*: MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.). **Ancient Egyptian Administration**. Brill: Leiden, 2013. p. 393-478.

SPALINGER, Anthony. **War in Ancient Egypt**: The New Kingdom. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

SPENCE, Kate. Ancient Egyptian Houses and Households: Architecture, Artifacts, Conceptualization, and Interpretation. *In*: MÜLLER, Miriam. **Household Studies in Complex Societies**. (Micro) Archaeological and Textual Approaches. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1994. Oriental Institute Seminars, n. 10, p. 83-99.

STRUDWICK, Nigel; STRUDWICK Helen. **Thebes in Egypt**. A guide to the tombs and temples of Ancient Luxor, Ithaca: Cornell University Press, 1999.

TOBIN, Vincent A. The Poetical Stela of Thutmose III. *In*: SIMPSON, William Kelly (org.). **The Literature of Ancient Egypt**: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies and poetry. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 351-355.

TÖRÖK, László. **Between Two Worlds**. The Frontier Region between Ancient Nubia and Egypt 3700 BC – AD 500. Leiden; Boston: Brill, 2009.

TRIGGER, Bruce G. **Early Civilizations**: Ancient Egypt in Context. Cairo: The American University in Cairo Press, 1993.

TROY, Lana. Religion and Cult during the Time of Thutmose III. *In*: CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006. p. 123-182.

VAN DEN BOORN, G. P. F. **The Duties of the Vizier**. Londres; Nova York: Kegan Paul International, 1988.

VAN DIJK, Jacobus. The Amarna Period and Later New Kingdom. *In*: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 272-313.

VAN DIJK, Teun A., **Discurso e poder**. Tradução: Judith Hoffnagel, Ana Regina Vieira, Leonardo Mozdzenski, Benedito Gomes Bezerra, Rodrigo Castro, Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2015.

WARBURTON, David. **Egypt and the Near East**: Politics in the Bronze Age. Neuchâtel; Paris: Rechercheset Publications, 2001.

WHALE, Sheila. **The Family in the Eighteenth Dynasty of Egypt**. A Study of Representation of the Family in Private Tombs. Sydney: The Australian Centre for Egyptology, 1989.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução: Brasília: Editora UnB, 1991.

WENGROW, David. Rethinking 'Cattle Cults' in Early Egypt: Towards a Prehistoric Perspective on the Narmer Palette. **Cambridge Archaeological Journal**, Cambridge, v. 11, n. 1, 2001, p. 91–104.

WILKINSON, Toby. The Early Dynastic Period. *In*: LLOYD, Alan B. Lloyd (org.). **A companion to Ancient Egypt**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2010. v. 1, p. 48-62.



WILKINSON, Toby A. What a King Is This: Narmer and the Concept of the Ruler. **The Journal of Egyptian Archaeology**, Londres: Egyptian Exploration Society, v. 86, 2000, p. 23-32.

WILLIAMS, Bruce. Egyptians and Nubians in the Early New Kingdom and the Kushite Background. *In*: BUDKA, Julia; AUENMÜLLER, Johannes (orgs.). **From Microcosm to Macrocosm**. Individual households and cities in Ancient Egypt and Nubia. Leiden: Sidestone press, 2018. p. 99-112.

WILSON, John A. The vizier of Egypt. *In*: PRITCHARD, James B. (org.). **Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament**. New Jersey; Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 212-214.

WOLFGANG, Helck. **Urkunden des ägyptischen Altertums IV**: Urkunden der 18. Dynastie. Berlim: Akademie Verlag, 1956. v. 6.

YOFFEE, Norman. Peering into Palimpsest: An Introduction to the Volume. *In*: YOFFEE, Norman (org.). **Negotiating the past in the past**: identity, memory, and landscape in archaeological research. Tucson: The University of Arizona Press, 2007. p. 1-9.

YOFFEE, Norman. **Mitos do Estado Arcaico**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2013.

ZHAO, Dingxin. The Han Bureaucracy. Its Origin, Nature, and Development. *In*: SCHEIDEL, Walter (org.). **State Power in Ancient China & Rome**. Nova York: Oxford University Press, 2015. p. 56-89.